



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo



LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AS POLÍTICAS DE GÊNERO E
SEXUALIDADE NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL
BAIANO**

LINHA DE PESQUISA: DINÂMICAS DA NATUREZA E DO TERRITÓRIO

Vitória da Conquista - BA
2022

LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AS POLÍTICAS DE GÊNERO E
SEXUALIDADE NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL
BAIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas da Natureza e do Território.

Orientadora: Prof.^a Dra. Fernanda Viana de Alcantara.

Vitória da Conquista – BA
2022

F442d

Ferreira, Lucas Aguiar Tomaz.

Desenvolvimento territorial e as políticas de gênero e sexualidade nos territórios de identidade do Centro Sul Baiano. / Lucas Aguiar Tomaz Ferreira, 2022.

197f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Fernanda Viana de Alcantara.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2022.

Inclui referência F. 142 – 148.

1. Territórios de identidade. 2. Política de desenvolvimento territorial. 3. Políticas públicas. 4. LGBTQIA+. I. Alcantara, Fernanda Viana de. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 912

*Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890***

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA
BAHIA (UESB)
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia
(PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia



PPGeo
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UESB

FOLHA DE APROVAÇÃO

**"DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS DE GÊNERO E
SEXUALIDADE NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL
BAIANO"**

LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-
Uesb), como requisito para obtenção do título
de MESTRE.

Aprovada em: 12 de dezembro de 2022

Banca Examinadora

Prof. Dr. Fernanda Viana de Alcantara
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCIO JOSE ORNAT
Data: 12/12/2022 17:00:34 -0500
Verifique em <https://verificador.it.br>

Prof. Dr. Marcio Jose Ornat
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Ana Emilia de Quadros Ferraz
(Examinadora Interna)

Vitória da Conquista- BA
12 de dezembro de 2022

Dedico esta pesquisa às mulheres e a população LGBTQIA+ que durante várias décadas foram e são alvos de discriminação e violência pelo simples fato de ser ou expressar o que realmente são. E que em meio a tantas barbáries ainda conseguem estampar um lindo sorriso no rosto e ir à luta pelos seus direitos com perseverança.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter dado possibilidades para esse sonho acontecer. Aos Orixás e meus guias espirituais por intercederem, junto ao Pai Celestial, me dando saúde, força e coragem. Não foi fácil chegar até aqui, houve muitos obstáculos, mas sempre com seus amparos foram superados.

Agradeço a minha família, que me apoiou em todas minhas escolhas, que sempre acreditou em meu potencial, com destaque ao meu pai, José Carlos, que foi um verdadeiro herói em minha vida. À minha mãe, Sirley, por também contribuir e estar sempre junto e querer o meu melhor, mesmo com as dificuldades das nossas histórias; a minha mãe, Carmosinha, a quem chamo carinhosamente de Mosa, por ouvir minhas angústias, por cuidar e por ter esse amor imenso por mim, mesmo não sendo filho biológico. Também agradeço minhas irmãs: Karla (Pock), Claudia (Tady), Paloma (Pahh), Carmem (Minha), Ariele e Cleonice, mas em especial, Pock, Tady e Paah e Minha por sempre me darem forças para continuar essa batalha. Agradeço também aos meus lindxs sobrinhxs, em especial minha caçula, Laura. Também merece um agradecimento especial minha Tia Cleila, por todo apoio dado. As minhas Avós Nega e Maria por sempre cuidarem desse netinho teimoso.

Agradeço imensamente ao meu amigo, Kelvin Augusto, que esteve comigo, escutando e compartilhando todos os meus anseios e dificuldades relacionadas a este mestrado. Lembro do dia que ficou até às tantas da madrugada estudando comigo para a prova de seleção. Agradeço imensamente por todo carinho, amor e companheirismo.

Aos meus amigos, em especial, Ricardo Azevedo (Moquinha), Célio Meira (Ceslestina Temporal), Bruno Pacheco (Brunete), José Morgon (Sassá), Luciana Luedy, Juliana Fagundes, Daniela (Danizona). Obrigado pela força e companheirismo.

Aos meus amigos do PPGEU/UESB que fizeram as aulas mesmo em caráter remoto se tornarem alegres e descontraídos. Obrigado pelo companheirismo, pelos risos e pela ajuda nessa caminhada.

Agradeço aos Professores do PPGEU/UESB por contribuírem para a minha formação com tanto amor e dedicação à Geografia, não citarei nome de nenhum que compõe a equipe para não ser injusto, pois, todos tiveram uma parcela de contribuição no meu mestrado. Gratifico ao órgão de fomento desta pesquisa, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão da Bolsa para dá suporte financeira para realização desta pesquisa.

Não posso esquecer meus amigos do Núcleo de pesquisa e extensão em

Desenvolvimento Territorial - NEDET, mas em especial Allisianne Saraiva, Miro Conceição, Jamily Fernandes, Mateus Costa (Minizim de Aracatu), que sempre estavam para além do projeto de pesquisa e extensão, tornando verdadeiros parceiros, verdadeiros amigos. Agradeço também todo o companheirismo e parceria desde a graduação, especialização, processo seletivo do mestrado tanto na UFS quanto na UESB. Sua amizade, Mateus foi um lindo presente que a Geografia me concedeu. Obrigado por tudo!

À orientadora, Profa. Dra. Fernanda Viana de Alcantara, a quem chamo carinhosamente de “minha ori”. Primeiramente, por aceitar a orientação diante a tantas barreiras que o temário traz consigo e que não mediu esforços para realizar com maestria essa tarefa. Agradeço pelas orientações magníficas e esclarecedoras, sem deixar de sinalizar as minhas fragilidades e meus erros, devo muito a você. Obrigado pela dedicação, companheirismo, paciência e pelas experiências compartilhadas. Se hoje esta pesquisa foi realizada é graças a você que abraçou minha ideia de associar a discussão de gênero e a Geografia. A você, Nanda, minha gratidão. Você tem um lugar no meu coração, te amo!

Por fim, obrigado a todos que de alguma forma contribuíram nesse período de formação e encerramento desse ciclo.

Desejo a todos muito AXÉ.

Gratidão!

“As geografias, disse o geógrafo, são livros de mais valor. Nunca ficam de fora de moda. É muito raro que um monte troque de lugar. É muito raro um oceano esvaziar-se. Nós escrevemos coisas eternas.” (Pequeno Príncipe)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo compreender as ações e as políticas públicas de Gênero e Sexualidade na Bahia, em particular, nos Territórios de Identidade: Sudoeste Baiano, Médio Sudoeste e Médio Rio das Contas. Nos últimos anos, registrou-se uma ascensão dessa temática, aspecto inovador na ciência geográfica. Com o intuito de contribuir no referido debate, buscou-se utilizar o território como categoria de análise das estratégias de gestão do Estado para amenizar as disparidades sociais, existente no Brasil por meio da implementação de políticas públicas e promoção da participação social. A política de desenvolvimento territorial se consolida na Bahia com a constituição dos Territórios de Identidade, que, por sua vez, possuem espaços de participação denominados de colegiados territoriais formados por representantes de diferentes segmentos dos municípios, tanto da sociedade civil, como do poder público. Nesta empreitada, a pesquisa adotou como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico sobre a temática das políticas públicas territoriais, gênero, espaço de participação e da categoria território, bem como o trabalho de campo com a realização de observações das reuniões do colegiado Territorial do Sudoeste Baiano - CODETER, e de entrevistas com representantes dos Colegiados do Sudoeste baiano, Médio Sudoeste e Médio Rio de Contas, do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial – NEDET da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, e do Coletivo Nós da Diversidade, e ainda com as Coordenações de Amparo aos Direitos dos LGBTQIA+ e a de Mulher e da Câmara Gênero dos colegiados dos territórios estudados. Também se realizou consultas aos documentos que embasam essas políticas. Destarte, é sabido que a questão de Gênero e Sexualidade está inserida nas pautas das discussões do Território por meio dos Planos Territoriais, mas ainda carece de maior debate e análise. Toda a trajetória de pesquisa revelou que a Bahia, e em especial os territórios estudados, apresentam no planejamento e em suas pautas as questões relacionadas as políticas públicas de Gênero e Sexualidade, mas, na prática, a temática e ações são ainda tímidas, constatou-se, que há uma desarticulação das entidades e dos espaços de participação e ainda que falta maior integração entre as entidades e ações desenvolvidas. Claramente há uma maior concentração de ações na capital do estado, seguida das cidades polos os territórios e em menor evidência os pequenos municípios. Fato que remete a necessidade de dar continuidade aos estudos e ações que abordam a questão da participação e das políticas públicas direcionadas as mulheres e população LGBTQIA+ na Bahia e nos territórios investigados.

Palavras-Chave: Território. Desenvolvimento Territorial. Políticas Públicas. LGBTQIA+. Mulheres

ABSTRACT

This dissertation aims to present the actions and public policies of gender and sexuality in Bahia, in the Territories of Identity: Southwest Bahia, Middle Southwest, and Middle Rio das Contas. In recent years, there has been a rise in this theme, an innovative aspect of geographic science. To contribute to that debate, we sought to use the territory as a category for analyzing the State's management strategies to alleviate the social disparities existing in Brazil through public policies implementation and the promotion of social participation. The territorial development policy consolidated in Bahia through the constitution of Territories of Identity, which in turn, have spaces for participation called territorial collegiate formed by representatives of different segments of the municipalities, both from civil society and public power. In this endeavor, the research adopted as methodological procedures the bibliographic survey on the theme of territorial public policies, gender, space of participation, and the category territory, as well as fieldwork with realizations of meeting observations, interviews with representatives of the Southwest Collegiate Bahia, Middle Southwest and Middle Rio de Contas, the Center for Extension and Research in Territorial Development - NEDET of the State University of Southwest Bahia - UESB, and the Collective We da Diversity, and also with the Coordinations of Support to the Rights of LGBTQIA+ and that of Women and the Gender Chamber of the collegiate bodies of the territories studied. Consultations were also carried out on the documents that support these policies. Thus, it is known that the issue of Gender is included in the agenda of the Territory's discussions through the Territorial Plans, but it still needs further debate and analysis. The entire research trajectory revealed that Bahia, and in particular the territories studied, has issues related to public policies on Gender and Sexuality in its planning and guidelines, but in practice, the theme and actions are still timid, it was found, that there is a disarticulation of the entities and spaces for participation and that there is still a lack of greater integration between the entities and actions developed. There is a greater concentration of activity in the state capital, followed by cities across territories and, to a lesser extent, small municipalities. The fact points to the need to continue studies and actions that address the issue of participation and public policies aimed at women and the LGBTQIA+ population in Bahia and the investigated territories.

Keywords: Territory. Territorial Development. Public policy. LGBTQIA+. Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de Localização dos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano, 2022	15
Figura 2	Ciclo das Políticas Públicas segundo Secchi (2012)	41
Figura 3	Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia, 2022	62
Figura 4	Mapa de Localização Território Sudoeste Baiano, 2018.	60
Figura 5	Mapa de Localização do território de Identidade Médio Rio das Contas, 2022.	74
Figura 6	Mapa de Localização do território de Identidade Médio Sudoeste, 2022.	76
Figura 7	Lista de membros da composição de criação da Câmara de Mulheres do Território Sudoeste Baiano, 2016.	93
Figura 8	Foto do I Encontro territorial de Mulheres do Território de Identidade do Sudoeste Baiano – TSB na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB em 2017	95
Figura 9	I Encontro de Mulheres do Polo de Condeúba realizado no Município de Cordeiros/BA em 2018	96
Figura 10	Foto do II Seminário Perspectivas para Juventude no momento do Diálogo sobre Gênero e Sexualidade realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB em novembro 2019	97
Figura 11	Notícias sobre a institucionalização da Coordenação de Proteção e Amparo ao Direito LGBT em Vitória da Conquista, 2016	100
Figura 12	Panfleto informativo da coordenação de Proteção e Amparo ao Direito LGBT, 2022	101
Figura 13	Panfleto informativo de empoderamento e respeito aos LGBTQIA+ da Coordenação de Proteção e Amparo ao Direito LGBT, 2022	101
Figura 14	Matéria institucional Mês da Diversidade e o Evento Vitória da Conquista contra a Homossexualofobia promovido pela CPADLGBT, 2019	105
Figura 15	Matéria sobre a Amostra de Cinema LGBT da UESB, 2019	105
Figura 16	Primeira reunião do Coletivo Nós da Diversidade em 4 de dezembro de 2019 na Filarmônica 22 de julho em Poções – BA	107
Figura 17	Notícia sobre a Violência de Gênero contra menino trans em Poções – BA, 2022	108
Figura 18	Foto da faixa do Centro de Apoio a Mulher em Situação de Violência da cidade de Poções- BA, 2022	111
Figura 19	Primeiro Encontro de Diversidade e Gênero. Acessibilidade e Inclusão promovida pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, 2022	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Composição do Colegiado Territorial Sudoeste Baiano no ano de 2015: (Instituições do Poder Público e da Sociedade Civil).	62
Quadro 2:	Composição do Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial Sudoeste Baiano de 2013 a setembro de 2015.	66
Quadro 3:	Composição do Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial Sudoeste Baiano a partir de setembro de 2015.	67
Quadro 4:	Composição do Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial Sudoeste Baiano a partir de outubro de 2017.	67
Quadro 5:	Composição do Colegiado Territorial Sudoeste Baiano no ano de 2018: (Instituições do Poder Público e da Sociedade Civil).	68
Quadro 6:	Composição do Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial Médio Rio das Contas, 2016.	74
Quadro 7	Composição do Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial Médio Sudoeste Baiano, 2019.	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADT	Agente de Desenvolvimento Territorial
CAMVI	Centro de Apoio a Mulher em Situação de Violência
CPM	Coordenação de Políticas para Mulheres – Vitória da Conquista -BA
CCMTSB	Câmara de Mulheres do Território de Identidade Sudoeste Baiano
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CPADLGBT	Coordenação Proteção de Amparo aos Direitos LGBTs de Vitória da Conquista/BA
CEADLGBT	Coordenação Estadual de Amparo aos Direitos LGBTs da Bahia
CT	Câmaras Temáticas
CTM	Câmara Temática de Mulheres
DIRECS	Diretorias Regionais de Educação
DIRES	Diretorias Regionais de Saúdes
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia
LGBTQIA+	Lésbica, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestir, Transgênero, Intersexuais, Queer, Intersexuais e Assexuais
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação do Ministério da Educação
MIN	Ministério de Integração Nacional
ND	Núcleo Diretivo
NEDET	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial
NTE	Núcleo Territorial de Educação
NTS	Núcleo Territorial de Saúde
PEEITE	Programa de Educação Escolar Indígena e seus Territórios Educacionais
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PPA–P	Plano Plurianual Participativo
PTC	Programa de Território da Cidadania

PTDRSS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEI	Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia
SEPLAN	Secretária de Planejamento do Estado da Bahia
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Bahia
SUAS	Serviço Único a Assistência Social
TSB	Território de Identidade Sudoeste Baiano
TMRC	Território de Identidade Médio Rio de Contas
TMS	Território de Identidade Médio Sudoeste
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O DEBATE SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE	19
2.1 A ciência geográfica e o território: um resgate teórico	19
2.2 Apontamentos sobre o território e o desenvolvimento territorial na Bahia	32
2.3 Desenvolvimento territorial e políticas públicas: em pauta as políticas de gênero e sexualidade.....	36
3 PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM BREVE RETRATO DO CENÁRIO	52
3.1 Os territórios de Identidade da Bahia.....	52
3.2 Aspectos gerais do Território de Identidade Sudoeste Baiano - TSB.....	59
3.2.1 A Organização e Gestão do Território de Identidade Sudoeste Baiano.....	70
3.3 Aspectos gerais do Território Médio Rio das Contas - TMRC.....	71
3.4 Aspectos gerais do Território do Médio Sudoeste - TMS.....	73
4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA BAHIA.....	77
4.1 As políticas públicas de gênero e sexualidade na Bahia: avanços e retrocessos.	77
4.2 Apresentação e desdobramentos da política de gênero e sexualidade no Territórios do Centro Sul Baiano	85
4.2.1 A Política de Gênero e Sexualidade no Território de Identidade Sudoeste Baiano.....	86
4.2.1.1 Participação Social de Mulheres e LGBTQIA+ no Território Sudoeste Baiano: Relato das Contribuições da Câmara de Gênero no TSB	90
4.2.2 A Política de Gênero e Sexualidade no Território Médio Rio de Contas	117
4.2.3 A Política de Gênero e Sexualidade no Território Médio Sudoeste	123
4.3 Contribuições da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia na construção do desenvolvimento territorial e da política de gênero e sexualidade.....	127
5 CONCLUSÃO	138
6 REFERÊNCIAS	142
7 APÊNDICE.....	149
7.1 Instrumentos de pesquisa	149
7.2 Termo de Consentimento livre e Esclarecido - TCLE.....	160
8 ANEXOS.....	164
8.1 Anexo I: Lei Nº 11. 340, de 7 de Agosto de 2006 (Lei Mara da Penha)	164
8.2 Anexo II: DECRETO 12354/10 (Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências).....	165
8.3 Anexo III: Lei Nº 13214 DE 29/12/2014.....	168
8.4 Anexo IV: DECRETO Nº 17.523 DE 23 DE MARÇO DE 2017.....	175
8.5 Anexo V: Lista de presença da reunião do CODETER do Sudoeste Baiano para criação das Câmaras Temáticas	177
8.6 Anexo VI: Lista de composição da Câmara de Inclusão Produtiva do TSB.	178

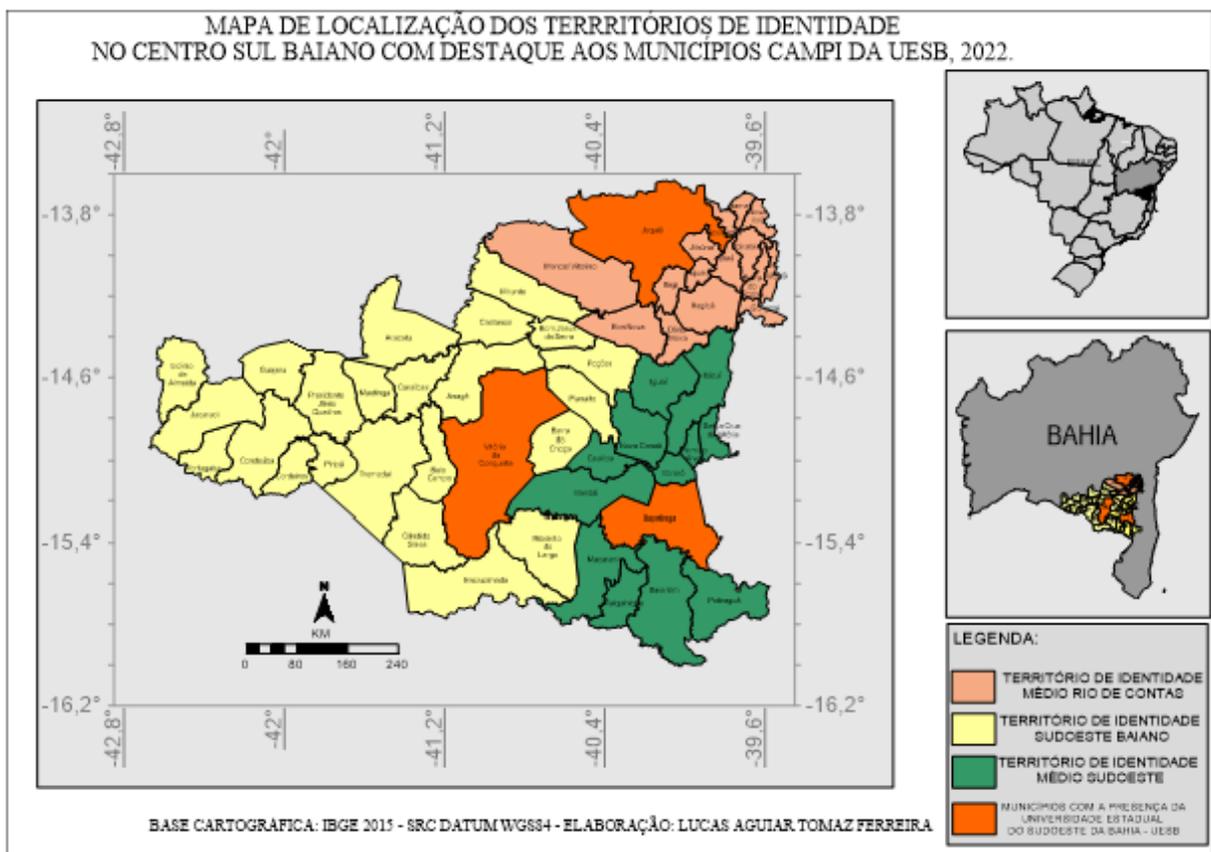
8.7 Anexo VII: Lista de composição da Câmara de Cultura do TSB	179
8.8 Anexo VIII: Lista de composição da Câmara de Juventude do TSB.....	180
8.9 Anexo IX: Lei Municipal de Criação do Conselho LGBT de Poções – BA.....	181

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação intitulada: “Desenvolvimento Territorial e as Políticas de Gênero e Sexualidade nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano” tem como objetivo compreender a temática do desenvolvimento territorial, das políticas públicas de gênero e sexualidade, bem como a participação social nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano, mapa da figura 1.

A pesquisa consta também as análises do processo de implementação das políticas públicas de gênero e sexualidade, com um recorte espacial para Território de Identidade (Médio Rio de Contas: Jequié; Médio Sudoeste: Itapetinga; Sudoeste Baiano: Vitória da Conquista), é importante destacar que está presente nestes territórios *campus* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, um importante vetor de construção do conhecimento e logo contribui na formação e no empoderamento dos sujeitos, bem como está presente na composição dos colegiados territoriais dos territórios de identidade estudados.

Figura 1 – Mapa de localização dos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano, 2022.



Fonte: Ferreira, 2022.

A dissertação apresenta as análises sobre o desenvolvimento territorial por meio das discussões e implementação de políticas públicas de Gênero nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano. Para tanto também buscou: 1) analisar as Políticas Públicas de Gênero nos municípios sede dos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano e os municípios que o compõem em relação ao debate sobre a questão de Gênero; 2) entender a política de participação social generificada dos Território do Centro Sul Baiano e 3) avaliar o desenvolvimento territorial implicado pelas políticas públicas de gênero e sexualidade dos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano.

Inicialmente, compreende-se o desenvolvimento territorial como uma estratégia de planejamento, das políticas públicas, pautado na relação cidade/campo e na participação social dos sujeitos. Neste sentido, essa estratégia resgata a Carta Magna do Brasil, a Constituição de 1988, documento que rege o estado-nação, e prevê a participação social. Mas, especificadamente em 1990, o Brasil adotou a política de desenvolvimento territorial para a articulação e implementação das políticas públicas. De modo particular, a Bahia, apoiou-se no desenvolvimento territorial e propôs uma regionalização do estado em Territórios de Identidade como unidades de planejamento.

Nessa direção, o desenvolvimento territorial apresenta-se ainda como alternativa de organização política com inserção da participação social, reconhecendo os diferentes sujeitos e segmentos da sociedade. Assim, abrange as diferentes demandas e pautas da sociedade, a exemplo da Educação, Saúde, Inclusão Produtiva, Cultura, Gênero e outros.

Destaca-se a possibilidade de discutir a questão de gênero e sexualidade nos espaços de participação social e no planejamento de políticas públicas. Nesse ínterim, a abertura desses espaços pode oportunizar a inserção de grupos tratados como minorias, nesse contexto destaca-se a população LGBTQIA+ e mulheres.

Na Bahia, os dados divulgados pelas instituições, imprensa, delegacia da mulher, Grupo Gay da Bahia (GGB) e pesquisas de universidades, revelam registros de violências cometidas contra esses grupos diariamente. Em pleno século XXI, as mulheres sofrem agressões de seus companheiros e companheiras, são submetidas a diversas formas de agressões, perpassando pela violência física, verbal, moral, psicológica e financeira.

Apesar da Lei nº 11.340 de 2006, alcunhada de Lei Maria da Penha, se tornar um marco na proteção dos direitos das mulheres, ainda existe um longo caminho a ser percorrido até a garantia dos direitos de proteção. Por sua vez, o grupo LGBTQIA+, até meados do ano de 2019, não possuía nenhuma lei específica para sua proteção. Os casos de violações de direito eram submetidos ao crivo de leis genéricas e eram tolhidos de alguns direitos básicos.

Para discussão das questões apontadas sob a perspectiva da ciência geográfica, a dissertação sustenta-se na categoria território, visto que essa categoria de análise geográfica permite as discussões a respeito das relações de poder, dos aspectos culturais e sociais.

Tal cenário permitir a formulação da seguinte questão norteadora: Quais são as políticas públicas de gênero e sexualidade existentes no estado da Bahia e como são abordadas no contexto da política de desenvolvimento territorial na perspectiva dos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano?

O tema apresenta relevância para a Ciência Geográfica ao analisar as relações socioespaciais construídas por meio de implementação de políticas de desenvolvimento territorial, em especial para as mulheres e a população LGBTQIA+. Em tempo, a pesquisa poderá contribuir para a sensibilização sobre as disparidades relacionadas à questão de gênero e sexualidade.

Para alcançar os objetivos propostos, foram traçados percursos metodológicos que contém na realização de levantamento bibliográfico da temática sob a análise da ciência geográfica e a contribuição de outras áreas do conhecimento, tais como: sociologia, antropologia, dentre outras ciências sociais.

Foram utilizados as discussões teóricas e contribuições de autores como: Raffestin (1980), Santos (2003), Spósito (2004), Haesbaert (2004), Souza (2013), dentre outros: Para as discussões sobre a compreensão do território de políticas públicas e desenvolvimento territorial foram embasados por: Alcantara (2013), Costa (2015), Haesbaert (2010) Dias (2016), Saquet (2005) Perico (2009) e Leitte (2009).

Para se discutir a questão de Gênero e participação buscou-se as análises de: Beauvoir (1990), Butler (2009), Meira (2010), Bento (2011) e Miranda Júnior (2012); e para relação da questão de gênero associado ao discurso da Ciência Geográfica, Silva (2009), Ornat (2012), Gusmão (2015) e Paula (2021). Também foi realizado um levantamento documental acerca da temática da pesquisa dentro dos espaços de legitimação e participação social existente nos territórios, a exemplo do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS), dos três territórios estudados.

Simultaneamente ao levantamento bibliográfico foi utilizado o recurso da observação, pois, segundo Goldemberg (1998, p. 52), é necessária a observação para ter uma melhor compreensão, “[...] Observar aspectos diferentes sob enfoques diferentes, não pode só contribuir para reduzir *o bias* da pesquisa como, também, propiciar uma compreensão mais profunda do problema estudado.” Neste sentido, é importante a observação do fenômeno que se pretende estudar, logo, foi realizado o acompanhamento das reuniões das plenárias dos

colegiados dos territórios investigados para verificar a atuação dos sujeitos sociais nos espaços de discussão e, bem como acompanhamento das plenárias dos colegiados e reuniões das câmaras temáticas.

Antemão, registra-se que a agenda de reuniões presenciais, nos últimos 3 anos, no período pandêmico ficou comprometida, como alternativa foram realizadas reuniões remotas, caracterizadas sempre pela baixa frequência e participação dos membros dos colegiados, ocasionando a desarticulação dos mesmos.

Para obtenção de mais informações foram confeccionados roteiros de entrevistas, pois, segundo Gil (2002, p. 115), a entrevista “[...] pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação ‘face a face’, e em que uma delas formula questões e a outra responde.”. Gil (2002) afirma que a entrevista é uma técnica de interrogação que proporcionará uma investigação precisa do ponto de vista do pesquisado, ou seja, poderão ser observados os conceitos, as posições e teorias, comportamentos e expressões que os sujeitos da pesquisa apresentarão, possibilitando, assim, uma melhor desenvoltura na análise do comportamento não verbal (GIL, 2002).

Com base nas proposições do autor sobre a entrevista, a mesma foi utilizada como instrumento para os coordenadores das câmaras de gênero dos Territórios Médio Sudoeste, Médio Rio das Contas e Sudoeste Baiano, também as coordenações dos Colegiados territoriais dos respectivos territórios citados, a Coordenação de Amparo aos Direitos LGBT, Coordenação de Amparo aos Direitos das Mulheres existentes nos territórios destaques da pesquisa e a coordenação do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento da UESB - NEDET/UESB. Foi também realizado roteiro de entrevista para a Coordenação Estadual de Direitos LGBTs da Bahia e a Secretaria de Políticas para Mulheres do Estado da Bahia.

Os dados secundários foram coletados nas plataformas digitais dos órgãos de pesquisa, tais como: Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE); a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres e a Secretária de Proteção e Amparo aos LGBTQIA+ em cenários estadual e municipal.

Todos os dados obtidos foram organizados e analisados no decorrer do desenvolvimento da pesquisa e constituíram a fundamentação para a redação final da dissertação que está estruturada em quatro seções: Seção (I) Introdução; Seção II intitulada como A Ciência Geográfica e a questão de gênero e sexualidade; Seção III: Desenvolvimento Territorial na Bahia: Um resgate na trajetória do TSB, TMS e TMRC; Seção IV: A Política Públicas de Gênero e Sexualidade na Abordagem do Desenvolvimento Territorial na Bahia, seguida da Conclusão.

2 A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O DEBATE SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

A seção II aborda a importância da Geografia como ciência capaz de analisar a sociedade em constante transformação. Nesta direção, o presente estudo se apoia nas ferramentas da ciência geográfica e nas contribuições da categoria território, em especial, do seu uso como unidade de planejamento. Analisa as discussões de gênero e sexualidade no Brasil, com os estudos das ciências sociais, em especial, da Geografia, e apresenta reflexões sobre as ações e políticas públicas direcionadas aos grupos de mulheres e LGBTQIA+.

Apresenta, ainda, considerações teóricas que embasaram o diálogo entre a Geografia e as políticas de gênero e sexualidade, em especial, no contexto do desenvolvimento territorial na Bahia, bem como aponta a relevância dos estudos a respeito da temática em pauta, muitas vezes negligenciados pela própria ciência, sobretudo, pela sociedade brasileira.

2.1 A ciência geográfica e o território: um resgate teórico

Para o entendimento da Geografia, enquanto ciência, é imprescindível conceber as suas especificidades, e conseqüentemente, ter uma compreensão da totalidade das análises que a ciência geográfica nos mostra. Santos (1978) aponta a importância da geografia ao trazer o carácter social da mesma e reconhecer que os aspectos humanos, ou melhor, sociais também cabem dentro do leque de possibilidades de investigação da referida área do saber.

A geografia tem um importante papel enquanto ciência, como explica Ruy Moreira (1994, p. 5), em sua obra *O que é Geografia*: “Fazemos parte de uma totalidade que se compõe de uma diversidade de coisas, e é a integridade dela que forma a existência humana.”. Ainda segundo o autor, a Geografia torna os seres humanos, sujeitos esclarecidos, isso por meio do conhecimento e do significado político da Geografia.

Para tanto, a ciência geográfica se alicerça em cinco principais categorias de análise para fazer as interpretações dos acontecimentos desses fenômenos: o Espaço, o Território, a Região, a Paisagem e o Lugar – o que não anula a existência de outras categorias de análise para estudar os fenômenos e processos no espaço geográfico, a exemplo da obra *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Socioespacial*” de Souza (2013), em que o autor expõe um leque de categorias que auxiliam no debate e nas análises da ciência geográfica.

A Ciência Geográfica estuda diferentes fenômenos e processos, sejam eles de cunho natural ou social, o que pode ser chamado de relação sociedade e natureza. Logo pode se debruçar na compreensão das questões sociais, como expressa Moreira (2015): “A Geografia serve para desvendar máscaras sociais”.

Destaca-se a categoria Território como capaz de viabilizar o estudo das questões relacionadas ao poder, identidade, relações de pertencimento, lutas de resistência e outras. Para Mateus Santos (doravante M. SANTOS) “O cotidiano humano é definido por traços coletivos construídos nas relações dos sujeitos sociais, marcadas por suas interações com o espaço, e essa produção do espaço se dá pelas ações, apropriações e interesses de determinadas classes sobre outras [...] (2020, p.33).”

Ao abordar os aspectos sociais na Geografia pode-se evidenciar o pensamento de Lefebvre ([1974], 1992. p.26) ao afirmar que o “espaço (social) é um produto (social)”. Neste sentido, os aspectos naturais não são capazes de produzir, mas criam o espaço natural. Assim, quem é capaz de criar/produzir espaço é o ser humano que faz esse processo de produção por meio do trabalho. Lefebvre afirma:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 1976, p. 34).

Como foi exposto no início desse texto as categorias de análises permitem a compreensão dos fenômenos socioespaciais, sobretudo, para o processo estudado nesta dissertação, para tanto elegeu-se a categoria território para viabilizar a compreensão. A origem do conceito do território, segundo Costa (1992), está vinculada ao pensamento de Ratzel, o qual buscava a unificação do estado-nação da Alemanha. Desta forma, se tinha a noção do território ligada ao estado-nação.

Por sua vez, Raffestin (1980 p.143) propõe que “Espaço e território não são termos equivalentes” e a partir dessa afirmação, o autor conceitua a categoria território: “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático[...] em qualquer nível”. (1980 p.143)

O autor supracitado colabora com o debate ao afirmar que o espaço tem relação com tudo que é produzido e o território está ligado com a relação de poder. Como se pode observar:

[...] O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora a produção, por causa das relações que envolvem que se inscreve num campo de poder. Produzir uma relação do espaço já uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto de no espaço é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1980, p.144).

Gottmann (1973), por sua vez, defende a concepção de território construído por meio do tempo. Desta forma, remete a categoria tempo-espaço e conclui o pensamento em sua obra “*The Significance of Territory*” de 1973. Atualmente, o conceito de território ampliou-se dentro das perspectivas política, cultural e econômica. Neste sentido, o autor vai afirmar que o território sustenta-se dentro da geopolítica e dessa maneira a sociedade é capaz de manter relações entre si, com outras sociedades e também com o mundo em si.

Neste cerne, Sack (1986) expressa que o território se dá por meio das delimitações das atividades humanas, a priori, pautada desde o significado do conceito de território naturais por meio da utilização dos recursos:

A Territorialidade para os humanos é uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através de um controle de área. Os territórios políticos e a propriedade privada da terra podem ser suas formas mais familiares, mas a territorialidade ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais. Ela é usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações complexas. A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão interrelacionados. A mudança de funções da territorialidade nos ajuda a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e o tempo (SACK, 1986, p.4)

Andrade (1992) afirma que a concepção do território se dá por meio das relações das pessoas “que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (1992, p. 20). É válido ressaltar a concepção de Andrade (1992), que também expressar a dissociação entre os conceitos território, espaço e lugar e dá uma forma de domínio ou gestão de uma área.

Por sua vez, Souza (1995) aponta que o território é ligado as relações de poder em um determinado espaço, porém com fortes relações com as questões naturais e sociais e suas diversas formas de usos desta delimitação do espaço:

O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geocológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço (SOUZA, 1995, p. 78)

O autor supracitado evidencia que as questões levantadas a princípio são de extrema importância para entender a gênese de um território. Desta forma, o mesmo traz a contribuição na concepção de Arendt ao definir o poder que está intrinsicamente ligado às habilidades humanas, e que não tem relação a um sujeito, mas ao coletivo. Desta maneira, só existe o poder, pois um determinado grupo efetiva as relações sociais para manutenção do poder.

No conjunto das leituras da categoria território, Corrêa (1996, p. 62) apresenta que o conceito de território tem caráter político: “O território é a ação social (expressão política) implica a organização dos componentes do espaço geográfico em processos concretos que procuram alcançar os objetivos comuns.” Desta forma, fica notório que o território não é uma questão a parte do espaço e sim parte dele, onde se pode observar de melhor maneira a interação do homem com o meio, transformando e moldando esses territórios para sua existência.

Castro (1997) refere-se ao território dentro da perspectiva da geografia política e tem por objetivo principal de ultrapassar a divisão entre esta e a geopolítica e, assim, privilegia os conceitos indispensáveis que se articulam e permeiam as noções de espaços e territórios.

Em contra partida, Santos (1996) traz uma concepção de território ligada às questões da configuração territorial dos espaços como a presença de diversos agentes, bem como a utilização da natureza pela sociedade por meio da técnica. Neste sentido, Santos define-o:

Seja qual for o país e o estágio do seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. Tipos de floresta, de solo, de clima, de escoamento, são interdependentes, como também o são as coisas que o homem superpõe à natureza. Aliás, a interdependência se complica e completa justamente porque ela se dá entre as coisas que chamamos de naturais e as que chamamos de artificiais (SANTOS 1996, p. 75-76).

Mais tarde, Santos (1999) contribui na compreensão da dimensão da categoria território, é que apesar de se debruçar em estudar o espaço geográfico em suas análises socioespaciais ele também dá visibilidade e reconhecimento a concepção de “território usado”, ao enxergar e reconhecer o uso e o controle social materializado do território.

Sua concepção é mais econômica, entretanto, o autor toca em outras perspectivas do território, como o reconhecimento da política, da cultura, e da natureza como elementos inerentes ao espaço e bem como ao arranjo territorial. Santos (1999) afirma:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é

o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 08).

Santos (1999) nos traz à luz a ideia de território ligado as questões de pertencimento do lugar e das infinitas trocas de relações sociais. Ainda sobre o território, Haesbaert (2004) considera que o território apresenta três vertentes basilares: a primeira de cunho político, quando está diretamente ligada à relação de poder. Nesta quadra, seria uma concepção mais delimitada do conceito de território, na qual a categoria é vista como um espaço controlado e delimitado, o que emana é o poder, cuja maioria das vezes é relacionado ao poder político estatal.

Na segunda vertente, o autor apresenta uma abordagem culturalista ou simbólico-cultural, em que o espaço é visto por meio da priorização da dimensão simbólica tornando-o em algo subjetivo. É conceituado como um fruto da apropriação ou valorização de um grupo em relação ao espaço vivido.

A terceira e última vertente pode ser considerada mais economicista, pois são enfatizadas as relações econômicas, neste cerne, é entendido como uma fonte de recurso, para melhor compreensão desta vertente, a exemplo do debate da luta de classes sociais e a relação capital-trabalho, resultando na divisão territorial do trabalho.

Na tentativa de resgatar diferentes contribuições sobre a categoria território, verifica-se que Gimenez (2000) vê o território como o resultado de uma apropriação e valorização do espaço de imediato representada e promovida por meio do trabalho e prevê, assim, como Souza (1995), um campo de forças que perpassa do físico ao ideológico, aborda o simbólico, ou melhor, o imaterial:

[...] el territorio sería el resultado de la apropiación y valorización de espacio mediante la representación y el trabajo, una producción a partir del espacio inscrita en el campo del poder por las relaciones que pone en juego; y en cuanto tal se caracterizaría por su ‘valor de cambio’ y podría representarse metafóricamente como ‘la prisión que nos hemos fabricado para nos otro mismo’ (GIMENEZ, 2000, p. 22).

Tanto para Gimenez quanto para Souza há “facetas” do território que podem ser representados por dimensões culturais, sociais, econômicas e naturais. Essa concepção de território corrobora com o pensamento de Haesbaert (2004). Ainda sobre a culminância de pensamentos dos autores, eles concordam que os territórios podem atuar em diferentes escalas e, neste sentido, Gimenez (2000, p. 24) expressa sobre a pluralidade de atuação do território. *“Así definido, el territorio se pluraliza según escalas y niveles históricamente constituidos y sedienta dos que van desde lo local hasta lo supranacional, pasando por escalas intermedias como las del municipios o comuna, la región, la provincia, y la nación”*.

Também neste cerne de debate a respeito do território através das relações humanas, principalmente a importância dele para essas atividades, apresenta-se a contribuição de Spósito:

[...] o território é fonte de recursos e só assim pode ser compreendido quando focado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção, o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias etc., ou seja, pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza (SPÓSITO, 2004, p. 112-113).

Gimenez (2000) e Spósito (2004) expressam que essa estratégia geográfica para controlar os recursos tanto humanos quanto naturais se dá por meio dos territórios, principalmente em sua faceta política em, que os processos e territorialidades ocorrem em diversos graus na sociedade desde a menor escala até a macro escala e são usadas no cotidiano e expressam o poder social dos sujeitos que são construídos por meio das mudanças socio-temporais.

Ainda sobre território, Haesbaert reflete sobre a sobrevalorização do conceito território e por que muitas das vezes é confundido até mesmo com o conceito de espaço, ideia esta que corrobora com as contribuições de Raffestin (1980) e Andrade (1992):

Um risco que corremos hoje é sobrevalorizar um conceito o de território e transformá-lo num conceito que não só, epistemologicamente, tem a pretensão de dar conta de toda a complexidade do espaço geográfico (muitas vezes até se confundindo conceitualmente com ele) (HAESBAERT, 2010, p. 157).

Na tentativa de levantar contribuições sobre o estudo do território, verifica-se que para Rocha (2010) o território é uma categoria indispensável para vida cotidiana humana, pois, é entendida como existência do poder em várias escalas, desde a local até a mais abrangente, a global, podendo fazer a relação Local-Global-Local. Ainda a esse respeito, vale destacar a contribuição de Butto et al que salientam: “Adota-se a noção de território como uma construção social e, também política, além de um espaço em que a prática dos sujeitos sociais assume papel crucial na orientação do desenvolvimento” (2014, p. 20).

Ornat e Silva (2014) têm uma concepção de território ligada ao poder e a soberania das relações sociais materiais e imateriais, assim, expressam que não são as relações de poder que vão configurar por si só o território, mas as reflexões desta relação as configuram um território.

Atualmente a utilização do termo território não pertence apenas à Geografia e foge dessas contribuições conceituais sobre o território como categoria de análise da Ciência Geográfica. A categoria território tem sido utilizada como unidade de planejamento pelo estado isso não é exclusividade apenas do Brasil, outros países da América Latina e da Europa utilizam

a referida categoria. Em especial, o Brasil a partir da década de 1990 adota o território como unidade de planejamento para a execução de políticas públicas.

Assim, a partir desse uso do território, Perico (2009) define território como:

[...] a dimensão política do espaço – reconhecido e identificado – como uma unidade da gestão política que distinguir e a ele atribui existência, de certa forma, institucionalizada. Nem sempre o território se constitui em uma entidade territorial, como município, província, departamento ou estado. É suficiente ser reconhecido como unidade que pode controlar ou interagir [...]. Logo pode ser a bacia de um rio, a união de organizações [...], um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem caracterizadas (PERICO, 2009, p. 26).

Para reforçar a contribuição de Perico (2009) pode-se embasar no pensamento de Santos (1996) ao afirmar que o território está sempre na dinâmica reorganização, pois é por meio das relações sociais que vão redefinir o território, por meio dos usos de seus atributos naturais, ou melhor, o uso de seus recursos naturais.

O território exposto por Santos (1996) ratifica o conceito que é utilizado na perspectiva da política de desenvolvimento territorial abordada por Perico (2009), e, posteriormente, por Haesbaert (2010). No Brasil têm-se inúmeras mazelas sociais construídas desde seu processo de colonização que foram se fortalecendo e se enraizando no decorrer dos anos. Neste cerne, o país adota a categoria de território com ênfase ao sentido de pertencimento dos sujeitos e somam os aspectos sociais, culturais e físicos. Como Perico (2009) afirma que:

O Território pode, inclusive, chegar a constituir-se num espaço descontínuo. O elemento central da reflexão [...] é o fato da identidade - expressão de traços diferenciadores e distintos da população pertencente a um espaço – converte-se no espírito essencial, básico e estruturante do território. Além de descrever a caracterização do território, o mais importante é que a identidade orienta e ordena as estratégias de desenvolvimento ao definir e dar suporte ao caráter das forças motoras que possibilitam avançar na conquista do bem-estar (PERICO, 2009, p 26).

Acrescentam-se outras contribuições ao conceituar a categoria território como Dias (2016a), em sua dissertação intitulada “Território de Identidade e políticas públicas na Bahia: Gêneses, resultados, reflexões e desafios”, vinculada ao curso de mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. O autor apresenta o conceito da categoria utilizada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT¹ (2003). Neste sentido, o território é:

¹ A Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT foi criada vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA para a formulação de programas apresentados no Plano Plurianual do Brasil 2004-2007 para alcançar o desenvolvimento, os programas são os territórios rurais e os territórios da cidadania. O MDA e a SDT deixaram de existir no início de 2019 com a posse do governo Bolsonaro e viraram subpastas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

[...] espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultural, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam internamente e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (DIAS *apud* SDT, 2016b, p. 27).

No contexto político-institucional da SDT (2003); Perico (2009) e Dias (2016b) mostram que a identidade se expressa como uma forma de territorialidade que demonstra o sentido de formação política de cada. O reconhecimento das identidades de pertencimento exporta contribuições nas estratégias do Estado voltadas para o desenvolvimento territorial.

Antes de abordar sobre a concepção do desenvolvimento territorial na Bahia, faz necessário buscar a gênese do desenvolvimento regional. Souza (1995) aponta que a ideia central do desenvolvimento perpetuou por muito tempo condenada por diversas áreas do conhecimento, sobretudo, a Economia e a Sociologia do Desenvolvimento, pois endossava o modelo de civilização do ocidente e do capital como um modelo universal.

Para melhor compreensão, Souza (1995, p. 100) diz que: “[...] assim como o discurso sobre o Estado, a soberania e o ‘território nacional’ se pretende, pela via de idéias-força (sic) de ‘segurança nacional’ e ‘objetivos nacionais permanentes’”. Isso, segundo o autor, advém dos economicistas e alguns sociólogos da modernização capitalista que não carrega consigo uma reflexão crítica dos fatos, sobretudo, da despolitização do território ao reduzir os atributos materiais ou locacionais do substrato espacial.

Souza (1995) ainda deixa evidente a representação sobre o desenvolvimento e o território na perspectiva do regime militar de 1964 que evidenciou uma concepção “tecnocráticonomicista” e uma estratégia geopolítico-militar para o desenvolvimento nacional que, neste cerne, constitui o território:

A existência de militares refletindo a partir de uma perspectiva geopolítica, onde a questão da territorialidade foi explicitada, não sendo subsumida por uma análise do espaço enquanto espaço econômico, apenas faz do Regime de 64, toda via, um caso praticamente didáticos (SOUZA, 1995, p. 100).

Para tanto, a concepção do território não é apenas uma estratégia variável para os militares, mas o uso e controle deste território e, segundo Souza (1995) é da mesma forma que é a divisão real do poder “devem ser elevados a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento socio espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico” (1995, p. 100-1). Nesse aspecto, há uma contribuição para

uma maior justiça social e não apenas a visão de um crescimento econômico, bem como a modernização da tecnologia.

O referido autor direciona o conceito, ou melhor, a ideia de território amplo, pois, desta forma, a categoria fica livre de um “ranço tecnológico e conservador”. Assim, fez necessário trazer a ideia de desenvolvimento entrelaçada com a territorialidade autônoma. Neste caminho, o autor chama atenção para a compreensão de elementos existentes ao território que vão contribuir para o desenvolvimento daquele local. Sobre autonomia ele diz:

A autonomia constitui [...] a base do desenvolvimento, este encarado como processo de auto instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade; um processo, não raro doloroso, nas fértil de discussão livre e ‘racional’ por parte de cada um dos membros da coletividade acerca do sentido e dos fins do viver em sociedade, dos erros e acertos do passado, das metas materiais e espirituais, da verdade e da justiça (SOUZA, 1995, p. 105-6).

O autor contribui ao dizer sobre a sociedade autônoma e ainda traz reflexão para o uso do território e seus elementos sociais e físico. O mesmo deixa evidente que jamais existiria uma sociedade sem o poder:

É aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos. Uma sociedade autônoma não é uma sociedade ‘sem poder’, o que aliás seria impossível (SOUZA, 1995, p. 106).

Souza (1995) complementa que o quesito da autonomia se pressupõe a liberdade. Neste sentido, dá todo o respaldo para se colocar questionamento ao desenvolvimento, “ou seja, transformação e crítica na direção de uma justiça social cada vez maior, de modo próprio e singular (1995, p. 106). No que tange ao quesito do território, o autor supracitado o concebe como espaço e poder, porém, acredita que o poder, seja ele qual tipo e em qual escala esteja, possa desconsiderar uma base, ou melhor, um “referencial territorial”, por mais que seja frágil, por mais que seja indireto ou até mesmo distante deste referencial. Ele ainda reverbera o território e seu substrato espacial como um instrumento de dominação fundamental para os fins políticos.

A propósito do tema deste trabalho de dissertação, se faz necessário buscar o conceito de desenvolvimento agregado a perspectivas regional. Assim, tem-se a contribuição de Boiser (1999a) sobre os modelos de desenvolvimento reais e mentais. Nesta direção, o autor diz que os modelos regionais e/ou territoriais de desenvolvimentos, no sentido mais abrangente, foram constituídos conforme três processos: “(1) a regionalização dos países; (2) a descentralização

dos sistemas de decisão públicos e privados; (3) o próprio desenvolvimento das regiões, supostamente descentralizado por definição (BOISER, 1999a, p. 310).

O autor traz a reflexão que o primeiro processo não teve sucesso; o segundo, por sua vez, não se configurou e a cultura centralizada domina o modo de vida, especialmente, em países da América Latina. E por fim o terceiro é raramente adotado como processo de desenvolvimento.

Boiser (1999a) expressa que ainda está distante de se alcançar o desenvolvimento por completo visto que estão engessadas nas premissas das ideias da modernização social, em destaque, aos anos 1960, em que a regionalização foi uma ferramenta indispensável da dita modernização, pois, neste período, o conceito de modernização estava entrelaçado com a redução da desigualdades socio-territoriais. Com isso, uma nova redivisão territorial contribuiria para o arranjo de integração nacional nos aspectos físicos, econômico e sociopolítico, neste sentido, o autor diz que é fundamental importância “para superar a falta de integração interna, diagnosticada, com razão, com um sério entrave ao desenvolvimento” (BOISER, 1999a, p. 310-1).

Ele deixa evidente a sua crítica para os modelos de regionalização para o desenvolvimento e ainda traz a preposição do território como unidade de planejamento ideal e importante para o modelo de modernização, porém concebido de forma flexível e ao mesmo tempo complexa, “como um leque no qual” a “região passa a ser um elemento ou uma configuração a mais entre várias outras” (BOISER, 1999a, p. 311).

Assim, Boiser (1999a) diz que a forma que se deu a regionalização na América Latina a partir de 1960 foi extremamente prematura e os problemas estruturais que muitos autores vão chamar de problemas de definição ou conceituais, os problemas políticos ou de até mesmo de ordem prática foram separados. Primeiramente, se tem o questionamento do que é realmente região que o autor se baseia na concepção de Hilhorst (1981) e diz que está muito mais próximo uma construção mental que uma realidade concreta e objetiva. Entende-se que a construção do conceito de região mudou-se ao decorrer da evolução do pensamento geográfico perpassando por influências de diversas correntes de pensamento (não é o propósito da dissertação adentrar na evolução deste conceito, mas é bom deixar isso evidente).

É importante também frisar que os esforços tidos pela regionalização atendem exclusivamente os aspectos econômicos, e sua utilização foi apenas para atender esse aspecto emergente, excluindo outras facetas de uma determinada localidade. Deste modo, resultam o fracasso deste modelo de desenvolvimento. Nesta perspectiva, Boiser diz:

Ademais, claramente, a região deixou de ser um conceito situado no espaço físico das relações banais e passou a situa-se no espaço no espaço cibernético das relações virtuais; deixou de ser inicialmente um conceito pre-perrouxiano e passou, sem solução de continuidade, a ser um conceito pós poder, virtual. Deve-se entender também a região como uma comunidade imaginária, segundo a expressão de Anderson (1991) em seu estudo sobre patriotismo e nacionalismo: ela é imaginária porque os cidadãos da menor nação (região) jamais conhecerão a maioria de seus co-nacionais (co-regionais), nunca se encontrarão, nem escutarão falar deles, mas, mesmo assim, na mente de cada um, todos fazem parte de uma comunidade (BOISER, 1999a, p. 312-3).

O autor continuar a dizer que a questão que dificultou este modelo de desenvolvimento foi a crença em acreditar que haveria transferência de recursos do centro para a periferia. Em virtude disso, ele diz que ainda é possível encontrar elementos de avaliação deste modelo de se planejar o tão sonhado desenvolvimento.

Neste sentido, o autor descreve sobre os modelos mentais de um desenvolvimento regional. Os referidos modelos são representações simbólicas de uma realidade percebida por um sujeito. Importante frisar que Boiser (1999a) vai denominar de ator. O autor ainda descreve:

Constituem, em parte, o mundo do que é e, em parte, o do que deve ser e sua utilidade prática está em sua possibilidade de conduzir a ação. Na realidade, os modelos mentais deveriam preceder os modelos reais, e esses últimos deveriam ser resultado dos primeiros. Contudo, raramente a realidade se constrói de uma maneira racional, e as diferenças entre o que é positivista e o que deveria ser construtivista costumam ser importantes, diferenças em grande parte resultantes da tradicional separação entre sujeito e objeto no paradigma do positivismo (BOISER, 1999a, p. 321).

É necessário ressaltar que a influência sobre os processos de desenvolvimento territorial se deu de forma precedida pela construção de modelos mentais. As principais fragilidades dos modelos mentais para as intervenções territoriais estão ligadas a quatro aspectos que será explanado a grosso modo a seguir.

Aspectos metodológicos: sendo a complexidade do paradigma positivista que carrega o conceito de desenvolvimento regional alinhado ao pressuposto. Assim, tende-se o desenvolvimento por definição, um problema complexo, bem como variado denominado de demandante e desordenado.

Aspectos Epistemológico: tornou-se rapidamente obsoleto como o resultado da revolução científica e o paradigma neoliberal. Nesta quadra, o autor apresenta um amplo e complexo processo de desenvolvimento pela prevalência de mercado como um mecanismo designador e fundamental de recurso, seguido pela multiplicidade de atores independente pelas quais as decisões são tomadas.

Aspectos referentes à Práxis: não tem como se efetivar este aspecto porque é dependente dos dois primeiros. Então, a forma de articulação dos atores sociais mediante os processos de construção de uma sociocultural e política fundamental. Portanto, é necessário unir a racionalidade tradicional da economia a estes fatores.

Aspectos ideológicos: estes, por sua vez, parte de uma perspectiva mais ampla como o conceito de país ou identidade nacional. Cabe exemplificar como o modelo de política dominante o neoliberalismo. Assim, a globalização entra dentro deste aspecto, pois em virtude deste processo tenta (e por muitas vezes consegue) eliminar as regiões e conseqüentemente o desenvolvimento regional.

É importante salientar que no mesmo ano Boiser lançou um livro intitulado *Teorías e Metáforas sobre Desarrollo Territorial*, que analisou essas políticas de desenvolvimento regional em processo de transição para o desenvolvimento territorial. Desta forma, no primeiro momento, a referida obra Boiser (1999b) aborda a busca do extraordinário desenvolvimento regional, bem como uma relação e análise entre a "caixa preta" e o este projeto político. O autor faz uma análise minuciosa sobre esse processo e o chama como "novo ambiente" de desenvolvimento regional, ou melhor, o conjunto de cenários: contextual, estratégico, político. No que tange ao desenvolvimento territorial em uma abordagem geral, o autor ainda frisa que independentemente de sua escala ele traz a luz as características deste processo de desenvolvimento, chamado pelo autor de processo "interno" na atualidade, ou seja, os fatores contemporâneos ligados aos processos crescimento e desenvolvimento.

No segundo momento, Boiser (1999b) por meio de uma metáfora para abordar uma das teorias do desenvolvimento territorial que autor vai denomina-la de "O voo de uma pipa". Neste sentido, ele elabora com maior profundidade os conceitos de crescimento interno e o denominar de exógenos, em que o autor deixar claro que aparente é uma ruptura com os modelos de desenvolvimento em voga. Sobre o desenvolvimento externo, que o mesmo vai denominar de endógeno territorial.

Por fim, Boiser (1999b) dedica um capítulo à práxis sobre o desenvolvimento territorial. O autor intitula essa parte do texto como: A mesoeconomia territorial: interação entre pessoas e instituições. Neste capítulo, o autor evidencia uma discussão sobre como organizar as coisas que foram pensadas e/ou idealizadas na prática. A fim de dar forma e movimento a um verdadeiro sentido, pode-se chamar assim, ao coletivo, social ou política do o processo de desenvolvimento. Desta forma, o autor ainda alerta também para o cuidado de cair no erro de prescrever soluções de ações e/ou atos que não são encontrados, completamente fechado, pelos próprios interessados.

Para alcançar o tão sonhado desenvolvimento requer ir em buscar de se planejar ações. Neste sentido, trazer as contribuições de Souza (2002) com as análises de mecanismos de planejamento e gestões são primordiais para a justiça social e a equidade da vida dos sujeitos sociais. O autor supracitado se baseia em diversos autores durante sua análise de gestão e instrumentos de políticas de planejamento. Neste contexto, Souza (2002) utiliza diversos conceitos para dar suporte em sua lógica de argumentos, como: o princípio da autonomia, sendo coletiva ou individual, ou seja, na participação social dos sujeitos na como estratégias de transformação socioespacial por meio da implementação do planejamento de políticas públicas.

É necessário destacar que essa contribuição sobre o planejamento de Souza (2013) refere-se às questões que tange o espaço urbano, sobretudo, as cidades, porém, que não descarta as contribuições e reflexões teóricas sobre o planejamento serem aplicadas no contexto do desenvolvimento territorial. Ademais, o autor aborda que há desafios a serem superados ao se falar sobre gestão e planejamento, principalmente sobre a desarmonia entre o âmbito político e o técnico-científico de planejamento e gestão.

Souza (2002) deixa evidente que os aspectos que giram em torno do planejamento, bem como a gestão não são neutros, pois quem está gerindo estes processos buscam atender suas ideologias, em virtude de uma sociedade que é dividida em classes e também é multifacetada com outros indexadores sociais, em virtude disso, se concretizam planejamento e ações de formas diferenciadas no desenvolvimento territorial.

Neste seguimento, é importante destacar a contribuição de reflexão do autor na temática com o livro *A prisão e a ágora*. Neste, Souza (2006) traz a concepção de planejamento e gestão com base na participação dos sujeitos e agentes sociais, porém, pautado conforme a democracia. A reflexão que esta obra traz consigo é a legitimação da democracia representativa e o sistema capitalista. Os dois conceitos para ele são modelos civilizatórios que cada vez mais visa o individualismo e aliena os sujeitos sociais em sua prática do poder.

O conceito de participação popular que o autor trabalha no livro é muito relevante para esta dissertação, denominada, aqui, de participação social. Para Souza (2006) a participação popular consegue romper a conjuntura de dependência em relação ao Estado. Por meio dela é permitido exercer a prática política dos sujeitos sociais e, desta forma, constitui cidadãos e compreende um conhecimento da consciência de direitos. É válido salientar que ele também faz uma crítica a participação popular com o intuito de co-administração e da co-gestão.

Neste sentido, Souza (2006) retorna os conceitos trabalhados em 2002 sobre a coletividade e individualidade, porém, ele avança no conceito ao trazer ideias sobre autonomia no campo interno e externo do planejamento, bem como a aproximação da dimensão cultural e

analisar o direito da diferença. O referido autor ainda trabalha com o conceito de autonomia forte e fraca. Portanto, faz uma análise e uma busca de uma nova forma de se pensar o planejamento para gestões de políticas públicas que seria a utopia realista segundo o autor.

Souza (2006) apresenta uma perspectiva completamente diferente em suas análises. Ele demonstrar autogestão e autoplanejamento com base em um projeto independente. Diante do atual momento em que a sociedade está exposta ao processo de globalização capitalista, não deixa de ressaltar a importância de empreender ações que ultrapasassem a escala local. Essa multiescalaridade, que Souza (2003) defende, é o elemento cerne da ruptura com localismos ingênuos e a suposição de uma transformação real e concreta da sociedade em uma sociedade autônoma.

2.2 Apontamentos sobre o território e o desenvolvimento territorial na Bahia

O uso do território para o planejamento e gestão das políticas públicas revela os conteúdos relacionados ao poder. Nesta direção, a categoria território é selecionada como forma de planejamento pelo Estado ao buscar a melhor interação sociedade e natureza, mas vale salientar que no processo de regionalização do Estado a categoria território, apresenta conteúdo diferente da óptica trazida pelos autores da Geografia.

Conforme exposto anteriormente, nos últimos 20 anos, para ser mais exato a partir de 2004, no cenário nacional foi implementado o planejamento territorial, a priori, com os territórios rurais e da cidadania, e na Bahia, dez anos depois em 2014, institucionalizou o planejamento territorial por meio dos Territórios de Identidade por meio do decreto de nº 3.214, de 29 de dezembro de 2014, em que traz o território como a categoria utilizada para o planejamento das políticas públicas de desenvolvimento territorial e na Bahia. Neste sentido Alcantara (2013):

Pontua-se que as categorias de estudo da geografia vêm sendo utilizadas e direcionadas para o ato de planejar [...], e merece destaque o território. Atos diretamente vinculados à [...] reprodução do homem no espaço, e logo construídos temas de investigação recaem sobre a perspectiva da análise geográfica (ALCANTARA, 2013 p. 84-5).

Para Haesbaert (2010) a utilização da categoria território para implementação de políticas públicas não é característica apenas do Brasil, mas também de outros países que adotaram, como forma de ordenamento e planejamento tais como: Portugal, Espanha, França e dentre outros. Todo esse contexto justifica o debate sobre a abordagem territorial, que segundo Saquet “A abordagem territorial é uma forma de compreensão [...] pode contribuir na superação

de aspectos das dicotomias natureza/sociedade e idéia/matéria e subsidiar a elaboração de proposta de desenvolvimento, valorizando às relações sociais entre os sujeitos” (2010, p.177).

Ao compreender que a abordagem territorial tem em sua essência o fim das dicotomias dos espaços rural e urbano temos de acordo com Limonad, Monteiro e Quinões (2021) a indicação que o planejamento territorial, por sua vez é multiescalar e perpassar por diversos segmentos sociais, com especial atenção aos temas emergentes que vão do ambiental até o social.

O planejamento territorial perpassa, destarte, desde o direito à cidade, à moradia, à mobilidade urbana, formas alternativas de uso e de apropriação do espaço social no âmbito do planejamento urbano e metropolitano propriamente ditos até o desenvolvimento territorial, bem como a gestão territorial e ambiental, concernente à organização social do espaço, à gestão e exploração dos recursos naturais, das áreas de marinha e dos recursos hídricos, etc., em escalas que se estendem do local ao nacional (LIMONAD, MONTEIRO E QUINÕES, 2021, p. 10).

Desta forma, os autores afirmam que o planejamento territorial se dá por meio de parcelas, elas não se limitam ou se isolam e fazem parte de um todo. Esse processo se consolida com diferentes participações tanto da sociedade civil quanto o poder público. Assim, os sujeitos sociais que compõem o território podem buscar o tão almejado desenvolvimento, por meio do planejamento das gestões de políticas públicas na perspectiva da abordagem territorial.

O planejamento territorial, assim, entendido enquanto o planejamento de parcelas do espaço social não se reduz, portanto, a qualquer um de seus aspectos ou dimensões, nem se limita a esta ou aquela escala. Consoante essa visão o planejamento territorial não se traduz, pura e simplesmente, no planejamento do território nacional, mas sim em um complexo conjunto de intervenções, conduzidas por diferentes agentes institucionais e atores sociais, em distintos setores e escalas (LIMONAD, MONTEIRO E QUINÕES, 2021, p. 10).

A respeito da análise sobre o que pode ser concebido como desenvolvimento, Alcantara (2013), indica que através do advento das crises econômicas e das grandes reformas neoliberais ocorridas no Brasil de 1990, nas últimas décadas, em particular, a partir dos anos de 2005, o país recebe uma atenção focalizada, dando precedentes para novas experiências destacando-se a valorização da diversidade, tais como: 1- Econômicas; 2 – Sociais e Políticas. Pode-se ser definido como expressa Alcantara (2013, p.95) “multidimensionalidades dentro do âmbito do desenvolvimento.”

Sobre o entendimento do desenvolvimento, Souza (1997) expressa que a discussão do mesmo, muitas vezes, é pensada apenas por meio do pensamento economicista, o que é insuficiente para sua definição. Desta forma, Souza (1996) diz que é necessário repensar no

conceito epistemológico das perspectivas do desenvolvimento socioespacial para se tratar no processo da dinâmica socioespacial:

É necessário, agora, discorrer sobre as consequências epistemológicas e metodológicas da perspectiva teórica do desenvolvimento sócio-espacial, com o fito de se robustecer uma alternativa igualmente à abordagem "pós-moderna". Atente-se, porém, antes, para o segundo fato que, segundo Menzel, interditará o prosseguimento da crença na factibilidade de uma teoria geral do (sub)desenvolvimento: a saber, o processo de heterogeneização do "Terceiro Mundo" (SOUZA, 1996, p.13)

Quanto ao Brasil, a busca do desenvolvimento através de políticas territoriais tem suas principais manifestações nos anos 2000, em especial o ano 2004, em que o planejamento apresenta o território como unidade de planejamento dentro da perspectiva do desenvolvimento territorial. De acordo com Haesbaert:

Em termo de políticas oficiais o termo acabou sendo central em propostas como PNOT - Política Nacional de Ordenamento Territorial, vinculada o Ministério de Integração Nacional (MIN), vinculada a partir de 2004, o PTC - Programa de território da Cidadania do Ministério Agrário (MDA) criado em 2008 e recentemente o PEEITE Programa de Educação Escolar Indígena e seus Territórios Educacionais, vinculado ao Ministério da Educação do Ministério da Educação (MEC) (HAESBAERT 2010, p.156).

No Brasil, as ações desenvolvidas na perspectiva da política de desenvolvimento territorial vêm ganhando a atenção dos estudiosos das diferentes áreas do conhecimento científico e também das esferas do poder destaca-se o poder municipal, pois, o planejamento ficou mais abrangente ao atender o maior número de pessoas possíveis, especialmente com a criação dos chamados espaços de participação. Para melhor entendimento, tem-se a criação dos colegiados territoriais² e, de forma mais específica, na Bahia, o Estado adota o planejamento territorial, implementa os territórios intitulados Territórios de Identidade e promove a criação dos colegiados territoriais.

Reforça-se que o território adotado como unidade para o planejamento e gestão traz à tona a temática da participação no processo de implementação de políticas públicas, aspecto negado ao longo da história do planejamento brasileiro, assim, faz-se necessária a construção de espaços para discutir e planejar políticas públicas nas esferas: sociais, econômicas, ambientais dentre outras. Segundo Dias (2016b):

O objetivo primordial da SDT seria sua concepção, dar sustentação a um processo em que a preocupação social se integraria às questões econômicas,

² Colegiados territoriais são espaços de discussão, onde seu corpo é composto de representação de cada município que compõem os territórios, por isso é denominado de colegiado. É relevante destacar que essas representações são formadas por organizações da sociedade civil e do poder público e eles têm um papel importante para o desenvolvimento dos territórios.

onde a distribuição da renda e ganhos sociais pudesse adquirir uma dinâmica comum. Portanto, o desenvolvimento territorial/local se processaria por meio da mobilização dos fatores econômicos (recursos naturais, infraestrutura, tecnologia), sociais (identidade cultural e desenvolvimento comunitário, principalmente) e políticos/institucionais (participação, parcerias e cooperação) (DIAS, 2016b, p. 27).

Deste modo, Theis (2016) expressa a importância do ato de planejar, que atenda democraticamente as necessidades da localidade que se pretende implementar as políticas públicas, pois, desta maneira as estratégias são eficazes por proporcionarem o desenvolvimento local e a participação social dos sujeitos sociais:

Estratégias eficazes são, portanto, aquelas que radicalizam processos democráticos, de ativa participação dos indivíduos e das comunidades, tanto na formulação quanto na execução de planos – portanto, *em lugar de* especialistas, algum corpo técnico ou mias equipe de tecnocratas – que aprofundem experiências fundadas no protagonismo de produtores diretos e confirmem centralidade à dignidade da gente e da natureza (THEIS, 2015, p. 16).

No intuito de implementar a escuta social dos sujeitos foram criados como mecanismo, ou espaço para promover a participação nas políticas públicas, os colegiados territoriais para os vinte e sete Territórios de Identidade da Bahia que, por sua vez, agrupa municípios que apresentem aspectos comuns: a vegetação, a cultura, as semelhanças de etnia, a economia semelhante entre os municípios.

Entretanto, devido a diversidade que compõe a Bahia, tal proposta ainda apresenta lacunas. Para Valencia *et al* “*El desarrollo territorial promueve las uperación de la visión de la participación como condición para la obtención de compensaciones, destacando la cooperación, corresponsabilidad e inclusión económica y social* (2020, p.135).”

Em virtude dessa ampla necessidade de articular os diferentes aspectos da sociedade, Valencia *et al* (2020, p.139), abordam “*una tentativa de articular las políticas públicas de forma especializada [...], generando un aumento en la capacidad de diálogo entre las esferas del poder público y la sociedad, beneficiaria de las políticas públicas.*”

Cada território de identidade têm um colegiado, formado por representantes do poder público e da sociedade civil e organizações existentes no território, tais como: Universidades, Associações, Sindicatos, Prefeituras e dentre outras organizações. Neste sentido, é importante ressaltar e analisar as relações de poder que se concretizam nos colegiados territoriais, que recai na perspectiva abordada por Souza (2002) ao dizer que as participações coletivas no planejamento sempre tende-se a inclinar para pautas e/ou ideologias de quem está à frente do processo. Também recai dentro da ótica defendida por Alcantara (2013) que analisa essas

relações de poder como campo de forças que vai buscar atender as demandas de um determinado segmento que esteja nos espaços, ou melhor, cargos de lideranças dentro dos colegiados territoriais, que neste caso, é Núcleo Diretivo (ND), que é um espaço composto por de 50% de cada segmento, neste caso, da sociedade civil e do poder público.

No conjunto dos 27 territórios da Bahia, proposto como forma de regionalização, encontram-se o Território de Identidade Sudoeste Baiano – TSB com 24 municípios, o Território de Identidade Médio Rio das Contas com 16 municípios e o Território Médio Sudoeste com 13 municípios, estudados nesta pesquisa.

2.3 Desenvolvimento territorial e políticas públicas: em pauta as políticas de gênero e sexualidade

A concretização das políticas públicas se dá em virtude das mudanças socioespaciais= e estas, por sua vez, estão articuladas pelas ações do Estado que é um agente imprescindível e que interfere na produção do espaço geográfico e no ordenamento territorial. O Estado consegue fazer um direcionamento do planejamento, bem como dos recursos para influenciar as dinâmicas socioespaciais.

Neste sentido, Santos (2020) afirma que o papel do Estado é capaz de sustentar a organização espacial e até mesmo transformá-lo em um instrumento flexível.

Sobre essas nuances da importância do Estado, permeiam teorias com diferentes pontos de vista e corroboram na organização espacial como um instrumento de manipulação que visa à manutenção da propriedade privada ou como meio de preservar os interesses públicos. As concepções fazem parte de um debate teórico-prático e pensar e/ou definir sobre o Estado é uma tarefa difícil, já diria Bourdieu (2014) “quase impensável” (SANTOS, M. 2020, p. 48).

Bourdieu (2014) expressa que o consentimento e a organização de uma população estão ligados a formação do Estado e tendo seguimento a própria ordem social. O autor ainda aponta que o Estado é mecanismo fundamental para integração da lógica e da moral do mundo social e, por seguinte, a formulação do consenso fundamental sobre a percepção deste mundo e a condição de conflitos.

Estas relações, segundo o autor, principalmente ao se falar de conflitos, recai na perspectiva das relações de poder que consolidam as dinâmicas socioespaciais de um território. Desta forma, Santos M. diz que:

O Estado se concretiza em três elementos: o território, o povo e o poder. Esses pilares estruturantes servem como base do campo administrativo, abordado por Bourdieu (2014), que, por meio da posse do monopólio e da violência

física, mantém o controle e o poder de forma legítima e simbólica (SANTOS M. 2020, p. 48).

Nesta quadra, é possível afirmar que a estabilidade do Estado é ligada aos conflitos de interesses dos indivíduos e o enfrentamento de grupos sociais. Deste modo, Winter (2006) aborda que a política é resultante de ações sociais que se dão por meio das divisões sociais, à vista disso, “o Estado se submete à busca da constância entre as diferenças e anseios dos grupos em meio a uma sociedade contraditória.” (SANTOS, 2020, p. 48).

Portanto, é válido apresentar que o processo de globalização subsidiado pelo Estado, está em constante ampliação, bem como em produção e (re)produção dos espaços aos moldes do sistema capitalista se dá de forma diferente, neste sentido, vem à luz a teoria da contradição da produção capitalista do espaço abordada por Harvey (2004), e a crítica abordada por Souza (2006) sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista pautada na democracia representativa.

Mediante a desigualdade socioespacial desenvolvida, ou melhor, produzida pelas contradições do capital, o Estado criou um conjunto de mecanismos que denominou de políticas públicas e de decisão política. Desta forma, Rúa (1998) diz que:

As políticas públicas (*policies*), por sua vez, são outputs, resultantes das atividades política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis (RUA, 1998, p. 1).

Souza (2006) aponta que não há como definir políticas públicas apenas por um mero conceito, mas uma gama de diversas contribuições, tais como a de: Mead (1995) que vai conceituar como um campo de estudo dentro da perspectiva da política que analisa o governo por meio das questões públicas. Já Lynn (1980) que afirma que é um aglomerado de ações de um governo que produzirá efeitos em lócus. O autor Peters (1986) segue a mesma lógica de pensamento e diz que é o somatório de atividades governamentais que agem direto ou por meio de delegações que interferirão na vida dos sujeitos sociais. Dye (1984) traz uma concepção bem resumida ao dizer que é tudo aquilo que o governo faz ou deixa de fazer. Dentre este rol de conceitos destaca-se do autor Laswell que traz no sentido de tentar responder, ou melhor, sanar mazelas sociais. Desta forma, Souza, apregoa:

Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso,

uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2016, p. 22).

Diante do exposto, pode-se trazer a contribuição de Secchi (2012) define que política pública é um mecanismo elaborado para enfrentar um problema público, e o autor diz:

[...] é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos esta definição em detalhe: uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2012, p. 2).

É possível afirmar que a política pública deve ser planejada a partir das necessidades emergentes, respeitando as singularidades do lugar e dos sujeitos sociais. Ainda segundo Secchi (2012), as políticas públicas podem ser oriundas, à primeira vista, pela abordagem estatística e não estatística, sendo que a primeira é concebida por atores políticos vinculados aos departamentos do Estado que podem se exemplificar pelas propostas do legislativo. A segunda, por sua vez, é classificada por multicêntrica, também, ao contrário das ações do estado, são formuladas por meio de outros atores, tais como: organizações privadas que por muitas vezes não concentra os sujeitos sociais em seu principal objetivo.

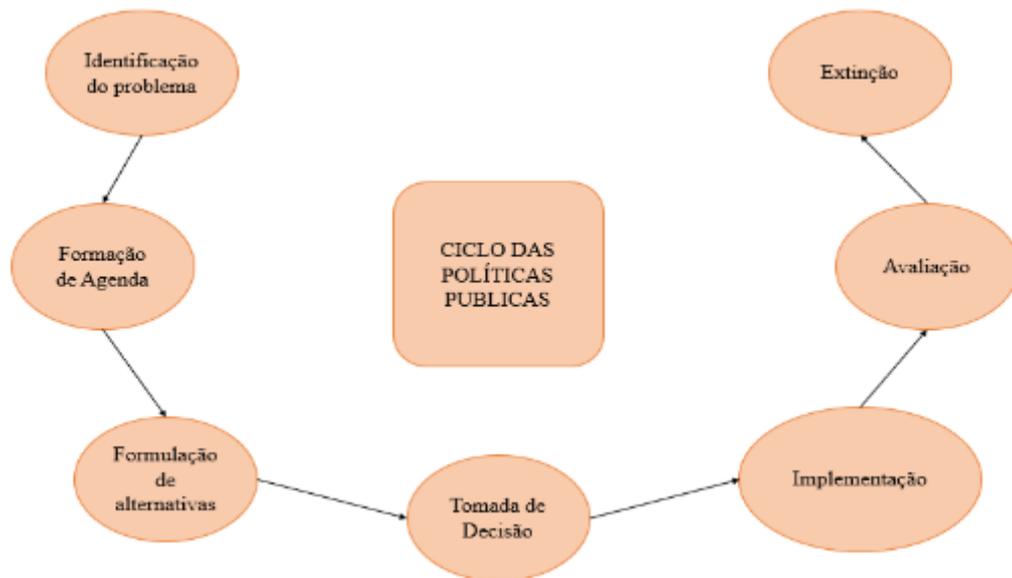
Ao compreender que as políticas públicas são voltadas ao bem público, Santos aponta que o Estado tenta encobrir outras ações ou mecanismos capazes de amenizar, ou até mesmo erradicar um problema público.

Ao indicar que as políticas públicas são voltadas para um bem público, esta definição pode estar atrelada a interesses de um grupo ou do próprio Estado na tentativa de encobrir outras ações como formas de sanar um problema público criado. [...] destaca a necessidade de sair das armadilhas das políticas públicas consideradas consensuais presentes num discurso que se torna caro aos grupos sociais, pois as políticas são emergidas por intermédio de fatores que fogem da neutralidade e são direcionadas para as demandas de um ou mais grupos (SANTOS, 2020, p. 53).

Ao resgatar o pensamento de Secchi (2012), pode-se afirmar que o problema público é a diferença entre a situação ideal para a atual, desta forma, é possível de uma realidade para além da dimensão que os sujeitos estejam inseridos. O autor confecciona um organograma que denomina de ciclo das políticas públicas que faz a representação das seguintes fases: do

diagnóstico, da elaboração, da implementação e da pós-implementação das políticas públicas, conforme figura 2.

Figura 2 – Ciclo das Políticas Públicas segundo Secchi (2012)



Fonte: Secchi, 2012. Elaborado por: Santos, 2020. Adaptado pelo autor, 2022.

Ao fazer o levantamento do problema, serão envolvidos a percepção, a delimitação e avaliação. Para o autor a percepção é algo subjetivo, mas a situação pública chama atenção por um quantitativo de pessoas na mesma situação. É importante delimitar o problema de forma que possa apontar as causas e riscos. E ao concluir, na etapa da avaliação, é possível investigar se o problema tem condições de ser sanado e quais são os riscos e os desdobramentos das intermediações.

No ciclo da reformulação da agenda está ligado ao desdobramento de como vai propagar a inserção de problemas e depende da intensidade da cobrança dos sujeitos sociais ao trazer a demanda real. Já a reformulação de alternativas engloba estudos detalhados dos custos e benefícios, elaboração de método, programas e estratégias que alcançará o objetivo principal da política pública.

Na tomada de decisão, apresenta-se o momento dos conflitos de interesses dos atores. A implementação está relacionada a fase da execução. E a esta é estabelecida metodologias para seu desenvolvimento. A avaliação, por sua vez, é o momento de todo o desdobramento das políticas públicas e fazer um balanço de seus efeitos e faz com que tenham um feedback das ações desenvolvidas.

A última fase do ciclo é a extinção que, segundo Santos M. (2020, p. 55) nesta etapa, “são analisados os seguintes fatos: se a problemática que gerou a adoção de ações foi resolvida,

se leis ou medidas adotadas foram ineficazes na resolução do problema ou [...] se não foi resolvido, mas a importância do obstáculo perdeu relevância na agenda governamental”.

Mediante as discussões abordadas, compreende-se que é processo da gestão das políticas públicas desde a gênese, da formulação até a fase final da avaliação. Neste contexto do estudo sobre as políticas públicas de gênero e sexualidade, direcionadas as pessoas LGBTQIA+ e mulheres nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano entende-se que a participação social destes sujeitos, nos espaços de planejamento e de implementação de políticas públicas, é essencial e definitiva para implementação das mesmas.

Ao analisar a implementação de políticas públicas de gênero e sexualidade na perspectiva³ do planejamento territorial com vistas aos territórios Rurais⁴ e da Cidadania⁵ verifica-se que carece de maior envolvimento dos segmentos sociedade. Mesmo que participação social dos brasileiros esteja prevista desde 1988, no artigo 5º da Constituição Federal, os espaços de participação encontram-se em um processo de consolidação. No caso da Bahia, o desenvolvimento territorial e a construção dos espaços de participação formam apoiados com a formulação do decreto do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CODETER):

Art. 3º -Fica instituído o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CODETER, fórum permanente de caráter consultivo, com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias integrantes do Programa Territórios de Identidade.

E o Decreto ainda define a composição:

§ 1º - Ao CODETER caberá coordenar, articular e propor ações que promovam o desenvolvimento territorial sustentável do Estado da Bahia, em diálogo permanente com instituições públicas, entidades da sociedade civil e Colegiada Territoriais (BAHIA, 2010. p. 2).

³ O texto faz um resgate histórico desta política dentro dos programas dos territórios rurais e da cidadania, visto que o governo federal extinguiu essa política em 2019.

⁴Território rural é um conceito que leva em consideração um conjunto de aspectos comuns compartilhado por uma determinada região do país que reúne municípios. Esses territórios têm características relacionadas à cultura, ao funcionamento da economia, às relações sociais entre as pessoas que ocuparam aquele espaço historicamente e que desenvolveram uma série de identidades. Um exemplo importante é o Vale do Ribeira, ou o Território Estrada de Ferro. São territórios cuja ocupação trouxe certa identidade ao lugar. Os vales normalmente têm relação com os rios. [...] Todos os territórios com que o MDA trabalha são rurais. Esse é um conceito que somente o Brasil utiliza como organizador de políticas públicas. (MDA, 2018, p1).

⁵ Os Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. (MDA, 2008, p.3).

Para o reconhecimento dos colegiados ele expressa em parágrafo único que garante a diversidade da plenária do colegiado territorial, pois é necessário que os espaços de discussões sejam plurais e desta forma faz com que o planejamento respeite toda as identidades e diversidades existente no território como pode-se observar a seguir:

Parágrafo único - O reconhecimento dos CODETERs, observará as seguintes diretrizes gerais:

I - diversidade dos seus membros, assim entendida a pluralidade da participação do conjunto dos atores públicos e privados pertencentes aos territórios de identidade;

II - representatividade da sua composição, que deve reunir segmentos regionalmente organizados (BAHIA, 2010. p. 2).

Os colegiados seguem uma forma de gestão prevista pela extinta Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), onde prevê que era necessário compor câmara temática com um propósito central para discussão que fica a critério de criação as necessidades de cada território.

Nos territórios em seus colegiados territoriais existem câmaras temáticas que abordam as questões de gênero e sexualidades, em alguns casos, são chamadas de Câmara Temática de Mulheres - CTM com o objetivo de traçar mecanismos para promover maior participação social das mulheres nos espaços de discussão no território. Compreende-se que gênero não se limita somente a questão física/sexual, vai muito além e apresenta construído subjetivo como afirma Butler (1990). O debate sobre gênero acontece também em outros espaços no contexto do desenvolvimento territorial, a exemplos, dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET⁶ que foram presentes em alguns territórios do Brasil.

Neste sentido, Ferreira *et al* (2017) afirmam a importância da política de gênero no artigo “Contribuição do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET para fortalecimento da participação social das mulheres no Território de Identidade Sudoeste Baiano” indicam que:

[...] por meio das políticas territoriais a mulher passa adquirir mais autonomia, no momento que se insere neste contexto passa constituir uma nova territorialidade, pois suas relações sociais estabelecem uma luta pelos seus direitos, traz consigo uma carga social, além do resgate histórico em meio às desigualdades de gênero. Desta maneira, em relação ao território visa destacar que a mulher traz consigo uma dimensão simbólica de pertencimento com lugar vivência, diante disso são construídas as relações sociais por meio do

⁶ Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET atuaram em todo país por meio da parceria entre Universidades, Institutos Federais de Educação, MDA/SDT e CNPq, está presente nas 27 unidades federativas da União, atendendo a 186 territórios. As equipes NEDET se tornaram referência no apoio ao fortalecimento dos Colegiados e da Política Territorial, promovendo uma mudança nos cenários locais, dinamizando esses espaços por meio do estímulo a pluralidade e participação social.

espaço vivido onde são estruturadas as relações de poder, trabalho entre outras (FERREIRA *et al.*, 2017, p. 3).

Registra-se, então, que é pertinente da discussão de Gênero no contexto do desenvolvimento territorial e, conseqüentemente, nos estudos da ciência geográfica. Uma vez que compreender a inserção e participação da mulher e dos LGBTQIA+ torna-se tema de interesse da geografia, visto que este debate pode ser concebido como um fenômeno socioespacial e a geografia têm contribuições a trazer para essa discussão por se tratar de relações de poder, sobretudo, na constituições de territórios por meio dos conflitos de interesses dos sujeitos estudados, teoria esta, abordada por Silva e Ornat (2014) ao dizer que essas relações de poder se dá para além da delimitação do Estado e dos aspectos econômicos, mas sim, pelas complexas relações que tange as questões de gênero e sexualidade.

De modo geral, verifica-se que conquistas foram alcançadas pelas mulheres e ainda que os LGBTQIA+, por sua vez, também se inserem neste contexto, e se observam alguns avanços no que diz respeito ao cenário de reparo social; avanços que ainda estão em processo de construção e a ciência, por sua vez, pode contribuir para a implementação de políticas públicas que possa atender às particularidades destes grupos no sentido de gerar um desenvolvimento em suas diferentes dimensões.

Conforme afirma Sen (2000), em sua obra *Desenvolvimento com Liberdade*, o desenvolvimento é muito mais que acúmulo de riquezas e do crescimento econômico, e sim, no desenvolvimento social é que as pessoas começam a participar das políticas, não em sentido partidário, mas começam a ter autonomia e conhecimento do processo político que os insere.

A liberdade em relação ao desenvolvimento, segundo Sen (2010), é:

[...] As liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões de averiguações de públicas). De forma análoga, a industrialização, o processo tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, mas ela depende também de outras influências (SEN, 2000, p. 18).

As contribuições de Sen (2000) sinalizam para dissociação do desenvolvimento e do crescimento econômico. No pensamento do autor, este substantivo ganha novos elementos. A exemplo disso, o desenvolvimento deve ser calçado nas liberdades substantivas das pessoas. No cerne desta ideologia, observa-se que por estratégia do Estado para desenvolvimento dos territórios está, aos poucos, na concepção de Sen (2000), pois, a partir da política territorial as pessoas ganham autonomia e participação nas implementações das políticas públicas.

No entanto, é preciso elucidar as contribuições que auxiliam no entendimento do debate de gênero e sexualidade, pois as políticas públicas que auxiliam e amenizam as disparidades sociais relacionadas ao gênero e sexualidade no Brasil, são somatórios para o almejado desenvolvimento social e econômico. Conforme Sen (2000) visa autonomia e participação destes sujeitos no planejamento e na gestão de políticas para alcançar o desenvolvimento.

De modo especial, pensar as Políticas Públicas de gênero e sexualidade requer conhecer melhor a temática, para inteirar ao contexto, das demandas da política de desenvolvimento territorial. Por que e por quem estas políticas devem ser planejadas? Como é abordada a temática nas diferentes áreas do conhecimento? No decorrer dos anos, percebeu-se que não se deve definir gênero por meio da genitália biológica de um indivíduo, sabe-se que o gênero vai muito além do corpo físico e há inúmeros gêneros entre os extremos, popularmente definidos como homem e mulher. Ressalta-se que esses dois tipos de classificações estão intrinsecamente ligados ao órgão sexual.

O site intitulado como “Põe na Roda”⁷, que trata especialmente de assuntos ligados a gênero, com foque aos gêneros LGBTQIA+, em uma matéria escrita por Pedro HMC (2018), diz que no Brasil existem três diferentes gêneros⁸. Por sua vez, o site “Recanto das Letras” expõe que existem 17 tipos de gêneros⁹, porém, nem todos foram reconhecidos na sociedade brasileira. A afirmação sugere a necessidade de se debruçar sobre a “História da Sexualidade I: A vontade de saber” de Michel Foucault (1977), que:

Afinal de contas, somos a única civilização em que certos propostos recebem retribuição para escutar cada qual fazer a confidência sobre seu sexo: como se o desejo de falar e o interesse que disso se espera tivessem ultrapassado amplamente as possibilidades da escuta, alguns chegaram até a colocar as suas orelhas em locação (FOUCAULT, 1977, p 13).

O filósofo procura enaltecer o quanto a falta de diálogo sobre sexualidade dentro da civilização fez com que se criasse um *tabu*¹⁰ que até hoje é refletido na sociedade mundial, inclusive, na brasileira. Essa proibição de falar sobre sexo ou sexualidade sempre esteve entrelaçada com dogmas religiosos, tanto de cunho cristão e religiões não cristãs. O autor expressa sobre a repressão do sexo:

A ideia do sexo reprimido, portanto, não é somente objeto de teoria. A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da hipocrisia burguesia negociada e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo[...] dizer

⁷Endereço do site Põe na roda: <<https://poenaroda.com.br>>

⁸Disponível em: <<https://poenaroda.com.br/page/8/?s=Genero+Brasil>>Acessado em 08 JUL 2021 às 16h14min

⁹Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-sociedade/5575362>> Acessado em 14 JUL 2021 às 16h30min

¹⁰Proibição da prática de qualquer atividade social, moral ou cultural que seja reprovável.

que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril (FOUCAULT, 1977, p. 13).

A sexualidade estava ligada ao poder, principalmente, quando se lembra por uma questão histórica que as mulheres sempre foram excluídas das decisões na sociedade por simplesmente serem mulheres. Neste sentido, vale citar a obra *O Segundo Sexo* (1939) da Filósofa Francesa, uma das idealizadoras do movimento feminista, Simone de Beauvoir, em que faz uma análise detalhada da opressão à mulher. Ela também ressalta sobre a relação do poder com a sexualidade, no qual diz que:

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revelado à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnologia que poderemos compreender hierarquia do sexo se estabeleceu (BEAUVOIR, 1939, p. 81).

Durante muito tempo - e até os dias atuais - perpetuou-se essa hierarquização expressa pela autora. Assim, na atualidade observa-se que há novas formas de imposição de poder, como expressa Oliveira Junior (2017):

Pensa que a produção de identidade de gênero ‘normais’ também pode representar a obrigatoriedade de ‘preferir’ determinados interesses, de desenvolver habilidades ou saberes compatíveis com as referências socialmente admitidas para masculinidade e para a feminilidade (OLIVEIRA JUNIOR, 2017, p.19).

Para o autor há uma preferência social para garantir essa hierarquização estabelecida quando se trata sobre o gênero e sexualidade, neste caso, a bipolaridade entre homem e mulher. Desta forma, o autor realiza uma crítica a ideia defendida por Beauvoir (1939) dentro da dualidade entre homem-mulher e/ou macho-fêmea que se perdurou por muito tempo, neste cerne, realiza a negação de outras nuance de gênero, bem como da sexualidade.

Nos dias atuais observa-se que muitas práticas de opressão sobre o gênero se perpetuam de forma mascarada. Assim como a mulher, os LGBTQIA+ sofrem repressões na sociedade, alguns direitos civis são negados pelo simples fato de se relacionarem com pessoas do mesmo sexo biológico.

Vale salientar os estudos da geógrafa Joseli Silva que, em sua obra intitulada *Geografias Subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidade* (2009), reuniu trabalhos com a mesma temática sobre gênero incluindo a crítica da ausência da ciência geográfica com estudos sobre esses fenômenos sociais existente no espaço geográfico.

Pode-se analisar que o pensamento geográfico expresso por diversos autores, com maior evidência na obra de Moraes (1994), na obra “Geografia uma pequena história crítica” não se

tem mulheres como protagonistas dos estudos geográficos. Nota-se que no desenvolvimento do pensamento geográfico houve ausência da figura feminina dentro do debate e, essa figura feminina na geografia entra em evidência no século XIX com Elen C. Semple, uma aluna da corrente determinista, que teve presença de forma mais coadjuvante, sem o destaque merecido à autora. Conforme Silva (2009) explana a ausência destas questões, gênero e sexualidade, dentro do âmbito da Geografia:

A razão de suas ausências dentro do discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade dos saberes que compõem as sociedades e suas variadas espacialidades (SILVA, 2009, p. 26).

Ao analisar o pensamento de Silva, verifica-se que a discussão do saber geográfico se construiu durante muito tempo através da hegemonia da masculinidade e da heteronormatividade que se tem relação intrinsecamente ao poder, pois, era a configuração social da época, que se pode afirmar que a referida prática se concretiza até os dias de hoje de forma velada. Sobre a presença feminina ou reconhecimento na geografia e, sobretudo, a geografia brasileira Silva aponta que:

[...] não podemos deixar de questionar a impermeabilidade da geografia brasileira a esse movimento político-científico e, acima de tudo aguçar nosso senso crítico para compreender que os princípios que organizam a produção discursiva da ciência hegemônica são os mesmo que produzem os silêncios e as ausências (SILVA, 2009, p. 27).

De acordo com a autora supracitada a produção científica reflete o caráter machista e heterocisnormativa da sociedade. Segundo a mesma:

Considerando o fato de que a academia é parte da sociedade heteronormativa, estudos associados a sexualidades encontram grandes dificuldades para se expandir, notadamente porque a temática é alvo de posicionamentos homofóbicos dentro do campo de produção científica preconceito e a negatividade atribuídos aos temas ligados às sexualidades dissidentes acabam por não atrair pesquisadores ao campo de pesquisa e, inclusive, dificultam o recrutamento de participantes em projetos de investigação (SILVA, 2013, p. 151-2).

Nesta direção, a geógrafa aponta a importância de se consolidar uma geografia que se debruce e analise os temas dissidentes e, até mesmo ao fazer a relação entre a geografia e a teoria *queer*:

Esta vertente geográfica baseia sua produção científica na ideia da não linearidade entre sexo, gênero e desejo e do gênero performático que se faz em uma sociedade heteronormativa. A heteronormatividade e a performatividade são dois termos fundamentais no desenvolvimento das análises geográficas queer. Por heteronormatividade entende-se uma tendência no sistema ocidental contemporâneo de considerar as relações

heterossexuais como sendo a norma, de modo que todas as outras relações não correspondentes à norma são concebidas como desviantes. Já a performatividade, conceito fundamental nas obras de Judith Butler, é um termo utilizado para descrever a forma com que o gênero é produzido como sendo um efeito de um regime regulatório que exige uma repetição ritualizada de formas específicas de conduta (SILVA, 2013, p 152).

Silva (2011) apontam que os conceitos de gêneros, sexualidade e racialidade foram bem recepcionados nas análises das outras ciências sociais, mas dentro da perspectiva da geografia ainda se deu de forma tímida:

[...] apesar de este conceito ter tido forte aceitação em várias ciências sociais, no campo da Geografia sua utilização foi tímida. [...], mesmo com a expansão da ideia da pluralidade das performances de gênero, pelas críticas sobre a impossibilidade de compreender o gênero a partir das experiências de pessoas em múltiplas situações políticas, econômicas, temporais e espaciais (SILVA E SILVA, 2011, p. 30).

Silva (2009) aponta para a importância desse discurso na ciência geografia e outras ciências de cunho social incluem debates dentro do cenário científico. Então para se entender gênero, segundo Butler (1990), é necessário ir além das realidades restritivas calçadas da dualidade do homem e mulher ou fêmea, ou macho e, ainda sobre esse pensamento, Butler (2004) enaltece o conceito de gênero como uma ferramenta de desconstrução da normativa já expressa há milênios na sociedade, sobre os estereótipos, sobre masculinidade e feminilidade.

Os autores Silva, Ornat, Chimin Junior (2017) abordam que a geografia está sendo desafiada, principalmente a latino-americana ao reconhecer temas dissidentes dentro de suas perspectivas de análise:

A geografia latino-americana tem sido desafiada a responder às diferentes reivindicações espaciais oriundas da diversidade de experiências étnicas, raciais, sexuais e de gênero, e a nossa história científica tem se mostrado insuficiente para dar vazão aos movimentos contestatórios dessa natureza e, por sua vez, sustentar as expectativas das novas gerações de geógrafas/os (SILVA, ORNAT, CHIMIN JUNIOR, 2017, p 13).

Ao se tratar da Geografia Brasileira, observa-se que apesar de temas que estiveram por um bom período de tempo em subserviência ainda são renegados por muitos Geógrafos e Geógrafas que buscam respaldo nos estudos realizados em bases epistemológicas tradicionais, isso fica evidente na contribuição de Silva, Ornat e Chimin Junior:

Ao fazer parte do campo científico da geografia brasileira, defendendo as abordagens geográficas de gênero, raça e sexualidades, convivemos com vozes que se erguem para alertar para o 'perigo' dos saberes não geográficos que tentam compor a geografia. O alerta aos 'perigos' tem sido respaldado pela defesa de uma tradição epistemológica, a fim de preservar o que alguns geógrafos pensam ser a 'verdadeira' geografia. Os intelectuais adeptos do fundamentalismo científico têm desempenhado importante papel na negação

de determinadas existências espaciais humanas, contribuindo para a violência epistêmica que a geografia brasileira ainda impinge sobre grupos sociais invisibilizados. (SILVA, ORNAT, CHIMIN JUNIOR, 2016, p. 16-7).

Silva (2009, p. 42) define o conceito de gênero: “[...] as normas de gênero são representações que, ao serem interiorizadas pelas pessoas no processo de atuação, jamais são reproduzidas em sua plenitude; portanto, são continuidades transformadas, subvertidas e, assim, desconstruídas.” Logo, não existem bipolaridades ao se falar de gênero; existem variações entre os extremos que se pode conceituar entre o homem e a mulher, que conseqüentemente essas extremidades se casam com os órgãos genitais, portanto, para Beauvoir (1939), não se nasce mulher, se torna mulher, e essa expressão da autora não diz respeito ao biológico, mais sim à construção social do sujeito.

Para dar ênfase a essa afirmação, pode-se destacar o pensamento de Silva sobre estas extremidades de definição de gênero:

Neste sentido, não existem em si as masculinidades e as feminilidades essencialmente verdadeiras, pois gênero é performático; eles se instituem mediante atuações contínuas que, se de um lado expressão as normas de gênero, por outro comportam sua desconstrução no processo de atuação, gerando configurações fora do eixo restritivos da bipolaridade e da heterossexualidade compulsória (SILVA, 2009, p. 42).

Corroborando o pensamento de Silva a socióloga Bento que afirma:

Discutir gênero é transitar por um conjunto de teorias e de concepções e de explicações sobre o que é ser masculino e feminino[...] fala que gênero, a masculinidade e a feminilidade não têm nada a ver com a estrutura biológica. portanto, não tem a ver com a presença ou ausência de determinadas genitálias, determinadas características sexuais secundárias (BENTO, 2017, p.107-8).

Afirma-se que a definição de gênero se dá de maneira performática (SILVA, 2009), há inquietações dentro da discussão científica, uma busca por alguns teóricos, um conceito engessado, mas esse modo de conceituar não seria viabilizado, pois, gênero é uma questão fluida que não se materializa com um conceito positivista. Bento (2017, p. 118) também fala da *performance* sobre o gênero e diz que: “Gênero está relacionado à performance, à prática e ao reconhecimento social.”

O movimento dentro da ciência geográfica que viabilizou este discurso foi o movimento emergente da Geografia Cultural que firmou alianças com as geografias feministas. De acordo com Silva:

O movimento feminista da geografia ampliou as noções das diferenças que marcam profundamente o espaço, em qualquer escala adotada para análise, e qualquer que seja o foco de interesse, vinculando as complexas relações entre

corpos, identidade e poder na produção material e simbólica do espaço. (SILVA, 2009, p.43).

É importante destacar que as ditas minorais, principalmente sobre a questão de gênero e sexualidade, sempre buscou formas de serem reconhecidas e terem seus direitos conquistados de forma territorializada tanto no aspecto físico quanto imaterial, como expressa na citação de Meira e Ferreira (2018):

[...] formação da territorialidade a partir de determinadas identidades, de um determinado grupo. Vimos que as minorias sexuais, além da busca de um campo simbólico que os façam ser reconhecidos por seus semelhantes, em muitos casos procuram nos territórios de convivência uma proteção, pelo medo do preconceito, da abjeção, fazendo com que o território definido por essas identidades seja não só um local de convivência, mas também um espaço de fuga, um refúgio, onde o indivíduo poderá exercer sua sexualidade de forma plena, sem ser repreendido, objurgado (MEIRA E FERREIRA, 2018, p. 80).

Este movimento é caracterizado como plural, pois é influenciado pelas teorias pós-colonialistas, pós estruturalistas e psicanalíticas agregando os movimentos de LGBTQIA+ e mulheres negras existentes no Brasil. Torna-se importante incorporar a pesquisa sobre a temática LGBT para que haja um retorno social e este retorno seria a diminuição da homofobia, que, segundo Miskolci “O termo homofobia é limitado não apenas por supostamente referir-se somente ao preconceito, a discriminação ou a violência dirigida a gays, deixando se referir a identidades socialmente mais rechaçada como travestis e transexuais ou à forma de discriminação sofrida por lésbicas (2011, p 48).

Não é apenas a mulher que sofre violência de cunho físico ou moral, os integrantes da população LGBTQIA+ também sofrem agressões corriqueiramente, mas quando se trata de políticas públicas sobre a temática gênero, observa-se que essa população ficou de fora como afirma Seffner (2011). O que o movimento social dos LGBTQIA+ defende que as pessoas podem ser o que quiserem, ou melhor, o que definirem e, desta forma, não há um alinhamento de reivindicações. Neste sentido, o autor expressa que:

Dito em outras palavras: a percepção que tenho é que, quanto mais nos organizamos para obter direitos e reconhecimento [...] A saber, quanto mais reivindicações direitos, mais nos esforçamos para nos mostrarmos “bem na foto”, “arrumadinhos”, merecedores dos direitos que queremos obter. Quanto mais direitos, mais conformamos certo modelo “correto” e “aceitável” de ser gay, lésbicas, travestir, transexual etc. e tal. A distância que separa a obtenção de direitos e a normalização da população LBGT é pequena, e há evidente conexões entre estes dois movimentos. (SEFFNER, 2011, p 60).

Verifica-se que conquistar direitos para essa população é alinhar-se à sociedade conforme um todo, mas aí se cria uma pergunta: quais direitos? A priori, pode-se responder direitos civis (SEFFNER, 2011), tais como: serem respeitados pelo que são e com quem se relacionam, constituírem família através do casamento perante a lei e dentro de outros direitos. Todo este contexto impulsiona o movimento desta minoria nos últimos 30 anos:

O movimento LGBT (a autora cita o movimento de gays e lésbicas) criou novos códigos éticos, abriram novas possibilidades para seus direitos, como a escolha do próprio sexo, por exemplo. Não se trata de um valor defendido pela sociedade como um todo; ao contrário, existe forte resistência a esta demanda, por parte de segmentos conservadores e não conservadores, principalmente nos países de tradição religiosa cristã-católica. Mas, se trata de um valor novo e este é o ponto que estamos querendo destacar, pois abarca a possibilidade de vivenciar a sexualidade. É importante destacar aqui que uma parcela da sociedade ainda demoniza e condena tratando como anormais, o comportamento afetivo/sexual dos sujeitos considerados não-heterocentros, ou seja, cuja orientação sexual foge da norma imposta, que é a heterossexual (OLIVEIRA JUNIOR, 2017, p.19).

Apesar de todo caminho percorrido e conquistado, por meio do fortalecimento do movimento destas minorias, verifica-se ainda que essa população sofre vários ataques. Desta forma, faz com que esses agentes sociais sejam marginalizados, procurando subterfúgios para sua existência. Meira expressa que:

As minorias LGBT são vitimadas cotidianamente pelos mais diversos tipos de preconceitos, começando pelas próprias famílias que não aceitam suas orientações sexuais, pela escola que não compreende e não sabe como lidar na maioria das vezes com esse “tipo” de aluno, no ambiente de trabalho e finalmente a própria sociedade que os escorraçam de todas as maneiras do meio social. Onde muitos gays acabam tendo a marginalidade como alternativa de vida, e, as consequências na maioria dos casos são terríveis para esses seres humanos. Os espaços por onde estes coletivos transitam na maioria das vezes lhes são hostis, não oferecendo quase ou nenhuma oportunidade de expressarem seus desejos, opiniões, ou melhor, serem o que eles realmente querem ser enquanto gente. Vários são os relatos de homossexuais acerca das agressões sofridas nos mais variados ambientes da nossa sociedade (2018, p 144).

Segundo Meira (2018 p. 148): “No caso brasileiro, foi entre os anos de 1995 e 1997 que surgiram as primeiras Paradas do Orgulho LGBT, e que não passavam de algumas centenas de pessoas cantando palavras de ordem atrás de um carro de som”.

Seffner (2017) afirma que é necessário trazer temas sobre gênero e sexualidade aos centros das discussões políticas, pois, faz parte da democracia discutir e implementar ações que visam todos os sujeitos sociais existentes, como pode-se observar: “trazem para o centro da arena política brasileira as questões de gênero e sexualidade, onde no fundo elas serão

decididas, o que acontecerá para melhor com o aprofundamento da democracia.” (SEFFNER, 2017, p 242).

Mesmo com as conquistas alcançadas, mulheres e LGBTQIA+, através dos movimentos sociais de seus respectivos grupos, ainda são frequentes atos de violências a exemplos dos feminicídios e os LGBTQIANocídios.

Mesmo com todas as conquistas alcançadas pelo movimento LGBT nas últimas décadas, fruto de muita luta, ainda temos muito a conquistar no cenário sócio-político brasileiro, especialmente no que tange à homofobia, onde assistimos quase que diariamente pela grande mídia notícias de assassinatos de gays ou agressões das mais variadas tipologias, desde chigamentos até espancamentos de pessoas que pelo simples fato de serem quem são pagam um preço muito alto por isso (MEIRA 2018 p.148).

Leite, Zanetti e Toniolo (2021) abordam que as políticas públicas ocorreram a partir dos anos de 1970, graças à reivindicação dos movimentos sociais de forma organizada, como destaca os autores:

As políticas implementadas aos grupos de minoria, assim como o papel de ONGs em torno da causa LGBTQIA+, tiveram impulso na década de 1970, com o Movimento Homossexual, que surgiu a partir de apelos, sobretudo, de homens gays que buscavam defender as causas do segmento. O grupo mais importante no primeiro momento do “desabrochar” dessa militância homossexual foi o ‘SOMOS’, em 1978, e o jornal ‘O Lâmpião da Esquina’, em 1979, que tinham como intuito discutir as demandas LGBTQIA+, de forma politizada e sem apologia sexual (LEITE, ZANETTI e TONIOLO, 2021, p.6).

Meira (2018) evidencia a violência sofrida pelos LGBTQIA+, mas a violência contra a mulher ainda é presente e com números elevadíssimos no cenário brasileiro. Muitas vezes esses acontecimentos não chegam ao conhecimento das autoridades, pois, muitas mulheres se sentem coagidas pelos seus parceiros ou parceiras, tendo certa dependência de cunho sentimental ou de cunho financeiro, que é o mais frequente, ao ocasionar o silenciamento, alimentando ainda mais a violência sofrida.

Tudo isso exposto com as lutas da população LGBTQIA+ vale evidenciar o pensamento da filósofa francesa Beauvoir (1939) “ninguém nasce mulher, se torna”. Nessa perspectiva, entende-se que não depende da genitália para definir o gênero, mas da construção social. Com a contribuição a filósofa estadunidense, Butler (1990), amplia a questão de construção social do gênero como algo construído por meio das normatividades de uma sociedade heterocisnormativa.

Conforme o posicionamento de Ferrari, Souza e Castro (2017) graças as universidades e aos professores e professoras que compõem esse universo que a temática de sobre Gênero e Sexualidade tem sido colocada em pauta e registra-se pesquisas e investigações no Brasil.

Ao trazer essas realidades para a Ciência Geográfica Paula (2020, p.94) diz que “O principal interesse da Geografia de Gênero consiste em estudar as desigualdades socioespaciais destinadas pela sociedade a homens e mulheres.” A geógrafa ainda abre as possibilidades de se estudar outros marcadores sociais para enriquecer o debate e o arcabouço teórico da Geografia ao dizer que “Tais relações, bem como as diferenças raciais e sexuais, penetram em todos os âmbitos da vida social e ignorá-las, empobrece as análises geográficas (PAULA, 2020, p. 95).

Compreende-se que as contribuições da ciência, em especial, a Geografia permite a análise das políticas públicas de gênero e sexualidade no contexto do Desenvolvimento Territorial na Bahia. Ao considerar o que o planejamento territorial apresenta em suas essências fomentar a participação social destes sujeitos.

3 PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM BREVE RETRATO DO CENÁRIO DA BAHIA.

Nesta seção é apresentado o recorte espacial estudado, como também os aspectos que marcaram a construção da política de desenvolvimento territorial na Bahia e nos em especial Territórios de Identidade Sudoeste Baiano, Médio Sudoeste e Médio Rio das Contas. Para tanto, se faz uma breve retrospectiva do processo de regionalização da Bahia e a sua atual configuração. Vale destacar que conforme os processos históricos tiveram diferentes formas de regionalizar tendo sempre em vista o meio mais viável para execução do planejamento e da implementação de políticas estatais.

Ainda é objetivo da seção estudar de forma geral como se deu o processo de criação dos territórios do Centro Sul Baiano investigados, e suas transformações até os dias atuais. Bem como abarcará aspectos dos processos históricos de estabelecimento dos municípios polos, com uma caracterização sucinta, para melhor entender o porquê de serem escolhidos como locais de articulação dos respectivos territórios de identidade.

3.1 Os territórios de Identidade da Bahia

Em meados de 2005, a Bahia adota um novo formato de planejamento, o territorial, que tinha como propósito considerar os aspectos culturais, físicos, econômicos e sociais. Vale ressaltar que essa regionalização baiana acompanhou a proposta do MDA (2002) e da SDT (2003).

A proposta federal dividiu as unidades em conjuntos denominados de territórios rurais e, posteriormente, foram denominados de territórios da cidadania para fins de implementações de ações governamentais, conforme realidade e desafios de cada território, em especial os mais fragilizados. Segundo Dias (2016a) em 2003 a SDT iniciou um primeiro traçado para reconhecimento dos territórios tidos como rurais, tendo em vista os seguintes aspectos:

1 – Caracterizar os territórios de forma geral, utilizando de dados secundários e geopolíticos e demográficos das macrorregiões do Brasil, dados estes fornecidos pelo IBGE;

2- Identificar os municípios com características tidas como urbanas, intermediárias e rurais, tendo como base a densidade demográfica, as relações de dependência econômica e as modificações ambientais. Com esta etapa foram identificados 20 territórios urbanos, 80 intermediários e 450 territórios rurais (DIAS, 2016a);

3- Priorizar, por meio de medidas que materializam a ênfase de ações do MDA;

4- Ordenar para o diálogo, assim como a seleção nos estados, ao considerar a densidade relacionada as atividades do capital social, o conflito de interesses de instituições públicas e das organizações sociais que tenham atuação dentro da esfera estadual, a existência de localidade como prioridade de ações do Governo Federal nos Estados e a presença de programa, projetos de desenvolvimento com escala regional.

Essa sequência, embasava identificação dos territórios rurais, era tido ainda dentro do conceito de região, pois, segundo Dias (2016a, p. 30) “ao passar pelo ordenamento que consiste em um processo de intervenção com interação e revelação ou não de identidade e coesão territorial, este processo que deu origem, segundo Perico (2009) o ‘Território Consolidado’”.

Então, pode-se afirmar que a primeira etapa do trabalho da SDT foi a identificação das regiões/territórios urbanos, intermediários e rurais. Na segunda etapa, a SDT passou a considerar como prioridade as demandas sociais sinalizadas pelo MDA ao identificar nos territórios rurais algumas variáveis que classificaria um território fragilizados:

A segunda etapa, considerada pela SDT como de priorização, foi ao encontro da demanda social do MDA ao identificar, entre todas as 448 Microrregiões Rurais, quantos estabelecimentos rurais possuíam até 4 módulos fiscais, quantas famílias estavam assentadas e acampadas e qual o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio tinha cada uma delas, assim como quantos municípios estavam sendo beneficiados com o Programa Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais (DIAS, 2016a p. 31).

Por sua vez, a terceira etapa da SDT procura-se com o ordenamento destes territórios. Nessa fase, foram definidos alguns critérios para atender no mínimo um território por unidade federativa, isso, como intuito que o programa tivesse abrangência nacional. E também, defini como parâmetro de limite para no máximo cinco territórios por estado brasileiro para ajustar ao valor disponível na época do orçamento para a secretaria. Desta forma, se tinha calculado o atendimento, segundo Dias (2016a) 63 territórios no Brasil em 2003.

O apoio inicial da região Nordeste promovido pela SDT impulsionou, por meio de ações, 28 territórios, sendo 5 deles localizados na Bahia. Então, a partir de 2004, novos territórios poderiam ser agregados as ações da SDT, mas só depois que as medidas fossem experimentadas e revisadas para que se tivesse um aumento dos recursos financeiros para essas ações institucionais dentro dos territórios.

Por fim, a quarta e última etapa, que Dias (2016a) vai chamar de mais importante para este momento, teve o propósito de condicionado as unidades federativas para dialogar com os sujeitos sociais locais.

A Etapa final e mais importante, contudo, estaria por vir, que seria a descida aos Estados para dialogar com os atores locais no sentido de identificar aqueles Territórios cujas características se aproximassem do referencial

teórico estabelecido e cujo ambiente local tivesse condições mínimas de coesão social para pensar, compreender e agir coordenadamente, como requerido na abordagem territorial. (DIAS, 2016a, p. 31-2)

Após essa breve recapitulação do processo do início do desenvolvimento territorial no Brasil implementado pela SDT faz-se necessário sinalizar como este processo se deu no Estado da Bahia desde a criação dos primeiros territórios rurais e cidadania e, posteriormente, consolidação dos territórios de identidade pelo Governo de Jaques Wagner, do Partidos dos Trabalhadores em reeleição que, segundo Flores (2014) fez a utilização dos Territórios de Identidade para consulta popular com o intuito de elaborar o PPA 2008-2010 .

Assim, como sinalizado no início desta seção, foram selecionados os cinco primeiros territórios do sudoeste baiano para se aplicar as estratégias estipuladas nessas localidades promoverão condições concretas para construir uma institucionalidade para o plano de desenvolvimento territorial. “[...] iniciou no mês de abril daquele mesmo ano, os contatos com o governo estadual, os dirigentes (sic) dos órgãos federais que tinham base operacional no Estado e as lideranças dos principais movimentos sociais que atuavam no meio rural” (DIAS, 2016a, 32).

Neste período, segundo Dias (2016b), tinha-se como intermediário, entre a SDT e as unidades federativas, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CERS) que na Bahia, diferente dos demais estados do Brasil, não se tinha tanta atuação deste conselho. A opção adotada especificamente para Bahia, foi realizar parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e algumas entidades representativas dos agricultores familiares.

Neste primeiro momento, pretendia-se de fato impulsionar o trabalho por meio dos territórios favorecendo os critérios de coesão social e territorial pela trajetória social de cada localidade. Desta forma, tinha-se a relevância de diversos aspectos: cultural, organização social e meio ambiente. Assim, foram escolhidos, para iniciar as ações, os territórios do: Sisal; Chapada Diamantina; Litoral Sul;¹¹ Velho Chico¹² e Irecê.

Segundo Dias (2016a) o Território do Sisal, tinha uma considerável organização entre os movimentos sociais, especialmente as questões dos direitos dos trabalhadores de cultivo e da extração de fibra do sisal.

Sobre o de identidade da Território Chapada Diamantina, Dias (2016a) aponta as características físicas bem definidas, relevantes e reconhecidas em todo país. E até mesmo fora

¹¹ Em 2004 este território foi dividido em Litoral Sul e o Baixo sul.

¹² Inicialmente denominado de Médio São Francisco

dele. Este território apresenta também um protagonismo social muito relevante ligado as questões trabalhistas desenvolvidas na Chapada Diamantina vinculado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG). O autor ainda diz:

Se no passado, a vida de centenas de garimpeiros advindos de diversas parte do Brasil e do mundo a procura de pedras preciosas nos leitos dos riachos e córregos eram marcas fortes na “chapada de diamantes”, no período mais recente as belezas naturais de cachoeiras e cavernas e o clima de montanha, compõem atrativos turísticos que se constitui como atividade econômica preponderante para o local (DIAS, 2016a, p. 33)

O Território Litoral Sul, segundo Dias (2016a), tem uma expressiva faixa litorânea de Floresta Atlântica, com clima tipicamente úmido chuvoso e com um bom quantitativo de assentamentos de Reforma Agrária, é importante destacar também, a organização social existente neste território que lutava pela preservação do bioma da Mata Atlântica e em busca de soluções para os problemas ocasionados pela crise cacaueteira.

Por sua vez, o Velho Chico, segundo Dias (2016a) apresenta grande influência do Rio São Francisco na vida das pessoas que ali moravam, desde os aspectos culturais até as atividades desenvolvidas com cunho econômico. Um território marcado pela luta histórica da população ribeirinha para obter reconhecimento e conquista de direitos sociais tal como os povos tradicionais. Dias expressa que:

A principal organização social que assessora esses movimentos era a Fundação para o Desenvolvimento do São Francisco (FUNDIFRAN) e, do lado governamental, a incidência das ações da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), empresa pública ligada ao Ministério da Integração Nacional (DIAS, 2016a, p. 33).

O Território de Irecê, de acordo com Dias (2016a), é configurado pela polarização do Município de Irecê sobre os municípios circunvizinhos, em especial, no período da colheita do feijão, atividade agrícola de destaque e influencia deste município, tendo como característica a presença de solos férteis de profundidade e aplainados, conhecidos como latossolos vermelhos alaranjados.

Sendo assim, o diálogo entre a SDT e o Estado da Bahia se deu por meio da FETAG, do INCRA, das entidades de movimentos sociais Sisaleira e dos ribeirinhos, da CODEVASF, da FUNDIFRAM e da Secretária Estadual de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), que abarcava em sua configuração o CEDRS.

Dias (2016a) afirma que em setembro de 2003 foram intencionados e homologados estes territórios e em novembro do mesmo ano foram aprovados os projetos vinculados ao Programa

de Infra Estrutura e Serviço par ao Estado, “inaugurando a destinação de recursos públicos federais para a Bahia oriundo das demandas dos Territórios identificados” (DIAS. 2016a, p.35).

Devido as ações da SDT nos territórios baianos, em 2004, o estado foi regionalizado da Bahia em 23 territórios de identidade sendo: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Piemonte do Paraguaçu, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Itapetinga, Vale do Jequiariá, Sertão do São Francisco, Oeste Baiano, Bacia do Rio Corrente; Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Vitória da Conquista, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semi-Árido Nordeste II, Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, Portal do Sertão e Recôncavo. A constituição desses territórios só se oficializou por meio da publicação em 2005 com os planos de desenvolvimentos territorial. E mais tarde no ano de 2005 foi criado o território de Itaparica, totalizando assim, 24 Territórios de Identidade.

Em 2006 houve outra territorialização dos Territórios de Identidade da Bahia, agregando assim, mais dois novos territórios sendo: Região Metropolitana de Salvador e o Piemonte Norte Itapicurú, desta forma constitui 26 Territórios de Identidade. O primeiro caso se deu segundo Dias (2016a):

em função de já se tratar àquela época de uma situação prevista para quando as discussões sobre a territorialização avançasse para além dos atores que militavam nas “causas” rurais, o processo foi bem tranquilo. A dúvida dos integrantes da CET era em relação a composição de municípios, uma vez que alguns deles, limítrofes dos Territórios do Recôncavo e Litoral Norte/Agreste de Alagoinhas, não tinham consenso estabelecido sobre a qual Território deveriam pertencer (DIAS, 2016a, p.49).

Para o segundo caso, Dias descreve:

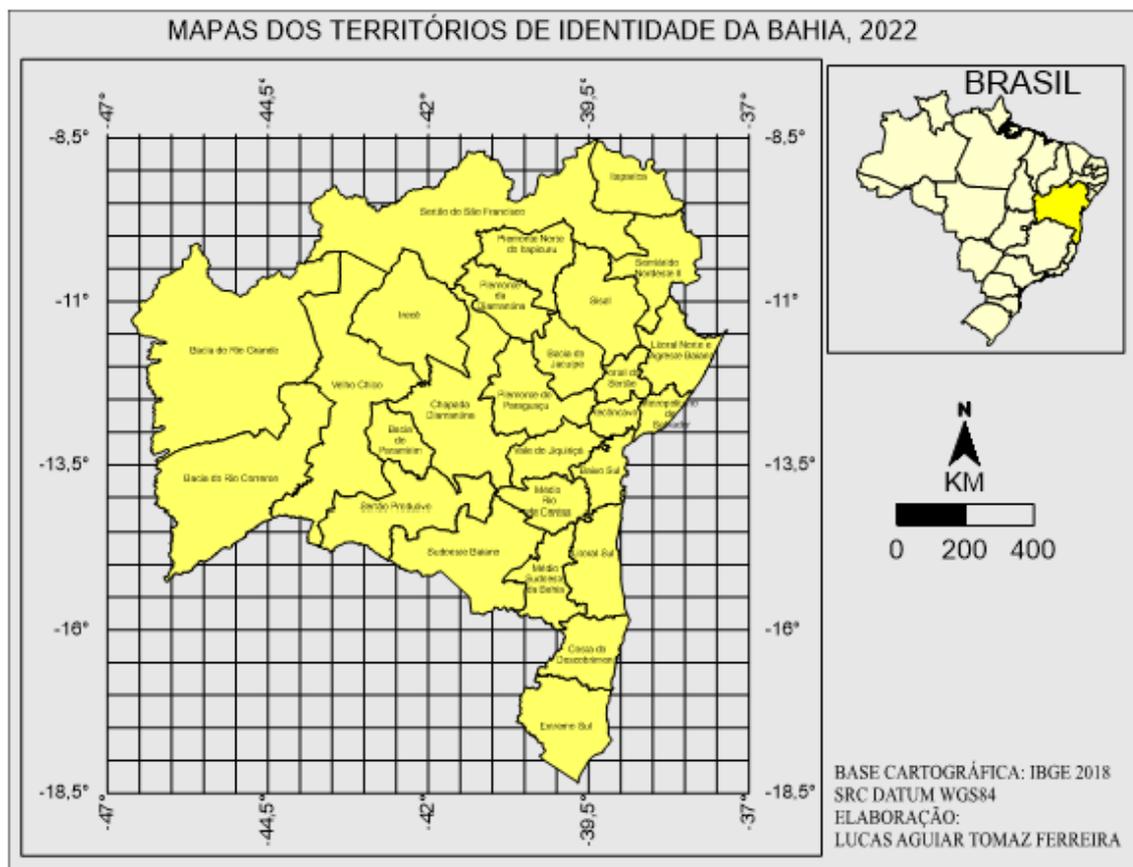
a situação foi mais complexa e demorada porque envolvia muitos municípios e exigiu participação local dos representantes da CET para configurar um novo Território desmembrando municípios que estavam integrados a 2 (dois) outros. Evidentemente que prevaleceu, como não poderia deixar de ser, a vontade das lideranças do novo Território e, tanto a CET, quanto a SDT/MDA reconheceu a sua existência depois de consultar os representantes da sociedade civil e das instituições públicas dos municípios que estavam participando das discussões (DIAS, 2016a, p.49).

Em 2011, em virtude de um amadurecimento da política de desenvolvimento territorial na Bahia, foi colocado em questão que o estado necessitava de uma nova reorganização dos territórios de identidade, pois havia a necessidade de reconhecer alguns territórios que estavam carecendo, no momento, de uma impulsividade maior de gestão e implementação de políticas públicas. Assim, Flores (2014) diz que o surgimento de um Território de Identidade não emerge por meio das ações estatais, mas sim por meio da manifestação popular que subsidiará a criação e funcionamento de um território.

Desta forma, os pleitos de criação de novos territórios foram avaliados pelo CEDETER que levou em reconsideração a os princípios da política, que visam “adequar o recorte territorial às questões relativas aos aspectos socioeconômicos, culturais e, especialmente, do pertencimento (DIAS, 2016a, p. 61).

Neste aspecto, a Lei Estadual 12.578/2011 definiu, através da orientação do CEDETER a nova e atual reconfiguração dos Territórios de Identidade. Assim, a Bahia foi dividida em 27 unidades de planejamento conhecidas como Territórios de Identidade, conforme se pode visualizar no mapa da figura 3.

Figura 3 - Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia, 2022



Fonte: IBGE/SEI, 2018. Elaboração: Ferreira, 2022.

Para auxiliar na gestão destas unidades de planejamento foram criados e institucionalizados os Colegiados desses territórios, que foram homologados na lei 12.354 do estado da Bahia através do decreto 12.354 de 25 de agosto de 2010. Como destaca Dias:

Depois da Lei 10.705/07 que aprovou o PPA 2008/2011, na sequência cronológica, foi o Decreto Estadual 12.354 de 25 de agosto de 2010 que institucionalizou os Territórios de Identidade da Bahia ao remeter aos Planos Plurianuais a composição de municípios para compor os Territórios e definir

o processo de ajustes através do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – CEDETER, instituído nesse mesmo Decreto.

Este Decreto passou a ser o principal marco normativo dos Territórios de Identidade, já que criou o CEDETER enquanto órgão colegiado vinculado à SEPLAN e definiu suas atribuições, incluindo a análise de propostas para criação e modificação dos Territórios de Identidade. O Decreto também previu a homologação dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETER, pelo CEDETER (DIAS, 2016b, p. 61-62).

Este decreto também sinaliza o que é CODETER, qual o seu papel, sua composição e suas pautas. O decreto diz:

Parágrafo único - O reconhecimento dos CODETERs, pelo CEDETER, observará as seguintes diretrizes gerais: Ver tópico

I - diversidade dos seus membros, assim entendida a pluralidade da participação do conjunto dos atores públicos e privados pertencentes aos territórios de identidade;

II - representatividade da sua composição, que deve reunir segmentos regionalmente organizados.

Art. 6º - O Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER terá a seguinte composição: Ver tópico

I - 01 (um) representante da Secretaria do Planejamento, que o presidirá;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional, que exercerá a vice-presidência;

III - 01 (um) representante da Secretaria da Saúde;

IV - 01 (um) representante da Secretaria da Educação;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Cultura;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano;

VII - 01 (um) representante da Secretaria de Relações Institucionais;

VIII - 01 (um) representante da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária;

IX - 01 (um) representante da Delegacia Estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

X - 01 (um) representante do Ministério da Integração Regional;

XI - 08 (oito) representantes dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs (DECRETO Nº 12.354, 2010, p. 2 -3).

A Bahia foi uma das primeiras unidades federativas do Brasil a adotar esse modelo de regionalização, que se pode afirmar como territorialização de acordo com a contribuição de Figueredo (2016, p. 9) “A Bahia foi um dos Estados pioneiros em propor divisões regionais para implementação de políticas de planejamento e gestão.” Além dos processos de criação dos territórios a Bahia possui uma secretaria específica para se tratar de planejamento, bem como as demandas relacionadas aos territórios de identidade, a Secretaria de Planejamento - SEPLAN.

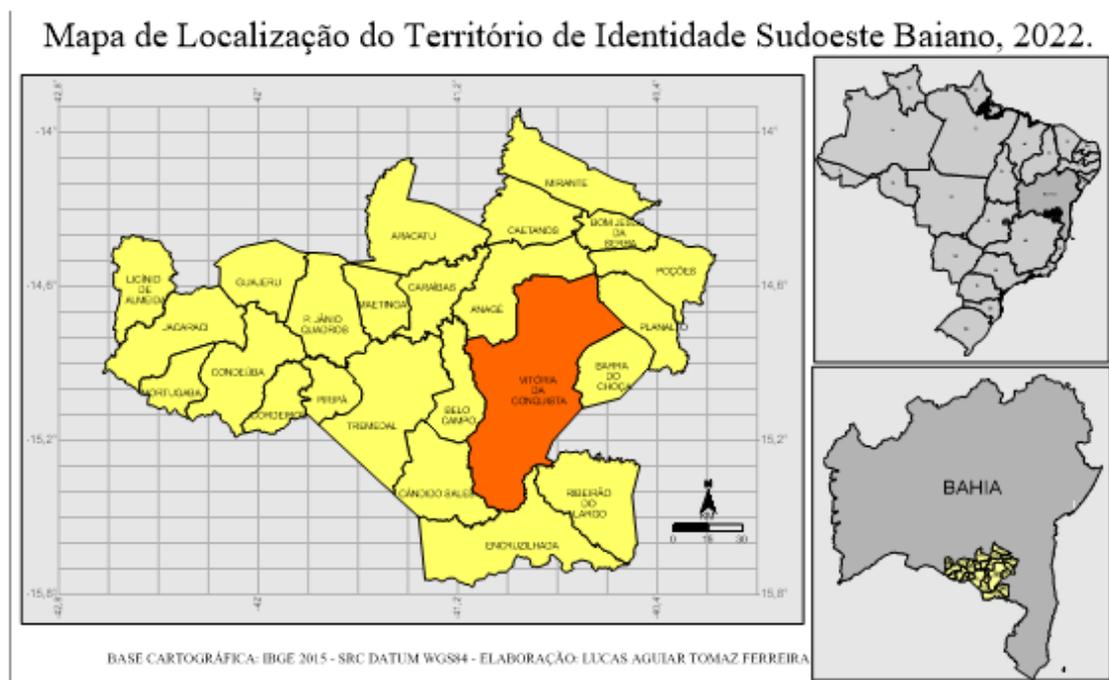
Do conjunto dos territórios baianos, foram adotados como recorte da pesquisa os territórios de Identidade localizados no Centro Sul Baiano: 1) Sudoeste Baiano; Médio Sudoeste e o Médio Rio das Contas. Conforme será exposto um breve relato da trajetória destes territórios e constituição dos seus colegiados e demais espaços de participação social.

3.2 Aspectos gerais do Território de Identidade Sudoeste Baiano - TSB

O TSB é composto por 24 municípios sendo estes: Anagé, Aracatu, Cândido Sales, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajerú, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.

Conforme dados do censo do IBGE (2010) o TSB tem população total de 695.302 habitantes, assim constitui a quarta maior população entre os territórios baianos, sendo que 35% na zona rural e 65% na zona urbana. A densidade demográfica é de, aproximadamente, 25,9 hab/km². Esse dado é contraditório, pois, dos municípios que o compõem, apenas três deles detêm a maioria da população no urbano, os demais a maior parte das pessoas vivem no espaço rural. Para melhor visualização de composição e extensão territorial do TSB, observa-se o mapa da figura 4.

Figura 4 - Mapa de localização do Território Sudoeste Baiano, 2022.



Fonte: FERREIRA. 2018.

O colegiado do TSB foi constituído em meados de dezembro de 2005 por articulação de entidade de vários segmentos, assim, abriria possibilidade de realizar os projetos no território

com afirma o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PTDRSS do TSB:

Construído em dezembro de 2005, composto por 40 instituições e 24 municípios, o colegiado em questão realizou diversas atividades no território com o intuito de compreender e efetivar a política de desenvolvimento territorial como também formular possíveis projetos a serem implementados no território (PTDRSS, 2016, p. 7).

Após oito anos de criação do TSB, o seu colegiado territorial passou por uma reformulação no ano de 2013, onde expande-se o número de instituições que participavam da sua composição, ao passo que amplia as discussões com afirma o PTDRSS:

Ocorreu um processo de reformulação do colegiado em fevereiro de 2013, que teve o número de representações ampliado de 40 instituições para 100 instituições, sendo 50 do Poder Público e 50 da Sociedade Civil, na Ocasão, os atores do colegiado compreendiam que anteriormente o foco das discussões estava centrado no âmbito rural e com a ampliação das instituições haveria maior representatividade do espaço rural e urbano, facilitando a discussão numa escala territorial (PTDRSS, 2016, p 8).

Após essa reformulação do Colegiado do TSB pode-se observar por meio do levantamento feito por V. Santos (2015) em seu trabalho monográfico, sobre a criação e institucionalização do TSB, que houve uma abrangência nas demandas por conta da incorporação de novas instituições no colegiado territorial, que foi realizada para agregar mais instituições do poder público e da sociedade civil com o objetivo de tentar realizar um planejamento com maior participação social de diversos segmentos da sociedade. Para melhor visualização observar o Quadro 1 Composição do Colegiado TSB em 2015.

Quadro 1 - Composição do Colegiado Territorial Sudoeste Baiano no ano de 2015: (Instituições do Poder Público e da Sociedade Civil)

Instituições da sociedade civil	Instituições do Poder Público
Associação de Caprinos e Ovinos do Sudoeste da Bahia (ACOS)	Banco do Brasil (BB)
Associação das Indústrias de Vitória da Conquista – (AINVIC)	Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
Associação dos Produtores Rurais da Região da Salinas – Poções	Caixa Econômica Federal
Associação Comunitária de Inclusão Social de Garimpeiros Lapidários e Artesão Mineraiis de Vitória da Conquista (ACISGLAN)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Central de Associações do município de Caetanos	Universidade Federal da Bahia
Central de Associações do município de Condeúba	O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)
Central de Associações do município de Cordeiros	Polícia Rodoviária Federal
Central de Associações do município de Jacaraci	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Centro Comunitário São Pedro do município de Aracatu	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)
Conselho das Associações Quilombolas do Território de Vitória da Conquista	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – (CAR)
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Companhia de Engenharia Ambiental e de Recursos Hídricos da Bahia (CERB)
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)	Defensoria Pública
Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD)	Delegacias e Distritos Policiais (DIRPIN)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município Caraíbas	Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA)
Pólo Sindical do Sudoeste	Diretoria Regional de Educação (DIREC) 20
Sindicato dos Engenheiros no Estado da Bahia (SENGE)	Diretoria Regional de Saúde – 20ª (DIRES)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município Mortugaba	Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município Mirante	Empresa Baiana de Alimentos (EBAL)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Licínio de Almeida	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Maetinga	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Planalto	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Vitória da Conquista	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Guajerú	Centro Territorial de Educação Profissional de Vitória da Conquista (CETEP)

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Bom Jesus da Serra	Associação dos Municípios das Regiões do Rio do Antônio e Gavião (AMVAGRA)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Barra do Choça	Associação dos Municípios do Sudoeste da Bahia (AMIRS)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Piripá	Prefeitura Municipal de Anagé
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Encruzilhada	Prefeitura Municipal de Aracatu
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Belo Campo	Prefeitura Municipal de Barra do Choça
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Cândido Sales	Prefeitura Municipal de Belo Campo
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Tremedal	Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município Carafbas	Prefeitura Municipal de Caetanos
União Brasileira de Mulheres (UBM)	Prefeitura Municipal de Cândido Sales
União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária(UNICAFES)	Prefeitura Municipal de Carafbas
Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (COOTRAF)	Prefeitura Municipal de Condeúba
Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Agricultores do Interior da Bahia (COOPASUB)	Prefeitura Municipal de Cordeiros
Cooperativa de Trabalho da Região Sudoeste da Bahia (COOPERSUBA)	Prefeitura Municipal de Encruzilhada
Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB)	Prefeitura Municipal de Guajerú
Centro de Formação Anfbas de Freitas do município de Jânio Quadros	Prefeitura Municipal de Jacarací
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Município de Anagé	Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida
Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR)	Prefeitura Municipal de Maetinga
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG)	Prefeitura Municipal de Mirante

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Bahia (FETRAF)	Prefeitura Municipal de Mortugaba
Fundação Conquistense de Vanda Maria Teixeira	Prefeitura Municipal de Piripá
Grupo de Economia Popular (GEP)	Prefeitura Municipal de Planalto
Instituto Mata de Cipó	Prefeitura Municipal de Poções
Instituto Oficina da Cidadania	Prefeitura Municipal de Presidente Jânio Quadros
Rede Gavião	Prefeitura Municipal de Ribeirão do Largo
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	Prefeitura Municipal de Tremedal
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

FONTE: SANTOS, 2015.

A diversidade de instituições apresentada no quadro I revela representação de diversos segmento da sociedade, porém, ao se tratar de planejamento, observa-se que não há uma harmonia entre as instituições, pois a configuração dos colegiados territoriais se concretiza como espaços de conflitos, disputas que alcança mais benefício para determinado segmento que tenha maior parcela representativa do colegiado ou coordenação.

Para melhor gestão do colegiado do TSB, o mesmo foi dividido em três segmentos: 1- Plenária; 2- Núcleo Diretivo e 3- Instituição Coordenadora. O TSB para tratar de questões específicas se organizou em Câmaras Temáticas - CT, que foram instituídas em meados de setembro de 2015 no Município de Vitória da Conquista. Há um critério para se constituir uma câmara temática no território que são citadas no PTDRSS que diz:

São definidas a partir de temas relevantes, a contribuir com o desenvolvimento territorial, e tem a atribuição de discutir e elaborar propostas e critérios para auxiliar o Colegiado em debates de temas específicos ou abrangentes do processo de desenvolvimento. Geralmente possuem caráter permanente (Exemplos: saúde, educação, turismo, agricultura, juventude, gênero, demarcação de terras indígenas e quilombolas, ATER mulheres, regularização fundiária e etc.) (PDTRSS, 2016, p8).

A reunião para criação das CT's obteve uma quantidade expressiva de participantes, conforme se verifica nas listas de criação de cada CT (anexo IV). O TSB tem quatro câmaras estruturadas que são elas: 1- Mulheres; 2- Juventude; 3- Inclusão Produtiva e 4- Cultura. A Câmara de Inclusão Produtiva, com base nas observações das reuniões e nos registros das listas

de presença, é a câmara que apresenta maior quantidade de representantes, por sua vez a Câmara de Juventude é a mais estabilizada, que mantém seu calendário de reuniões e atividades, tais como: Encontro de Juventude, oficinas etc.

A Câmara de Mulheres teve uma organização significativa, porém, no momento se encontra com dificuldades de articulação. A câmara de Cultura, desde sua criação é a que possui a menor quantidade de pessoas, um caráter contraditório ao TSB, pois, o território é um celeiro de artistas com inúmeras manifestações culturais tendo, municípios com destaque estadual pelas produções artísticas tais como: Poções, Condeúba, Cordeiros e Vitória da Conquista e outros.

Em relação ao Núcleo diretivo (ND) do TSB, ele é composto da mesma forma do Colegiado tendo representantes da Sociedade Civil e do Poder Público, porém, com uma porcentagem de componentes diferente do Colegiado como expressa V. SANTOS (2015. p 62) “Devido ao regimento interno do Colegiado, um $\frac{1}{5}$ dos componentes da Sociedade Civil e $\frac{1}{4}$ dos componentes do Poder Público, tinham que permanecer na composição do Núcleo Diretivo.”. Em sua trajetória o ND teve 3 diferentes composições como pode-se observar no quadro 2, 3 e 4. Essa mudança na composição do ND se deu em virtude da alternância de poder, ou melhor, na alternância de representações neste espaço de participação, para atender as diversas áreas de atuação do planejamento.

Quadro 2 - Composição do Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial Sudoeste Baiano de 2013 a setembro de 2015.

Poder público	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)
	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
	Prefeitura de Poções
	Prefeitura de Condeúba.
Sociedade civil	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG)
	União Brasileira de Mulheres
	Conselho Quilombola

Fonte: SANTOS, 2015.

Em 2015 ocorreu nova organização do Núcleo Diretivo do Território Sudoeste Baiano, para de agregar mais organizações existentes no território, em virtude deste novo arranjo das representações que compõem o TSB, o ND por sua vez, necessitou de uma nova reformulação como pode observar o quadro 3:

Quadro 3 - Composição do Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial Sudoeste Baiano a partir de setembro de 2015.

Poder Público	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT)
	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)
	Prefeitura de Poções
	Prefeitura de Condeúba.
Sociedade Civil	Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB)
	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG)
	Rede Gavião
	União Brasileira de Mulheres

FONTE: SANTOS, 2015.

Registrou-se, em 2017, outra mudança no Núcleo do TSB, desta vez em virtude da eleição da Coordenação do Colegiado, pois, a partir de 2018, o CODETER ficaria a cargo do Poder público¹³. Observa-se o quadro 4 a nova composição do ND:

Quadro 4 - Composição do Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial Sudoeste Baiano a partir de outubro de 2017.

Poder Público	Secretaria Municipal de Agricultura de Presidente Jânio Quadros
	Secretaria Municipal de Agricultura de Bom Jesus da Serra,
	BAHIATER
	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da

¹³ Segundo o regimento do CODETER tem que haver alternância na coordenação dos colegiados de dois em dois anos.

Sociedade Civil	Bahia (FETAG/BA)
	Rede Gavião
	COOPERSUBA
	CEDASB
	Instituto Oficina da Cidadania

Fonte: FERREIRA, 2018.

Ao analisar a rotatividade de instituições que fizeram e fazem parte da composição do ND observa-se que há um predomínio de instituições ligadas a inclusão produtiva, pois o TSB tem um perfil rural. Regista-se que nesta nova constituição do núcleo há a representação de uma instituição de Ensino Superior (IES) e a presença do Instituto Oficina da Cidadania ligadas as questões da economia solidária.

Em reunião do Núcleo Diretivo do CODETER do Território Sudoeste Baiano ocorrida no dia 05 de março de 2018, ficaram deliberadas as entidades que fazem parte de sua reformulação, agregando novas instituições e reformulando parcerias com as que faziam parte da composição de 2015. Observa-se no quadro 5 essa composição em 2018 do CODETER:

Quadro 5 - Composição do Colegiado Territorial Sudoeste Baiano no ano de 2018: (Instituições do Poder Público e da Sociedade Civil)

Instituições da sociedade civil	Instituições do Poder Público
Associação Das Escolas Das Comunidades E Famílias Agrícolas Da Bahia (Aecofaba)	Banco Do Brasil (BB)
Conselho Das Associações Quilombolas Do Território De Vitória Da Conquista	Banco Do Nordeste Do Brasil (BNB)
Movimento Dos Pequenos Agricultores (Mpa)	Caixa Econômica Federal
Movimento Dos Trabalhadores Sem Terra (Mst)	Coordenação De Desenvolvimento Agrário (CDA)
Movimento Dos Trabalhadores Desempregados (Mtd)	Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE)
União Brasileira De Mulheres (Ubm)	Universidade Federal Da Bahia (UFBA)
Cooperativa De Assessoria Técnica E Educacional Para O Desenvolvimento Da Agricultura Familiar (Cootraf)	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Da Bahia (IFBA)
Cooperativa Mista Agropecuária De Pequenos Agricultores Do Interior Da Bahia (Coopasub)	Secretaria De Segurança Pública Do Estado
Cooperativa De Trabalho Da Região Sudoeste Da Bahia (Coopersuba)	Ministério Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento (Mapa)
Centro De Convivência E Desenvolvimento Agroecológico Do Sudoeste Da Bahia (Cedasb)	Agência Estadual De Defesa Agropecuária Da
União Nacional De Cooperativas Da Agricultura Familiar E Economia Solidária (Unicafes)	Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)
Associação Das Cooperativas De Apoio A Economia Familiar (Ascoob)	Companhia De Desenvolvimento E Ação Regional – (Car)

Faculdade Independente Do Nordeste (Fainor)	Companhia De Engenharia Ambiental E De Recursos Hídricos Da Bahia (Cerb)
Federação Dos Trabalhadores Na Agricultura Do Estado Da Bahia (Fetag)	Defensoria Pública
Federação Dos Trabalhadores Na Agricultura Familiar Da Bahia (Fetraf)	Delegacia Da Mulher
Fundação Conquistense De Edvanda Maria Teixeira	Departamento De Infraestrutura De Transportes Da Bahia (Derba)
Instituto Mata De Cipó	Núcleo Territorial De Educação - Nte 20
Instituto Oficina Da Cidadania	Núcleo Territorial De Saúde – Nts
Rede Gavião	Empresa Baiana De Águas E Saneamento (Embasa)
Rede Unisol	Centro De Cultura Camilo De Jesus Lima - Vdc
Ordem Dos Advogados Do Brasil - Sessão Vca	Bahiaater
Conselho Regional De Engenharia E Arquitetura (Crea)	Instituto Do Meio Ambiente E Recursos Hídricos (Inema)
Fórum Territorial De Educação - Educasudoeste	Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia (Uesb)
Faculdade De Tecnologia E Ciências	Consortio Intermunicipal Do Sudoeste Da Bahia (Cisudoeste)
Faculdade Santo Agostinho	Consortio Intermunicipal Do Vale Do Rio Gavião (Civalerg)
Serviço Nacional Da Indústria	Câmara De Vereadores De Cândido Sales
CESOL	Câmara De Vereadores De Condeúba
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Barra do Choça	Prefeitura Municipal de Barra do Choça
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Belo Campo	Prefeitura Municipal de Belo Campo
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Bom Jesus da Serra	Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Caetanos	Prefeitura Municipal de Caetanos
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Cândido Sales	Prefeitura Municipal de Cândido Sales
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Caraíbas	Prefeitura Municipal de Caraíbas
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Condeúba	Prefeitura Municipal de Condeúba
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Cordeiros	Prefeitura Municipal de Cordeiros
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Encruzilhada	Prefeitura Municipal de Encruzilhada
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Guajerú	Prefeitura Municipal de Guajerú
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Jacarací	Prefeitura Municipal de Jacarací
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Licínio de Almeida	Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Maetinga	Prefeitura Municipal de Maetinga
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Mirante	Prefeitura Municipal de Mirante
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Mortugaba	Prefeitura Municipal de Mortugaba
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Piripá	Prefeitura Municipal de Piripá

Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Planalto	Prefeitura Municipal de Planalto
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Poções	Prefeitura Municipal de Poções
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Presidente Jânio Quadros	Prefeitura Municipal de Presidente Jânio Quadros
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Ribeirão do Largo	Prefeitura Municipal de Ribeirão do Largo
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Tremedal	Prefeitura Municipal de Tremedal
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Vitória da Conquista	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Anagé	Prefeitura Municipal de Anagé
Conselho Municipal De Desenvolvimento Sustentável de Aracatu	Prefeitura Municipal de Aracatu

Fonte: Ferreira, 2018.

É válido frisar a presença de conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável do Municípios que compõe o referido território de identidade. Consta-se que o colegiado apresenta nesta nova configuração, a presença de mais uma entidade que trata das questões de gênero e sexualidade, a Delegacia da Mulher, em contrapartida, não há representatividade das entidades tanto do poder público quanto da sociedade civil ligadas as questões da população LGBTQIA+.

Para essa reformulação do CODETER do TSB, foram estabelecidos critérios para sua composição, verifica-se que houve uma mudança da política de desenvolvimento territorial na Bahia, que são os seguintes:

- a) Composição de um Colegiado baseado nos princípios de representatividade, pluralidade e diversidade e que seja atuante de fato. Dessa forma o critério principal é a escolha de entidades que tenham atuação territorial e regional, e que dialogue com todos ou com a maioria dos municípios do TISB;
- b) Sindicatos Rurais e Polo Sindical representado pelas federações (FETAG e FETRAF);
- c) Participação dos CMDS representando: associações, centrais de associações, grupos específicos (jovens, mulheres, saúde, educação, quilombolas, outros conselhos);
- d) Garantir assento de todas as entidades do Sistema S (SEBRAE, SENAC, SESI, SENAR, SESC) nas Câmaras Temáticas, como suporte e assessoramento;
- e) Sugerir às Prefeituras a ampliação e extensão do debate acerca da política territorial e representação às outras secretarias, que tenham assento nos CMDS;
- f) Representantes dos CMDS no CODETER devem ser exclusivamente da sociedade civil. (ATA do Núcleo Diretivo, elaborada pelo NEDET, 2018).

Pode-se observar que a composição do Colegiado do TSB, assim como o ND do TSB passou por mudanças para se adequar as realidades existentes no território. Como expressa V. Santos essa afirmação:

Durante os dez anos de constituição do Colegiado observou-se uma rotatividade na sua composição. Muitas instituições deixaram de participar das reuniões do Colegiado, esse fato, não contribui de forma alguma para o avanço do território. Dessa forma, ainda no ano de 2016, possivelmente o quadro de instituições que compõem a plenária será reformulada (V. SANTOS, 2015. p. 59).

Ao evidenciar as alterações do CODETER, verifica-se uma rotatividade em sua composição, fato que pode ser explicado pela dificuldade de participação dos sujeitos, ainda é muito recente a participação da sociedade civil na tomada de decisões, e no planejamento das políticas públicas.

Leitte (2010) caracteriza os CODETERs como arenas, pois nesses espaços são feitos os planejamentos, as mediações e as discussões. Nesse sentido Alcantara expõe:

Estas arenas são representadas pelos fóruns, colegiados territoriais e outros espaços de discussão em que estejam presentes interesses, demanda se força da mediação. [...] também entende [...] como campo de forças. Claro! Não se trata da teoria de campo de forças física; refere-se ao espaço que há uma ação de mediação, de gestão em que há situações que demandam discussão, ponderamento e definição das prioridades (ALCANTARA, 2013. p 22)

Neste sentido, o colegiado é constituído como um espaço que promove uma estratégia de articulação entre o governo nas esferas locais, estaduais e federal, e os representantes da sociedade civil, bem como do poder público. Estes Colegiados têm o intuito de construir e consolidar os espaços de participação para articular e discutir as necessidades e demandas do território de identidade.

Conforme Alcantara (2013) os Colegiados Territoriais se configuram também como um campo de forças, embora não seja a força física em si, mas que requer uma mediação de discussões, assim como de gestão, que há circunstâncias que demandam discussões.

Então, pode-se caracterizar o colegiado territorial como uma institucionalidade com o intuito de contribuir no planejamento e execução de políticas públicas, com vista aos processos de desenvolvimento, pode se afirmar que o CODETER é um mecanismo que fortalece a democracia no Brasil, por meio da participação social dos sujeitos prevista na constituição de 1988.

Mesmo com as orientações gerais da SEPLAN e demais órgãos oficiais do estado, tal como as leis que rege a política de desenvolvimento territorial na Bahia. Cada território, tal como os colegiados territoriais se tem uma dinâmica de funcionamento, prioridades e ações diferentes um dos outros. Como verificou-se na observação e acompanhamento e estudos dos Territórios de Identidade Do Centro Sul da Bahia.

3.2.1 A Organização e Gestão do Território de Identidade Sudoeste Baiano

Em 2018, a gestão do TSB estava sob a coordenação do Poder Público, e a entidade que a representou foi a Secretaria de Agricultura do Município de Presidente Jânio Quadros que assumiu em outubro de 2017 por meio de reunião ordinária do CODETER do TSB, anterior a essa eleição o colegiado era coordenado por um segmento da sociedade civil, representante da Rede Gavião. O Território é composto por Plenária, Núcleo diretivo, Câmaras Temáticas e Agentes de Desenvolvimento Territorial - ADT¹⁴.

O TSB ficou de 2015 até meados de 2017 sem a presença do ADT, pois não houve processo seletivo realizado pelo estado da Bahia neste período. E por falta deste agente, que tem papel fundamental na perspectiva do desenvolvimento territorial, o NEDET/UESB assumiu algumas responsabilidades tais como: articular as reuniões do colegiados, câmaras temáticas, fortalecimento da participação social dos sujeitos do território. As equipes dos NEDET, presentes em todo território nacional, eram compostas por professores, técnicos administrativos e alunos das Instituições de Ensino Superior.

Na atual conjuntura, ano como base no ano de 2022, o CODETER encontra-se com dificuldades de desenvolver suas atividades, em virtude da mudança de gestores do poder executivo dos municípios que compõe o território. Alguns, ainda, não estão integrados a discussão do planejamento na escala territorial e/ou não tem subsidiado a presença dos representantes que necessitam de apoio da prefeitura para poder efetivar sua participação.

Esse incentivo, ou apoio, seria a priori o meio de transporte para o deslocamento do seu município até outro município que sediará a reunião ou atividade, esse município que sedia, normalmente, é o de Vitória da Conquista, pois logisticamente é mais viável por ter linhas de ônibus direto para esses municípios, tornando-o de fácil acesso.

A ausência de contrapartida das prefeituras enfraquece o movimento e articulação do CODETER, pois, sem a participação dos sujeitos existentes no território, não é possível planejar e avaliar as ações para o território. Assim como explanado no decorrer do trabalho optou-se por fragmentar o território em polos para promover maior participação social, principalmente quando for tratar de assuntos mais minuciosos que envolvam a participação de representantes de todos os segmentos e municípios que compõe o território, a exemplo a elaboração e construção do Plano de Ação – PAT¹⁵ do TSB, que segundo FERREIRA *et al* (2018) expressa

¹⁴Agente de Desenvolvimento Territorial, funcionário do Governo do Estado da Bahia, com vínculo a SEPLAN, para auxiliar a articulação e demais atividades dos CODETER.

¹⁵Planos de Ação: Imediatas, foi um projeto de extensão da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB para de discutir as metas previstas no PTDRSSS em 2017 e 2018.

que essa subespacialização agrega mais sujeitos sociais que, por ventura, os representantes do colegiados ficavam impossibilitados de ir à Vitória da Conquista- BA, sede das reuniões do CODETER do Território de Identidade Sudoeste Baiano.

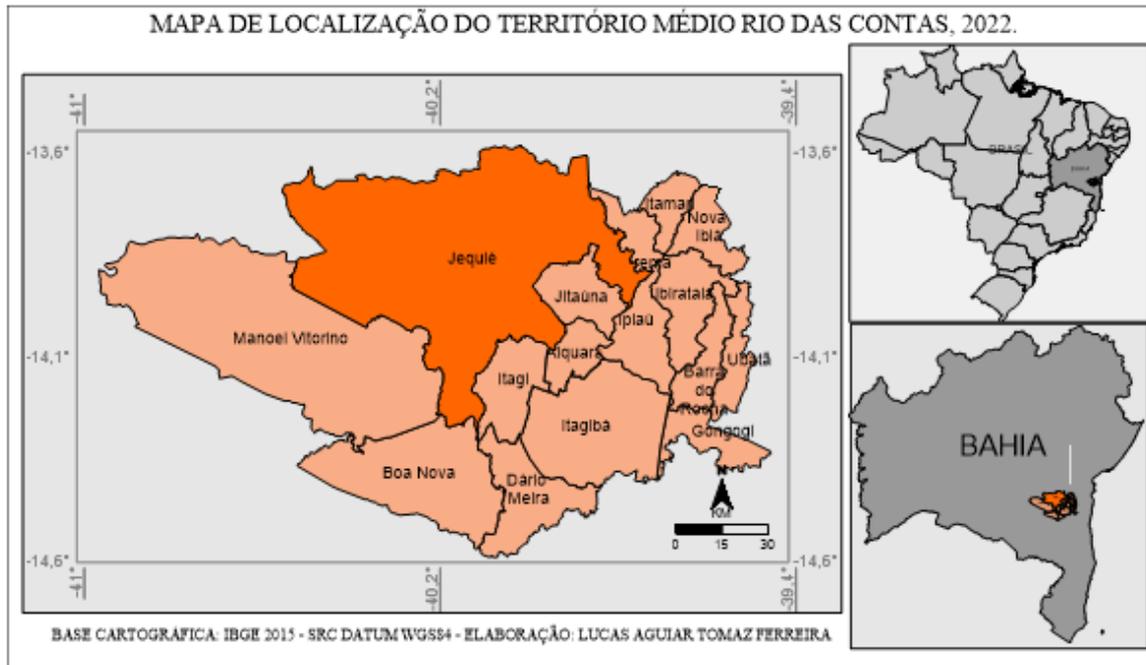
O CODETER do TSB também sofreu as consequências da pandemia do Covid-19 que forçou a paralização das atividades em diversos segmentos da sociedade, sobretudo, o planejamento, reuniões e acompanhamento, da mesma maneira a gestão. A dificuldade no TSB se intensificou, pois, os componentes do colegiado territorial são oriundos do espaço rural dos 24 municípios e vivenciaram as dificuldades em lidar com os manejos das tecnologias para desenvolver reuniões via plataformas digitais.

3.3 Aspectos gerais do Território Médio Rio das Contas - TMRC

O Território do Médio Rio das Contas tem importante papel no desenvolvimento econômico estadual, pois, ocupa uma área de grande acuidade, e abrange uma área de 9.903,7 km², equivalente a 1,8% do território do Estado. O referido território está dividido em duas áreas: uma no semiárido baiano/nordestino e outra na zona da mata. O TMRC é composto por 16 municípios: Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá e Ubatã, representados no mapa da figura 5. Neste território, destaca-se os municípios de Jequié e Ipiaú, pois, são polos comerciais e de prestação de serviço no território.

Conforme dados do último censo do IBGE realizado em 2010, o TMRC possui uma população aproximada de 366.507 habitantes, em proporção ao cenário estadual tem cerca de 2,6% da população. A maior parte da população, cerca de 286.405 correspondendo ao percentual de 78,5% dos habitantes, vivem na zona urbana. Já os 80.102 equivalente a 21,5% estão no espaço rural. Todavia, ao analisar os municípios de Jequié e Ipiaú, de forma isoladas, sem os dados dos mesmos, verifica-se que a população rural no território, com apenas 14 municípios, passa a representar 53% da população total do território segundo o IBGE, 2010.

Figura 5 – Mapa de Localização do território de Identidade Médio Rio das Contas, 2022



Fonte: Ferreira, 2021.

O referido território foi criado em 2005 junto com os demais territórios da Bahia, com o decreto 10.705/07 que aprovou o primeiro PPA 2008/2011, posteriormente o decreto estadual de número 12.354 de 25 de agosto de 2010 que institucionaliza os territórios de identidade na Bahia, como afirma Dias (2016b).

A respeito dos registros documentais do território não foi localizada publicações, atas e demais documentos que tratem da constituição do TMRC, nem em meios digitais oriundos do governo estadual, nem pesquisas acadêmicas relacionadas ao mesmo. Desta forma, este trabalho traz aspectos de caráter inédito.

Sobre a constituição do núcleo diretivo, pode-se constatar pelo PTDRS do TMRC que não há significativas mudanças nas lideranças dentro de sua composição. O que chama atenção é a descentralização da sede do território, pois não está localizada na maior cidade, Jequié, mas sim, em Ipiá. A composição do núcleo diretivo pode ser observada no quadro 6.

Quadro 6 - Composição do Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial Médio Rio das Contas, 2016

Poder Público	Associação de Pequenos e Médios Agricultores de Três Barras Ibirataia – APEMA
	Associação dos Produtores do Assentamento Coroa Verde-APACOV
	Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais de Manoel Vitorino

	Associação dos Pequenos Produtores Deus é Amor
	Assentamento Santa Irene
Sociedade Civil	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR
	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC
	Núcleo Regional de Saúde – Sul
	Secretaria de Agricultura de Ipiaú

Fonte: PTDRS, 2016 Elaboração: FERREIRA, 2021.

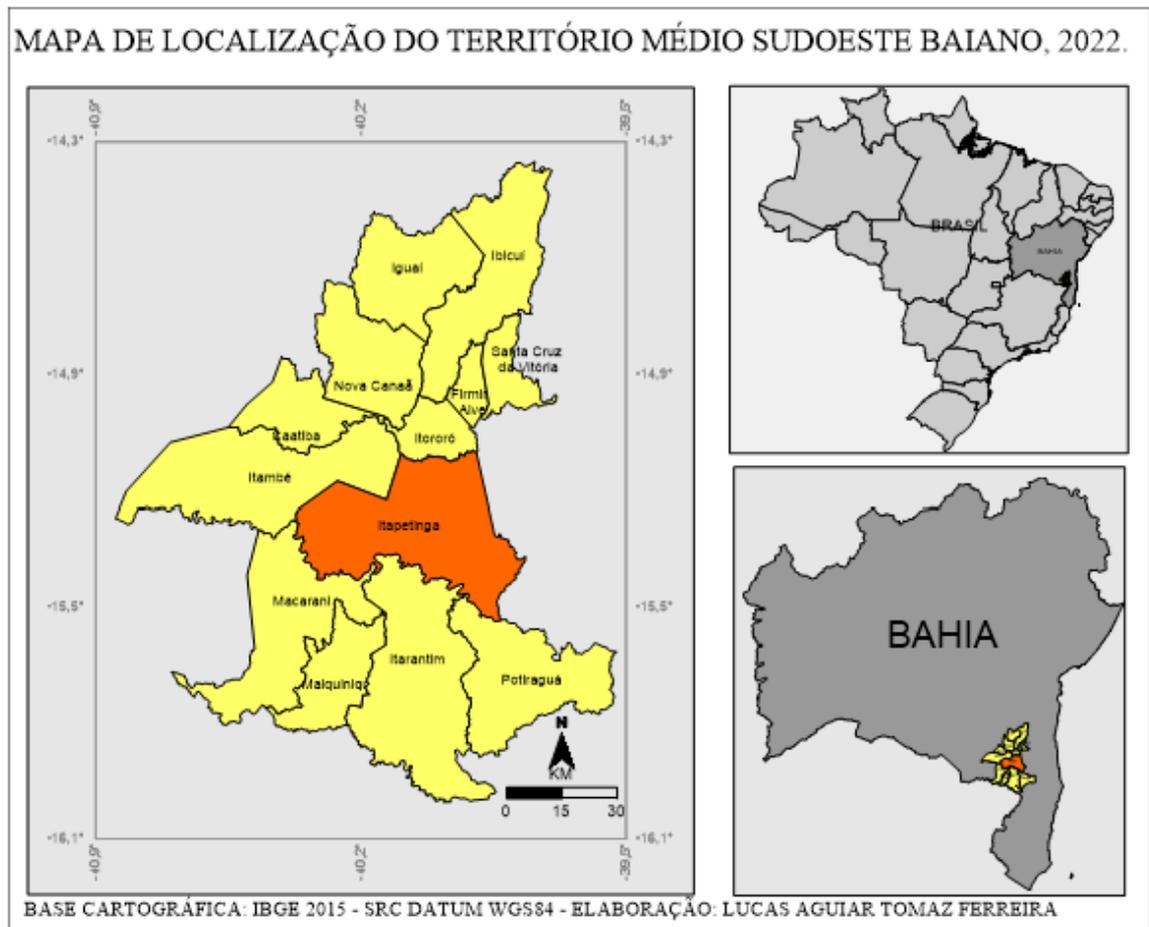
Segundo o PTDRS do Médio Rio das Contas o território conta com três câmaras temáticas, sendo: 1- Câmara temática de segurança alimentar e nutricional; 2 - Câmara temática do cacau e chocolate e 3 - Câmara Técnica de Meio Ambiente no âmbito territorial. Ao observar a pauta das câmaras existentes no documento institucional, levanta-se a possibilidade de que as ações territoriais são planejadas em prol da inclusão produtiva do TMRC, o que deixa uma lacuna sobre as questões de demanda sociais existentes no território, tais como: o fortalecimento da juventude; o fortalecimento da cultura; e amparo nas questões de gênero e sexualidade, dentre outras discussões que possibilitem um desenvolvimento social dos sujeitos deste território.

Ressalta-se que o referido território não conta com espaços de participação, além do colegiado territorial, para tratar das questões que envolvem as demandas sociais do gênero e da sexualidade, por exemplo uma câmara temática específica para estes assuntos. Pois, a organização do colegiado prioriza demandas ligadas a produção do espaço rural do desenvolvimento econômico.

3.4 Aspectos gerais do Território do Médio Sudoeste - TMS

O Território de Identidade do Médio Sudoeste - TMS está localizado no sudoeste do estado da Bahia tendo ponto de referência a capital Salvador e possui cerca de 11.763,0 km, é equivalente a 2,1% do território do baiano. O TMS é constituído por 13 municípios: Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória, conforme representado no mapa da figura 6.

Figura 6 – Mapa de Localização do território de Identidade Médio Sudoeste, 2022



Fonte: Ferreira, 2022.

O Território do Médio Sudoeste Baiano possui extensão territorial aproximadamente de 11,7 mil quilômetros quadrados e uma população de 247.180 habitantes segundo o censo do IBGE de 2010. O município de Itapetinga é o polo e sede do TMS, em linhas gerais, destaca-se por apresentar o maior quantitativo de mulheres residentes no TMS, sendo 52% segundo o levantamento do SEI, 2015.

O TMS foi criado e institucionalizado através do decreto de 2005, assim como os demais territórios. É válido salientar que o referido até o ano de 2012, era denominado como território de Itapetinga, em referência ao maior município. Por meio do documento intitulado de PPA 2012-2015 passou a ser chamado de Território Médio Sudoeste da Bahia, ou mais popularmente conhecido como, Médio Sudoeste.

O núcleo diretivo do Território Médio Sudoeste é composto por representações da sociedade civil e do poder público, conforme é orientado no sistema de gestão do colegiado, previsto no decreto estadual de número 12.354 de 25 de agosto de 2010 que institucionaliza e

prevê a gestão dos territórios de identidade. Desta forma, pode-se observar no quadro 7 a composição do Núcleo Diretivo do Território Médio Sudoeste.

Quadro 7 Composição do Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial Médio Sudoeste Baiano, 2019,

Poder Público	Secretaria de educação de Macarani
	Secretaria de Agricultura de Maiquinique
Sociedade Civil	CMDS de Itarantim
	CETEP
	CENOC
	Movimento João de Barro
	Itairó
	CMDS de Macaraní

Fonte: SEPLAN, 2021. Elaboração: FERREIRA, 2021.

Observa-se que a formação do núcleo diretivo do Médio Sudoeste é um pouco peculiar, pois foge da lógica dos demais territórios de identidade, com igual número de representações tanto da esfera pública quanto da esfera privada. Neste sentido, constata-se que há uma articulação e protagonismo da sociedade civil neste território. Assim, haja vista que a maioria das instituições que formam o ND são oriundas da inclusão produtiva, visto que, o TSM é reconhecido por ser um território com bastante produção da pecuária no estado da Bahia.

A respeito da composição das câmaras temáticas ou técnicas o TMS mostra-se preocupado em atender tanto os aspectos de produção agrícola quanto os aspectos sociais. Desta forma, o território possui 4 câmaras, sendo: 1) Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutivo; 2) Formação e Organização Social; 3) Estrutura Fundiária e Acesso a Terra e 4) Infraestrutura e Serviços Públicos. Vale ressaltar que as questões relacionadas a gênero, sexualidade e cultura serão tratadas de formas transversais, pois, são temas previstos para a discussão nos espaços de participação social, segundo o PTDRSS do TMS.

O PTDRSS de 2016, evidencia a necessidade de ampliar os espaços de discussões para agregar mais representações no planejamento e nas efetivações de políticas públicas, desta forma, planejou-se criar mais câmaras, sendo: 1) Câmara Técnica de Agricultura Familiar; 2) Câmaras temáticas de Mulheres; 3) Câmara temática de Juventude, 4) Câmara Temática de Agricultura Familiar, 4) Câmara temática de Cultura e Comunidades Tradicionais; 6) Câmara

temática de Meio Ambiente, Educação e Desenvolvimento, porém estes espaços não foram consolidados conforme previa o plano territorial.

É importante frisar que a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, tem campus nos três territórios apresentados, aspecto interessante, visto que a universidade pode desenvolver um papel importante como mecanismo de empoderamento, por meio da difusão do conhecimento e da formação dos sujeitos. Mas ao analisar a participação desta entidade na composição dos colegiados territoriais, observa-se que apenas no TSB ela está presente tanto na composição das entidades do poder público quanto na promoção de eventos, atividades e grupos de pesquisas relacionados ao desenvolvimento territorial.

Nos colegiados territoriais dos TMRC e TMS não há representação da UESB nem de outra instituição de Ensino Superior ou tecnológico em sua composição de representação do poder público e nem em ações promovidas por eles. Em relação a questão das políticas de Gênero e Sexualidade, que será abordada na próxima seção observa-se que apenas o TSB possui um espaço designado para contemplar esse temário, o TMRC e o TMS tratam das questões de gênero e sexualidade de forma mais tímida sem um espaço efetivo destinado a esse temário.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA BAHIA

A seção trata dos desdobramentos das Políticas de Gênero e Sexualidade nos Territórios de Identidade Médio Rio das Contas, Médio Sudoeste e Sudoeste Baiano. Também aborda a articulação das instituições estatais que desenvolvem as políticas públicas para mulheres e a população LGBTQIA+ junto a esses territórios, na esfera estadual, pode-se destacar órgãos como a Secretária de Políticas para Mulheres e a Coordenação de Proteção aos Direitos LGBTs da Bahia.

A referida seção também traz retratos da gestão dos Territórios de Identidade com destaque as demandas de gênero e sexualidade, com ênfases aos mecanismos existentes nos territórios tais como: Câmara temática de mulheres do Território de Identidade Sudoeste Baiano, Coletivo Nós da Diversidade de Poções – BA, Coordenação dos Colegiados Territoriais, Coordenação de Amparo aos Direitos da Pessoa LGBT e a Coordenação de Mulheres de Vitória da Conquista – BA, Centro de Amparo a Mulher em Situação de Violências de Poções – BA e as ações da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia .

4.1 As políticas públicas de gênero e sexualidade na Bahia: avanços e retrocessos.

A Bahia, desde 2007, tem manifestado preocupação com as questões de Gênero e sexualidade criaram-se espaços de participação para agregar os sujeitos sociais que passam por situações de vulnerabilidade social. Além dos espaços de participação social que são previstos por leis, como: Conselho estadual da direito da Mulher, o Conselho Estadual de Proteção do Direito dos LGBTs, o Governo da Bahia possui órgãos destinados à implementação de políticas públicas como a Secretária de Políticas para Mulheres e a Coordenação de Políticas aos LGBTs da Bahia - CPLGBTBAHIA. No primeiro momento, buscou-se averiguar as contribuições de políticas públicas para a população LGBTQIA+ por meio da realização de diálogos de entrevistas semiestruturadas.

O estado baiano tem em sua estrutura administrativa uma Coordenação de Políticas LGBTs, sediada em Salvador – BA no bairro do Pelourinho e possui uma equipe de cinco pessoas, segundo o Coordenador, o número de pessoas é insuficiente para atender e articular todas as demandas e as ações logo a coordenação está concentrada em Salvador e região metropolitana.

Apesar do Governo da Bahia adotar a abordagem territorial para o planejamento, segundo o coordenador há uma dificuldade de alcance aos 27 Territórios de Identidade do Estado. Devido à distância, ausência de diálogos e falta de compreensão a respeito da dimensão de desenvolvimento social dos sujeitos. Como pode-se observar no trecho da entrevista¹⁶.

O acesso as essas políticas públicas ainda são difíceis, existem alguns fatores que podemos levar em consideração, como por exemplo, as ações inexistentes do governo do estado, para com a comunidade LGBT e a rigidez de se tratar destas questões por conta do conservadorismo e machismo presente na sociedade Brasileira (Entrevista realizada com coordenador do CPLGBTBAHIA, na cidade de Salvador – BA, no dia 07/12/2021).

O coordenador do CPLGBTBAHIA ratifica a importância de se tratar destas questões, sobretudo em municípios pequenos, pois existem demandas nos territórios que não são notificadas para a coordenação:

Depende mais da conscientização dos municípios pequenos para oficializar a demanda, que na maioria das vezes não é notificada ou mesmo oficializada, podendo citar o nível de violência em cada território que é muito maior do que o notificado (Entrevista realizada com coordenador do CPLGBTBAHIA, na cidade de Salvador – BA, no dia 07/12/2021).

Ao ser questionado sobre as perspectivas para o futuro referente das políticas públicas LGBT na Bahia, o coordenador demonstra falta de esperança, devido às contradições no processo de consolidação das políticas nas escalas estadual e mesmo federal. Como se pode observar no seguinte fragmento: “Tudo que é executado na Bahia é dupla cidadania com base na violência é uma política cota, é uma política do estado, não temos políticas LGBT do governo Federal” (Entrevista realizada com coordenador do CPLGBTBAHIA, na cidade de Salvador – BA, no dia 07/12/2021).

Ao analisar a parceria das universidades com a coordenação nas ações de empoderamentos dos LGBTQIA+ observa-se que não há de fato nenhuma ação pensada para o interior do estado, apenas para região metropolitana de Salvador, contando com a parceria da Universidade Estadual da Bahia – UNEB; Universidade Federal da Bahia - UFBA e Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Segundo a coordenação, há interesse da entidade em fazer atividades no interior do estado, mas falta de investimentos e conscientização necessária para discutir gênero e sexualidade, principalmente quando é voltado para a população LGBTQIA+.

¹⁶ Entrevista realizada no dia 07 de dezembro de 2021, com concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado junto ao projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com do CAAE: 40856820.6.0000.0055 com o parecer: 4.616.178

Um fator relevante é a parceria com a Secretária de Políticas Para Mulheres - SPM e a Secretaria de Educação - SEC que, por meio delas, a coordenação consegue chegar a alguns territórios no interior, por exemplo, as ações realizadas no Território de Irecê com a realização de oficinas para conscientização contra a LGBTfobia.

Outra ação importante destacada pela coordenação foi a utilização do nome social nas escolas por meio do decreto¹⁷ de nº 17.523 de março de 2017 que garante "o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional". Desde então, toda pessoa trans pode requerer o direito ao nome em que é reconhecida socialmente, em detrimento ao nome de registro.

Sobre os relatos de violência contra a pessoa trans, o coordenador diz possuir diversas ações que buscam a emancipação dessa parcela da população LGBTQIA+ desde a produção de renda até a qualificação profissional, que tem como objetivo principal construir o direito à cidadania dessas mulheres que lhe foram negadas por muito tempo, como se pode observar na narrativa a seguir:

As pessoas transexuais e travestis, que muitas vezes são mais afetadas com o estigma e o preconceito da sociedade, também contam com uma importante ação, desta vez fruto de parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU): o Projeto Trans-Formação. Destinado às pessoas transexuais, travestis e não-binárias de Salvador e Região Metropolitana, a iniciativa da ONU no Brasil, por meio da Campanha Livres & Iguais, conta com o apoio SJDHDS, através do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT (CPDD), e do Ministério Público do Trabalho (MPT), e oferece capacitação em políticas públicas e sociais para o empoderamento de 25 pessoas Trans, selecionadas via edital. Ainda em parceria, a SJDHS e a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (Setre) atuam juntas num importante trabalho de encaminhamento profissional: o Corre LGBT. O objetivo é promover cidadania e inserir a população LGBTI+ no mercado de trabalho. Na última edição do projeto, mais de 80 vagas de emprego foram garantidas e mais de 200 encaminhamentos foram realizados pelas equipes (Entrevista realizada com Coordenador do CPLGBTBAHIA, na cidade de Salvador – BA, no dia 07/12/2021).

O coordenador afirma que a iniciativa é uma parceria entre as secretarias estaduais de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS, Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, Educação -SEC e o Sine Bahia, com apoio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza –SEMPS e das

¹⁷<http://www.justicasocial.ba.gov.br/2019/06/2920/Bahia-atua-na-promocao-e-garantia-dos-direitos-da-populacao-LGBTI.html>

organizações Mães Arco-Íris, Desabafo Social e Wakanda Warriors. Desta forma, agregando entidades tanto do poder público quanto da sociedade civil.

A respeito do registro de ações na Bahia em relação às políticas para a população LGBTQIA+ tem-se:

As ações do Governo da Bahia na garantia dos direitos da população LGBTI+ começa em 2010 com a criação do Comitê Baiano para Políticas LGBT e a criação do Núcleo LGBT, hoje vinculado à SJDHDS. Em 2014, o governo estadual encaminhou à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) um Projeto de Lei criando o Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CELGBT). Após aprovação, a criação do Conselho foi sancionada pelo então governador Jaques Wagner. O conselho garantiu, pela primeira vez, participação da sociedade civil na construção de políticas públicas que estivessem em consonância com os anseios e demandas da população LGBTI+. "Precisamos ressaltar que ainda não temos o ideal, frente aos anseios de toda a população LGBTI+, mas podemos reconhecer que nos últimos 10 anos avançamos de forma extremamente significativa na garantia de direitos", afirma Gabriel Teixeira, coordenador do Núcleo LGBT da SJDHDS ((Entrevista realizada com Coordenador do CPLGBTBAHIA, na cidade de Salvador – BA, no dia 07/12/2021).

Trata-se de um avanço considerável dentro das políticas públicas para a população LGBTQIA+ na Bahia, mas não pode estacionar nisso, se faz necessário expandir a discussão em todo estado, nos diferentes espaços de participação existentes.

As ações não podem se limitar apenas a capital do estado e sua região metropolitana, mas deve ter amplo alcance, de forma territorializada, pois, existem coletivos de pessoas LGBTQIA+ no interior do estado que buscam o reconhecimento e efetivação das políticas públicas que os contemplem, a exemplo o Coletivo Nós da Diversidade da Cidade de Poções, que por meio de reivindicações sociais conseguiram efetivar a criação do Conselho Municipal de Proteção aos Direitos LGBTQIA+ na cidade de Poções-BA, sendo a primeira cidade pequena do interior da Bahia a constituir um conselho específico para esta população.

Em relação às políticas voltadas para as mulheres, a Bahia tem uma Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, criada em 04 de maio de 2011, através da Lei 12.212. Tendo a missão de elaborar, propor, articular e executar políticas públicas para todas as mulheres, mas tendo com prioridade as mulheres em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social, em todo o Estado da Bahia. A entidade trabalha com os seguintes eixos para se traçar políticas públicas: 1) Economia e inclusão produtiva no campo e na cidade; 2) Empoderamento das mulheres; 3) Enfrentamento à violência; 4) Educação inclusiva e não sexista; 5) Saúde e Direitos Reprodutivos. Possui sua sede localizada no Bairro Caminho das Árvores em na cidade de Salvador - BA.

A Secretária de Políticas para Mulheres do Estado da Bahia tem preocupação em atender o interior do estado e as ações desta entidade estão ligadas ao desenvolvimento do território, pois, a SPM mantém diálogo com os territórios de identidade da Bahia. Essa secretaria conta com ações que atendem mulheres nos espaços urbano e rural, dentre as quais estão: As casas de farinhas móveis; os centros de referências e proteção às mulheres; as Delegacias especializadas em segurança da mulher, e outras.

Ressalta-se que a SPM antes de 2015 era conhecida como Secretaria de Políticas para Mulher e, posteriormente, mudou-se para Secretaria de Políticas para Mulheres, pois, desta forma, no plural, tem o entendimento da diversidade de mulheres existente na Bahia, assim as ações desta entidade agregam mulheres cis, mulheres trans, mulheres lésbicas e enfim todo desempenho feminino (re)existente. Como pode-se verificar no fragmento da narrativa da entrevista¹⁸ da Secretária de Políticas para Mulheres.

Então, o que temos hoje das principais ações, primeiro eu vou registrar que os equipamentos, alguns organismos que estão relacionados a implantação de políticas públicas para as mulheres, principalmente de políticas que vemos no nosso PPA (Plano Plurianual Participativo na Bahia) do governo eles são da secretaria de segurança pública, que tem muitas pessoas que confundem e acham que os equipamentos são de gestão da SPM, e não são, por exemplo as DEAMs que são unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento à mulher em situação de violência de gênero e a Ronda Maria da Penha. Nós trabalhamos hoje com a ocupação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM, são equipamentos municipais, porém de formação e implantação do Estado, hoje eles são implantados através de emendas parlamentares, nós damos formação da equipe técnica e equipe multidisciplinar que compõe esse centro de referência, que são as psicólogas, pedagogas, advogadas e assistentes sociais (Entrevista realizada com secretária da Secretaria de Mulheres, na cidade de Salvador – BA, no dia 06/12/2021).

Por este fragmento da entrevista é possível analisar a distinção dos serviços, pois, há muita confusão da população sobre as ações das secretarias. Vale ressaltar que os trabalhos tanto da SPM quanto das demais secretarias do estado da Bahia tem atividades em parceria, aspecto que gera um fortalecimento e melhor propagação do serviço.

Entre as ações da SPM pode-se destacar o programa “Respeita as Minas”, que visa combater o assédio moral, psicológico e sexual sofrido pelas mulheres. Este projeto teve início no Carnaval de 2017, porém, segundo a SPM, não poderia se limitar apenas aos festejos carnavalescos, então, foi necessário se expandir para todo o estado e implementar em diversos

¹⁸ Entrevista realizada no dia 06 de dezembro de 2021, com concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado junto ao projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com do CAAE: 40856820.6.0000.0055 com o parecer: 4.616.178

espaços da sociedade tais como: 1) Respeita as Minas no Esporte; 2) Respeita as Minas na Escola; 3) Respeita as Minas na Saúde e dentre outros.

Outra ação que merece destaque neste contexto é a casa de farinha móvel que tem o intuito de fortalecer a organização produtiva de mulheres do campo, por meio da aquisição de equipamentos para produção de farinha e derivados da mandioca. Este projeto como foco atender mulheres que sejam líderes de assentamentos da reforma agrária, mulheres que são líderes da agricultura familiar, mulheres líderes em comunidades quilombolas, de terreiros e indígenas. Este projeto visa a autonomia econômica direta destas mulheres. O projeto não fica apenas no âmbito da produção, conta com oficinas de formação para o exercício da cidadania e para a qualificação dessas mulheres.

Segundo as informações obtidas na SPM entre os anos de 2015 a 2020 foram entregues quinze casas de farinhas tendo um número de cerca de duas mil mulheres beneficiadas pelo programa. Estes equipamentos estão localizados nos municípios de Boa Vista do Tupim, Camaçari, Jacobina, Pau Brasil, Sento Sé, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Seabra, Amélia Rodrigues, Cruz das Almas, Caetité e Boninal. No início de 2021 segundo a SPM, foram entregues mais 4 casas de farinha móveis nos municípios de Ilhéus, Jacobina, Cansanção e Vitória da Conquista neste caso, em especial, são três equipamentos em Vitória da Conquista.

Mesmo em momentos de pandemia, a SPM não deixou de desenvolver ações que visam promover a autonomia financeira das mulheres. Em virtude do distanciamento social, muitas mulheres precisaram deixar seus respectivos trabalhos e passaram a desenvolver apenas as atividades domiciliares e isso acarretou, por muitas vezes, na perda da autonomia financeira. Então para que isso fosse amenizado a SPM criou o projeto ‘Compre das Minas’. Projeto este que atende mulheres de todo o estado, e tem a comercialização também em escala nacional:

Nesse período de pandemia nós lançamos duas ferramentas importantes, com o intuito de tentar amenizar um pouco a situação de cárcere privado, que infelizmente algumas mulheres se encontram, como a situação de desenvolvimento econômico na vida dessas mulheres, para a retomada do desenvolvimento econômico, lançamos agora no dia 30-11-2021 um portal chamado “Compre das Minas”, com produtos e serviços, liderado por mulheres, são para todas as mulheres da Bahia, mas essa comercialização é feita a nível nacional, elas se cadastram no próprio portal que porta de uma parte exclusiva com informações e notícias (Entrevista realizada com secretária da Secretaria de Mulheres, na cidade de Salvador – BA, no dia 06/12/2021).

A SPM procura realizar oficinas para o encorajamento das mulheres no intuito de fortalecer seus próprios negócios, dando informações de políticas de microcréditos, ensinando como concorrer a editais para subsídios de suas ações administrativas, mas nessas ações a SPM

deixa claro que não há comercialização por parte da secretária, pois ela é apenas um elemento motivador para impulsionar a ação, tais atividades ficam a cargo das mulheres, desta forma, essas empreendedoras colocam em prática tudo aquilo que foi apreendido nas oficinas:

[...] Editais que estejam abertos para capacitação e organização de mulheres, informação de políticas de acesso a microcrédito e comercialização, a gente não faz a comercialização, o contato é feito direto entre o cliente e a empreendedora, pode se cadastrar nesse portal, mulheres que são Microempreendedor Individual – MEI, autônomas, grupos coletivos ou que individualmente comercializem, que podem ser pessoa física ou jurídica, formal ou informal (Entrevista realizada com secretária da Secretaria de Mulheres, na cidade de Salvador – BA, no dia 06/12/2021).

Na avaliação feita pela SPM nota-se que houve uma mudança considerável ao se falar de políticas públicas de gênero e sexualidade, sobretudo, ao se tratar das políticas públicas das mulheres cis. Antes se tinha a concepção que estas ações eram apenas de medida protetivas e seguranças, na atualidade essa concepção vem mudando, hoje se tem o conceito que as políticas para as mulheres devem permear o social, a educação e as questões financeiras destas mulheres.

Verifica-se no depoimento da Secretária da SPM que também a evidencia a priorização da mulher no papel de protagonistas de suas ações e que estas devem ocupar sempre cargos de relevância na sociedade brasileira:

Nossa equipe tem percebido que teve uma mudança do conceito do que é Política para a Mulher, antes se pensava muito que política para a mulher era solicitar uma Ronda ou DEAM, que infelizmente ainda e uma pratica muito evidenciada, estávamos esperando a mulher sofrer a violência para poder acessar a política pública, pois Ronda (Ronda Maria da Penha) e DEAM (Delegacia da Mulher), são políticas corretivas e não preventivas, agora já existe uma compreensão maior, inclusive dos parlamentares de que se forneça renda para essas mulheres, além de conseguir sair do ciclo de violência, talvez ela nem chegue a entrar, fora isso temos uma equipe técnica que é toda especializada em políticas de gênero, de enfrentamento a violência contra a mulher, de empreendedorismos, autonomia que é ministrado ao público da sociedade civil no geral, gestoras e gestores municipais, a gente faz com todas as secretarias de modo geral, com o pessoal que cuida da segurança pública, estudantes da escola da rede (Entrevista realizada com secretária da Secretaria de Mulheres, na cidade de Salvador – BA, no dia 06/12/2021).

Averigua-se que as ações da SPM são realizadas em parceria com outras instituições, como mencionado anteriormente, mas dentro do contexto do desenvolvimento territorial, foi questionada quais são as políticas públicas que estão entrelaçadas ao desenvolvimento territorial, mas, especialmente, no caso da Bahia que adota esse mecanismo de planejamento, implementação e gestão de políticas públicas. A secretária diz que todas as ações são planejadas na perspectiva do desenvolvimento territorial:

Porque o que acontece o governo ele trabalha sobre demanda territorial, as ações são territoriais, então quando nós vamos levar qualquer equipamento

que são disponibilizadas, exceto as emendas parlamentares. Quando são política direcionadas a SPM, a gente procura fortalecer principalmente os territórios que não possuem muito orçamento, com uma roda de diálogo, uma capacitação entre outras ações (Entrevista realizada com secretária da Secretaria de Mulheres, na cidade de Salvador – BA, no dia 06/12/2021).

Ainda neste cerne sobre o desenvolvimento territorial, é importante refletir a respeito das parcerias com as universidades existentes na Bahia. A SPM deixa bem claro que tem autonomia para desenvolver qualquer atividade, mas que em muitas delas é necessário parcerias com as universidades. Como é o caso do programa “Marisqueiras”:

Na verdade todas essas ações, nós temos autonomia para fazer parcerias, pois a SPM faz implantação da política, mas ela precisa ter continuidade, por exemplo, nós temos um programa que se chama “Marisqueiras” que é para mulheres quilombolas que fica na região de Maragogipe, que a gente precisou do apoio da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, é um mostruário de ostra que estava em extinção e a gente fechou um tempo de corporação técnica com UFRB para ver a questão da qualidade da água, se a extinção era só por conta da extração que estava sendo feita de maneira inadequada ou se tinham alguns outros motivos, essas parcerias diretas ou indiretas com as Universidades são fundamentais (Entrevista realizada com secretária da Secretaria de Mulheres, na cidade de Salvador – BA, no dia 06/12/2021).

Cabe neste contexto elucidar a importância do Pacto Estadual de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, pois, é uma atividade que tem parcerias com os municípios e com as universidades e conseqüentemente com os territórios de identidade da Bahia. Outra parceria importante refere-se às oficinas de empoderamento da mulher que utilizam os núcleos de extensão das universidades para promover ações no interior do estado, a exemplo do mapeamento de mulheres artesãs nos territórios de identidade, mas no caso bem específico, no TSB, que contou com a parceria com o NEDET/UESB para realizar esta demanda:

A gente assina o Pacto Estadual de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, quando a gente assina esse pacto com os municípios, como por exemplo a cidade de Vitória da Conquista participou de uma dessas no ano de 2017 e nesse pacto tem dizendo os parceiros que precisam ser envolvidos nesse processo, o principal parceiro que a gente coloca, são as Universidades, então, tanto os projetos que são desenvolvidos com a Universidade a gente participa a convite da entidade ou fazemos um termo de cooperação que também dialoga com essas entidades, seja uma roda de diálogo, seja uma formação ou seja uma microindústria (Entrevista realizada com secretária da Secretaria de Mulheres, na cidade de Salvador – BA, no dia 06/12/2021).

Verificou-se na SPM a existência de políticas públicas voltadas para as mulheres cisgênero e para as mulheres transgênero. Frente a esse cenário, foi levantando o questionamento sobre o conceito de gênero utilizado para o desenvolvimento das ações da Secretaria que, por sua vez, responde ao questionamento, afirmando que as mulheres cisgênero

são aquelas em consonância entre o sexo anatômico e a expressão de gênero, enquanto mulheres transgênero são aquelas em dissonância entre o sexo anatômico e a expressão de gênero, como travestis e transexuais.

A partir desse entendimento, a secretaria era antes denominada de Secretaria de Política para a Mulher e passou a ser a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, justamente “porque se entende que somos muitas, inclusive nessa identidade de gênero, nós fazemos todas as políticas visando que todas sejam contempladas, independente de qual o gênero ela seja hetero, lésbica, transexual”. (Entrevista realizada com secretária da Secretaria de Mulheres, na cidade de Salvador – BA, no dia 06/12/2021).

A SPM e a Coordenação de Direitos LGBTs da Bahia tem boa relação e a SMP conta com ações desenvolvidas em conjunto, tais como a ronda de proteção às mulheres travestis em situação de prostituição ou violência. Foram feitas oficinas direcionadas para mulheres trans e tinha o intuito de promover a cidadania e autonomia financeira delas, ações, tais como: informática, corte e costura, cuidados dos cabelos e higiene pessoal.

Ao analisar o rol de ações promovidas pela SPM chega-se ao entendimento de é possível verificar sinais de avanços, com as ações desenvolvidas. No entanto, não são suficientes, é preciso disseminar os programas em todos os territórios de identidade e incluam o debate as pessoas trans e a população LGBTQIA+.

Isso só acontece por meio do fortalecimento da base, empoderando os sujeitos sociais que estão às margens da sociedade brasileira, especialmente, as mulheres e LGBTQIA+. No caso da CPLGBTBAHIA necessita descentralizar as ações da capital baiana e atender as especificidades do interior do estado nos territórios de identidade.

4.2 Apresentação e desdobramentos da política de gênero e sexualidade no Territórios do Centro Sul Baiano

Antes de começar analisar o desdobramento das políticas públicas de gênero e sexualidade nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano tendo com amostragem destas pesquisas observa-se que cada territórios de identidade apresenta contextualidades diferentes um dos outros, do mesmo modo que as políticas públicas de gênero e sexualidades.

Neste sentido, faz necessário retornar ao organograma dos ciclos das políticas públicas expresso por Sechi (2012) e analisar qual fase, isto é, cada etapa que está o desenvolvimento

das políticas de gênero e sexualidades nos territórios: Sudoeste Baiano; Médio Rio de Contas e Médio Sudoeste Baiano.

4.2.1 A Política de Gênero e Sexualidade no Território de Identidade Sudoeste Baiano

As mulheres formam a maior parte da população que compõe o TSB, segundo dados da SEI (2018), e, registra-se uma preocupação com a participação da mulher nas diversas esferas da sociedade, tanto no espaço rural quanto no espaço urbano.

Sobre a participação social de mulheres, tem-se em primeiro lugar o Colegiado Territorial do TSB. Neste espaço há representação de diferentes segmentos do território e verificou-se que o referido colegiado apresenta uma dinâmica de organização e funcionamento, assim estruturada: composição das câmaras temáticas que trata de diferentes temas conforme demanda da plenária do colegiado; composição do núcleo diretivo em conjunto com coordenador do CODETER e plenária geral com representantes dos 24 municípios que compõe o TSB.

Mesmo com o reconhecimento dos espaços de participação, tais como colegiado, conselhos e outros, é possível notar que a participação social das mulheres é marcada por dificuldades. Que vão desde o tempo dedicado a essa atividade, a ausência de esclarecimentos e mesmo a falta de recursos financeiros.

No período pandêmico esse quadro se intensificou, uma vez que, os componentes do colegiado do TSB, oriundos de diferentes áreas do território, foram impedidos de participar das reuniões presenciais, e mesmo com a estratégia da realização dos encontros de maneira remota, muitas pessoas ainda têm dificuldade de acesso à internet e aos aparelhos e plataformas digitais.

Ainda a respeito do processo de participação social e discussão e gênero e sexualidade no TSB é possível verificar que há uma preocupação com o temário nas discussões do CODETER, haja vista que foram criados espaços de participação e ações que contemplem as questões de gênero, mesmo que de maneira tímida.

Em 2018 o colegiado começou a incluir a pauta de gênero nas discussões, porém, a sexualidade não faz parte dos debates em sua totalidade. A temática se insere no contexto do TSB, por meio da câmara de mulheres e, posteriormente, agregando a discussão de forma transversal nas demais câmaras. Nesta direção, para tentar dar essa voz/participação social para esses sujeitos o colegiado do TSB constituiu câmaras temáticas, para planejar e discutir a referida temática. A coordenação do colegiado busca tratar dessas questões, especificamente, dentro da câmara de gênero.

Observa-se que a discussão necessita ser ampliada, da mesma maneira devem ser também fortalecidos os espaços de participação social do TSB, em especial após ou em vias de finalização da Pandemia da COVID 19.

Em relação à efetivação das políticas públicas de Gênero e Sexualidade observa-se que acontece de forma acanhada. Existem mecanismos do governo no território como a Delegacia da Mulher, Pronaf Mulher, Coordenação de Amparo aos Direitos, é válido salientar que ainda são políticas que ficam restritas apenas há alguns municípios, como os municípios de Vitória da Conquista, Poções e Planalto.

Quanto às políticas voltadas para população LGBTQIA+, observa-se que falta uma maior discussão dentro do cenário do colegiado territorial. Apesar das diversas atividades promovidas pela câmara de mulheres, pelo NEDET, e pelo próprio colegiado é tímida, melhor, inexistente a participação de entidades voltadas à representatividade da população LGBTQIA+.

Dentre os eventos realizados, vale mencionar o I Encontro Territorial de Mulheres do TSB promovido pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, por meio do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET e o Encontro de Mulheres em Cordeiro - Município que faz parte do Polo de Condeúba – foi promovido pelo comitê municipal do município, o II Perspectivas para Juventude que também foi realizado pela UESB por meio do NEDET onde se tratou de políticas não só para mulheres, mas também para a população LGBTQIA+ em todas as esferas desde a educacional até a de segurança.

Como apontado no decorrer do texto, há uma preocupação com essa discussão de gênero e sexualidade pelo TSB, o qual orienta as implementações de políticas públicas que visam o empoderamento da mulher e da população LGBTQIA+ em todo território, aproveitando equipamentos do governo que já estejam inseridos no próprio território.

Nesta perspectiva, fica elucidada a preocupação do TSB em trabalhar a questão de forma aberta no território, como já prevê o plano norteador de desenvolvimento do território como definido no eixo de Limites e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica (2016, p. 20): “Falta de planejamento, integração e gestão do desenvolvimento sustentável, considerando os segmentos de gênero, etnia, geração, povos tradicionais e de terreiros.”. Também as formas de implementar essas políticas públicas com o objetivo, estratégias, metas e prazos:

Objetivo 2 Desenvolvimento e consolidação de políticas públicas de Educação, Ciência e Cidadania.

Estratégia 2.3 Estabelecer maior empenho ampliando os investimentos de implementação das leis que tornam obrigatórios os conteúdos da grade curricular, a exemplo da lei 10.639/2003 e da lei 11.769/2011, considerando a necessidade de elaboração do Plano Estadual Para Aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais

Meta: 2.3.1 Implementar 100%, nas unidades escolares da rede estadual, a política da educação das relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidades no período de 4 anos (PTDRSS, 2016, p. 36).

E continua:

Objetivo5 Desenvolvimento e consolidação de políticas públicas para a inclusão, diversidade, cidadania e direitos humanos.

Estratégias 5.2 Desenvolvimento de projetos e ações que garantam o desenvolvimento e protagonismo da juventude.

Metas 5.2.3 Criação e efetivação de uma (01) Rede Territorial de Direitos Humanos, tendo como foco principal o debate acerca das especificidades de juventudes tradicionais, LGBT's e do campo. (PTDRSS, 2016, p. 39).

E ainda descreve:

Objetivo5 Desenvolvimento e consolidação de políticas públicas para a inclusão, diversidade, cidadania e direitos humanos.

Estratégias 5.3 Desenvolvimento de projetos e ações para mulheres, gênero e diversidade.

Metas 5.3.1 Ampliar em 100% a participação das mulheres e dos jovens nos espaços de participação social no período de 8 anos. (PTDRSS, 2016, p. 39).

Observa-se que há um espaço previsto no plano para essa execução de discussão e implementação de políticas públicas, mas também nota-se que é previsto no Plano maior o PPA-P – que prevê a meta Temas Estratégicos do PPA-P Estadual: XI. Mulheres, gênero e diversidade.

Ao se questionar, em entrevista¹⁹, sobre o entendimento de gênero e sexualidade ao atual coordenador do TSB, o mesmo demonstrou não ter clareza sobre a dimensão do conceito, ele expressa que é importante, mas ainda fica preso no conceito da dualidade de gênero homem e mulher. Desta forma, nega todas as demais performances de existência e de vivenciar o seu gênero e sua sexualidade. Segundo o coordenador:

Esses conceitos, eu confesso que não tenho muita clareza, eu vejo que é um conceito novo, porque as vezes fala gênero é masculino, feminino, ou enfim, eu entendo que a questão de gênero é a questão do ser humano como um todo, cada um nas suas particularidades, pessoais e familiares, mas o gênero é o todo do ser humano, cada um com as suas particularidades, como eu tinha dito, mas envolvido dentro da sociedade, do grupo, se é grupo familiar, comunitário, amigos, ai cada um vai vivenciar sua vida pessoal, sua experiência dentro da realidade, a sexualidade infelizmente é um tema que parece assim que sempre foi um Tabu, por que parece que quando se fala sobre sexualidade é apenas a questão sexual, e é muito mais, o ser humano é muito mais do que “sexo”, enfim, a sexualidade é a vida de cada pessoa como um todo, no prazer, na alegria, você tem que vivenciar isso no dia a dia, mas assim, eu confesso que

¹⁹ Entrevista realizada no dia 08 de agosto de 2022, com concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado junto ao projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com do CAAE: 40856820.6.0000.0055 com o parecer: 4.616.178

para mim eu ainda não consigo entender pois vemos vários conceitos, né, vem o pessoal da Sociologia e fala uma coisa, da psicologia outra (Entrevista realizada com coordenador do TSB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 08/08/2022).

O coordenador ainda diz sobre o tabu que foi imposto na sociedade em falar de sexualidade e expressa que faz parte da essência do ser humano, e que vai muito além do que apenas o “sexo”, mas ele ainda deixa claro que é difícil o entendimento do conceito para ele. Mas que a proposta é ampliar o debate na plenária do colegiado.

Porém, em virtude da pandemia - que já foi citada no decorrer da dissertação, as atividades do colegiado e das câmaras pararam:

Uma coisa que sempre discutimos é a presença do homem, mulher independente da sua opção sexual, enfim, por exemplo, nós temos a câmara das mulheres, câmara da juventude, embora são poucas, devido essa pandemia deu aquela esfriada, mas está aí, ela existe, e é justamente para isso, as câmaras são formas e ter momentos específicos para discutir as questões, assim como a juventude, o pessoal da cultura, então assim, eu vejo assim mesmo como existem essas dificuldades, é valorizado, não vejo ninguém disseminar “aqui é só os homens, aqui é só as mulheres”, não. Acho que isso pelo menos eu nunca presenciei, são assuntos que precisam ser discutidos no dia a dia, conversado abertamente, justamente para evitar esses conceitos moralistas, discriminatórios (Entrevista realizada com coordenador do TSB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 08/08/2022).

A respeito das parcerias, o coordenador relata que houve uma breve aproximação da SPM para desenvolver trabalho com as mulheres, mas houve limitações internas do próprio colegiado, neste sentido, reforça o conceito de Campo de Forças expresso por Alcantara (2013).

No início houve realmente uma discussão da secretária para realizar esse trabalho junto com as mulheres, dada as nossas dificuldades e limitações, a gente não participou tão intensamente como deveria, mas de qualquer forma, nós ficamos sabendo, contribuímos com algumas informações, mas não foi da maneira que deveria ser, ainda precisa ser amadurecido esse trabalho (Entrevista realizada com coordenador do TSB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 08/08/2022).

O coordenador faz uma avaliação das ações desenvolvidas pelo TSB em relação às atividades voltadas as mulheres cis, observa-se um avanço considerável, porém, as ações direcionadas as demandas da população LGBTQIA+ não tem avanço. Desta forma acarreta a contradição das necessidades básicas destes sujeitos, pois, estão em latência e por muitas vezes não são reconhecidas essas demandas pelo poder público, tampouco, pela sociedade civil.

Há também uma inquietação com as atividades futuras para o coordenador, tal preocupação é fruto do momento difícil vivenciado no Brasil que, segundo ele, passa por uma espécie de retrocesso das políticas públicas e que isso afeta diretamente a discussão e execução

das políticas públicas emergentes, dentre as quais encontram-se a temática de gênero e a sexualidade.

4.2.1.1 Participação Social de Mulheres e LGBTQIA+ no Território Sudoeste Baiano: Breve relato das Contribuições da Câmara de Gênero no TSB

Para melhor funcionamento do Colegiado Territorial do Sudoeste Baiano foram criados espaços, discussões, articulação e planejamento das políticas públicas no TSB. São quatro câmaras temáticas: 1) Inclusão Produtiva - que trata de assuntos ligados à produção, sobretudo, a produção agrícola. -; 2) Cultura - que vai abarcar as questões culturais existentes, pois, o TSB é um celeiro de artistas. -; 3) Juventude - o Território um índice de população jovem expressiva e eles carecem de políticas públicas que possam atender suas necessidades tanto no rural quanto no urbano. - E 3) Mulheres - o espaço relacionado a discutir gênero no território, visto que o TSB possui mais de 50% da sua população é feminina isso dados do último censo do IBGE (2010) e último levantamento feito pela SEI (2016) para traçar os perfis do Território de Identidade da Bahia.

As Câmaras Temáticas do TSB foram constituídas em meados de setembro de 2015 na reunião ordinária da plenária, com representantes da SDT, SPM e demais Secretarias do governo estadual. E também com a presença do NEDET que realizou o trabalho de assessoramento ao colegiado territorial, conforme o edital do CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014.

Para melhor entender a dinâmica de constituição e funcionamento da Câmara de Gênero, tentou-se realizar entrevista com a coordenação da câmara de mulheres do TSB, entretanto não houve retorno. Em virtude disso, foi necessário buscar dados em trabalhos já realizados para apresenta a trajetória da câmara até os dias atuais. Assim, como exposto no início desta subseção a câmara de mulheres foi criada em 9 de setembro de 2015 e possuía de início 9 participantes, como pode verificar na figura 7.

Figura 7: Lista de membros no momento da criação da Câmara de Mulheres do Território Sudoeste Baiano, 2016

Lista de Presença			
Evento:	Nome do Evento:	Data:	Horário:
Vitória da Conquista	Reunião do Colégio Territorial - Câmara Temática de Mulheres	02.09.2015	
	Local:		
Nádia Almeida Ribeiro	As Famílias Maldadeiros - Bando V/C FIRROACSO	71 21 - 7333 71 21 46 - 17 19	luz@wccapital.com.br monstruoc@gmail.com
Mª da Conceição	CDMS - Sindicato PPV/C	77 9983-4429	conceicao.mariad@hot.mil.com
Valéria Ingrid Reis	Partido da Juventude V/C	(71) 3826-1616	flaviana@ppj.org.br
Selma Santos Amorim	STR	Candido Sales 8822 3113	teluasantostoraimos@hotmail.com
Stênio Aguiar Torres	SOC. REG. ANAGS/ ANAGD	02.09.2015	jav@anagds.org.br
Marcosio Campos	PROF. SEF	Barron de Opatim 71-81626063	MSF
Amélia Ferreira	Assoc. Parlamentar V/Conq.	(71) 8811-2250	aferreria.wg@gmail.com
Maria Jussara Moura Reis	Assoc. Parlamentar V/C	(71) 8806-0723	amara@desdeparados.com.br
Nildone Ribeiro	FCTAC	77 9181 7002	nildone@ychoo.com.br

Fonte: Acervo do NEDET, 2015

Em entrevista realizada em 2018, com a então Coordenadora²⁰ da Câmara de Mulheres do Território de Identidade Sudoeste Baiano - CCMTSB, explanou sobre a existência do grupo e a sua forma de funcionamento. A câmara temática é um espaço de participação que compõe o colegiado territorial do TSB e existe desde 2015 com a sua institucionalização na reunião do dia 2 de setembro do mesmo ano. Há uma alternância nas reuniões deste grupo, pois tenta contemplar as representações dos 24 municípios do território.

A câmara de mulheres é uma organização que vem em luta da igualdade de gênero, autonomia e empoderamento. Neste espaço, há representações tanto da sociedade civil quanto do poder público, com alguns dirigentes sindicais, algumas organizações institucionais e também alguns representantes do Governo do Estado da Bahia.

O objetivo deste espaço de participação social é planejar e fortalecer as políticas públicas voltadas às mulheres de todos os segmentos da sociedade, tanto as oriundas do espaço rural quanto as do espaço urbano. A câmara possui mulheres que fortalecem a agricultura

²⁰ Essa entrevista foi realizada em 2018, disponível no acervo do NEDET. No cenário atual o TSB possui outro coordenador e está nos trâmites de novas eleições administrativas, bem como as câmaras temáticas.

familiar, e o desenvolvimento rural. São mulheres ligadas à economia solidária e a outras atividades que desempenham na sociedade.

Desta forma, verifica-se que é um grupo bem diverso no território são representantes de 24 municípios para desenvolver suas ações e ainda planeja em desenvolvimento de forma abrangente, pois, a câmara de mulheres agrega mulheres de todos os segmentos.

Em 2018, a câmara de mulheres possuía 30 mulheres de quase todos os municípios que compõe o TSB, era um número relativamente representativo, visto que poucas pessoas conseguem dedicar seu tempo para atividades de interesse coletivo e social, e que não são remuneradas. Ainda assim, a câmara possuía uma agenda de reuniões e ações o que demonstra uma força do grupo. No entanto, a câmara se encontra desarticulada, assim como o restante dos espaços de participação do colegiado territorial, também em virtude da pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2.

A ausência de eventos presenciais, foi um fator que teve peso negativo, e desanimou o grupo. No período que antecedeu a pandemia, alguns eventos impulsionaram a articulação destas mulheres, vale destacar aqui, o II Encontro Territorial de Mulheres realizado pelo Núcleo da UESB, conforme se pode verificar na figura 8 e o I Encontro de Mulheres no Polo de Condeúba realizado no Município de Cordeiros, na figura 9:

Figura 8 - Foto do II Encontro territorial de Mulheres do Território de Identidade do Sudoeste Baiano - TSB na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB em 2017.



Fonte: Acervo do NEDET, 2017

Figura 9 - Foto do I Encontro e de Mulheres do Polo de Condeúba realizado no Município de Cordeiros/BA em 2018



Fonte: Acervo do NEDET, 2018.

Também observa-se a importância destes eventos no processo emancipatório destas mulheres. Por meio desses espaços surgem oportunidades de crescimento e conhecimento, pois, a partir destes eventos, pode-se verificar a criação de conselhos de mulheres nos municípios do polo de Condeúba.

Como desdobramento do Encontro e da Câmara de Mulheres em 2018, teve-se a criação do comitê de mulheres em alguns municípios do TSB, como exemplo o próprio Condeúba, Poções e Planalto.

A participação feminina e sua inserção em diferentes setores da econômica amplia a possibilidade de acesso ao emprego e a renda para as mulheres, sendo estas jovens ou adultas no contexto dos pequenos e médios municípios que integram o TSB.

Em 2019 foram promovidos eventos pela Câmara de Mulheres do TSB sobre o papel da mulher no contexto da Agricultura familiar agregando mulheres dos 24 municípios. Ocorreu também, em 2019, o II Seminário Perspectivas da Juventude, (Figura 10) que buscou traçar planos estratégicos e ações. A câmara de mulheres esteve presente articulando o debate de gênero e sexualidade para a juventude.

Figura 10 – Foto do II Seminário Perspectivas Para Juventude no momento do Diálogo sobre Gênero e Sexualidade realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB em novembro de 2019



Fonte: Acervo do NEDET, 2018.

A Câmara Temática tem um planejamento voltado para a promoção de mais eventos, criação dos Comitês, Conselhos Municipais de Mulheres e Centros de Referências a Proteção da Mulher. A câmara não possui uma sede própria, é uma organização que tem a necessidade de espaço, mas também de recursos para chegar a todos os municípios e articular o movimento de mulheres.

Sabe-se que o território de Identidade Sudoeste Baiano é um território diverso, e os municípios que o compõe registram agressões contra mulheres. Há também registros de agressões aos LGBTQIA+. Conforme dados da Coordenação de Proteção e Amparo aos Direitos do LGBTQIA+ de Vitória da Conquista/BA, tais dados implicam na necessidade de manter a temática nas pautas dos espaços participativos. É válido salientar que tais dados incluem mulheres do campo, e pessoas LGBTQIA+ que vivem longe dos centros urbanos e da capital do estado. Estes grupos muitas vezes não podem participar de espaços de discussão, seminários e conferências. Muitos não conseguiram concluir o Ensino Fundamental II, a falta de conhecimento dos seus direitos, coloca esses grupos em uma situação de maior vulnerabilidade.

Sobre o acesso às políticas públicas de gênero e sexualidade, ainda carecem da colaboração das diferentes esferas do poder público, da articulação da sociedade civil e, cabe destacar aqui, as instituições de ensino, e o fortalecimento dos grupos de mulheres, mas não somente mulheres cis, como também mulheres trans e a população LGBTQIA+ para promover ações mais abrangentes em todo o TSB e impulsionar a elaboração e avanço das políticas no estado da Bahia.

Em primeiro lugar, pode-se apontar a necessidade de integrar ao CODETER as entidades da Bahia e do TSB que representam esses grupos tais como: a coordenação LGBTQIA+, a Coordenação de igualdade racial a Coordenação de proteção à Mulher. As reflexões apresentadas se justificam pelos registros que infelizmente fazem parte do contexto da Bahia e do Brasil de acordo com dados da UNIFESP (2021) o Brasil é o 5º país que mais mata mulheres.

Verifica-se que segundo estatística no caso da população LGBTQIA+, a cada 19 horas em média morre uma pessoa LGBTQIA+, segundo o GGB-Bahia. Em relação às mulheres trans o país está liderando o ranking pelo 12º ano consecutivo de mortes de mulheres trans segundo o Trans Murder Monitoring, 2020.

Os dados revelam a necessidade de ampliar o debate sobre o gênero e a sexualidade no TSB, visto que essas performances de Gênero e Sexualidade sempre estiveram em latência, realidade não exclusiva deste território, mas de outros do Brasil. Nesse quadro de incertezas, é necessário dar continuidade aos trabalhos acadêmicos e científicos, bem como as atividades de extensão que possam contribuir para assegurar os direitos e o respeito à mulher na sociedade com igualdade de gênero e pelos direitos dos LGBTQIA+.

Ainda sobre os dados que impulsionam as pesquisas e análise sob a ótica da Geografia, registra-se que o Brasil é um dos países que mais mata LGBTQIA+ no mundo. É isso o que afirma o levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia – GGB, tendo cerca de 300 mortes de LGBTQIA+ no ano de 2021, desta forma, a cada 29 horas morrem um LGBTQIA+ dados divulgados pelo GGB²¹ em 2022. Vale ressaltar que é difícil chegar a um quantitativo concreto de casos, pois, muitos destes não são interpretados por LGBTQÍDIOS.

O Brasil também lidera o ranking de feminicídios, ocupando a 5ª posição no mapa mundial da violência contra mulher em 2021, perpassando o quantitativo de 1.341mulheres

²¹ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2022/02/mortes-violentas-lgbt-cresceram-2021/> acessado em 13 set 2022, as 23h45min

vítimas do feminicídios no último ano, dados divulgados pela secretária pública junto ao portal de notícias G1²².

Os dados coletados no ano de 2021 apontam que a Bahia ocupa o 3º lugar em LGBTQIcídios e também ocupa o 4º lugar em feminicídios sendo que a cada 23 horas morre um LGBTQIA+ no Brasil, e quando esse indivíduo é mulher a realidade se intensifica, sendo que a cada 7 horas uma mulher é assassinada. Todo esse quantitativo pode ser maior, visto que muitos homicídios ainda são vinculados a outros motivos e muitas vezes não são contabilizados adequadamente, catalogando esta violência em outros tipos.

As agressões contra mulheres e LBGTIQ+ estão presentes também no TSB, a exemplo de Vitória da Conquista que lidera os índices, seguido por Poções. Vale destacar o fato de Vitória da Conquista contar com o maior quantitativo de população do TSB seguido por Poções.

Ao analisar os desdobramentos das políticas públicas de gênero nos municípios do Território Sudoeste Baiano, bem como a participação social dos sujeitos, percebe-se que diferentes setores do poder executivo realizam a implementação de políticas públicas. Dentre estes, optou-se em investigar as ações da Coordenação de Amparo aos Diretos dos LGBTS e A Coordenação de Políticas Públicas de Mulheres de Vitória da Conquista, cidade polo do território, setor responsável pela prevenção a violação do direito social destes sujeitos.

Na cidade de Poções – BA, segunda maior cidade do TSB, não tem nenhum setor do poder público voltado as demandas da população LGBTQIA+, por esta razão optou-se em realizar a entrevista com o Presidente do Coletivo Nós da Diversidade e ao se tratar de mulheres entrevistou-se o Centro de Apoio a Mulher em Situação de Violência – CAMVI.

No decorrer da coleta dos dados primários percebeu-se que, apesar de existir uma entidade que unifica as demandas do território, a Câmara de Mulheres do TSB, e mesmo o próprio colegiado territorial, e a CPADLGBT do Município de Vitória da Conquista, ainda falta uma unidade de planejamento, há pouco conhecimento, pouca interação, resultante do processo histórico da sociedade brasileira, que não está habituada a participar e acompanhar as ações coletivas.

É importante frisar que Vitória da Conquista é a única cidade do Território Sudoeste Baiano, e a pioneira no interior da Bahia, que possui um órgão específico para tratar destas demandas do público LGBTQIA+, conforme registro na matéria do site do Partido dos Trabalhadores (PT), figura 11.

²² Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/28/numero-de-femicidios-cai-17percent-em-2021-mas-outras-violencias-contra-mulheres-crescem-mostra-anuario.ghtml> acessado em 13 set 2022, as 23h36min

Figura 11 - Notícia sobre a institucionalização da Coordenação de Proteção e Amparo ao direito LGBT em Vitória da Conquista, 2016



Fonte: Site do Partido dos Trabalhadores²³

Em Vitória da Conquista, a coordenação também trabalha com oficinas de cursos de corte e costura, técnicas de beleza, além de palestras sobre conscientização sobre LBGTQIfobia. São realizadas em toda a cidade, de forma periódica, duas vezes por semana, com ênfase nos bairros periféricos, nessas oficinas são distribuídos materiais de leitura, figuras 12 e 13.

Figura 12 - Panfleto informativo da Coordenação de Proteção e Amparo aos direitos LGBT, 2022

²³Disponível em: <<http://www.pt.org.br/vitoria-da-conquista-e-pioneira-em-politicas-lgbt-no-interior-da-bahia/>> acessado em: 02 - NOV- 2018 às 23h57min.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS DE LGBTs

Você precisa conhecer. Você precisa participar.

Coordenação de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos LGBTs

Endereço: Praça Tancredi Neves, 116, Centro
CEP: 45000-425, Vitória da Conquista-Bahia
Telefone: (77) 98824-4290
E-mail: ipj@sermes.pmvvc.ba.gov.br

DISQUE DIREITOS HUMANOS 100

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
GABINETE CIVIL COORDENAÇÃO LGBT

Atinge um estágio de consciência social respeitosa com garantia de dignidade da vida humana. Esta é uma luta de todos nós. Os Direitos Humanos, duramente conquistados por homens e mulheres ao longo do tempo, são compreendidos hoje como os direitos básicos universais e interdependentes, estabelecidos em tratados internacionais diversos e na estrutura legal, em textos constitucionais de cada nação, assegurando direitos individuais e coletivos e determinando obrigações jurídicas ao Estado e devesas ao cidadão comum.

No caso em foco, da diversidade sexual, a promoção de políticas públicas para o respeito, a valorização e a dignidade são pontos insuperáveis para a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 3ª cidade da Bahia a possuir uma Coordenação LGBT, que coloca em prática este trabalho.

Os objetivos:
Formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito municipal, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e a defesa dos direitos de LGBTs. É responsável pela promoção de ações municipais, com foco no debate sobre a homofobia e o direito à livre orientação sexual e identidade de gênero. As ações estimulam uma cultura de paz, com respeito à diversidade, e colaboram para que Vitória da Conquista se um território livre de Homofobia.

As atribuições:
Coordenar a elaboração e efetivação dos programas e projetos relacionados aos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais em âmbito municipal.

- Formular, monitorar e avaliar a Política Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais;
- Elaborar, analisar e avaliar a execução do Plano Municipal para promoção da cidadania e direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais - Vitória da Conquista sem Homofobia, a partir das diretrizes emanadas da legislação, da Conferência Nacional, da Conferência Estadual e Territorial de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais;
- Sugerir medidas normativas que visem à efetivação e regulamentação da Política Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais;
- Participar de atos e ações que concorram para promoção e o respeito dos direitos humanos em todas as suas dimensões ou pra realizar as suas atividades;
- Promover conferências, seminários, debates, pesquisas, cursos, encontros, grupos de estudos e outras atividades relacionadas com a promoção da cidadania e direitos humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, cooperando com outros fóruns congêneros e com outros órgãos semelhantes para o enfrentamento à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Nossa Missão:
Contribuir, de maneira efetiva, para a construção da plena cidadania dos municípios LGBTs de Vitória da conquista.

Nossa Visão:
Ser referência da administração pública em questões LGBTs, principalmente em relação a inclusão e ao respeito por esse segmento, implementando políticas públicas e ações alternativas.

Nosso Lema: Empoderamento e Respeito

Fonte: Acervo da Coordenação de Proteção e Amparo aos direitos LGBT, 2022.

Figura 13 – Panfleto Informativo de Empoderamento e Respeito aos LGBTQIA+ da Coordenação de Proteção e Amparo aos direitos LGBT, 2022.

EMPODERAMENTO E RESPEITO

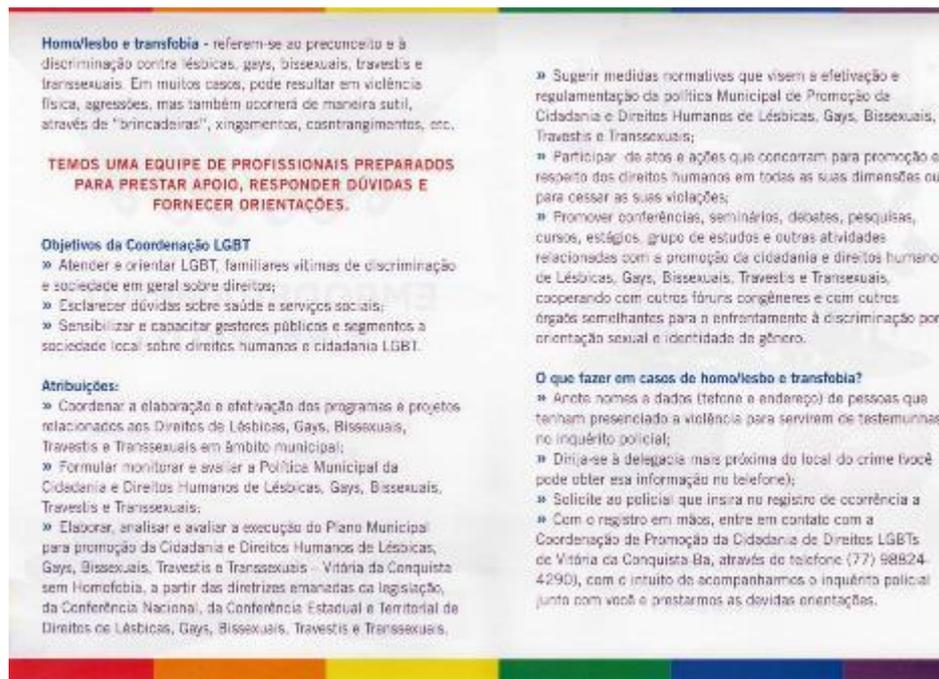
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS DE LGBT

DISQUE DIREITOS HUMANOS 100

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
GABINETE CIVIL COORDENAÇÃO LGBT

Pç. Joaquim Correia, 55 - Centro
Fone: (77) 98824-4290
CEP 45000-907 - Vitória da Conquista - Bahia
email@pmvc.ba.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
GABINETE CIVIL COORDENAÇÃO LGBT



Fonte: Acervo da Coordenação de Proteção e Amparo aos Direitos LGBT, 2022.

Ao falar sobre as ações promovidas pelo TSB, o coordenador CPADLGBTs de Vitória da Conquista - BA alegou não ter envolvimento. Houve iniciativas de chamar para o enfrentamento de algumas ações momentâneas, principalmente para palestrar em eventos promovidos pelo NEDET/UESB, mas que depois essa parceria não se consolidou. Segundo o coordenador, este fato ocorreu em virtude de desavenças no campo da política partidária. Como pode-se observar na narrativa²⁴ a seguir quando ele aponta o surgimento da coordenação, por meio de conferências territoriais:

Então, a coordenação nasceu de mobilizações de movimentos sociais entre 2008 e 2009 já vínhamos discutindo isso, a importância de termos esse instrumento como o meio de fortalecer a política pública no município e a partir das conferências territoriais a gente foi cada vez mais puxando para que a gestão entendesse que era necessário. Foi difícil porque a gente sabe que a câmara foi muito resistente em 2014. Ela foi criada como acessória da diversidade sexual, mas elencada a igualdade racial. A gente teve que disfarçar um pouco o nome para poder passar. Na medida que passou a gente foi lá e colocou o nome de Coordenação de Direitos Humanos LGBTQIA+. Nós não temos uma relação com o Governo do Estado desde 2017 porque nós tivemos uma mudança de governança no território e isso trouxe pra gente um distanciamento com a Coordenação Estadual LGBT, até falo sempre pra o coordenador estadual que eu sinto que independente da política partidária da nossa prefeita e do governador, as políticas públicas elas têm que ser colocada, pensada e executada pensando na população. Então, não importa como esses vínculos partidários de interesse da gestão diverge ou não do governo, tem que

²⁴ Entrevista realizada no dia 27 de junho de 2022, com concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado junto ao projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com do CAAE: 40856820.6.0000.0055 com o parecer: 4.616.178

pensar na população para que esta população tenha os seus direitos assegurados (Entrevista realizada com coordenador da CPADLGBT, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 27/06/2022).

O funcionamento e as ações da CPADLGBT são feitos conforme as demandas de denúncias de violação de direitos da pessoa LGBTQIA+. Neste sentido, foi feito um mapeamento do município de Vitória da Conquista para identificar as localidades com maior quantitativo de denúncias. Desta forma, se faz o mapeamento das áreas de vulnerabilidade social. Sobre as atividades, a coordenação tem ações com segmentos da sociedade local, desde palestra com as universidades, até mesmo ação com grupos de mulheres travestis para ensinar o empoderamento financeiro e autonomia do empreendedorismo.

Essas ações de cursos profissionalizantes são de extrema importância, visto que, por meio deste, é possível desenvolver autonomia financeira destes sujeitos, bem como diminuir significativamente o quantitativo de pessoas LGBTQIA+ busquem o mundo da prostituição e do tráfico para buscar sobreviver.

O coordenador faz uma reflexão dos avanços alcançados durante esses 56 anos de luta e políticas LGBTQIA+ no Brasil. Ele elenca o casamento civil, o direito a adoção e, por fim, a lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 que teve alteração através do projeto de lei nº 672, de 2019, que visa incluir na legislação os crimes de discriminação e/ou preconceito contra a orientação sexual e/, ou identidade de gênero. Ele expressa que ainda não é seguro suficiente, pois tudo pode mudar ainda estamos em uma sociedade que não aceita as diferenças.

A gente tem poucas conquistas através do STF, que ainda não são leis específicas, mas que são interpretações de leis, hoje temos a leis de racismo que nos aparam e combate a LGBTFOBIA, mas ela precisa ainda das interpretações de alguns juízes, legados e juristas. Né? Mas temos buscado para que faça valer este direito. A gente tem lei que garante ações civis que garantem as pessoas trans somos as conquistas que nós temos. Só que as outras, casamento civil direito a adoção por casais homossexuais, isso tudo, demandado por STF, mas daqui a pouco pode mudar, estamos em um cenário político que algumas coisas podem mudar em 2023 (Entrevista realizada com coordenador da CPADLGBT, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 27/06/2022).

Ainda sobre as ações, o coordenador deixa bem claro as parcerias com outras entidades do poder público municipal, como o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, pois, são esses serviços que fazem o primeiro contato com a pessoa LGBTQIA+ que teve seus direitos violentados.

Ao se falar em segurança pública, a coordenação desempenha atividades de conscientização contra a violência ao corpo trans realizada com a corporação de polícia militar

civil e ainda desenvolve uma parceria com a UESB para o desenvolvimento de materiais didáticos/pedagógicos para dar suportes nessas formações.

A gente fez uma oficina com a secretaria de justiça, com a ronda Maria da Penha, com polícia civil e militar para entender os corpos LGBTs nas ruas, o que trouxe a gente para esse debate, porque durante a abordagem policial três jovens na Frei Benjamin foram abordados e quando foram abordados o policial passou a mão nas mulheres, mulheres trans, nestes casos elas foram assediadas por quem deveria garantir o direito a segurança. Então, a gente fez uma cartilha que está sendo planejada e desenvolvida junto com o pessoal de Ciências sociais da UESB para realizar essa formação dos serviços públicos (Entrevista realizada com coordenador da CPADLGBT, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 27/06/2022).

Sobre as dificuldades encontradas, o coordenador destaca principalmente a falta de recursos, já que o segmento só é mantido pelo recurso próprio municipal e se a coordenação tivesse cofinanciamento de outras esferas, com estadual e federal as ações poderiam ser bem mais abrangentes. Essa análise se dá porque diversos municípios os procuram para desenvolver ações, porém como a coordenação é municipal não consegue ir para outros municípios. Por este motivo é importante desempenhar espaços de participação no colegiado territorial do TSB, pois, a partir deste suporte, talvez não o necessário ou ideal, mas um ponto de partida para desenvolver ações nos municípios que compõe o TSB.

A Coordenação de Proteção e Amparo aos Direitos LGBTs continua realizando suas atividades de oficinas e cursos nas comunidades para sensibilizar a população contra violências sofridas pelas pessoas LGBTQIA+, a referida coordenação fez um levantamento de 34 espaços de vulnerabilidade para esta população dentro do município de Vitória da Conquista – BA.

A Equipe do CPADLGBT é multidisciplinar e contempla profissionais da área social, saúde e educação para atender as 120 pessoas cadastradas na organização. Até o ano de 2021, o CPADLGBT teve o total de 1.100 ações, incluindo Paradas do Orgulho de Ser LGBT, conferências, audiências e atos públicos. Para se comemorar o mês da diversidade²⁵ e combater a LGBTIQfobia a CPADLGBT de Vitória da Conquista realizou um evento de conscientização e respeito às pessoas LGBTQIA+, o evento recebeu a titulação de “Vitória da Conquista contra a Homossexualfobia”, ver figura 14.

²⁵ O mês de junho comemora-se o mês do orgulho LGBTIQ+ e/ou o mês da diversidade em virtude da primeira manifestação do movimento LGBTIQ+ em 28 de junho de 1969 em protesto ao massacre contra homossexuais em um bar de Nova York – EUA, denominado de Stonewall. Neste bar era comum que houvesse batidas policiais por ser frequentado pela população LGBTIQ+. E na madrugada de 28 de junho de 1969 aconteceu mais uma batida policial com muita violência, e logo após a batida a população frequentadora do bar se revoltou com a ação da polícia se reuniram e começou a se manifestar de forma coletivas nas ruas de Nova York contra as ações de perseguição da Polícia Civil Novaiorquina. A partir desse momento a data foi marcada como o Liberation Day, dando o surgimento das paradas do orgulho LGBTIQ+.

Figura 14- Matéria Institucional Mês da Diversidade e o evento Vitória da Conquista contra a Homolesbotransfobia promovido pela CPADLGBT, em 2019



Fonte: Site da Prefeitura de Vitória da Conquista – BA, 2019.²⁶

As ações em Vitória da Conquista ganham outros contribuintes para auxiliar a luta contra a LGBTIQfobia, a exemplo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, que promoveu um evento com exibição filmes com a temática LGBTQIA+ por meio de um projeto de extensão vinculado ao “Janela Indiscreta” e o Laboratório de Linguagens e Diversidade no Campus de Vitória da Conquista, como se observa a figura 15.

Figura 15- Matéria sobre a Amostra de Cinema LGBT da UESB em outubro de 2019

²⁶Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/mes-da-diversidade-traz-como-tema-combate-a-homolesbotransfobia/>> acessado em: 12 - MAR- 2020 às 20h35min.



NOTÍCIAS

Cinema na Uesb: mostra exibirá filmes LGBT

por Aacom - 20.10.2019

O Programa de Extensão Janela Indiscreta Cine-Vídeo, em parceria com o Laboratório de Linguagens e Diversidade Sexual (Ladis), realizará a última edição do projeto Cinema na Uesb neste ano de 2019. Durante os meses de novembro e dezembro, acontecerá a Mostra Cartografias Ficcionalis LGBT.

Ao longo de cinco semanas, serão exibidos filmes que abordam a temática. Ao fim de cada exibição, haverá um momento de discussão sobre a obra, que será mediado por um convidado.

As exibições, que acontecem sempre nas terças, às 19 horas, na sala de projeção Jorge Melquisedeque, no campus de Vitória da Conquista, terão início no dia 5 de novembro, de acordo com a programação disponível [aqui](#).

Para mais informações, entre em contato com o Janela Indiscreta, pelo telefone (77) 3425-9330.

 [VERSÃO PARA IMPRESSÃO](#)

COMPARTILHE



Fonte: Site da UESB²⁷

Além das ações institucionalizadas, é importante destacar a criação de espaços coletivos não governamentais, a exemplo do coletivo popular denominado de “Nós da Diversidade”, incentivado pelas ações do NEDET/UESB, na cidade de Poções - BA, que tem o intuito de buscar políticas públicas para o público LGBTQIA+, conscientizar a população, divulgar informações, amparar a população LGBTQIA+, quando for necessário, sobretudo, contribuir para a promoção da participação social destes sujeitos na articulação do colegiado territorial. O referido coletivo foi formado em meados de dezembro de 2019 com a primeira reunião de formação na Filarmônica 22 de julho e sua segunda reunião de lançamento e planejamento para o evento de divulgação do coletivo conforme Figura 16.

²⁷Disponível em: <<http://www.uesb.br/noticias/cinema-na-uesb-mostra-exibira-filmes-lgbt/>> acessado em: 10 - MAR- 2022 às 09h35min.

Figura 16 – Foto da primeira reunião do Coletivo Nós da Diversidade em 4 de dezembro de 2019 na Filarmônica 22 de Julho em Poções- BA



Fonte: Mídia Social do Coletivo Nós da Diversidade, 2019.

O Coletivo possui em sua dinâmica de funcionamento a realização de reuniões, mesas redondas, palestras e exibição de filmes e documentários relacionados à população LGBTQIA+. Todas os encontros são registrados em ata e aprovadas pela plenária e está em funcionamento frequente com reuniões uma vez ao mês e também com eventos em periodicidade.

Ao se tratar das ações do coletivo, o presidente relata em entrevista²⁸ que, desde quando foi criado, o coletivo tem ações baseadas nestes três pilares que é: 1) formação; 2) informação e 3) cultura. As ações foram desenvolvidas mesmo no período da pandemia, respeitando as restrições impostas pela pandemia. Outro aspecto interessante é que o coletivo tem um trabalho

²⁸ Entrevista realizada no dia 10 de agosto de 2022, com concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado junto ao projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com do CAAE: 40856820.6.0000.0055 com o parecer: 4.616.178

de formação continuada com os seus membros. Destaca-se ainda a atuação do coletivo no episódio ocorrido na cidade, (figura 17) em que um adolescente teve o nome social rejeitado em uma escola.

Figura 17 – Notícia sobre a violência de gênero contra menino trans em Poções - BA, 2022



Fonte: G1 notícias²⁹, 2022.

Neste sentido, o coletivo desempenhou eventos com a sociedade local, por exemplos as semanas da diversidade com palestras de formação e conscientização contra as violências sofridas pelos LGBTQIA+. O evento contou com a participação de membros do coletivo, bem como de convidados que pesquisam a temática e/ou pessoas que trabalham com políticas públicas com público LGBTQIA+:

Aí entramos 2021 com todo esse processo, 2022 fizemos também e a primeira a segunda a terceira já e a quarta semana da diversidade que é em junho inclusive a nossa agora foi semana passada que nós estamos agora em agosto nós cada uma dessas semanas tiveram temáticas foram discutidas convidados que nós trouxemos tá o coletivo tem feito ao longo da sua existência todo esse trabalho claro que tem as diversas dificuldades não vou dizer que é tranquilo trabalhar com população LGBT não é porque você tem o mundo LGBT a sigla LGBTQIA+ ela é uma sigla guarda-chuva que abarca diversas identidades diversos gêneros identidade de gêneros e orientações isso é difícil sobretudo numa cidade como poções uma cidade pequena do interior do nordeste da Bahia (Entrevista realizada com o presidente do Coletivo Nós da Diversidade, na cidade de Poções – BA, no dia 10/08/2022).

²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/06/14/pl-para-garantir-nome-social-a-transgeneros-e-rejeitado-em-pocoas-casa-de-adolescente-foi-apedrejada-apos-ele-reivindicar-direito.ghtml> Acessado 20 SET 2022 as 15h.

O presidente do Nós da Diversidade relata o quão é difícil trabalhar com estes temas, em especial, dentro das realidades das pequenas cidades do interior, como no caso a cidade de Poções-BA.

Para exemplificar, o presidente relembra sobre o episódio da negação de uma escola para reconhecer o nome social de um aluno trans e que depois a família buscou outras instâncias como a secretária de educação do município e a câmara de vereadores e mesmo assim, o aluno teve seu direito negado. É válido salientar que o nome social é garantido pelo decreto federal de Nº 8.727, de 28 de abril de 2016 e pela portaria estadual de nº 392/2014, de 28 de maio de 2014. O presidente diz:

Nós somos os primeiros que não havia essa cultura, também tivemos muitas resistências, agora mesmo com todo esse escândalo todo o caso do da questão da transexualidade de um caso da cidade de Poções que a gente acabou ganhando as mídias nacionais, e , a gente teve aí o embate com a câmara municipal de vereadores quando eles negam aprovar uma lei municipal do uso do nome social. Mas nós vamos amparadas por leis federais estaduais, mas aí tá aí resistindo e veio só um gancho não sei se posso falar aqui agora a gente tem tido resultados, por exemplo, hoje mesmo tem uns oito dias e hoje também o município de Mirante, olha que é bem menor que Poções, estão propondo vou mandar até pra eles hoje eles vão mandar para câmara de vereadores uma lei municipal do uso do nome social. Então, você vê que o coletivo Nos da diversidade ele tem influenciado ações de combate à violência homofobia transfobia em outros municípios hoje mesmo nós estivemos em Bom Jesus da Serra [...] que é uma das nossas mães diversidade [...] foram a Bom Jesus da Serra para poder está vendo um caso de um menino de um adolescente que tá passando pelo processo de transição de gênero, e, tá sendo passando por uma série de problemas né de automutilação e hoje o coletivo foi lá pela manhã para poder reunir com a família a escola com membros da cidade de pessoas da cidade para poder tá discutindo então o coletivo ele tem feito ações sim para fora do município de Poções aqui no município de Poções também (Entrevista realizada com o presidente do Coletivo Nós da Diversidade, na cidade de Poções – BA, no dia 10/08/2022).

A narrativa do representante do coletivo revela que há também auxilia na resolução de demandas em outros municípios. Dentro desta narrativa se questionou ao presidente do coletivo se o mesmo tinha conhecimento da Política de Desenvolvimento territorial. O mesmo diz ter conhecimento desta forma de planejamento e ainda relata que o coletivo nasceu das inquietações dessas novas formas de planejar e implementar as políticas públicas por meio das provocações realizadas pelo NEDET/UESB.

Eu conheço pouco, o coletivo, por exemplo que é fruto dessas políticas de desenvolvimento territorial lembrando que o coletivo quando ele foi pensado de novembro outubro novembro de 2019 a partir de ações do NEDET que é um órgão que [...] é da universidade que pensa nessas políticas públicas para a população LGBT e daí que nós tivemos que nós fomos provocados Poções, historicamente sempre existiram gays lésbicas trans aqui, vale lembrar de

Gerusa a primeira a primeira travesti da cidade eu e outras mas a gente não tinha eu costume brincar que estava um em um lugar e outro em outro. E aí a gente essa ideia reunir de discutir de propor políticas públicas para a população LGBTI local que eu sempre digo que ser o movimento LGBTI é diverso eu gosto muito frisar isso um gay de interior ele é diferente de um gay de capital isso é óbvio as vivências são outras as relações são outras as dificuldades são outras. Mas, a gente começa a pensar nessas políticas públicas o coletivo ele é fruto de uma política pública criada pensada para região aqui do sudoeste da Bahia então onde começa a pensar esse coletivo começa a ser gestacionado em novembro perdão outubro novembro e ele é criado oficialmente em 4 de dezembro de 2019 (Entrevista realizada com o presidente do Coletivo Nós da Diversidade, na cidade de Poções – BA, no dia 10/08/2022).

Nesta quadra, também foi questionado sobre a participação do coletivo na plenária do CODETER do TSB, o Presidente deixa claro que depois das ações do NEDET/UESB não se teve mais envolvimento com as ações territoriais por parte do colegiado, sendo que o coletivo ainda tem parceria com o núcleo de pesquisa e extensão da UESB, mas com o colegiado territorial em si não tem, ou melhor, nunca receberam convite para participação de suas plenárias.

Do colegiado territorial a gente tem poucas participações a gente nunca recebemos nenhuma o coletivo que eu saiba nunca recebeu nenhum convite para essas reuniões territoriais. As nossas ações elas têm sido muito aqui no município, por exemplo, a um exemplo que eu acho muito interessante a criação de um conselho municipal da diversidade sexual e de gênero que foi uma luta era e tornou-se realidade concretidade do coletivo a partir de uma emenda de uma lei para Larissa Laranjeira³⁰. Assim, lembrando também que uma outra vitória nossa que nas últimas última eleição municipal nós tivemos quatro candidatos assumidamente gays com seus nomes para câmara municipal de vereadores, desses quatro tivemos a primeira mulher a assumidamente lésbica que assumir uma vaga do parlamento público municipal de poções que é Larissa e uma das ações que ela tem feito vamos voltar nessas questões foi ao projeto de lei que criou a o conselho municipal da liberdade sexual de gênero esse conselho está funcionando bem, aí uma outra pergunta, que a gente discuti não quero que eu não quero falar sobre esse assunto. Mas, é uma lei é uma vitória para gente eu que temos representantes inclusive eu sou representante juntamente com Fagundes. No conselho nós temos várias pessoas que estão lá nesse conselho então acho que acabou que nós fomos o primeiro município aqui do sudoeste da Bahia nem em Vitória da Conquista tinha agora que foi aprovado então nós fomos o primeiro coletivo aqui da região o primeiro municípios do sudoeste da Bahia aqui a ter um conselho municipal de diversidade sexual e de gênero é um avanço é um avanço a questão da ação e da funcionalidade desse conselho aí já é uma outra história mas isso aí tem uma lei que eu falei tem que está em prática vamos dizer assim (Entrevista realizada com o presidente do Coletivo Nós da Diversidade, na cidade de Poções – BA, no dia 10/08/2022).

³⁰ Vereadora do PCdoB eleita nas eleições municipais de 2020.

É importante citar que a cidade de Poções é a primeira do TSB a compor o Conselho municipal da pessoa LGBTQIA+ que foi criada pela lei municipal de nº 1313 de 1º de julho de 2021. Desta maneira, deixa evidente que a atuação do coletivo vem transformando os espaços da cidade e, vale ressaltar que, as ações do coletivo não se restringem somente ao espaço urbano, mas também ao rural.

O presidente do coletivo expressa que nestes espaços de participação social mulheres e LGBTQIA+, ou melhor, toda a pessoa que se tem um marcador social deveria ocupar como protagonistas de suas ações, mas quando esta população está dentro destes espaços são jogadas para escanteio, pois privilegiam outras pautas “e essas pautas que são voltadas para minorias para as minorias elas são tipo assim vamos deixando de lado se der a gente trabalha se não der paciência deixa para lá não tô nem aí para o que vai acontecer com as bichas, nem com as lésbicas [...] e isso é histórico no Brasil” (Entrevista realizada com o presidente do Coletivo Nós da Diversidade, na cidade de Poções – BA, no dia 10/08/2022).

Ele reforça sobre a dificuldade e o quanto é importante discutir as pautas de gênero e sexualidade dentro dos espaços de participação social, em especial quando a questão se trata de políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ e mulheres, neste sentido, ele relata, como estes grupos sempre foram excluídos e jogado aos calabouços da sociedade brasileira. O entrevistado expressa que além do sujeito ser marcado pelo preconceito que gira entorno da sexualidade e do gênero, ainda tem, diversos indexadores sociais:

É isso que o que historicamente se fazia falava do trabalhador, da história do trabalhador. mas esse trabalhador também não é gay não é lésbica não é preta não é de gênero não é oprimida, a gente tem que pensar nessas vagas desses vários marcadores sociais que estão lá. Vai falar de trabalho, vai falar de trabalho, sim ok , mas vai lembrar que este trabalhador ele tem vivências existem mecanismos existem marcadores que atravessam esses corpos, que a gente chama de intersexualidade, atravessam esses corpos isso não pode isso não vai ser discutido, precisa ser discutido quando, eu falo de mulher, eu tenho que falar de mulher gênero, eu tenho que falar de orientação, eu tenho que falar de raça, eu tenho que falar de identidade, eu tenho que falar de classe, eu tenho que falar de corpo, eu tenho que falar de um monte de coisa. Eu não posso pegar só um foco e discutir essa pegada que aí, eu vou ta o que excluindo (Entrevista realizada com o presidente do Coletivo Nós da Diversidade, na cidade de Poções – BA, no dia 10/08/2022).

O município de Poções também conta ainda com um Centro de Apoio a Mulher em Situação de Violência o CAMVI, situado na Rua Sete de Setembro, nº 146, centro. Verificar a figura 18 a faixa do Centro de Apoio a Mulher em Situação de Violência de Poções - BA.

Figura 18 – Foto da Faixada do Centro de Apoio a Mulher em Situação de Violência da Cidade de Poções – BA, 2022



Fonte: Trabalho de Campo, 2022.

Conforme a coordenadora do CAMVI, o espaço inicialmente atendia todas as mulheres independentes do ciclo de violência que elas estavam. Contudo, depois que houve um reconhecimento do Estado enquanto CRAM, Centro de Referência de Atendimento às Mulheres, começou a ter um público prioritário, que são mulheres adultas e adolescentes emancipadas.

As principais ações, segundo a coordenadora, estão baseadas em quatro pilares: prevenção, combate, assistência e garantia de direitos. Como centro de apoio a mulheres, o primeiro serviço é de acolhimento humanizado; parte de uma escuta compassiva, sem pré-julgamento e acolhe a mulher assim que ela chega à instituição. Geralmente este acolhimento ocorre com a recepção, onde a princípio são as informações de identificação. Depois ela é acolhida por uma dupla de técnicos, geralmente um assistente social e a psicóloga, por que nós percebemos da necessidade a parte da subjetividade dela, e a assistente social, no sentido do contexto sociofamiliar.

Segundo a coordenação do CAMVI, a partir desse atendimento é traçada a necessidade de agendamento porque o centro oferece tanto o atendimento psicossocial, quanto às orientações jurídicas; doravante do momento que acolhe essa mulher e faz esse primeiro atendimento, inicia-se o acompanhamento com outras demandas.

No CAMVI não se realiza a psicoterapia, mas é um trabalho mais de reconhecimento, de respeito à autodeterminação, da autonomia da vontade da mulher. Os atendimentos técnico-operatório e o acompanhamento é feito quando há uma necessidade de encaminhamento para a rede. Segundo relatos da coordenação o CAMVI em entrevista³¹:

Tem algumas parcerias muito importantes. Com a polícia militar nós fizemos um protocolo de atendimento, onde criamos uma interlocução, e uma cooperação muito boa; a cada final de semana eles nos encaminham um relatório de todas as ocorrências que envolvem a mulher. Com isso nós temos a condição de fazer esse acolhimento e fazemos a busca ativa; por mais que eles (polícia militar) passem a informação, de informar “olha você vai ter um centro de apoio”, muitas vezes essa mulher não busca. Então, a partir da ocorrência, a gente faz a busca ativa e lá começamos com todas as orientações e fazemos o agendamento. O poder judiciário é outro parceiro bem importante; porque toda Medida Protetiva, ou MPU, Medida Protetiva de Urgência, quando deferida, eles colocam como centro de apoio CRAMV. Engraçado até dizer que muitas vezes a gente chega antes do próprio oficial. Quando o oficial de justiça dá ciência à vítima dessa MPU, ele fala “ó o pessoal do CRAMV esteve aqui”. Por que muitos pedem essa medida protetiva, mas com pouco tempo desconsidera o objeto do pedido, então temos essa preocupação de fazer toda essa explicação. Hoje não podemos trabalhar com o agressor, mas para que ela possa compreender a dimensão do que é uma Medida, que é justamente para proteger sua integridade física, emocional e psicológica. Então esses são os nossos eixos de atuação. (Entrevista realizada com a coordenadora do CAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

Ao ser questionada sobre as ações do CAMVI e a relação com as políticas de gênero e sexualidade a coordenadora assume que conhece a política, que inclusive, participou de eventos promovidos pelo NEDET/UESB antes da efetivação do Centro de Apoio, mas depois não se teve mais reações com esta política, todavia, ressalta que está tendo um diálogo com as instituições do estado.

Estou tendo a partir de agora. Para a gente é gratificante buscar entender que quando a gente passou a ser um CRAM passou a existir um diálogo mais intenso com as instituições do Estado, então isso abrange o território. Nós temos buscado alguns CRAM's; em Jequié, mesmo não sendo CRAM, Casa das Mulheres, então temos mantido contato à nível de apoio de dúvidas de possibilidades. De repente uma mulher que precise estar em um município desse a gente solicita esse apoio dessa rede, mesmo fora. O CRAMV tem atuação municipal, mas nós temos dialogado com outros municípios, sim, mas não de forma territorial; acho que a gente está precisando estreitar mais essa comunicação (Entrevista realizada com a coordenadora do CAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

³¹ Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2022, com concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado junto ao projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com do CAAE: 40856820.6.0000.0055 com o parecer: 4.616.178

A abrangência das ações do centro alcançam os espaços urbano ao rural, pois há muita necessidade de ações no campo, uma vez que nem todas as situações de violências são notificadas no campo. Por isso requer um pouco mais de atenção.

A gente tem abrangência municipal. Atende tanto a zona rural como a sede. O que a gente tem percebido muito é o que mais necessitaria seria justamente a zona rural. A mulher da sede, por mais que tenha um número mais significativo de violência, justamente porque são notificados, porque o acesso à política pública é mais fácil. A nossa grande preocupação com a mulher do campo é justamente a subnotificação; lhe falta informação e acesso às políticas públicas. Então, eu acho que se há um trabalho relativo a ser desenvolvido é dar atenção a essas mulheres que conseguem estar mais vulneráveis que as da sede (Entrevista realizada com a coordenadora do CRAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

A coordenação expressa que há vários marcos normativos que direcionam as ações que são: a própria constituição, a Convenção Interamericana, a lei Maria da Penha, bem como, suas alterações que contemplaram e fortaleceu as existências do CAMVI.

Hoje temos a lei da violência psicológica, que foi uma garantia imensa para gente; era muito difícil a mulher comprovar quando estava sofrendo uma violência e hoje existe uma criminalização para esse tipo de comportamento. Nós temos o stalking, ou seja, a perseguição, outro avanço é da responsabilização do agressor; hoje, quando se decreta uma Medida Protetiva, está lá a necessidade dessa reeducação dele. E a nível de Poções e CRAM, nós estamos com uma PL porque a intenção é criar uma Secretaria de Política para as Mulheres. Se a gente não alcançar esse sonho, que seja criado dentro do organograma do município uma Secretaria de Direitos Humanos e que seja um departamento para atender, porque eu acho que essas conquistas dos Direitos Humanos, que seja uma Secretaria para Direitos Humanos, para a gente completar todas essas minorias que infelizmente necessitam dessa frente de discussão, debates e movimentos (Entrevista realizada com a coordenadora do CRAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

Para o funcionamento e desenvolvimento, o CAMVI conta apenas com recursos municipais, não existindo cofinanciamento, mas é válido destacar que a entidade foi contemplada com recurso da SPM com um carro para ronda e averiguação e fatos do CAMVI. Outro fator relevante é que o CAMVI tem seus trabalhos e ações com público alvo de mulheres independente se são mulheres cis, trans ou qualquer outra forma de performance de gênero feminino. Segundo a coordenadora, o CAMVI está realizando parceria com o Coletivo Nós da Diversidade para desenvolver ações com público de mulheres trans que estão nas zonas de prostituição no município de Poções-BA, pois, muitas delas não tem o amparo familiar e, deste modo, acarreta a marginalização destas mulheres.

É importante destacar que até o momento, apesar das ações do NEDET/UESB e da Câmara Temática de Mulheres do TSB, não conseguiu concretizar o conselho municipal de

mulheres do Municípios de Poções por diversos pressupostos, principalmente, por problemas internos de articulação:

Teve até reuniões, nós criamos uma audiência pública, já enquanto CRAM, em parceria com a vereadora Larissa Laranjeira, mas, infelizmente, tudo em Poções tem uma dificuldade muito grande, não teve quórum. Existia até uma leitura, porque já existia algo anterior a isso. A gente, até em forma de respeitar todos os esforços anteriores a gente colocou; precisa ainda da lei, o conselho ainda precisa ser criado. Existem alguns trâmites, mas está bem encaminhado (Entrevista realizada com a coordenadora do CRAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

Ao se tratar da perspectiva para o futuro a coordenação do CAMVI relata que o objetivo será a garantia dos direitos. E considera a existência do espaço como algo positivo, mesmo com as limitações do CAMVI, que não possui um espaço próprio; “então é que haja uma sede própria e que a gente consiga contemplar” (Entrevista realizada com a coordenadora do CRAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

Não vou dizer que a gente tenha uma casa-abrigo, que isso é uma questão de sonho e só com o tempo para a gente ver; mas que a gente possa ter condições de ajudar, de fato, essas mulheres que aqui chegam. Não é só simplesmente fazer ela entender que existe um reconhecimento, ela precisa de todo um aporte. É necessário que ela entenda que ela precisa de um apoio ou benefício eventual; hoje a gente tem uma boa parceria com a assistência, mas não conseguimos atingir tantas pessoas que no momento necessitam. É muito difícil priorizar a quem a necessidade é maior; como vou avaliar que a necessidade de Maria é maior que a de Joana? É claro que a gente se pauta nas informações que ela traz, na narrativa e na própria visita e sensibilidade da assistente social que faz isso. Mas o nosso maior sonho é transformar numa sede de forma mais ampla, que a gente possa fazer as oficinas e um espaço que no momento que precise desse amparo ela encontre aqui (Entrevista realizada com a coordenadora do CRAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

O município de Vitória da Conquista, por sua vez, já tem uma caminhada consolidada ao se falar das políticas públicas de Gênero e Sexualidade. Além da Coordenação de Amparo aos Direitos do LGBT's o município possui a Coordenação de Políticas Públicas para Mulheres (CPPM), que foi criada pela a Lei Municipal Complementar nº 1.986, de 30 de maio de 2014, e referida coordenação tem como objetivo de planejar, coordenar e articular a execução de políticas públicas para mulheres e, desta forma, a coordenação de mulheres de Vitória Conquista – BA, visa a equidade de gênero, a eliminação de qualquer forma de discriminação e de violência contra a mulher, assegurando-lhe a plenitude de seus direitos, sua participação e integração no desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

A Coordenação de mulheres está situada na Av. Otávio Santos nº 744, no Bairro Recreio. É válido salientar que a coordenação fica no Centro Integrado aos Direitos Humanos

de Vitória da Conquista junto com a Coordenação de Amparo aos Direitos LGBT's; A Coordenação de Juventude e a Coordenação de Igualdade Racial.

Vitória da Conquista – BA também possui um Centro de Referência da Mulher - CRAV que foi inaugurado em julho de 2006 e tem como objetivo de oferecer atendimento e acompanhamento psicossocial, jurídico, orientação e informação às mulheres em situação de violência tanto no espaço urbano quanto no rural. O referido centro cumpre também o papel de articulador da Rede de Proteção e Atenção a Mulher Vítima de Violência com o intuito de responder às demandas pela proteção da mulher em vulnerabilidade. Assim, oferece o atendimento de forma integral e articulada. Neste sentido, busca construir, coletiva e cotidianamente a Rede de Proteção e Atenção à Mulher no âmbito municipal. É importante ressaltar que o CRAV está situado na zona leste da cidade, na Av. Jesiel Norberto, Nº 40, Bairro Candeias.

O referido município conta ainda com a Coordenação de Políticas Públicas para Mulheres – CPPM. Em entrevista³² com a coordenadora da CPPM, e, a mesma revelou que: “Eu estou no cargo da coordenação de políticas para mulheres desde eu entrei na gestão em 2007 como gerente de política para mulheres [...] 2017/2018. Em 2018 recebi o convite para assumir a coordenação e as principais ações de políticas para mulheres” (Entrevista realizada com a coordenadora do CPPM, na cidade Vitória da Conquista – BA, no dia 17/08/2022).

A CPPM trabalha com eixo de enfrentamento a violência contra mulher, com a questão da prevenção, o combate, trabalha o eixo de assistência social, e segundo a coordenação é importante desempenhar o trabalho de forma articulada com outras instituições sócias do município:

Quando a gente articula, é... Junto da rede sócio assistencial, né com os CREAS, com os CRAS e agora com a unidade de acolhimento com a mulher em situação de risco eminente de morte, que vai ser inaugurado, então esse eixo entra como assistência, a gente trabalha com eixo de garantia de direito (Entrevista realizada com a coordenadora do CRAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

A coordenadora ressalta a importância do equipamento, pois muitas mulheres não sabem dos seus direitos e acabam ficando à mercê, por muitas vezes, em situação de violência doméstica pela falta de informação.

É, a gente do conhecimento a mulher de seus direitos, muitas mulheres não sabem quais são seus direitos, a questão do divórcio, da guarda, dos alimentos. Essa questão, e a gente também trabalha com secretaria de trabalho e renda,

³² Entrevista realizada no dia 17 de agosto de 2022, com concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado junto ao projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com do CAAE: 40856820.6.0000.0055 com o parecer: 4.616.178

que o eixo que a gente incentiva o empoderamento e independência financeira, que inaugurou por exemplo a sala da mulher empreendedora, é... a coordenação ela realiza várias ações em relação a dinâmica e funcionamento. Eu sou responsável, é... Aqui no centro integrado de direitos humanos funciona como cargo de centro administrativo, onde a coordenação ela tem a sede. A gente o centro de reconhecimento de mulher Albertina Vasconcelos que fica lá na avenida Noberto Nº 40, que o centro que atende as mulheres em situação de violência doméstica, onde tem atendimento social, psicológico, jurídico (Entrevista realizada com a coordenadora do CRAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

No que se diz a respeito às ações, a coordenadora aponta as parcerias com as outras coordenações e com outras instituições públicas como: Centro de Referência a Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializada a Assistência Social – CRRAS, Polícia Militar, Secretária de Educação e Saúde.

Onde faz todo acompanhamento a essa mulher e durante o decorrer do ano a gente faz diversas ações trabalhando os eixos que citei, então por exemplo a gente tem as ações macro: março mulher, agosto lilás, os 21 dias ativismo pelo fim da violência contra mulher em novembro, a gente as ações micro, que é o outubro rosa que trabalha em parceria com a saúde, 0 25 de julho da mulher negra latino caribenha, igualdade racial, é... Ações pontuais e tem as ações que duram o ano inteiro: a gente faz que é aquela palestra que é curta duração que não é cansativa, com instituições de ensino, com as maçonarias que convidam a gente, com faculdades, com os próprios serviços da rede governamental, então assim o grupo do CRAS do CREA com os serviços de convivência que nos convida com as próprias coordenações que fazem parte aqui do direito humano. Então são várias ações, de maneira a gente se insere no contexto da sociedade (Entrevista realizada com a coordenadora do CRAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

As oficinas realizadas pela CPPM são feitas em ações macro, que são os grandes eventos. Então, neste sentido, tem a oficina de crochê, de pintura, de beleza, a de cuidado com beleza negra. E é sempre desenvolvida em parceria com as outras coordenações do Centro Integrado aos Direitos Humanos. No momento a coordenação não conta com nenhuma oficina ativa.

A referida coordenação não possui cofinanciamento de outras esferas do poder para além da municipal, isso acarreta limitações da dinâmica de funcionamento da mesma chegando a bater gastos anuais perpassando um quantitativo de R\$ 400.000,00 somente para manutenção básica do CPPM.

A gente só trabalha com financeiro Municipal, ano passado chegamos a bater o total de 400 mil para manter um Centro de referência. É caro é, a água, é o telefone, é material permanente, né? No ano passado, eu comprei mesa, eu botei aqueles computadores/notebook, não é a gente, não recebe, não tem com financiamento nem digitar não era bem assim rapaz ele vai ter uma catação é uma técnica ou então vai ter algum negócio para fazer. Ela mandou falar, assim, com financiamento estabelecido em lei não existe né que me mantém

é a Sheila é a prefeita (Entrevista realizada com a coordenadora do CRAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

As atividades são desenvolvidas com base nas leis existentes que são basilares para o serviço, tanto na esfera nacional quanto na esfera municipal.

A gente trabalha nas nossas ações as leis que já existem, por exemplo, a lei marida penha, lei do feminicídio, lei de importunação sexual, né? Lei de importunação sexual né a gente tem as Leis Municipais que a gente gosta também de tarefas e por exemplo eu falo da criação da Coordenação que foi através de uma lei. A lei de 2015 eu falo da lei que foi promulgada pela prefeita Sheila ano 2021 passado que foi dos bares e outra foi do condomínio então por exemplo eu tive que sair e eu cheguei não tem estabelecimento que a gente fez porque nada de relação fala que os cartazes de divulgação de violência contra mulher tem que disponibilizar essa ajuda a lei do Condomínio também né que é obriga o Síndico comunicar a questão da violência em relação a mulheres , então, temos essas leis municipais a gente tem uma lei é perfeita também ali de violência contra mulher em agosto, que além do agosto lilás, a prefeita promulgou uma lei que diz também que agosto é o mesmo do fretamento (Entrevista realizada com a coordenadora do CRAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

Ao se falar sobre a política de desenvolvimento territorial a coordenadora da CPPM responde que tem conhecimento e se articulava muito bem com a câmara temática de mulheres do TSB, antes da pandemia.

Com a criação do CAMVI houve uma parceria entre os dois municípios para ajudar Poções a desenvolver e criar este espaço tão importante para o desenvolvimento das políticas públicas para mulheres. Outro relato importante da coordenadora do CPPM é a parceria com a SPM, pois mesmo que o município de Vitória da Conquista seja de governo partidário diferente ao governo do Estado essas duas entidades públicas se mantêm um bom diálogo e desenvolvem inúmeras parcerias, por exemplo ações do projeto casa de farinha móvel da SPM.

A gente já foi convidado umas duas ou três vezes e conhecia esse pessoal ou conhecidos representa a mudança não como é que fala o tempo todo, os últimos 4 quando a gente teve um diálogo, as agora em virtude da pandemia, a gente ainda não retornamos este diálogo. A coordenação tem um excelente diálogo com a coordenação de mulheres do Território de Identidade de Vitória da Conquista, um excelente diálogo com a SPM, mesmo sendo de lados oposto, sempre estamos dialogando e participando de ações em conjunto. Por exemplo, a entrega de uma casa de farinha estamos presentes, quando se tem alguma capacitação de mulheres ou até mesmo da equipe, faço questão que tenha alguém governo do estado. Peço mesmo para mim., Aumento da construção do protocolo da casa de abrigo foi com parceria com estado, tenho uma afinidade com a esfera federal também tenho WhatsApp pessoal da ministra da mulher. A gente tenta o tempo todo está dialogando, porque é um tema muito caro desafiante e é uma política que é o tempo todo estamos diminuindo né é uma política que é muito bonita quando a comoção social quando ocorre um feminicídio.... Eu sou um homem que luta pela causa, eu sou um homem feminista, mas quando a comoção passa? e quando casa Legislativa esta esvaziada e você não tem nenhum homem que só quer te ver

e aquela situação a importância às vezes quando está em pauta. É desanimador. A gente acha que a gente tá nadando contra corrente, mas assim às vezes a gente olha para os lados com as mesmas pessoas estão usando para gente brincar novela Gabriela são os mesmos rostos sempre não tá conseguindo luta de qualidade quantidade e qualidade (Entrevista realizada com a coordenadora do CRAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

Quanto aos desafios e as dificuldades da CPPM a coordenadora deixa claro que é sempre algo recorrente, o orçamento e os recursos humanos para o desenvolvimento da coordenação. Aos avanços da coordenação ela relata que é importante a busca de parcerias para desenvolver ações de sensibilização da sociedade para as pautas de mulheres e a população LGBTQIA+, e a existências de espaços para se discutir e planejar políticas públicas para este público é um avanço, visto que, Vitória da Conquista – BA tem índices elevados de violências tanto para mulheres quanto para LGBTQIA+.

No que se diz respeito ao desenvolvimento deste trabalho na comunidade, a coordenadora diz que é desafiador, pois o machismo e a homofobia estão estruturados na sociedade brasileira. Em virtude disso, o trabalho acaba sendo um pouco lento, porque nem todo gestor direciona valores elevados para políticas sociais, preferem aplicar na saúde, já que atenderá o maior número de pessoas. Precisa-se evidenciar que o amparo social destes sujeitos é tão importante quanto a saúde da população também.

Após os trabalhos de desenvolvimento de gênero na comunidade. E logo em seguida, vem a sociedade derruba com dois, né? Porque a gente passa muito rápido para retroceder, e faz papum e acabou... Claro, acho que essas diferenças a gente pode ser notada os nossos próximos para dentro quando a gente tá tempo todo sendo convidada para ações com dentro dos territórios. Através das políticas existentes no território, quais são as políticas, nos casos as unidades de saúde, escolas, CREAS, CRAS, Instituições de Ensino Superior. Eu acho que já é um sinal de que já melhorou modificou aquela sociedade aquele serviço que não está nos procurando, ele entende, que é necessário falar sobre o tema que é necessário discutir debater os territórios através de exemplos existentes nos territórios (Entrevista realizada com a coordenadora do CRAMVI, na cidade de Poções – BA, no dia 24/08/2022).

Os desdobramentos das ações para as Mulheres nos Municípios de Vitória da Conquista e Poções/BA ainda estão muito ligados a geração de rendas para essas mulheres que possam de fato se empoderar e conseguir meios para sobrevivência. Além dos cursos de geração de renda, os dois municípios possuem cursos de formação profissionalizante, oficina da saúde ao corpo da mulher que são promovidas em Poções pelo CRAMVI e em Vitória da Conquista em Parceria da Secretária de Desenvolvimento Humano e o Centro de Referência para Mulher.

A participação social das mulheres e LGBTQIA+ tem sido construída aos poucos, principalmente, a população LGBTQIA+, pois, diferente das mulheres as organizações e instituições de pessoas LGBTQIA+ ainda não se fazem presentes nas articulações das políticas

públicas dentro da abordagem do desenvolvimento territorial e não têm representação oficializada no colegiado territorial do TSB.

4.2.2 A Política de Gênero e Sexualidade no Território Médio Rio de Contas

O território Médio do Rio das Contas ocupa importantes áreas do território baiano. O TMRC está localizado no estado da Bahia no nordeste do Brasil composto por 16 municípios, que já foram citados na seção anterior, desta forma, se destacam as cidades de Jequié e Ipiaú centros de negócios e serviços da região. O TMRC abrange uma área de 9.903,7 km², equivalente a 1,8% do território do Estado.

No que tange aspectos demográficos, a população apresenta desigualdade em relação à distribuição no território, pois, há uma significativa concentração nos municípios Ipiaú e Jequié. Nesta quadra, o TMRC possui população de 366.507 habitantes, o que representa 2,6% da população baiana. A maior parte da população, cerca de 286.405 hab. vivem na zona urbana e 80.102 da zona rural. No entanto, ao excluir os municípios de Jequié e Ipiaú, a população rural no território perpassa a representar 53%. Assim o território também possui um quantitativo expressivo de mulheres (IBGE, 2010).

O colegiado territorial é bastante representativo, tendo representantes tanto do poder público quanto da sociedade civil, destaca-se que as demandas relacionadas ao planejamento e implementação de políticas públicas estão concentradas nos municípios maiores como Jequié e Ipiaú. Sobre a dinâmica do território o coordenador expressou, por meio de entrevista³³, que:

Nós temos uma dinâmica em nosso território que acho inclusive inédita dentre os 27. Um único território, modestia à parte, sem querer ser melhor que nenhum dos outros, que faz reuniões itinerantes: reuniões em cada mês, uma vez por mês, em uma cidade. Nosso recorte territorial compreende 16 cidades, com três biomas. Inclusive, Manoel Vitorino, última cidade, têm o bioma caatinga; Jequié, uma boa parte, bioma caatinga, a zona de transição que compreende Itaúna, Itagique, parte composta de caatinga e outra parte de zona da mata e de Piaú pra baixo já é zona da mata que vai até o município Mucugi que já é um dos últimos municípios. Então, 16 municípios de nosso pertencimento, com reuniões itinerantes, cada mês em um lugar: esse mês em Mucugi, Ubatã, no outro mês Barra do Rocha, no outro mês em Piaú e toda vez que vai ser em uma cidade, todos aqueles secretários de agricultura, todos os membros do colegiado, levam suas experiências para o município sede da reunião. (Entrevista realizada com o coordenador do TMRC, na cidade de Ipiaú – BA, no dia 04/08/2022).

³³ Entrevista realizada no dia 04 de agosto de 2021, com concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado junto ao projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com do CAAE: 40856820.6.0000.0055 com o parecer: 4.616.178

O coordenador chama atenção para as demandas voltadas ao meio ambiente e agricultura desenvolvida no referido território de identidade, sobre o qual esse temário está intrínseco com as demandas e atividades desenvolvidas pelo colegiado territorial. Desta forma, o entrevistado enaltece a composição do CODETER do Médio Rio de Contas:

A primeira pauta é a secretária de meio ambiente e agricultura colocando as suas experiências, as suas ações, as suas políticas, isso causa um impacto sobre os outros municípios que não desenvolvem aquele tipo de política; então, como há um sentido de integração, de controle das políticas públicas, de intercâmbio das experiências, nós chamamos de experiências exitosas de cada município, os outros que também compõe o outro o território passam também a adotar aquelas políticas, aquelas ações, isso tem sido muito bacana, então, essa é uma forma. A outra é tentar envolver o máximo dos representantes na sociedade civil, porque a política territorial ela começou com a sociedade civil depois do marco legal, em 2013, da política territorial, ela passou a ser uma política de estado; o conselho é o instrumento do estado, então o conselho legal como representante da sociedade civil e do poder público, desde que 50% e mais 1% da sociedade civil e outro 49% sendo do poder público, a gente consegue agregar, em uma mesa de debate, todo o seguimento de sociedade civil e poder público e a partir disso, convergimos com ideias daquilo que seja melhor para o desenvolvimento territorial, um instrumento que mais destaca nossa realidade no perímetro médio de rio de contas, uma das nossas alegrias, além de ser banhado por um dos rios mais influentes da bacia hidrográfica do rio de conta, não temos o rio todo, por isso é chamado de médio, pois o rio de contas nasce na cidade de Rio de Contas, da chapada diamantina que é justamente a região do território do Velho Chico, então estamos aqui no médio do rio das contas, que pega de Jequié, até Mucugé. Esse é o destaque que faria nessa primeira abordagem. (Entrevista realizada com o coordenador do TMRC, na cidade de Ipiaú – BA, no dia 04/08/2022).

O coordenador do TMRC aborda o qual é importante ter uma gestão de governança partilhada entre os municípios do território e define que que é um grande avanço no processo de planejamento e implementação de políticas públicas. Ele ainda ressalta que não somente no território que ele representa, mas sim, na Bahia como todo.

Quando nós iniciamos a política, a gente se inspirou muito no Milton Santos. Você conhece suas contribuições? Então, Milton ele tinha uma preocupação muito grande com o espaço ocupado, então, assim, não é apenas um recorte geográfico. Antes da política territorial, do desenvolvimento territorial, a nossa Bahia, que eu conheço, modéstia à parte, quase todos os cantos, as 417 cidades da Bahia eram divididas entre 17 grandes mesorregiões, o nosso território de médio de rio das contas, era chamada de região cacauera, região do cacau. Então, a gente pegava aí de Jequié até Itapetinga, que também tem cacau, então tudo era região cacauera. Ela era 53 municípios, então havia muitas divergências entre as realidades sociais, econômicas, culturais, não havia uma semelhança, independente de biomas, era sobre as práticas, a postura, a circulação dos municípios, era uma dificuldade. Então, a política territorial e aprovação do marco legal, avançamos no novo recorte, ao invés de 17 grandes regiões, nós hoje somos 27 territórios de identidades traçados por um pertencimento, pois são similares economicamente, ecologicamente,

socialmente, então isso foi muito bom (Entrevista realizada com o coordenador do TMRC, na cidade de Ipiaú – BA, no dia 04/08/2022).

Pode-se identificar na narrativa do coordenador sobre a política de negócios que se tinha entres os parlamentares da Bahia antes da política de desenvolvimento territorial, pois essa prática fazer o chamando “curral eleitoral” desses parlamentares:

Além disso, vivíamos na política de balcão de negócios, um deputado interessado num município com curral eleitoral dizia, por exemplo: “eu quero essa ponte, eu quero essa faculdade, eu quero essa estrada, eu quero essa fábrica”, era como acontecia. A própria divisão setorial do estado como educação, regional de educação, regional de saúde, regional de cultura e outros setores era feito para atender demandas pessoais dos políticos, não havia um recorte de terra, um recorte prezando pelo povo, pela igualdade. Então ela avançou no recorte, na visão ideológica do que é uma região, do que é um território, do que é o pertencimento e avançou nas políticas iguais. Então, nunca se fez tanto pelos territórios para gerar o desenvolvimento de forma sustentável e solidária como se tem feito depois dessas mudanças na política territorial. Então é o chão somado a sua população ocupados e fazendo ai acontece políticas que realmente almejem pelo desenvolvimento. (Entrevista realizada com o coordenador do TMRC, na cidade de Ipiaú – BA, no dia 04/08/2022).

Há inúmeras dificuldades enfrentadas pela política de desenvolvimento territorial atualmente isso é fato, mas nestes últimos anos, segundo o coordenador, a pandemia contribuiu para a desarticulação de todo trabalho que estava sendo construído, pois com o distanciamento social, não teve como realizar as reuniões e atender as demandas previstas no PTDRSS no território. Neste sentido ele expressa que:

Vou começar de baixo para cima. Eu gosto de pensar as coisas partindo das bases, embaixo, nos municípios, ai falando inclusive de uma política importante do território que é o conselho municipal de desenvolvimento então, só pra lembrar, tem as instâncias, no município, os conselhos municipais, os CMDS; no território, tem o CODT, que é o conselho territorial de desenvolvimento territorial e no estado tem o CDT, ainda havia o conselho nacional chamado CONDRAF o qual unia todos os territórios do Brasil. Infelizmente, o CONDRAF acabou junto com o ministério da cultura e várias políticas que fortalecia nossa política de desenvolvimento, então nessas instâncias tem esses espaços de concertação, de controle das políticas públicas e acompanhamento de execução das políticas. Então, a primeira dificuldade que eu, particularmente, acho que tem é a falta de informação porque a população, muita gente, sequer sabe o que é território ou talvez ache que o território seja a divisão geográfica, tem gente que está no território de pertencimento e sequer sabe o que é isso, não sabe o que são as políticas territoriais. (Entrevista realizada com o coordenador do TMRC, na cidade de Ipiaú – BA, no dia 04/08/2022).

Outro fator importante apontado pelo coordenador diz respeito aos encaminhamentos da política de desenvolvimento territorial pelos legislativos e executivos dos municípios que compõem o território. Segundo ele:

Se você perguntar aos vereadores de Jequié sobre o que é a política territorial, 99% vai dizer que não sabe. “o que é o território?” “para que serve o território?” “para que servem as políticas atreladas ao território?” “existem leis?” “é regulamentado?” não vão saber, e se algum for de direita ainda vai falar que essas políticas são da esquerda, politicagem do governador e etc. Então, a falta de informação. A terceira é a falta da formação, uma coisa à é a informação, outra coisa é a formação, você pode estar informado, mas não está capacitado, qualificado pra aquilo, então a falta da informação sobre essas políticas, sobre essas instâncias, esses instrumentos de fazer política, e tal; capacitar essas pessoas, pra você ter ideia, hoje mesmo no território de identidade, território médio de rio das contas, está acontecendo um encontro Inter territorial entre médio rio das contas e o baixo sul estão fazendo uma capacitação dos conselheiros pelo DEFOCS, que é o departamento, inclusive dessa formação e capacitação dos conselheiros, uma coisa que nenhum governo quis fazer: capacitar conselheiros, informar, formar. Isso é necessário ser entendido pela sociedade, entender e querer; a outra é, infelizmente, a desunião das organizações. As pessoas perdem muito tempo na disputa ideológica, na disputa pelo poder, então as associações divergem muito porque as ações partidárias divergem muito (Entrevista realizada com o coordenador do TMRC, na cidade de Ipiaú – BA, no dia 04/08/2022).

A coordenação do colegiado territorial Médio Rio das Contas deixa evidente que não há uma união, uma integração das políticas públicas do fato que teria que ser no papel. Desta forma, o coordenador toca no assunto das demandas relacionadas ao cunho social. A exemplo, da mulher, do negro, da população LGBTQIA+ e dentre outras pautas que são extremamente necessárias dentro da sociedade brasileira:

Não há uma união, uma integração, em uma política tão centrada e tão viável como essa, essa falta de união, essa falta de organização e desinformação da população e das suas lideranças eu acho ruim. Qual a ideia dos conselhos dos movimentos territoriais? É que lá todos os sindicatos dos trabalhadores rurais, todos os sindicatos dos produtores, todo sindicato do servidor público, todo sindicato dos professores de todas as categorias, as associações de bairro, de mãe, de aluno, de pai, a maçonaria, a prefeitura, a igreja, todos têm conhecimento e participe daquilo porque a única mesa redonda que você senta ali, todos comem igual: direita, esquerda, o negro, o branco, o trans, o religioso, todos sentam, se respeitando, para discutir o que é comum: uma verba grande para ser investida no seu território, é esse conselho que vai aconselhar o gestor público estadual se o que é mais viável naquele momento é uma faculdade, ou se uma indústria ou se é uma estrada, enfim. A gente tem essa autonomia de já fazer esse debate nos DPAs, plano de governos participativos, na questão das leis orçamentais e inclusive na hora das prioridades. As pessoas não sabem, se sabem, não concordam e não participa e infelizmente o individualismo fala mais alto do que a coletividade, as pessoas sabem falar sobre “eu”, mas não sabe falar o “nós”. Essas são, na minha opinião, os entraves dessa política (Entrevista realizada com o coordenador do TMRC, na cidade de Ipiaú – BA, no dia 04/08/2022).

Ao trazer as dificuldades da gestão de políticas públicas, principalmente voltada para as questões de gênero e sexualidade o coordenador expressa a dificuldade em abordar esses temas na sociedade, bem como no Território Médio Rio das Contas. Ainda sobre a questão de gênero e sexualidade o coordenador aborda a importância de discutir e planejar ações que mesmo tendo paradigmas religiosos ele não deixa transpassar para as questões de pauta do colegiado, pois as ações do colegiado não pode se influenciar pelas o molde de vida particular dele:

Eu coordenei a secretaria de políticas sociais do partido dos trabalhadores no estado. Na secretaria, de políticas sociais do Partido dos Trabalhadores, temos todas as organizações: sem-terra, negros, LGBTs, todos estão compreendidos ali. A secretaria tinha essa responsabilidade de contribuir com o avanço dessas políticas. Primeiro o respeito, é o espaço, o território que precisa trabalhar com esse respeito, tanto as raças, credos religiosos de opções, etc. Nunca podemos ser desrespeitosos com a liberdade de expressão, de gênero e etc, claro. Eu sou religioso, da igreja Assembleia de Deus, mas tenho a consciência de quem nem Deus obrigou ninguém a se moldar ou ser daquele jeito que eu quero. [...] A política territorial, hoje é um espaço que cabe, inclusive, a questão do pertencimento, como também do empoderamento daqueles têm uma opção e quer ser, quer defender uma ideia, não há nenhuma política contrária nem a cor, nem a raça, nem a classe, nem a escolha. O meu ponto de vista é o respeito (Entrevista realizada com o coordenador do TMRC, na cidade de Ipiaú – BA, no dia 04/08/2022).

Ao ser questionado sobre a maneira utilizada pelo TMRC para trabalhar a questão de gênero e sexualidade, e se existem espaços de participação? Temos:

Antes da pandemia, (estamos vivendo a nova realidade pós pandêmica) tínhamos uma rotina de reuniões, de encontros, de realizações, funcionamento de câmaras setoriais, no nosso caso aqui criamos a câmara setorial da agricultura, câmara setorial de mulheres e gênero, câmara setorial de educação e câmara setorial saúde. Então todos funcionavam muito bem, inclusive, todas essas câmaras tinham coordenação, tínhamos metodologia na reunião: quando nos reuníamos, um colegiado são 53 instituições aqui, no primeiro momento reuniam as câmaras setoriais; elas faziam suas pautas, suas discussões e vinha pra plenária maior e ai era apresentado do ponto de vista dos profissionais de cada área. Tudo da educação, quem trazia eram os profissionais da educação, tudo sobre gênero, quem trazia era o pessoal que estava naquela câmara setorial, era muito bacana porque não havia interferência entre os setores, apesar de haver um momento para observações e pontos de vista diferentes, mas cada especialista era na sua área. Cada um no seu quadrado, dizendo o que é melhor pra eles. Agora, depois da pandemia, infelizmente, muitas câmaras setoriais se desativaram e estamos tentando retomar, apesar de com certa dificuldade, além de todas as adversidades, pois não só foi a pandemia (Entrevista realizada com o coordenador do TMRC, na cidade de Ipiaú – BA, no dia 04/08/2022).

Além da questão da pandemia, a coordenação realiza uma crítica ao governo do estado, pois foi o idealizador desta política, porém não tem desempenhado o papel de parceiro, sobretudo, nas relações que envolvem as formações de conselhos nos municípios:

Pois estamos vivendo um governo, que o governador, que criou, que fez a lei inclusive do marco legal da política territorial, mas infelizmente não tem sido um bom parceiro na questão do funcionamento dos conselhos, dessa política de desenvolvimento territorial, as vezes o governador vem discutir, inaugurar uma obra no território e os agentes territoriais, o coordenador, as pessoas que estão ali nem sequer citados naquele evento. Imagina: como eu vou realizar uma ação que foi um pleito do colegiado territorial, da política territorial, do CODT, das suas instituições e eu nem sequer sou citado ali naquela realização, mas nenhuma inveja nem ciúme, mas parece que é uma falta de reconhecimento. Esperamos que o novo que entrar tenha um respeito maior e cumpra essa lei, pois isso é uma lei, não é uma coisa da cabeça de quem criou, é uma lei que hoje é um marco legal que nos molda como deve funcionar (Entrevista realizada com o coordenador do TMRC, na cidade de Ipiaú – BA, no dia 04/08/2022).

Apesar do o coordenador apontar a existência de câmara temática, verifica-se uma contradição com o PTDRSS do território, pois, expressa que não há espaços de participação e que a criação dos mesmos está prevista para 2024, conforme levantamento da necessidade e demanda do território.

Ao ser questionado sobre a demanda do território em relação às questões de gênero e sexualidade se existem grupos da sociedade civis organizados participam do território o coordenador expressou que há organizações de mulheres rurais, mas que nenhuma dessas mulheres puxam o debate, ou melhor, se sentem confortável para se empoderar dos lugares de protagonista e puxar a discussão. Em virtude disso, o coordenador expressou que a câmara de mulheres está parada, pois não há envolvimento de mulheres em cargos de lideranças para organizar esse grupo. Sobre a população LGBTQIA+ não se tem nenhum grupo formalizado no colegiado territorial e nem nos municípios que compõem o território.

Em relação ao planejamento e as ações futuras do território em relação às políticas públicas de gênero e sexualidade o coordenador expressa que é algo incerto, visto que a política de desenvolvimento territorial na Bahia depende do governo do estado e, que passa por período eleitoral e somente depois disso pode se pensar ou até mesmo definir algo:

Olha, foi isso que eu lhe disse: eu acho que nós pecamos no PGP. Tem essa nova caminhada política, inclusive PGP da candidatura, do candidato que representa a continuidade do governo, Gerônimo, não tivemos um debate. Inclusive, ele me perdoe, mas eles transferiram os momentos das plenárias pra ouvir os grupos, seguimentos, movimentos sociais organizados e virou um palanque político. Os caras, não sei aí no seu território, mas o candidato veio falando que era PGP e até lançaram um esquento PGP, mas era a mesma coisa, então reuniu o povão, todo mundo no meio, fazia um palanque, as falas dos candidatos ou pré candidatos e não havia nenhuma proposta de construção coletiva, de uma organização, de políticas públicas para cada seguimento. Então nós não tivemos, na verdade, o espaço de fazer o debate, construir a proposta, construir o plano, para depois sermos respaldados por ele. Essa é uma crítica construtiva que eu, [...], faço, mas acho que também é de muita gente aqui do nosso território e de outros também. Quando você não tem uma

plenária, quando não tem uma conferência de construção de ideias e propostas, a gente fica desarmado, a gente vai ter que, depois que o governador estiver eleito, ir pra cima para apresentar nossas propostas políticas, todos os segmentos sociais organizados (Entrevista realizada com o coordenador do TMRC, na cidade de Ipiaú – BA, no dia 04/08/2022).

No que diz respeito a presença da universidade no TMRC o coordenador afirma que sente falta da aproximação da UESB dentro do colegiado território, que a UNEB de Ipiaú é muito mais presente e atuante dentro das ações do colegiado, mas que seria bom se tanto a UESB quanto o IFBA se aproximassem da dinâmica de funcionamento do território, pois assim, poderiam ser melhor trabalhadas essas demandas sociais.

Com certeza, não só da universidade, como também dos institutos como o IFBA e vários outros. Com muito esforço aqui quem é parceiro nosso é a UNEB, desde Otávio e a atual diretora, temos uma parceria e funcionamos juntos, mas infelizmente, as outras universidades, a gente não tem tido nenhum avanço nessa questão e nem com os institutos, mas eu concordo com sua crítica construtiva. Precisa, também, se aproximar da política territorial porque a universidade é fundamental, inclusive, nessa pauta (Entrevista realizada com o coordenador do TMRC, na cidade de Ipiaú – BA, no dia 04/08/2022).

Neste sentido, é possível analisar que pautas sobre as questões de gênero e sexualidade ainda ficam em segundo plano, pois o interesse de muitas pessoas que compõem os colegiados territórios é apenas o desenvolvimento econômico. Desta forma, foge da perspectiva de desenvolvimento pautado na política territorial.

4.2.3 A Política de Gênero e Sexualidade no Território Médio Sudoeste

O Território Médio Sudoeste possui a extensão é de 11.700 km² tendo um quantitativo de 247.180 hab. Segundo o IBGE (2010). Em termos de população e gênero, segundo o censo IBGE realizado em 2010, a região possui uma população total de 247.180 habitantes, dos quais 194.742 vivem em áreas urbanas, sendo 96.040 homens e 98.702 mulheres.

No mesmo ano, a população rural total era de 52.438, incluindo 28.601 homens e 23.837 mulheres. Destaca-se a presença majoritária das mulheres nas áreas urbanas, o que não ocorre nas áreas rurais. No entanto, em números absolutos, os homens ainda são maioria tanto na área urbana quanto na rural, 52,6% da população total. Sobre a dinâmica de funcionamento do território, observa-se que todas as ações giram em torno da demanda da produtividade agropecuária, principalmente, para a criação de gado, visto que os municípios que o compõe este território têm suas dinâmicas econômicas influenciadas por esta atividade.

Atualmente, o CODETER é liderado por uma mulher, algo bastante representativo, haja vista que os representantes do colegiado territorial são formados, majoritariamente, por homens. A coordenação relata que há inúmeras dificuldades dentro da abordagem do desenvolvimento territorial, essencialmente ao se falar das políticas públicas com direcionamento social, pois, o território tem a necessidade de empoderar os sujeitos sociais específicos, porém, não há espaços para discussão dentro da plenária, em virtude de serem demandas galgadas pelas minorias.

Assim como exposto no parágrafo anterior, o TMS não possui espaços de diálogos de participação para discutir demandas sociais. Em especial, à questão sobre gênero e sexualidade. Porém, segundo a coordenação foram inúmeras tentativas de implementação sem êxito.

O PTDRSS do referido território apresenta em suas estratégias a criação dos espaços de participação social, e de ações que dê visibilidade para esta população. O plano traz como potencialidades sociopolíticas para instalação no território instituições do poder público tais como o Centro de Referência da Mulher. O plano ainda o plano prevê a criação de espaços de participação, tais como: “Câmara Técnica de Agricultura Familiar e Câmaras temáticas Mulheres, Juventude, Agricultura Familiar, Cultura e Comunidades Tradicionais, Meio Ambiente, Educação e Desenvolvimento Territorial instaladas no Colegiado Territorial.” (PTDRSS do TMC, 2017, p. 2016).

Vale ressaltar que todas as propostas colocadas no plano territorial seriam atendidas em uma expectativa de tempo curto, no máximo quatro anos, porém, até o momento, em 2022, ainda não houve implementação das ações descritas no plano.

Ainda a respeito da matriz de estratégias do PTDRSS do Território Médio Sudoeste a prevê no Eixo 1 Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva a promoção, o desenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio das ações da organização, social, produtiva e econômica.

No Eixo 2 intitulado de Formação e Organização Social traz a mesma demanda como objetivo, porém, faz a ampliação ao tanger as questões que visa organização social e à cidadania. O Eixo 4 abrange as questões de Infraestrutura e Serviços Públicos e para anteder essa demanda o TMS propôs apoiar técnica e financeiramente o funcionamento dos serviços de atendimento à mulher vítima de violência, através da Casa de Passagem e da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PPA).

O PTDRSS descreve também as formas de implementar essas políticas públicas com o objetivo, estratégias, metas e prazos:

Objetivo 2 Potencializar as cadeias produtivas de inserção da agr. familiar do território, com ênfase no etnodesenvolvimento³ e a autonomia das mulheres e da juventude rural.

Estratégia 2.1 Implantação de infraestrutura para beneficiamento, agro industrialização e comercialização dos produtos da agricultura familiar e de assentados/as da Reforma Agrária.

Meta: 2.3.1 Ter a participação de pelo menos 30% de jovens e 50% de mulheres nos projetos de inclusão sócio produtiva nos 10 projetos de desenvolvimento das cadeias produtivas. (PDTRSS do TMS, p. 31).

Continua:

Objetivo 3 Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, organização social e cidadania.

Estratégia 3.1 Promoção da integração e capacitação das comunidades étnicas, de gênero e geracional, para o seu fortalecimento, desenvolvimento e organização social.

Meta 3.1 .1 Ter realizado as conferências municipais e livres das Juventude, Mulher, Infância e Adolescência, LGBT e Fóruns Municipais das Comunidades Tradicionais, Indígenas, de Matriz Africana e outras etnias presentes no território (PDTRSS do TMS, p. 31).

Ao analisar as ações do Plano é possível constatar que o colegiado tenta abordar os assuntos voltados a sexualidade, principalmente ao que se refere a população LGBTQIA+, porem de forma tímida.

Neste sentido, a coordenadora expressa, em entrevista³⁴, a ineficiência da discussão, pois o território Médio Sudoeste tem rotineiramente notícias de violências contra mulheres e também violências as pessoas LGBTQIA+. A esse respeito a coordenação pondera que:

Muita coisa atrasou infelizmente, passando as eleições, vamos tentar fazer um trabalho mais unido, com mais encontros, para que a coisa possa realmente dar certo, temos muitas ideias e vontades de melhorias e inovações de transformar a realidade do povo, sabemos que podemos conquistar isso, através das políticas públicas, mas para que a gente possa recepcionar essas políticas públicas de maneira sabia e correta, precisamos que estejamos organizado para exceder tudo que vem dele e conseqüentemente o povo ser contemplado com isso (Entrevista realizada com a coordenadora do TMS, na cidade de Itarantim – BA, no dia 22/07/2022).

Outro fator importante que a coordenação relata é a falta de espaços para diálogos e também de ações das secretarias do estado no território para trazer à tona esses assuntos emergentes. Ela também relata a ausência da Universidade, no caso, da UESB dentro da composição do colegiado território, pois ela acredita que por meio das ações de extensão da universidade seria possível criar espaços para estas pautas.

³⁴ Entrevista realizada no dia 22 de julho de 2022, com concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado junto ao projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com do CAAE: 40856820.6.0000.0055 com o parecer: 4.616.178

Eu particularmente acho o Colegiado de Desenvolvimento Territorial - Codeter, a questão do território, um espaço fantástico, ele é cheio de grandes oportunidades para mudarmos o rumo dessa situação que se encontra hoje, eu creio que em todos os municípios, eu costumo criticar muito os gestores, ele poderia na verdade, ter mais visão e entender a importância que tem cada instituição, UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, IF Baiano - Instituto Federal Baiano, colegiado e tantos outros; começar a valorizar a importância dessas instituições que tem muito para nos oferecer e fortalecer tudo que está a nossa volta (Entrevista realizada com a coordenadora do TMS, na cidade de Itarantim – BA, no dia 22/07/2022).

A coordenadora avalia o desenvolvimento territorial por meio do CODETER com uma oportunidade de colocar em prática e dialogar de fato o que é necessário no território, ao trazer uma gestão participativa dos municípios, trazer nas ações instituições de diversos seguimentos e desta maneira deixa o planejamento mais abrangente. Neste cerne, a coordenadora explana sobre a necessidade de articulação com os grupos de outros territórios, a SPM, a Coordenação LGBT de Vitória da Conquista - BA dentre outros.

Veja bem, nós temos que construir grupos técnicos nesta outra temática, certo. Nós participamos agora da construção do PGT programa de governo participativo, então assim, na oportunidade tinha um tema com 3 (três) eixos, 10 (dez) subeixos e três temas, no tema que tratava sobre mulher e LGBTQIA+, nós ficamos na época de fazer as propostas e na oportunidade eu fiquei até depois de ter um encontro com a SPM, fazer o convite para que possam fazer parte do território, a partir do momento que elas ingressam no território, a gente vai deixar que as coisas sejam construídas por elas, já que é vivenciado pelas mesmas, então assim, nada melhor do que a pessoa que vivencia esses problemas diariamente para poder falar sobre isso, para tratar dessa situação, então, eu creio que em breve, outras pessoas também que estamos fazendo o convite, para participar do território e a partir disso, vamos começar a fazer as câmaras temáticas, vai ter sobre a mulher... Eu creio que a partir daí vamos começar a trabalhar com todas as temáticas, certo, então está em processo (Entrevista realizada com a coordenadora do TMS, na cidade de Itarantim – BA, no dia 22/07/2022).

Sobre a criação de espaços de participação social a coordenadora relata que está em processo de tramitação e por muitas vezes esteve estagnado por mais de dois anos, que foi justamente esse período pandêmico e em virtude disso as estratégias do TMS tomaram novos rumos. Entretanto, se faz necessário, com urgência, retomar a pauta, mesmo que a priori de maneira muito tímida, mas que até a final da gestão dela esses espaços já estejam criados com inúmeras demandas de atividades e com pessoas novas integrando ao colegiado do TMS.

4.3 Contribuições da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia na construção do desenvolvimento territorial e da política de gênero e sexualidade

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB se faz presente no Centro Sul Baiano, é uma instituição *multicampi*, com sede na cidade de Vitória da Conquista, os dois campi estão na cidade de Jequié e na cidade de Itapetinga. Nesta perspectiva, a UESB tem alcance em três territórios de identidade da Bahia, cada um com suas características particulares conforme apresentado anteriormente.

A referida universidade, de acordo com os dados do site da UESB³⁵, tem seu marco inicial 1969, com a instalação das Faculdades de Formação de Professores, nos municípios de Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana e Alagoinhas, que se somava à Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), criada na década de 1950.

Mas, apenas em 1980 veio a falar-se em universidade, quando, pela Lei nº 3.799, de 23/05, o Poder Executivo instituiu uma Fundação para “criar e manter uma universidade no Sudoeste do Estado”. A Fundação Educacional do Sudoeste é criada pelo Decreto nº 27.450, de 12/08/80, com o objetivo de “implantar e manter uma Universidade no Sudoeste, incorporando ao seu patrimônio os bens e direitos pertencentes às Faculdades existentes em Vitória da Conquista e Jequié”. Ainda em 1980, tem-se afinal a criação da Autarquia Universidade do Sudoeste³⁶.

Ao longo destes anos a instituição de ensino superior tem atendido as demandas de ensino, pesquisa e extensão no Centro Sul Baiano e hoje conta com 47 cursos de graduação, além da oferta em pós-graduação, ensino a distância, formação e outras atividades. Dentre as quais merece destaque aquelas que se relacionam com o debate das políticas públicas estudadas nesta pesquisa. Nesta direção, os cursos da área de ciências humanas têm trabalhado com temáticas transversais, desenvolve pesquisas e atividades de extensão, por meio da sua Pro Reitoria de Extensão, que promovem uma aproximação do conhecimento com o cotidiano da população.

As discussões no ambiente acadêmico acompanham as dinâmicas políticas, econômicas e sociais no contexto local e global, a abordagem do desenvolvimento territorial foi incorporada em ações da universidade e no direcionamento dos estudos sobre o Centro Sul

³⁵ Disponível em <http://www.uesb.br/historico/> acesso em 28 de agosto de 2022.

³⁶ Em 1980, através da Lei Delegada nº 12, de 30/12/80, a Fundação Educacional do Sudoeste é extinta, como mantenedora da Universidade, sendo criada a Autarquia Universidade do Sudoeste. O Regulamento de Implantação dessa Universidade foi aprovado em 25/08/81, pelo Decreto nº 28.169, sendo a ela incorporadas as Faculdades de Formação de Professores, a Faculdade de Administração e outras unidades que viessem a ser constituídas e a ela vinculadas.

Baiano. Para não delongar na empreitada de catalogar todas essas ações, elegeu-se o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET, para compor o presente estudo.

A escolha se deu devido à função diretamente vinculada a Política de Desenvolvimento Territorial assumida pelos NEDETs em todo país. A consolidação dos mesmos como atividade de extensão e posterior meio de produção científica, ocorreu por meio de parceria entre Universidades, Institutos Federais de Educação, MDA/SDT e CNPq, esteve presente nas 27 unidades federativas da União, e atendeu a 186 territórios. As equipes NEDET se tornaram referência no apoio ao fortalecimento dos Colegiados e da Política Territorial, e desta forma, promoveram mudanças significativas nos cenários locais, ao dinamizar esses espaços por meio do estímulo a pluralidade e participação social dos sujeitos que compõem os respectivos territórios.

Cabe destacar que o trabalho dos núcleos NEDET foram concluídos em 2017, mas algumas universidades do Brasil institucionalizaram este núcleo como foi o caso da Universidade Estadual do Sudoeste das Bahia – UESB. E para investigar e trazer a luz os dados primários sobre o desenvolvimento das ações da UESB nas ações de contribuições para empoderamento dos sujeitos sociais, sobretudo, no caso específico desta dissertação que é para o público de mulheres e a população LGBTQIA+ realizou-se entrevista com a coordenação do NEDET/ UESB.

Neste sentido, observa-se a demonstração das imagens da figura 14 que está na seção 4.1 e a figura 19 sobre as ações de conscientização contra violência de gênero e sexualidade desenvolvida pela UESB.

Figura 19 - I Encontro de Diversidade e Gênero. Acessibilidade e Inclusão Promovido Pela Universidade Estadual do Sudeste da Bahia – UESB, 2022



UESB realiza 1º Encontro de Diversidade e Gênero, Acessibilidade e Inclusão

por Karen - Publicada em 14 de setembro de 2022



A Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Permanência e Assistência Estudantil (Proapa) realizará o 1º Encontro Digai – Diversidade e Gênero, Acessibilidade e Inclusão. O evento acontece nos dias 23 de setembro, 6 de outubro e 20 de outubro, e traz como temática "Um debate sobre ações inclusivas para pessoa com deficiência (PCD), sobre respeito à diversidade sexual, combate à violência de gênero e ao racismo estrutural".

Fonte: Site oficial da UESB³⁷, 2022.

A UESB busca diversos meios de desempenhar este papel importante que vai além do conhecimento adquirido em sala de aula e que agregue a comunidade por meio das ações de extensão universitária. Neste Sentido, destacam-se as atividades desenvolvidas pelo NEDET/UESB.

O NEDET desde a sua implementação sempre funcionou como um núcleo de suporte ao planejamento e à qualificação das ações do território, principalmente em políticas públicas que dessem conta de inclusão produtiva, de questões sociais como educação, políticas de gênero, de cultura, de juventude. O Núcleo conta com o tripé de articulação: o planejamento, o assessoramento e também a formação. Salienta-se o quanto o NEDET impactou nas entidades do TSB, justamente por essa sua concepção, de não apenas dar o suporte, de que a Universidade atuasse com a sua expertise, mas que a gente principalmente formasse esse público que é a sociedade, seja sociedade civil, seja a representação em órgãos do poder público em nosso território.

Ao ser questionada, em entrevista³⁸, de que forma o NEDET se insere no contexto da sociedade local a coordenação explanou a importância do núcleo para o desenvolvimento social

³⁷ Disponível em: < <http://www.uesb.br/noticias/uesb-realiza-1o-encontro-de-diversidade-e-genero-acessibilidade-e-inclusao/>> acessado em: 18 set 2022 as 02h17min.

³⁸ Entrevista realizada no dia 16 de agosto de 2022, com concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado junto ao projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com do CAAE: 40856820.6.0000.0055 com o parecer: 4.616.178

do território, pois, é formado por estudantes que residem nos municípios que compõem o TSB e que tem diversos objetivos para auxiliar os colegiados com território a alcançar o desenvolvimento social.

O próprio NEDET é uma representação importante da sociedade do nosso território. Primeiro por ter uma composição diversa. Ele é composto por professores, alunos e colaboradores da sociedade civil de diversos municípios. Essa construção rica e diversa já expressa também um dos objetivos do NEDET, que é que a gente possa dialogar e assessorar o colegiado territorial nesse diálogo nessa composição, dessa rede de atores com todos os segmentos. Claro que a gente não tem fôlego para dialogar com todos, mas nossa tentativa é sempre nesse sentido, que a gente consiga pensar o território a partir das políticas públicas desenvolvidas, tanto a gente quanto o poder público que é quem está ofertando essas políticas, quanto a sociedade civil, que é quem recebe e se beneficia dessas políticas (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

Segundo a coordenação o NEDET surge dentro da política territorial para dá suporte a articulação do colegiado e suas ações. Também tem objetivo de fortalecer os espaços de participação social, por muita das vezes, no caso bem específico do NEDET/UESB, o núcleo tomou as rédeas das ações do CODETER estando a frente de diversas ações, como pode observar nas figuras 12, 13 e 14 na seção 4.1 deste trabalho.

O NEDET sudoeste baiano é um dos casos de grande experiência e êxito, dentro dessa política de implantação dos núcleos, que é uma política do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, então nós logramos esse êxito, e o NEDET foi mais que um projeto, mais que uma ação de suporte, o NEDET meio que se transformou no próprio colegiado; os papéis se misturaram. Claro, que a gente sempre precisa fazer essa análise de distinguir, mas a gente também não quer separar. O NEDET continua se reconhecendo como parte do Território, enquanto ator de desenvolvimento desse território e a gente reconhece, sim, como pioneiro, como precursor de determinadas práticas, à exemplo da formação do investimento na educação continuada, essa sempre foi nossa bandeira, a gente sempre a defendeu, sobre a necessidade de qualquer política, seja territorial, seja outras, mas que venham sempre acompanhada da formação e do esclarecimento daquelas categorias e daqueles segmentos que estão na base. (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

Para tratar das atividades desenvolvidas pelo Núcleo faz-se necessário saber o entendimento sobre o conceito de gênero e sexualidade da coordenação. Segundo a direção, os conceitos são amplos e complexos e deixam evidentes que o gênero é uma construção social, que infelizmente ainda está entrelaçada com o conservadorismo da sociedade machista, mas ela tem o entendimento de que o gênero vai além da dualidade macho x fêmea.

São assuntos de uma gama complexa, ampla. Mas no meu entendimento, enquanto mulher, enquanto ser social que somos, gênero seria uma construção social, para se estabelecer uma classificação. Infelizmente muito de cunho

patriarcal, temos que ter o cuidado para não cair no sexismo, da divisão que vá para além do gênero, da questão física, biológica, fisiológica, e é claro isso é muito preponderante nos termos sociais em todos os âmbitos; nas divisões de tarefas, na nossa divisão de papéis enquanto seres sociais (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

Neste sentido, é pertinente indagar quais são as atividades ligadas às questões de gênero e sexualidade do NEDET. A coordenadora ressalta que as atividades que visa ações de amparo e empoderamento da mulher e do LGBTQIA+ foi desenvolvida no TSB pelo NEDET de forma pioneira e até mesmo a criação da câmara temática de mulheres foi feito por meio de intervenções do núcleo.

Bom, como a gente teve uma atividade, uma prática pioneira no nosso território, o NEDET nasce, também, para não somente dar suporte, mas desenvolver a política territorial, aqui na Bahia e no Sudoeste Baiano específico que é o nosso foco de atuação. Para que a gente conseguisse já de início enfrentar as principais políticas importantes, as principais vulnerabilidades, o NEDET nasce com as suas três frentes de atuação: inclusão produtiva, mulheres e juventudes. Não à toa são as instâncias, em termo de organização, que permaneceram através das nossas Câmaras Temáticas. Claro que a nossa discussão vai muito além, ela é mais diversa e plural, mas a gente nunca se distanciou desses três temas. A por que falar especificamente de mulheres? Porque a gente precisa falar de minoria. Se a gente vai falar de política pública, de inclusão produtiva, de inclusão social, é preciso, sim, ter um olhar mais apurado sobre aqueles grupos que estão ficando à margem, sobre aqueles grupos que não estão tendo seus direitos e acesso garantidos. Então a discussão de gênero sempre foi muito forte. É preciso, também, se atentar aos indicadores; aos níveis de violência, aos níveis de acesso ao mercado de trabalho, níveis de natalidade, à formação das famílias no nosso território. Tudo isso vai expressar a necessidade e a urgência de termos pautas de gêneros. Nessa mesma seara que a gente discute mulher hoje, é possível a gente discutir outras identidades de gênero, que outras políticas sejam discutidas para que sejam efetivamente implementadas (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

Nesta direção, é importante questionar de que forma são selecionadas as pessoas e grupos de pessoas ligadas às questões de gênero e sexualidade para fazer parte do NEDET:

O NEDET está sempre muito aberto a quem queira contribuir, a quem queira fazer parte desse processo, dessa construção coletiva que é o território, seja enquanto locus físico que é o território enquanto espaço de sociedade. É preciso ter uma afinidade mínima com os temas que nós trabalhamos, conhecer a dinâmica de território, a gente trabalha com vinte e quatro municípios que têm suas diversidades, mas que também possui uma base de características muito parecidas, com exceção de vitória da conquista, mas os nossos municípios, os outros vinte e três, resguardam características muito parecidas; são municípios pequenos, com população relativamente baixa, com uma dinâmica de economia local e de mercado de trabalho muito parecido e com muita vulnerabilidade e pouco desenvolvimento; são municípios rurais, que demanda da gente um olhar mais direcionado a que tipo de política e a

que tipo de desenvolvimento. É preciso também a gente possuir vivência. Eu acho que todos que estão no NEDET partem de um lugar de vivência, seja em que tipo de necessidade, seja em que determinado segmento da sociedade; mulher, juventude, rural, mas todos aqueles que estão aqui compondo o NEDET, mesmo que já passou, que não esteja mais com a gente, sempre traz essa vivência, para além da formação profissional e acadêmica, mas sempre traz uma vivência pessoal, familiar, comunitária, que contribui para o NEDET alcançar o êxito (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

O Núcleo da UESB tem o alcance dessas atividades em todo o território TSB, tanto no espaço rural quanto no urbano, é importante frisar que o TSB é um território com características rurais.

A nossa proposta enquanto NEDET é ter nosso alcance territorial, que a gente consiga chegar aos nossos vinte e quatro municípios. Na maioria das nossas ações conseguimos, sim, atingir a todo o TSB; e vamos além, atingindo territórios fronteiriços, assim como o Médio Sudoeste, o Médio Rio de Contas, que são os territórios de atuação da UESB; atingimos outros estados nesse intercâmbio de conhecimento. O NEDET já nasceu de um intercâmbio, seja pela própria vocação dos integrantes, seja pela sua fama correr este estado à fora, e a gente já chegou até outros países. O NEDET vem desenvolvendo, a partir da pesquisa, esses fortes laços nessa troca de conhecimento com quem, assim como nós, estuda desenvolvimento seja na perspectiva de território, seja em outros modelos de visão, mas sempre com foco em pensar sociedade, pensar políticas públicas e desenvolvimentos das pessoas (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

Essas atividades desenvolvidas pelo NEDET são realizadas por meio de leis para conscientizar o público alvo como a lei Maria da Pena, a Lei de Combate a homofobia, a própria normativa que institucionaliza o NEDET dentro da UESB, que está prevista no plano Minuta do Plano De Desenvolvimento Institucional 2021-2025.

O NEDET foi instituído por uma normativa interna do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e absorvido pelos estados. Aqui na Bahia, hoje, a gente não possui uma lei que regulamente, especificamente, os NEDET's. Mas nós temos a lei que transforma a política de desenvolvimento territorial em política de Estado que de certa forma nos contempla. Aqui, internamente, o NEDET é regulamentado pela Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade e, hoje, reconhecido como ação de pesquisa e extensão (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

Em relação aos desafios e dificuldades enfrentados pelo NEDET, bem como às questões de gênero e sexualidade, a coordenação expressa que a sociedade brasileira, apesar das diversas ações de conscientização, ainda existem pessoas que não evoluem o pensamento, principalmente, quando traz o assunto para o *locus* do TSB, ela expressa que o Território ainda tem grandes índices de baixa escolaridade e isso acarreta a falta de informação e/ou de

entendimento, pois, é necessário partir do acesso à informação possibilitar a diminuição dos atos de violências.

Outro fator desafiador relatado na narrativa da coordenadora é o empoderamento das mulheres, fazer com que elas se enxerguem como protagonistas de suas vidas, se enxerguem como sujeitos sociais que merecem respeito, dignidade, acesso ao empoderamento social, financeiro e educacional. Apensar de todo trabalho de conscientização para criação de conselhos e coletivos formalizados ainda não conseguiu atingir nem 50% dos municípios que compõem o TSB.

O nosso maior desafio é o contexto de sociedade em que estamos inseridos. Ainda há muito a evoluir. Nós estamos numa região de baixa escolaridade. Embora hoje com todos o acesso à informação, essas informações não chegam para todo mundo. É preciso partir do princípio que informação é fundamental no enfrentamento de violências, no enfrentamento ao cerceamento de direitos; por isso que retorno novamente à necessidade e a importância que o NEDET tem quando a gente fala de formação. Formar as pessoas é importante. Formar as mulheres, formá-las, principalmente, para a organização. A gente não supera nenhuma dificuldade, seja de que ordem for, sozinhos. A gente precisa estar organizado de forma consciente e inteligente. É nesse sentido que o NEDET trabalha; claro, que um desafio grande é a nossa dimensão. O nosso território é muito grande, chegar em todos os territórios e municípios é desafiador, chegar em todas as pessoas que precisam é quase que inviável, então a gente sempre vai trabalhando e formando multiplicadores, A gente trabalha através de conselhos, que são espaços representativos dos municípios, tanto de poder público quanto de sociedade civil. Essa tem sido uma das vias de atuação do NEDET: formar conselhos, seja de mulheres, seja de desenvolvimento sustentável, educação e saúde, para que aí sim a gente reproduza um clima e uma possibilidade de disseminar conhecimento e conscientizar pessoas (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

Em relação aos avanços do NEDET com as políticas públicas no debate sobre gênero e sexualidade no território, a coordenação expressa que não obteve muito avanço, apenas alguns municípios do TSB consolidaram os conselhos de mulheres e apenas um município criou o conselho da pessoa LGBTQIA+, mesmo com estímulo da câmara de mulheres e do NEDET, não conseguiu a efetivação dos conselhos.

Se a gente fizer uma análise do formal, fica parecendo que a gente não alcançou muitas coisas; mas um alcance muito importante que nós temos é a criação dos conselhos de mulheres em alguns municípios, a partir da atuação do NEDET, dos nossos eventos e do nosso estímulo à Câmara de Mulheres do território, a gente percebeu conselhos sendo criados, percebemos mulheres se empoderando, grupos se organizando. Aqueles municípios que tinham mulheres que de certa forma que dialogavam e buscavam um objetivo juntas, e a partir do nosso esclarecimento, formação e atuação elas entenderam o quanto aquela força, junta, é maior. Elas se organizaram em grupos, comunitários e da Igreja, e melhor ainda, se organizaram em Conselhos, que é a melhor via, porque é através da organização da sociedade, da representação

e conselhos, controle social, que a gente vai poder estimular a criação de leis municipais específicas que possam beneficiar as mulheres nos nossos municípios (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

É válido ressaltar, ou melhor, recapitular, que na seção 4.2 foi citada a formação do conselho da pessoa LGBTQIA+ e o coletivo Nós da Diversidade, executados por meio das ações do Núcleo no município, desta forma, configura-se Poções- BA como a primeira cidade pequena no interior da Bahia a institucionalizar um conselho específico para este público.

Neste sentido, a coordenadora ressalta a importância do NEDET e o ato de incentivar a criações de espaços de participação que funcione de fato e atenda às necessidades das ditas minorias.

O interessante é isso, e que esse estímulo reverbere. Porque como é difícil a gente dialogar com toda a população do nosso território; ele deve estar, para dois mil e vinte e dois, alcançando mais de oitocentas mil pessoas dos nossos vinte e quatro municípios. A nossa intenção é sempre essa: plantar essa semente, estimular esse diálogo e reconhecimento desses grupos nos municípios, e que um município estimule o outro; que a população de um município seja estimulada por outro, que esse levante, que esse acesso a esse direito, lugar de fala e de voz, seja, também, reconhecido e que estimule a outros. Como eu estava falando, é importante que a gente enquanto núcleo, enquanto território, amplie essas pautas para além do gênero de mulher, para que a gente chegue a outras minorias, a outros grupos, que, inclusive, hoje nós vemos que sofrem tanto quanto ou mais violência que algumas mulheres. Há situações que são mais que necessárias, são urgentes. Tem situações que incorrem quanto a vida da nossa população (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

Em relação ao incentivo financeiro, o Núcleo atualmente recebe apenas recursos internos da universidade por meio de editais específicos de desenvolvimentos de ações de extensões. Como expõem a coordenação:

Atualmente, em termos de universidade, o NEDET consegue captar em editais internos, seja de pesquisa, seja de extensão para cumprir as atividades básicas e para remunerar nossos bolsistas. Essa é uma questão importante para que a gente dê a condição que os nossos alunos atuem junto ao NEDET, tem uma contrapartida mínima em relação a isto; uma ajuda de custo em relação a deslocamento em relação aos nossos eventos e contamos com as parcerias com os municípios, que é muito importante que eles tenham essa consciência. O NEDET vem de uma política pública maior de estímulo aos territórios, mas é importante que eles reconheçam e nos devolvam essa contrapartida para que tenhamos condições de atuar nos vinte e quatro municípios, pois hoje a universidade não cobre todos os custos do NEDET; nós precisamos muito contar com entidades do poder público e sociedade civil nos municípios para que a gente chegue lá. A nossa atuação é totalmente gratuita, não cobramos taxa nenhuma, nem de consultoria, de evento, nada. Toda nossa expertise de disseminação de conhecimento é gratuita, mas, para chegar lá, é importante contar com o apoio dos municípios (Entrevista realizada com a coordenadora

do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

Sobre os eventos voltados para a extensão universitária, o NEDET promoveu alguns. Dentro das ações gerais do NEDET, a pauta de gênero e sexualidade está sempre presente. A realização do Encontro Territorial de Mulheres e os encontros das câmaras são algumas das atividades; “mas que a gente se proponha a realizar um evento nesse sentido, que seja esclarecedor, que tire as pessoas do senso comum e desmistifique preconceitos, nós temos uma atuação com diversas faixas etárias, de diversos níveis sociais e de acesso à informação” (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

A coordenação narra que ainda teve algumas dificuldades em desmistificar as políticas de gênero que não só pode atender as demandas da mulher cis, mas toda as demais performances de gêneros e sexualidades existentes.

Mas a gente ainda nota que um dos entraves é a questão do conhecimento, visão de mundo e leitura de mundo. E é onde a gente pode dialogar e desmistificar, para que as pessoas não entendam as políticas de gênero, inclusão e de direitos às mulheres à LGBT's, em geral, como privilégios, como distinção da gente enquanto sociedade; mas não, como um resgate, como um efeito de reparação, afinal de contas são pessoas que são impedidas, mortas e tem sua vida cerceada em todos os aspectos, apenas em razão do seu gênero ou identidade (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

A UESB é uma instituição que está presente nos três territórios de identidades, distintos, e com suas peculiaridades (Médio Sudoeste, Médio Rio das Contas e o Sudoeste Baiano). Mas, por que os Territórios Médio Sudoeste e Médio Rio de Contas não são assistidos pelo NEDET?

É um questionamento importante. Em termos de concepção, desde a sua implementação o NEDET sempre foi pensando em um Núcleo por território. O NEDET precisa desenvolver as relações de identidade, de pertencimento; então nós que estamos aqui no TSB temos a propriedade de atuar em um NEDET junto a esse território, uma vez que a gente que pisa este chão, a gente conhece o contexto. Em termos institucionais, é importante que a Universidade pense, sim, na ampliação; hoje não temos mais os financiamentos por parte do Governo Federal, mas que pensem enquanto Núcleos e grupos de pesquisa e extensão que possam estar atuando. E aí, é claro, que esses atores da Universidade: professores, técnicos, discentes no campus de Itapetinga, que hoje está inserido no Médio Sudoeste da Bahia; da mesma forma do campus de Jequié, inserido no Médio Rio de Contas, que eles se organizem e se empoderem, assim como aconteceu aqui no campus de Vitória da Conquista; a gente percebe e é inegável todo benefício que o NEDET trouxe para a construção e consolidação da política territorial aqui no Sudoeste Baiano. A gente já tem a expertise, já sabe como fazer, o que se precisa, realmente, é replicar essas estruturas, e nisso o NEDET Sudoeste Baiano pode se colocar à disposição, mas, é preciso que seja uma articulação local de cada município e de cada território, e, claro, com a Universidade

cumprindo o seu papel; e que esses NEDET's que venham a se instalar sejam pioneiros e protagonistas, como o nosso NEDET é aqui no TSB (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

Neste sentido, ela avalia que para o TSB foi um ganho. O NEDET nasce das pesquisas e dos estudos dos professores e alunos do curso de Geografia, “que são as pessoas que mais detém propriedade de estudar território, mas, também, com a atuação direta de inclusão produtiva e agricultura familiar a partir do curso de Engenharia Agrônômica, e é sempre preciso ter vontade de fazer; possibilidades, capacidade e potencialidade, a Universidade tem, mas é preciso de organizar” (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022). Mas, se faz necessário voltar para a questão da necessidade da organização das instituições de Ensino Superior.

Todas essas instituições: IF, UNEB, a própria UESB nos *campi* de Jequié e Itapetinga, desenvolvem ações que intervêm diretamente na dinâmica do território, mas precisam-se alinhar essas ações com um propósito maior, que é o desenvolvimento territorial.

E que a gente dialogue da mesma forma, fale a mesma língua, pense as nossas ações de ensino, pesquisa e extensão, a partir das demandas; a UESB tem feito isso. Na construção do último Plano de Desenvolvimento Institucional, que está em votação agora pelo CONSEPE e CONSUL, nós dialogamos com os três territórios em que a Universidade se insere: Sudoeste Baiano, Médio Sudoeste, Médio Rio de Contas. Isso para que as ações institucionais de extensão realmente expressassem o alcance de alguma demanda socialmente apresentada, para que a Universidade cumpra seu papel, e que a gente não fique apenas na produção do conhecimento e academicismo, sem a real aplicabilidade para a sociedade (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

Um dos papéis sociais da Universidade é a formação e o empoderamento do sujeito social, papel que vai além do academicismo. A UESB vem tendo algumas ações sobre as questões de gênero e sexualidade, muito focado ao curso de Ciências Sociais ao curso de Cinema. A coordenadora avalia o papel da universidade no empoderamento dos sujeitos sociais marginalizados ao dizer:

Primeiro que a gente é a sociedade. É preciso encurtar esse distanciamento de academia e sociedade; nós somos uma amostra, um pedaço de sociedade e uma sociedade muito diversa, com vários sujeitos, identidades e dinâmicas. Então avalio muito positivamente. Mas é preciso que esse conhecimento saia do artigo, do periódico, da discussão fechada na sala de aula, é preciso que ele chegue a todo mundo da comunidade acadêmica, e, principalmente, é preciso que chegue à sociedade. Que pule as cercas. Que abra as portas. Que traga à sociedade, e, principalmente, um diálogo simples e fácil. Sabemos que todas as variáveis envolvidas em qualquer questão humana e social são complexas, mas o nosso diálogo precisa ser simples para que atinja a todos. Eu não posso pensar em discutir gênero e sexualidade sempre do ponto de vista só do referencial teórico, dos periódicos. Como eu vou conseguir atingir aquela

pessoa que é semialfabetizada, que já está numa faixa etária mais avançada e que já traz consigo todo um enraizamento e um engessamento em que foi construída; é preciso facilitar o diálogo e o discurso. Continue pesquisando e investigando as causas, sintomas, implicações e desdobramentos, mas que na hora de dialogar com a gente consiga alcançar e tocar o outro, considerando a importância da pauta e que estamos tratando de vida. E vida não é algo tão complexo para que a gente precise sempre estar armado das teorias e dos livros; que a gente use de tudo isso, mas que a gente consiga chegar onde e em quem a gente precisa (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

Sobre as perspectivas para o futuro a coordenação relata que o NEDET continua na ativa ao buscar diversas questões para o debate dentro da perspectiva do desenvolvimento territorial, no intuito de fazer uma análise de toda a existência do núcleo, e fortalecer os espaços de participação.

Nós estamos sempre refletindo sobre o que já fizemos, o que podemos fazer e o que iremos fazer. Hoje o NEDET “criou asas”; é claro que a gente continua buscando qualificar as discussões de território, seja aqui no Sudoeste Baiano ou no intercâmbio com outros territórios, mas hoje nós estamos mais dispostos e disponíveis a discutir em linhas gerais, para que inclusive o benefício que o NEDET já promoveu no TSB possa também ser alcançado para que a gente vença a barreira física e geográfica de delimitação de espaços de atuação, e que a gente vá para a formação, o diálogo ampliado, para que consigamos multiplicar toda a experiência que vem sendo acumulada desde dois mil e quinze, em breve a gente vai fazer dez anos de atuação. Mas que a gente siga sempre com a pautas de inclusão, seja econômica ou social, com pautas de garantias de direito às minorias com as pautas de estímulo, empoderamento, enfrentamento dessas dificuldades e fragilidades em todos os segmentos do nosso território; e, claro, sempre entendendo a dinâmica de território, nós nunca fugimos dessa pauta. Hoje o NEDET vai muito além de um núcleo da Universidade que está apenas para assessorar o Colegiado, hoje dialogamos com a sociedade em geral, temos nossos espaços de academia, pensamos políticas públicas e nos espaços em que a gente puder construir e consolidar políticas públicas (Entrevista realizada com a coordenadora do NEDET/UESB, na cidade de Vitória da Conquista – BA, no dia 16/08/2022).

A partir das análises da narrativa da entrevista com a coordenação do NEDET evidenciou a importância da universidade e seu papel na pauta do desenvolvimento territorial, o quão importante inserir no debate as questões sociais, e neste sentido, buscar construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Outro fator relevante é que a universidade mesmo com dificuldades, tem buscado chegar a população em diferentes lugares, com intuito de possibilitar o acesso à informação, e a conscientização por meio dos dados das pesquisas que são realizados pela própria universidade e o NEDET apresentou-se como uma alternativa para contribuir no fortalecimento das discussões sobre os Territórios da Bahia, as Políticas Públicas nos territórios estudados e as políticas, sobretudo, aquelas direcionadas para mulheres e população LGBTQIA+.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa em tela abordou três temáticas importantes, são elas: o desenvolvimento territorial, as políticas públicas e o debate de gênero e sexualidade. Tais temas contam com um razoável número de estudos dentro da perspectiva da Ciência Geográfica, e o presente estudo veio com o propósito de contribuir para as discussões já existentes.

A dissertação também buscou atender ao objetivo geral, sendo: Compreender o desenvolvimento territorial, as políticas públicas de gênero e sexualidade, bem como a participação social nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano, assim, este, por sua vez, se desdobra em três objetivos específicos desta pesquisa, sendo: 1) Analisar a existência de Políticas Públicas de Gênero nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano; 2) Entender a Política de Participação Social Generificada nos Territórios do Centro Sul Baiano e 3) Avaliar o Desenvolvimento Territorial implicado pelas Políticas Públicas de Gênero e Sexualidade dos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano.

No decorrer do trabalho, os dados e informações apresentadas como desenvolvimento da pesquisa geográfica verificou-se que indicam a necessidade de mais estudos, pesquisas e atividades de extensão que tratem do papel e da participação das mulheres e a população LGBTQIA+. Na sociedade tal entendimento tem como ponto de partida as análises realizadas no trabalho sobre as relações de poder, o uso do território, e políticas públicas que, são de interesse das diferentes áreas do conhecimento e de modo especial da geografia.

Neste contexto se apresenta a conjuntura política que se desenrolou no Brasil nos últimos 20 anos, marcada por mudanças, e que traz à tona temas pouco debatidos, até então e que passam a fazer parte das pautas com a inserção da política de desenvolvimento territorial que, por hora, se encontra praticamente estacionada, em função das inconstâncias no quadro político nacional e das consequências do agravamento da pandemia da COVID-19 provada pelo vírus SARS-COV19.

Em relação ao primeiro objetivo específico verificou-se que, mesmo neste cenário de incertezas, destaca-se a permanência dos espaços de diálogo e participação, a exemplo dos colegiados territoriais e, em alguns lugares do país, os conselhos, os coletivos e outros. No caso da Bahia, é possível encontrar tais espaços em atividades, e o estado mantém em sua agenda a política de desenvolvimento territorial e a regionalização do estado em 27 territórios de identidade. Deste conjunto a pesquisa investigou de maneira mais específica os Territórios Médio Sudoeste, Sudoeste Baiano e Médio Rio de Contas, e nestes territórios buscou-se realizar

um levantamento a respeito das Políticas Públicas de Gênero e Sexualidade, tendo em vista a emergência da temática.

Nesta empreitada, observou-se que o processo de implementação das políticas públicas de gênero e sexualidade nos municípios nos Território de Identidade do Centro Sul Baiano encontra dificuldades, e mesmo nos territórios com mais ações, estas foram impactadas, ou mesmo paralisadas em consequência da instabilidade política e dos efeitos da pandemia.

Para o segundo objetivo, buscou-se entender que, ao ponderar o contexto da política de desenvolvimento territorial na Bahia, verifica-se a existência de lacunas e de modo particular a necessidade de fortalecimento dos espaços de participação e da inclusão de pautas relacionadas às questões de gênero e sexualidade, que são emergentes, mas conforme os relatos da pesquisa, ainda são deixados em segundo plano, ou seja, são sucumbidas pelas pautas da inclusão produtiva, ou, do desenvolvimento apenas econômico, e fogem a abrangência da abordagem do desenvolvimento territorial.

As impressões a respeito do planejamento territorial na Bahia, mostram que os planos territoriais e as ações, dificilmente conseguem ser concretizadas. Pois, os CODETER's são configurados como espaços conflitos de interesses e a todo o momento há uma rotatividade de instituição de composição e não tem a representatividade de segmentos sociais das questões de gêneros e sexualidade. As organizações presentes nos colegiados territoriais são instituições tanto do poder público quanto da sociedade civil, voltadas para as questões da inclusão produtiva e demais temas que giram, principalmente, em torno das questões econômicas, neste contexto, observa-se que segundo Sen (2000) o desenvolvimento não está relacionado apenas ao econômico, tem que ser também social.

Ao tratar das políticas públicas relacionadas às mulheres verifica-se que é tímida toda a discussão e implementação de políticas pública nos territórios estudados. O que demanda a ampliação dos espaços de discussão que visam tratar de questões, principalmente, no TMRC e TMS.

O TSB, por sua vez, se difere dos demais por possuir espaços constituídos e consolidados, mas ao decorrer do tempo tem perdido forças por conta da desarticulação dos espaços de participação, especialmente, a câmara de mulheres. Esta, encontra-se com a necessidade de mudanças na coordenação, pois, foi constatado que não houve mudança na coordenação da câmara de mulheres nos últimos anos quatro anos, o que evidencia a indigência de ter a alternância de poder dentro dos espaços de participação social.

Destaca-se que alguns municípios do TSB possuem entidades do poder público específicas responsáveis para o planejamento e implementação de políticas públicas para mulheres, a exemplo, de Vitória da Conquista – BA e Poções – BA.

Ao analisar as políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+, lamentavelmente verificou-se que estas são inexistentes dentro da abordagem territorial. Não há discussões dentro das reuniões do CODETER's dos territórios de Identidade Centro Sul Baiano. Neste âmbito, fica notório que mesmo tendo o reconhecimento da carência de debate sobre esta pauta, o mesmo é negligenciado. Ainda que se observe, os registros dos índices de violências relacionados a esta população não há uma preocupação efetiva dos colegiados territoriais em traçar mecanismo para atender estas demandas.

E, por fim, em relação ao terceiro objetivo específico, entende-se que o desenvolvimento territorial por meio das políticas de gênero e sexualidade nos Territórios do Centro Sul da Bahia ainda se dá de forma tímida, pois ainda predomina a concepção que as questões ligadas ao desenvolvimento economicista. Desta forma, faz com que o desenvolvimento social de mulheres e LGBTQIA+ sejam colocados em segundo plano.

Ressalta-se que nos municípios que compõem os territórios há entidades tanto do poder, público quanto entidades organizadas pela sociedade civil, que são responsáveis por assegurar, planejar e implementar políticas públicas, em contra partida a LGBTQIA+ não está presente dentro da composição do colegiado territorial.

Para além da investigação sobre os colegiados e demais espaços de participação verificou-se que a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB possui papel importante dentro da perspectiva do desenvolvimento territorial, devido a sua presença no Colegiado do TSB, as suas ações de ensino, pesquisa e extensão com destaque para o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET no Território Sudoeste Baiano.

Destaca-se que o NEDET/UESB teve importante papel na promoção de eventos e ações voltadas para as políticas públicas e para a consolidação dos espaços de participação social, bem como na proposição de debates a ações relacionadas às questões de gênero e sexualidade dentro do TSB, a exemplo da criação de conselhos municipais da mulher em alguns municípios do TSB. O núcleo também auxiliou na articulação para criação do Coletivo Nós da Diversidade na cidade de Poções e logo após a criação do Conselho Municipal da Pessoa LGBT, sendo o primeiro município do interior da Bahia a criar um conselho neste segmento que representa um marco para a luta da população LGBTQIA+ em Poções-BA.

Os territórios TMS e TMRC, por sua vez, não apresentam efetivo diálogo com a UESB. Outro fator que merece destaque é que a UESB não tem representante nas instituições do poder

público nestes territórios. O TMRC possui um NEDET, vinculado a Universidade do Estado da Bahia - UNEB do campus de Ipiaú- BA, o que demonstra a contribuição de outras instituições de ensino superior no território.

Deste modo, são grandes os desafios a serem superados; há muita coisa para ser conquistada, muitos direitos a serem adquiridos e respeitados, mas para que isso se torne realidade é necessário que os movimentos de mulheres e LGBTQIA+ agreguem aos Colegiados Territoriais e ocupem estes espaços de fato, participem das discussões e criem mais espaços de participação, pois, ainda se nota uma presença mínima destas entidades, principalmente a de LGBTQIA+.

Neste sentido, é possível relacionar a teoria de Secchi sobre a elucidação e planejamento da política pública para um público alvo em específico. Desse modo os Territórios do Centro Sul Baiano se encontram em diferente estágio do ciclo das políticas públicas sinalizada pelo o autor, pois cada território tem dinâmica peculiar, assim, faz com que as ações, planejamento e implementação de políticas públicas ocorrem de diferentes formas e momentos nos territórios.

Vários movimentos sociais fazem parte dos Colegiados dos Territórios de Identidade Centro Sul Baiano, mas é preciso ter segmentos da sociedade que agreguem as demandas e representatividade da mulher, do LGBTQIA+. O caminho para ganhar notoriedade é de fato a ocupação dos espaços, da participação no planejamento e articulação de Políticas Públicas.

A pesquisa vem chamar a atenção para a necessidade de discussão das políticas públicas no gênero e sexualidade, em especial no contexto do desenvolvimento na Bahia. Revela os encaminhamentos e desdobramentos das experiências nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano, em especial, no que se refere ao planejamento, implementação e execução das políticas públicas de gênero e sexualidade.

Também apresenta um estudo a respeito do papel desempenhado pela sociedade civil, Secretarias de Planejamento, Secretarias de Mulheres, Secretarias de amparo aso Diretos Humanos, Coordenação de Políticas para LGBTQIA+, dentre outras instituições, na promoção da participação social e na formulação e gestão das políticas públicas voltadas para população estudada.

O estudo é uma tentativa de contribuir nos estudos da Ciência Geografia a respeito da temática apresentada. Mas, também se configura como o incentivo a realização de novos estudos, e que estejam direcionados aos diferentes lugares do Brasil, país com dimensões continentais, e conseqüentemente com uma diversidade de realidades. Pensar o território como unidade de planejamento é pensar no seu uso e nos seus conteúdos, nisto consiste o grande desafio da política de desenvolvimento territorial.

6 REFERÊNCIAS

ALCANTARA, F. V. de. **Possibilidades e limites da gestão social nos territórios rurais do Nordeste: Retrato do Agreste de Alagoas**. Tese de Doutorado do Núcleo de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS. São Cristóvão/SE, 2013.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAHIA, Superintendências de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia - SEI, 2013.
Disponível em: <<http://azimute.sei.ba.gov.br/pesquisapre/fluxo.jhtml>> Acesso em: 01 ABR 2022 às 15h46min.

_____. **Perfil dos Territórios de Identidade**. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 1). Salvador: SEI, 2015.

_____. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Território Sudoeste Baiano** – Vitória da Conquista - BA, 2016. P. 55. Vitória da Conquista: NEDET, SEPLAN, 2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Território Médio Sudoeste Baiano** – Itapetinga - BA, 2016. P. 55, SEPLAN, 2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Território Médio Rio das Contas** – Jequié- BA, 2016. P. 53, SEPLAN, 2016.

_____. Secretaria de Planejamento: **Perfil dos territórios de Identidade**. Disponível em: <<https://seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>> acessado em 10 DEZ 2021 às 10h21min.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo Sexo: I Mitos e Fatos**. 2 ed. Editora difusão Europeia do livro. São Paulo. 1990.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero sexualidade direitos humanos**. 1 edição, EDUFBA, Salvador/BA, 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **IBGE Cidades**, 2018. Brasília: IBGE, 2018.

_____. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Território Rurais 2018**. Brasília: IBGE, 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010.

_____. Lei nº 11.340, de ago de 2006. **Maria da Penha**, Brasília, DF, AGO 2016.

_____. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Território das Cidadanias 2008**. Brasília: IBGE, 2018.

BOISIER, S. Post-scriptum Sobre Desenvolvimento Regional: modelos reais e modelos mentais. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 19, 199a. Disponível em: <www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/96> Acesso em: 31 ago. 2022.

_____. **Teorías y metáforas sobre el desarrollo territorial**. 1ª edição. Santiago – Chile. NACIONES UNIDAS – CEPNL Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe. 1999b.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar – 1. Ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2014.

BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. Londres. Routledge. 1990.

BUTTO, A., et al. **Mulheres Rurais e Autonomia: Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios de cidadania**. Ministério Agrário do Desenvolvimento, Brasília, 2014.

_____. **Undoing gender**. Nova York. Routledge. 2004

CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. e CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2 ed. Rio de Janeiro - RJ: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. 1 ed. Rio de Janeiro – RJ: Bertrand Brasil, 1997.

COLLING, L. (org). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** 1 ed. Editora EDUFBA Salvador/BA, 2011.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo, SP: Ática, 1995.

COSTA, W. M. da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. 1 edição, Hucitec, São Paulo/SP, 1992.

DIAS, W. **Territórios de identidade e políticas públicas na Bahia: Gêneses, resultados, reflexões e desafios**. 2016. 216f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana – BA, 2016a.

_____. **Territórios de identidade e políticas públicas na Bahia: Gêneses, resultados, reflexões e desafios**. 1 edição. Zarte Editora, Feira de Santana/BA, 2016b.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.

FERRAZ, A. E. Q.; ROCHA, A. A. **Atlas Geográfico de Vitória da Conquista – BA**. 1edição, Vitória da Conquista – BA, Edição do Autor, 2015.

FERREIRA, L. A. F.; ANDRADE, D.de S.; FIGUEIREDO, A K S de; et. al. **Diálogos para execução do plano de ação territorial (PAT) no território de identidade sudoeste baiano (TISB)**. In: 70ª Reunião Anual da SBPC - UFAL - Maceió / AL, 2018.

FERREIRA, L. A. F.; ANDRADE, D.de S.; FROIS, G. P; et. al. Contribuição Do Núcleo De Extensão Em Desenvolvimento Territorial - Nedet Para Fortalecimento da Participação Social das Mulheres No Território De Identidade Sudoeste Baiano. In: **IV Simpósio regional em Desenvolvimento Rural: efetivação das políticas publica no Nordeste**, UFS. São Cristóvão– SE, 2017.

FIGUEIREDO, A. K. S. de. **Desenvolvimento, polarização e desigualdades: uma análise multidimensional do Território do Sudoeste Baiano**. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FLORES. C. D. **Território de identidade na Bahia: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial**. 2014. 162f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia – UFBA, Instituto de Geociência, Salvador, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, P. C. da C. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. 1 ed. Rio de Janeiro – RJ: Bertrand Brasil, 2017.

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: The University of Virginia Press, 1973.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro/RJ, Bertand-Brasil, 2004.

_____. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de desenvolvimento territorial. In: **Geografia dos movimentos sociais**. 1 edição, UEFS editora, Feira de Santana/BA. 2010.

HARVEY, D. **Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2004.

GIMENEZ, G. Território, cultura e identidades. In: ORTEGA, R.R (Org.). **Globalización y regiones em México**. 2000. p.19-33

GUSMÃO, R. V. **Alteridade e subversão na pós modernidade**. In: Colóquio do Museu Pedagógico- Vitória da Conquista – BA, v. 13, n 1, 2015.

OLIVEIRA JUNIOR, J. M. **As práticas pedagógicas para a diversidade sexual nas escolas estaduais de Vitória da Conquista - BA**. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista/BA, 2017.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1958.

LEFEBVRE, H. **Espacio y política: El derecho a la ciudad II**. Barcelona: Península, 1976, 190p.).

LEFEBVRE, H. **The production of the space**. Oxford: Blackwell, 1992 [1974].

LEITE, M. S.; ZANETTI, V.; TONIOLO, M. A. As Contradições entre os Espaços Permitidos e Negados aos LGBTQIA+ na Cidade de São Paulo. in: **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 1, p. 5471, 2021. ISSN 21772886.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho - Nova edição: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3 ed. Autêntica, Belo Horizonte - MG, 2018.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

MEAD, L. M. “**Public Policy: Vision, Potential, Limits**”, **Policy Currents**, fevereiro: 1-4. 1995.

MEIRA, C. S. A territorialidade homoafetiva em Salvador (BA) no bairro rio vermelho. In: **Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO)**, Ano 07, n.12, abr./jul. de 2018.

MEIRA, C. S.; AMORIM, C. D. Homofobia e educação: algumas reflexões. In: **Revista Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, p 479-493, 2017.

MEIRA, C. S.; FERREIRA, L. A. T. Joga pedra na Geni: uma discussão para além dos territórios urbanos de sociabilidades gays na cidade de Salvador - BA. In: **Geopauta**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 67-82, dez. 2018.

MISKOLCI, R. Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, L.(org). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** 1ed. EDUFBA Salvador/BA, 2011.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 4ª Ed. Hucitec, São Paulo/SP, 1994.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**. 2ª edição, São Paulo. Editora Contexto, 2015.
_____. **O que é geografia**. 14 edição, São Paulo, Brasiliense, 1994.

LIMONAD, E., MONTEIRO, J. C., MANSILLA, P. **Planejamento territorial** volume 1: reflexões críticas e perspectivas. São Paulo – SP: Editora Max Limonad, 2021.

_____. **Planejamento territorial** volume 2: reflexões críticas e alternativas. São Paulo – SP: Editora Max Limonad, 2021.

NONATO, M. **Vivências afeminadas: pensando corpos, gênero e sexualidade dissidentes**. 1 ed. Editora Devires, Salvador - BA 2020.

ORNAT, M. J. Entre territórios e redes geográficas: considerações sobre a prostituição travesti no Brasil meridional. in: **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.3, n.1, p.89- 101, jan./jul. 2009.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. Território Descontínuo Paradoxal, Movimento LGBT, Prostituição e Cafetinagem no Sul do Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81087. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81087>. Acesso em: 26 dez. 2022.

_____. Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no sul do Brasil. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014.

PAULA, L. A. C. DE. **A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e de r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de ciência e tecnologia – FCT, Presidente Prudente - SP, 2020.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. 1ed. Brasília, IICA 2009.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ed. Ática. 1993.

ROCHA, A. G. P. **Políticas Públicas e Participação: os atores sociais na política de desenvolvimento territorial do estado da Bahia**. Tese de Doutorado do Programa em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRFS, Porto Alegre/RS. 2010.

RUA, M. das G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. **O Estudo da Política: Temas Selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998. Disponível em: <[http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%20analise depoliticaspUBLICAS.pdf](http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%20analise%20depoliticaspUBLICAS.pdf)> Acesso em: 02 ago. 2022.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Editora UNESP, 2002

SANTOS, M. **A natureza do espaço técnica e tempo razão e emoção**. 4 ed. Hucitec, São Paulo/SP, 2006.

_____. O dinheiro e o território. In: **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1. n.1,p. 7-13,1999.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, M. C. **O antigo debate e as novas abordagens das políticas públicas de acesso à água no espaço rural: um estudo do município de Aracatu – BA**. 2020, 142f. Dissertação

(Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO, Vitória da Conquista – BA, 2020.

SANTOS, V. C. **Desenvolvimento territorial: um estudo do colegiado do território de identidade sudoeste baiano**. Monografia de graduação do curso de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, 2015.

SAQUET, M. A. **Abordagem e concepções de território**. 2ª Ed. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2010.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. – Parte dos capítulos Disponível em: <<https://ufabcipp.files.wordpress.com/2013/11/digitalizar0010.pdf>> Acesso em: 23 ago. 2022.

SEN, A. **Desenvolvimento com Liberdade**. 1ed. Companhia das Letras, São Paulo/SP, 2000.

SILVA, J. M. (Org). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1 ed. Ponta Grossa - PR Editora: Toda Palavra, 2009

_____. Espaços interdito e a experiencia urbana travesti. IN: SILVA, J. M., ORNAT, M. J. e CHIMIN JUNIOR, A. B. **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. 1 ed. Ponta Grossa – PR Editora: Toda Palavra, 2013.

SILVA, J. M e SILVA, M. das. G. S. N. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: SILVA, J. M e SILVA, M. das. G. S. N. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. 1 ed. Ponta Grossa – PR Editora: Toda Palavra, 2011.

SILVA, J. M., ORNAT, M. J. e CHIMIN JUNIOR, A. B. **Diálogos latino americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. 1 ed. Ponta Grossa – PR Editora: Toda Palavra, 2017.

_____. **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças**. 1 ed. Ponta Grossa – PR Editora: Toda Palavra, 2016.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Ano 8, nº 16. Porto Alegre: jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 01 set. 2018.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 6 ed. Rio de Janeiro - RJ, Editora: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **A prisão e ágora**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. IN: **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano II, n. 3, jul./dez., p. 13-35, 1997.

_____. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-22, 1996.

_____. O Território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da. C. & CORREA, R. L. **Geografia Conceitos e temas**. 1 ed. Rio de Janeiro / RJ. Bertrand Brasil, 1995.

SPÓSITO, E. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo. Editora UNESP, 2004.

THEIS, I. M. Desenvolvimento Desigual e Planejamento Regional no Brasil. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, [S. l.], v. 37, n. 131, p. 79–97, 2016. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/810>. Acesso em: 31 ago. 2022.

VALENCIA, M. E. et al. Doce años del Programa Desarrollo Sustentable de Territorios Rurales del Ministerio de Desarrollo Agrario de Brasil ¿Cómo vamos?. In: BERDEGU. J. **Quince años de desarrollo territorial rural en América Latina: ¿qué nos muestra la experiencia?** – 1a ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2020. ISBN 978-987-723-233.

WINTER, L. M. A concepção de Estado e de poder político em Maquiavel. In: **Tempo da Ciência**. (13) 25 : 117-128, 1º semestre 2006

7 APÊNDICE

7.1 Instrumentos de pesquisa



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS POLÍTICAS DE GÊNERO NOS MUNICÍPIOS SEDE DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL BAIANO

Pesquisador: LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA

Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

Roteiro de entrevista para as ORGANIZAÇÕES de Proteção aos Direitos LGBTQIA+ e as de dos Territórios de Identidade: Médio Sudoeste, Sudoeste Baiano, Médio Rio das Contas.

1. Identificação
 - 1.1 Qual é seu nome?
 - 1.2 Qual é seu cargo na Coordenação LGBTQIA+?
 - 1.3 Há quanto tempo está no cargo?

2. Informações Gerais
 - 2.1 Quais as principais ações da Coordenação LGBTQIA+?
 - 2.2 Como é desenvolvida a dinâmica de funcionamento da coordenação?
 - 2.3 De que maneira a Coordenação LGBTQIA+ se insere no contexto da sociedade local?
 - 2.4 Você tem conhecimento da Política de Desenvolvimento Territorial?
 - 2.5 De que forma a participação da Coordenação LGBTQIA+ na política de Desenvolvimento territorial?

3. Entendimento de gênero
 - 3.1 O que você entende por Gênero?
 - 3.2 Quais são as atividades ligadas às questões de gênero no Coordenação LGBTQIA+/De que formas são selecionadas esses grupos de pessoas são maioria ligada à questão de gênero?
 - 3.3 Qual é o alcance dessas atividades?
 - 3.4 Quais tipos de atividades principais?
 - 3.5 Qual qualidade?

 - 3.6 Quais as oficinas presentes?
 - 3.7 Qual a peculiaridade dessas atividades, qual o perfil do público alvo?
 - 3.8 Qual a abrangência das atividades de gênero da Coordenação LGBTQIA+? O as atividades são desenvolvidas apenas no urbano ou no rural também?

- 3.9 Nestas atividades são desenvolvidas através de leis para conscientizar o público alvo?
- 3.10 Quais as políticas de Gênero são trabalhadas na Coordenação LGBTIQ? Quais são os usos e acessos destas políticas?
- 3.11 Quais os desafios e as dificuldades enfrentadas pela Coordenação LGBTQIA+ em relação às políticas publicam de gênero?
- 3.12 Quais os avanços da Coordenação LGBTQIA+ em relação às Políticas de Gênero?
- 3.13 Houve diferenças após os trabalhos de desenvolvimento de genro na comunidade?
- 3.14 A Coordenação LGBTQIA+ recebe incentivos financeiros para realização destas atividades das esferas municipal, estadual e federal?
- 3.15 Qual a preparação profissional/apoio/orientação que a Coordenação LGBTQIA+ tem para trabalhar com Questões de Gênero?
- 3.16 Quais são as perspectivas para o futuro?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS POLÍTICAS DE GÊNERO NOS MUNICÍPIOS SEDE DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL BAIANO

Pesquisador: LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA
Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

Roteiro de entrevista para as ORGANIZAÇÕES de Proteção aos Direitos da Mulheres dos Territórios de Identidade: Médio Sudoeste, Sudoeste Baiano, Médio Rio das Contas.

2. Identificação

- 2.1 Qual é seu nome?
- 2.2 Qual é seu cargo na Coordenação do amparo ao Direito da Mulher?
- 2.3 Há quanto tempo está no cargo?

4. Informações Gerais

- 4.1 Quais as principais ações da Coordenação do amparo ao Direito da Mulher?
- 4.2 Como é desenvolvida a dinâmica de funcionamento da coordenação
- 4.3 De que maneira a Coordenação Direito da Mulher se insere no contexto da sociedade local?
- 4.4 Você tem conhecimento da Política de Desenvolvimento Territorial?
- 4.5 De que forma a participação da Coordenação Direito da Mulher na política de Desenvolvimento territorial?

5. Entendimento de gênero

- 5.1 O que você entende por Gênero?
- 5.2 Quais são as atividades ligadas às questões de gênero Direito da Mulher
- 5.3 De que formas são selecionadas esses grupos de pessoas são maioria ligada à questão de gênero?
- 5.4 Qual é o alcance dessas atividades?
- 5.5 Quais tipos de atividades principais?
- 5.6 Qual qualidade?
- 5.7 Quais as oficinas presentes?
- 5.8 Qual a peculiaridade dessas atividades, qual o perfil do público alvo?
- 5.9 Qual a abrangência das atividades de gênero da Coordenação Direito da Mulher? O as atividades são desenvolvidas apenas no urbano ou no rural também?
- 5.10 Nestas atividades são desenvolvidas através de leis para conscientizar o público alvo?
- 5.11 Quais as políticas de Gênero são trabalhadas na Coordenação Direito da Mulher?
Quais são os usos e acessos destas políticas?
- 5.12 Quais os desafios e as dificuldades enfrentadas pela Coordenação Direito da Mulher em relação às políticas publicam de gênero?

- 5.13 Quais os avanços da Coordenação LGBTQIA+/Direito da Mulher em relação às Políticas de Gênero?
- 5.14 Houve diferenças após os trabalhos de desenvolvimento de genro na comunidade?
- 5.15 A Coordenação Direito da Mulher recebe incentivos financeiros para realização destas atividades das esferas municipal, estadual e federal?
- 5.16 Qual a preparação profissional/apoio/orientação que a Direito da Mulher tem para trabalhar com Questões de Gênero?
- 5.17 Quais são as perspectivas para o futuro?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS POLÍTICAS DE GÊNERO NOS MUNICÍPIOS SEDE DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL BAIANO

Pesquisador: LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA
Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

Roteiro de entrevista para o Coordenador da Câmara Temática de Gênero do Território de Identidade Sudoeste Baiano.

Identificação

- 1.1 Nome
- 1.2 Qual é o Grupo que representa?
- 1.3 Qual o cargo?
- 1.4 Há quanto tempo ocupa este cargo?

2. Informações Gerais
 - 2.1 Há quanto tempo existe este grupo?
 - 2.2 Como está organizado este grupo? Há distribuições de funções?
 - 2.3 O grupo é legalizado, no sentido de ter vínculo com algum órgão público?
 - 2.4 Qual o regimento deste grupo?
 - 2.5 Quais são os critérios utilizados?
 - 2.6 Quais são as exigências do grupo?
 - 2.7 Qual a quantidade de pessoas que participam do grupo?
 - 2.8 Qual o objetivo deste grupo
 - 2.9 Qual a abrangências das ações do grupo, no sentido urbano e rural?
 - 2.10 O grupo possui sede própria?
 - 2.11 E as frequências das reuniões?
 - 2.12 Quais são as formas participação de pessoas neste grupo?
 - 2.13 Este grupo se caracteriza como poder público ou ONG, por quê?
 - 2.14 Quais são os trabalhos e atividades realizadas por este grupo?

3. Entendimento de Gênero
 - 3.1 O que você é Gênero para você?
 - 3.2 Quais os desafios e dificuldades em relação a políticas de gênero ao grupo?
 - 3.3 Quais os avanços em relação a estas políticas?
 - 3.4 Qual são o acesso e conhecimento destas políticas?
 - 3.5 Quais são as leis de aparo a questão de gênero?
 - 3.6 Quais os registros que tem o grupo, contém documentos, fotos e etc.?
 - 3.7 Qual é a sua perspectiva sobre as políticas públicas de gênero e o grupo?
 - 3.8 Quais os planejamentos, ações futuras do grupo em relação às políticas públicas de Gênero?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS POLÍTICAS DE GÊNERO NOS MUNICÍPIOS SEDE DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL BAIANO

Pesquisador: LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA
Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

Roteiro de entrevista para o Coordenador da Câmara Temática de Gênero do Território de Identidade Médio Rio de Contas.

1. Identificação

- 1.1 Nome
- 1.2 Qual é o Grupo que representa?
- 1.3 Qual o cargo?
- 1.4 Há quanto tempo ocupa este cargo?

2. Informações Gerais

- 2.1 Há quanto tempo existe este grupo?
- 2.2 Como está organizado este grupo? Há distribuições de funções?
- 2.3 O grupo é legalizado, no sentido de ter vínculo com algum órgão público?
- 2.4 Qual o regimento deste grupo?
- 2.5 Quais são os critérios utilizados?
- 2.6 Quais são as exigências do grupo?
- 2.7 Qual a quantidade de pessoas que participam do grupo?
- 2.8 Qual o objetivo deste grupo
- 2.9 Qual a abrangências das ações do grupo, no sentido urbano e rural?
- 2.10 O grupo possui sede própria?
- 2.11 E as frequências das reuniões?
- 2.12 Quais são as formas participação de pessoas neste grupo?
- 2.13 Este grupo se caracteriza como poder público ou ONG, por quê?
- 2.14 Quais são os trabalhos e atividades realizadas por este grupo?

3. Entendimento de Gênero

- 3.1 O que você é Gênero para você?
- 3.2 Quais os desafios e dificuldades em relação a políticas de gênero ao grupo?
- 3.3 Quais os avanços em relação a estas políticas?
- 3.4 Qual são o acesso e conhecimento destas políticas?
- 3.5 Quais são as leis de aparo a questão de gênero?
- 3.6 Quais os registros que tem o grupo, contém documentos, fotos e etc.?
- 3.7 Qual é a sua perspectiva sobre as políticas públicas de gênero e o grupo?
- 3.8 Quais os planejamentos, ações futuras do grupo em relação às políticas públicas de Gênero?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS POLÍTICAS DE GÊNERO NOS MUNICÍPIOS SEDE DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL BAIANO

Pesquisador: LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA
Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

Roteiro de entrevista para o Coordenador da Câmara Temática de Gênero do Território de Identidade Médio Sudoeste.

1. Identificação
 - 1.1 Nome
 - 1.2 Qual é o Grupo que representa?
 - 1.3 Qual o cargo?
 - 1.4 Há quanto tempo ocupa este cargo?

2. Informações Gerais
 - 2.1 Há quanto tempo existe este grupo?
 - 2.2 Como está organizado este grupo? Há distribuições de funções?
 - 2.3 O grupo é legalizado, no sentido de ter vínculo com algum órgão público?
 - 2.4 Qual o regimento deste grupo?
 - 2.5 Quais são os critérios utilizados?
 - 2.6 Quais são as exigências do grupo?
 - 2.7 Qual a quantidade de pessoas que participam do grupo?
 - 2.8 Qual o objetivo deste grupo
 - 2.9 Qual a abrangências das ações do grupo, no sentido urbano e rural?
 - 2.10 O grupo possui sede própria?
 - 2.11 E as frequências das reuniões?
 - 2.12 Quais são as formas participação de pessoas neste grupo?
 - 2.13 Este grupo se caracteriza como poder público ou ONG, por quê?
 - 2.14 Quais são os trabalhos e atividades realizadas por este grupo?

3. Entendimento de Gênero
 - 3.1 O que você é Gênero para você?
 - 3.2 Quais os desafios e dificuldades em relação a políticas de gênero ao grupo?
 - 3.3 Quais os avanços em relação a estas políticas?
 - 3.4 Qual são o acesso e conhecimento destas políticas?
 - 3.5 Quais são as leis de aparo a questão de gênero?
 - 3.6 Quais os registros que tem o grupo, contém documentos, fotos e etc.?
 - 3.7 Qual é a sua perspectiva sobre as políticas públicas de gênero e o grupo?
 - 3.8 Quais os planejamentos, ações futuras do grupo em relação às políticas públicas de Gênero?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA
BAHIA
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA**



Pesquisa: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS POLÍTICAS DE GÊNERO NOS MUNICÍPIOS SEDE DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL BAIANO

Pesquisador: LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA

Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

Roteiro de entrevista para o Coordenador do Colegiado Territorial do Território de Identidade Sudoeste Baiano.

1. Identificação

1.1 Nome

1.2 Qual é seu cargo?

1.3 Há quanto tempo está no cargo?

2. Informações Gerais

2.1 Quais as principais ações do território para desenvolver a dinâmica de funcionamento?

2.2 De que maneira o território se insere no contexto da sociedade?

2.3 Para você o que é a política de desenvolvimento territorial?

2.4 Quais as dificuldades da política de desenvolvimento territorial?

3. Entendimento de Gênero

3.1 O que você entende por gênero?

3.2 De que maneira o território trabalha a questão de Gênero?

3.3 Quais são as políticas públicas de gênero existente no Território de Identidade?

3.4 Quais são os espaços de participação existente no Território para discutir Gênero?

3.5 Quais os eventos feitos pelo Território que viabilizaria a discussão de gênero?

3.6 Foi realizado conferências (Local/Territorial/Estadual/Federal) de gênero que o território contribuiu para a realização?

3.7 Como se dar a forma de organização para discutir estas políticas territoriais? São câmaras temáticas, conselhos, grupos específicos?

3.8 Se existem essa forma de organização, quais são? Onde se encontram? Qual a quantidades destes grupos no território e o número de participação?

3.9 Há um acesso as leis de gênero? De que forma dá a discussão dentro destes grupos?

3.10 Quais são os planejamentos, ação futura do território em relação às políticas publica de Gênero



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA
BAHIA
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA**



Pesquisa: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS POLÍTICAS DE GÊNERO NOS MUNICÍPIOS SEDE DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL BAIANO

Pesquisador: LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA

Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

Roteiro de entrevista para o Coordenador do Colegiado Territorial do Território de Identidade Médio Sudoeste.

1. Identificação
 - 1.1 Nome
 - 1.2 Qual é seu cargo?
 - 1.3 Há quanto tempo está no cargo?
2. Informações Gerais
 - 2.1 Quais as principais ações do território para desenvolver a dinâmica de funcionamento?
 - 2.2 De que maneira o território se insere no contexto da sociedade?
 - 2.3 Para você o que é a política de desenvolvimento territorial?
 - 2.4 Quais as dificuldades da política de desenvolvimento territorial?
3. Entendimento de Gênero
 - 3.1 O que você entende por gênero?
 - 3.2 De que maneira o território trabalha a questão de Gênero?
 - 3.3 Quais são as políticas públicas de gênero existente no Território de Identidade?
 - 3.4 Quais são os espaços de participação existente no Território para discutir Gênero?
 - 3.5 Quais os eventos feitos pelo Território que viabilizaria a discussão de gênero?
 - 3.6 Foi realizado conferências (Local/Territorial/Estadual/Federal) de gênero que o território contribuiu para a realização?
 - 3.7 Como se dar a forma de organização para discutir estas políticas territoriais? São câmaras temáticas, conselhos, grupos específicos?
 - 3.8 Se existem essa forma de organização, quais são? Onde se encontram? Qual a quantidades destes grupos no território e o número de participação?
 - 3.9 Há um acesso as leis de gênero? De que forma dá a discussão dentro destes grupos?
 - 3.10 Quais são os planejamentos, ação futura do território em relação às políticas publica de Gênero



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA
BAHIA
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA**



Pesquisa: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS POLÍTICAS DE GÊNERO NOS MUNICÍPIOS SEDE DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL BAIANO

Pesquisador: LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA

Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

Roteiro de entrevista para o Coordenador do Colegiado Territorial do Território de Identidade Médio Rio de Contas.

1. Identificação

- 1.1 Nome
- 1.2 Qual é seu cargo?
- 1.3 Há quanto tempo está no cargo?

2. Informações Gerais

- 2.1 Quais as principais ações do território para desenvolver a dinâmica de funcionamento?
- 2.2 De que maneira o território se insere no contexto da sociedade?
- 2.3 Para você o que é a política de desenvolvimento territorial?
- 2.4 Quais as dificuldades da política de desenvolvimento territorial?

3. Entendimento de Gênero

- 3.1 O que você entende por gênero?
- 3.2 De que maneira o território trabalha a questão de Gênero?
- 3.3 Quais são as políticas públicas de gênero existente no Território de Identidade?
- 3.4 Quais são os espaços de participação existente no Território para discutir Gênero?
- 3.5 Quais os eventos feitos pelo Território que viabilizaria a discussão de gênero?
- 3.6 Foi realizado conferências (Local/Territorial/Estadual/Federal) de gênero que o território contribuiu para a realização?
- 3.7 Como se dar a forma de organização para discutir estas políticas territoriais? São câmaras temáticas, conselhos, grupos específicos?
- 3.8 Se existem essa forma de organização, quais são? Onde se encontram? Qual a quantidades destes grupos no território e o número de participação?
- 3.9 Há um acesso as leis de gênero? De que forma dá a discussão dentro destes grupos?
- 3.10 Quais são os planejamentos, ação futura do território em relação às políticas publica de Gênero



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS POLÍTICAS DE GÊNERO NOS MUNICÍPIOS SEDE DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL BAIANO

Pesquisador: LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA

Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

Roteiro de entrevista destinado ao Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.

1. Identificação

- 1.1 Qual é seu nome?
- 1.2 Qual é seu cargo no NEDET?
- 1.3 Há quanto tempo está no cargo?

2. Informações Gerais

- 2.1 Quais as principais ações do NEDET para desenvolver a dinâmica de funcionamento?
- 2.2 De que maneira o NEDET se insere no contexto da sociedade local?
- 2.3 Você tem conhecimento da Política de Desenvolvimento Territorial?
- 2.4 De que forma a participação do NEDET na política de Desenvolvimento territorial.

3. Entendimento de gênero

- 3.1 O que você entende por Gênero?
- 3.2 Quais são as atividades ligadas às questões de gênero no NEDET?
- 3.3 De que formas são selecionadas esses grupos de pessoas são maioria ligada à questão de gênero?
- 3.4 Qual é o alcance dessas atividades?
- 3.5 Quais tipos de atividades principais?
- 3.6 Qual qualidade?
- 3.7 Quais as oficinas presentes?

3.8 Qual a peculiaridade dessas atividades, qual o perfil do público alvo?

3.9 Qual a abrangência das atividades de gênero do NEDET? O as atividades são desenvolvidas apenas no urbano ou no rural também?

3.10 Nestas atividades são desenvolvidas através de leis para conscientizar o público alvo?

3.11 Quais as políticas de Gênero são trabalhadas no NEDET? Quais são os usos e acessos destas políticas?

3.12 Quais os desafios e as dificuldades enfrentadas pelos NEDET em relação às políticas pública de gênero?

3.13 Quais os avanços do NEDET em relação às Políticas de Gênero?

3.14 Houve diferenças após os trabalhos de desenvolvimento de genro na comunidade?

3.15 O NEDET recebe incentivos financeiros para realização destas atividades das esferas municipal, estadual e federal?

3.16 Qual a preparação profissional/apoio/orientação que o NEDET tem para trabalhar com Questões de Gênero?

3.17 Quais são as perspectivas para o futuro?

7.2 Termo de Consentimento livre e Esclarecido - tcle

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

CONVIDAMOS o(a) senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar de uma pesquisa científica.

Por favor, leia este documento com bastante atenção e, se você estiver de acordo, rubricue as primeiras páginas e assine na linha “Assinatura do participante”, no ponto 8.

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: *LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA.*

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: *FERNANDA VIANA DE ALCANTARA.*

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA

Desenvolvimento territorial e as políticas públicas de gênero e sexualidade nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano

2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):

O projeto de pesquisa tem o intuito de estudar as políticas públicas de gênero e sexualidade entrelaçadas com o desenvolvimento territorial. Neste sentido, será investigado de como as estratégias do desenvolvimento territorial, por meio das políticas públicas de gênero e sexualidade nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano.

2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

Compreender as demandas passadas e as da implementação das políticas públicas de gênero e sexualidade, bem como analisar transformações socioespaciais fomentadas pelo o desenvolvimento territorial e as políticas de gênero e sexualidade nos Territórios do Centro Sul Baiano: Sudeste Baiano, Médio Rio de Contas e Médio Sudoeste

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Você responderá um roteiro de entrevista

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

Nas reuniões do colegiados territoriais com os coordenadores dos territórios de identidade, com a coordenação do Coletivo Nós da diversidade, de Políticas públicas para mulheres em Vitória da Conquista, – BA, com a coordenadora do Centro de Assistência a Mulher em situação de Violência de Poções- Ba, com a Coordenação LGBT de Vitória da Conquista - BA, com a coordenação de LGBT do estado da Bahia, com Secretaria de Mulheres da Bahia, com a coordenação do NEDET/UESB.

3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

30 min, por Em torno de 30 minutos.

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

MÍNIMO

MODERADO

ALTO

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

Este trabalho pode ocasionar constrangimento para os entrevistados ao revelar a escolaridade, renda, idade, expressão de gênero e sexualidade das pessoas que farão parte da pesquisa. Todos os dados obtidos serão utilizados somente para fins científicos com garantia de anonimato

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Ao concordar com a participação da pesquisa, o entrevistado deverá estar a disposição para responder aos questionamentos ou a entrevista semiestruturada constituída de questões referentes aos objetivos estabelecidos na pesquisa. Toda a participação será voluntária, não há penalidades para aqueles que desistem, a qualquer tempo, de participar deste estudo. O entrevistado não receberá pagamento pela participação. É garantido ao voluntário de se insentarse de responder perguntar, retirar sua participação a qualquer momento. A entrevista será executada em local reservado. É garantido o sigilo dos dados por meio de lacração de documentos em repositório adequado.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

A importância desta pesquisa reside na perspectiva de favorecer a formação e o desenvolvimento acadêmico de estudante, professores e pesquisadores de áreas afins, além de ser relevante socialmente, pois realiza uma análise dos fenômenos socioespaciais intrínsecos às políticas públicas na produção do espaço geográfico, articulação e implementação das políticas públicas de gênero e sexualidade.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

Na produção de conhecimento, na implementação e articulação das políticas públicas, ajudar os colegiados territoriais nas ações para implementação das políticas públicas para o público alvo da pesquisa. Contribuir para o campo científico da geografia, pois trata-se de uma pesquisa inédita dentro da perspectiva da ciência geográfica.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?

R: Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.

6.2. Mas e se você acabar gastando dinheiro só para participar da pesquisa?

R: O pesquisador responsável lhe ressarcir estes custos.

6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?

R: Você pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.

6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)

R: Não. Você só precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?

R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: Nenhum.

6.7. O que acontecerá com os dados que você fornecer nessa pesquisa?

R: Eles serão reunidos com os dados fornecidos por outras pessoas e analisados para gerar o resultado do estudo. Depois disso, poderão ser apresentados em eventos científicos ou constar em

publicações, como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, artigos em revistas, livros, reportagens, etc.

6.8. Os participantes não ficam expostos publicamente?

R: Em geral, não. O(A) pesquisador(a) tem a obrigação de garantir a sua privacidade e o sigilo dos seus dados. Porém, a depender do tipo de pesquisa, ele(a) pode pedir para te identificar e ligar os dados fornecidos por você ao seu nome, foto, ou até produzir um áudio ou vídeo com você. Nesse caso, a decisão é sua em aceitar ou não. Ele precisará te oferecer um documento chamado "Termo de Autorização para Uso de Imagens e Depoimentos". Se você não aceitar a exposição ou a divulgação das suas informações, não o assine.

6.9. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?

R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.

6.10. Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R.: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Há, também uma cartilha específica para tratar sobre os direitos dos participantes. Todos esses documento podem ser encontrados no nosso site (www2.uesb.br/comitedeetica).

6.11. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?

R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: **LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA.**

Endereço: **Estrada do Bem Querer, KM 4, Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGeo/Uesb.**

Fone: 77 3424-8741 / **E-mail:** lucasaquiar04@hotmail.com / 2020m0265@uesb.edu.br

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/Uesb)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

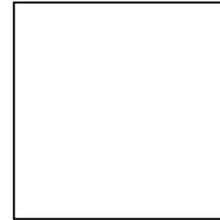
em participar do presente estudo;

com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Vitória da Conquista – BA, 3 de dezembro de 2020

*Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por
ele responsável)*



Impressão Digital

9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Vitória da Conquista – BA, 3 de dezembro de 2020

Assinatura do(a) pesquisador

8 ANEXOS

8.1 Anexo I: Lei N° 11. 340, de 7 de Agosto de 2006 (Lei Mara da Penha)



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI N° 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Vigência

(Vide ADI nº 4424)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

8.2 Anexo II: DECRETO 12354/10 (Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências)

DECRETO Nº 12.354 DE 25 DE AGOSTO DE 2010

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 105, inciso V, da Constituição Estadual, D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Territórios de Identidade, com a finalidade de colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal. Ver tópico

§ 1º - Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial. Ver tópico

§ 2º - São territórios de identidade os agrupamentos de municípios referidos no Plano Plurianual, sem prejuízo do disposto no inciso III, do art. 4º, deste Decreto. Ver tópico

Art. 2º - O Programa Territórios de Identidade, coordenado pela Secretaria do Planejamento - SEPLAN, tem por objetivo elaborar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável que contemplem: Ver tópico

I - a integração e compatibilização de políticas públicas com base no planejamento territorial; Ver tópico

II - a ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios; Ver tópico

III - a valorização das diversidades social, cultural, econômica e geográfica das populações. Ver tópico

Parágrafo único - Para o desenvolvimento das ações do Programa Territórios de Identidade, os órgãos públicos envolvidos poderão firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos da administração pública, bem como com entidades de direito privado, observada a legislação em vigor. Ver tópico

Art. 3º - Fica instituído o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER, fórum permanente de caráter consultivo, com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias integrantes do Programa Territórios de Identidade. Ver tópico

§ 1º - Ao CEDETER caberá coordenar, articular e propor ações que promovam o desenvolvimento territorial sustentável do Estado da Bahia, em diálogo permanente com instituições públicas, entidades da sociedade civil e Colegiados Territoriais. Ver tópico

§ 2º - O CEDETER contará com uma Secretaria Executiva, a ser exercida pela SEPLAN. Ver tópico

Art. 4º - Compete ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER: Ver tópico

I - propor estratégias de implementação do Programa Territórios de Identidade, e diretrizes para a elaboração dos programas e projetos a ele relacionados; Ver tópico

II - elaborar os critérios de agrupamento de municípios para a formação de territórios de identidade, a partir de estudos técnicos e indicadores, realizados pelos órgãos estaduais competentes; Ver tópico

III - analisar propostas de criação e modificação dos territórios de identidade, encaminhando parecer acerca das propostas aprovadas para apreciação do Secretário de Planejamento, e posterior submissão ao Governador do Estado; Ver tópico

IV - criar procedimentos para homologação dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs; Ver tópico

V - promover o apoio político-institucional à atração de investimentos públicos federais, do setor privado e da cooperação internacional, destinados ao fortalecimento das atividades de geração e incremento da renda e da qualidade de vida dos habitantes dos territórios; Ver tópico

VI - analisar e sistematizar as propostas dos CODETERs referentes às políticas públicas de interesse comum dos territórios de identidade; Ver tópico

VII - propor intercâmbio com organizações e instituições nacionais, públicas ou privadas, visando a implementação de políticas e programas de Governo para os territórios de identidade; Ver tópico

VIII - fomentar e promover eventos que estimulem o debate, a reflexão, a compreensão e a difusão da abordagem territorial para o desenvolvimento do Estado; Ver tópico

IX - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, bem como homologar os Regimentos Internos dos CODETERs. Ver tópico

Art. 5º - À Secretaria Executiva do CEDETER caberá coordenar os processos de constituição e homologação dos CODETERs, de que tratam os incisos III e IV, do art. 4º, os quais serão precedidos de amplo diálogo com os poderes públicos municipais e com as entidades da sociedade civil atuantes em cada território proponente. Ver tópico

Parágrafo único - O reconhecimento dos CODETERs, pelo CEDETER, observará as seguintes diretrizes gerais: Ver tópico

I - diversidade dos seus membros, assim entendida a pluralidade da participação do conjunto dos atores públicos e privados pertencentes aos territórios de identidade; Ver tópico

II - representatividade da sua composição, que deve reunir segmentos regionalmente organizados. Ver tópico

Art. 6º - O Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER terá a seguinte composição: Ver tópico

I - 01 (um) representante da Secretaria do Planejamento, que o presidirá; Ver tópico

II - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional, que exercerá a vice-presidência; Ver tópico

III - 01 (um) representante da Secretaria da Saúde; Ver tópico

IV - 01 (um) representante da Secretaria da Educação; Ver tópico

V - 01 (um) representante da Secretaria de Cultura; Ver tópico

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; Ver tópico

VII - 01 (um) representante da Secretaria de Relações Institucionais; Ver tópico

VIII - 01 (um) representante da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária; Ver tópico

IX - 01 (um) representante da Delegacia Estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ver tópico

X - 01 (um) representante do Ministério da Integração Regional; Ver tópico

XI - 08 (oito) representantes dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs. Ver tópico

§ 1º - O CEDETER funcionará com a presença da maioria dos seus membros, e suas deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes. Ver tópico

§ 2º - Cada representante do CEDETER contará com 02 (dois) suplentes para substituí-lo, um por vez, em suas ausências ou impedimentos, devendo cada um dos membros de que trata o inciso XI pertencer a territórios de identidade diversos. Ver tópico

§ 3º - Os representantes do CEDETER e seus respectivos suplentes serão indicados pelos seus respectivos órgãos e entidades, e designados através de Portaria conjunta do

Secretário do Planejamento e do Secretário de Desenvolvimento e Integração Regional para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução. Ver tópico

§ 4º - Em casos de empate na votação de qualquer matéria, o Presidente do Conselho tem o voto de qualidade. Ver tópico

Art. 7º - Poderão ser convidados para participar das reuniões do Conselho as demais Secretarias, órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, oportunidade em que poderão manifestar-se quanto aos assuntos inerentes às suas respectivas áreas de atuação, sem direito a voto. Ver tópico

Art. 8º - Os serviços prestados pelos membros do CEDETER, inclusive a participação nas reuniões, são considerados de interesse público relevante e não serão remunerados. Ver tópico

Art. 9º - Caberá à Secretaria do Planejamento dotar o CEDETER do apoio técnico, administrativo e financeiro necessário para subsidiar as suas reuniões. Ver tópico

Parágrafo único - O apoio financeiro limitar-se-á às despesas indispensáveis para viabilizar as reuniões do Conselho e da Secretaria Executiva, considerando o deslocamento, a alimentação e a acomodação dos seus participantes, bem como a organização, o local e o material necessários à sua realização, observado o disposto no art. 8º. Ver tópico

Art. 10 - São Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs os fóruns consultivos de discussão local das ações e projetos de desenvolvimento territorial, compostos paritariamente por representantes dos poderes públicos estadual e municipal, e pela sociedade civil organizada, presentes na esfera de cada território. Ver tópico

§ 1º - A participação dos representantes e suplentes do CODETER é considerada de interesse público relevante, não ensejando qualquer tipo de remuneração por parte do Estado. Ver tópico

§ 2º - Caberá aos CODETEREs elaborar e aprovar, em plenária especialmente convocada para este fim, através só voto da maioria simples de seus membros constitutivos, seus regimentos internos, a serem homologados pelo CODETER, nos quais constarão os deveres e atribuições dos seus componentes, a organização e a forma do seu funcionamento.

Art. 11 - Para a instalação do CEDETER, e até que o processo de homologação dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável seja finalizado, os representantes de que trata o inciso XI do art. 6º serão eleitos dentre os membros dos CODETERs que sejam representantes de organizações civis legalmente constituídas, em plenária coordenada pela SEPLAN, garantida a participação de todos os Colegiados Territoriais.

Parágrafo único - A primeira homologação dos CODETERs deverá ser realizada pelo CEDETER no prazo máximo de 01 (um) ano, a partir da data da publicação deste Decreto, em conformidade com o estabelecido no inciso IV do art. 4º e no caput do art. 5º.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de agosto de 2010.

JAQUES WAGNER

Governador Eva Maria Cella Dal Chiavon

Secretária da Casa Civil

Antônio Alberto Valença Secretário do
Planejamento

Edmon Lopes Lucas

Secretário de Desenvolvimento e Integração
Regional

Jorge José Santos Pereira Solla

Secretário da Saúde

Oswaldo Barreto Filho

Secretário da Educação

Márcio Meirelles

Secretário de Cultura

Emilson Gusmão Piau Santana

Secretário de Relações Institucionais

Cícero de Carvalho Monteiro

Secretário de Desenvolvimento Urbano

Eduardo Seixas de Salles

Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma
Agrária

8.3 Anexo III: Lei Nº 13214 DE 29/12/2014

Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs.

O Governador do Estado da Bahia, Faço saber que Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, bem como os seus espaços de participação social e de relação entre as representações dos segmentos da sociedade civil e os Poderes Públicos federal, estadual e municipal.

§ 1º Para fins desta Lei, entende-se por Território de Identidade a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial, conforme disposto no Plano Plurianual do Estado da Bahia.

§ 2º As dimensões espaciais dos Territórios de Identidade de que trata o § 1º desta Lei podem ser modificadas a cada Plano Plurianual - PPA, observados os procedimentos específicos estabelecidos em Decreto e em Resoluções do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER, de que trata o art. 7º desta Lei.

CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS

Seção I - Dos Princípios

Art. 2º A Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia observará os princípios previstos na Constituição Federal e na Constituição Estadual, bem como nas normas específicas aplicáveis para garantia do desenvolvimento territorial sustentável e solidário, em especial os seguintes princípios:

- I - da dignidade humana;
- II - do desenvolvimento sustentável;
- III - da solidariedade;
- IV - da justiça social e ambiental;
- V - da função socioambiental da propriedade;
- VI - da participação social;
- VII - da cooperação.

Seção II - Das Diretrizes

Art. 3º A elaboração e a implementação da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia observará as seguintes diretrizes:

- I - estabelecer estratégias de desenvolvimento territorial sustentável e solidário;
- II - fomentar a coesão social e reduzir as desigualdades territoriais;
- III - valorizar o potencial de desenvolvimento dos Territórios de Identidade;
- IV - respeitar a diversidade cultural e territorial;
- V - promover o uso sustentável dos recursos naturais;
- VI - promover a inserção competitiva dos territórios baianos;
- VII - estimular o desenvolvimento da democracia participativa;
- VIII - promover a ação integrada dos entes federados.

Seção III - Dos Objetivos

Art. 4º A Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia tem por objetivo a promoção do desenvolvimento territorial, democrático sustentável e solidário, através da participação social, da articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais visando à melhoria da qualidade de vida da população e, ainda:

I - orientar o planejamento e a gestão das políticas públicas estaduais, constituindo-se como referência para elaboração do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, da Lei Orçamentária Anual - LOA, dos planos territoriais de desenvolvimento sustentável e solidário, dos planos setoriais e outros processos relevantes para o planejamento e ordenamento territorial do Estado da Bahia;

II - integrar e compatibilizar as políticas públicas nos Territórios de Identidade com base no seu planejamento, planos territoriais de desenvolvimento sustentável e solidário, programas e projetos governamentais;

III - ampliar e qualificar mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável e solidário;

IV - valorizar as diversidades de gênero, etnia, social, cultural, econômica e geográfica dos Territórios de Identidade e de suas populações;

V - estimular a concertação das políticas públicas, priorizando a cooperação entre os Governos federal, estadual e municipais, com a participação da sociedade civil, para a definição de diretrizes estratégicas de desenvolvimento territorial sustentável e solidário, o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de âmbito territorial, com vistas à inclusão social e à equidade do desenvolvimento;

VI - estimular a gestão associada de serviços públicos, mediante o fomento à criação de consórcios públicos e outras formas cooperativas.

Art. 5º A Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia será implementada, entre outros, através:

I - do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, da Lei Orçamentária Anual - LOA, dos planos territoriais de desenvolvimento sustentável e solidário e dos planos setoriais;

II - do monitoramento e da avaliação da gestão governamental na execução dos programas e

ações do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, tendo como recorte de abrangência os Territórios de Identidade.

CAPÍTULO III - DO CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - CEDETER E DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CODETERs

Art. 6º O Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs de que tratam, respectivamente, os arts. 7º e 14 desta Lei, constituem-se nos espaços de referência para discussão e acompanhamento da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, sem prejuízo das contribuições oriundas de outros espaços de oitiva social.

Art. 7º Fica instituído o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER, órgão de caráter consultivo e de assessoramento, vinculado à Secretaria do Planejamento, com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário do Estado da Bahia.

Art. 8º Compete ao CEDETER:

- I - participar do processo de discussão e elaboração da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, do Zoneamento Ecológico-Econômico, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA;
- II - apresentar propostas para a formulação, implementação e articulação de políticas públicas e planos setoriais de desenvolvimento econômico, social, regional ou metropolitano;
- III - acompanhar, no exercício do controle social, a execução da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, do Zoneamento Ecológico-Econômico, do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA;
- IV - elaborar propostas de ampliação e qualificação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de desenvolvimento territorial;
- V - fomentar a valorização das diversidades de gênero e etnia, social, cultural, econômica e geográfica dos Territórios de Identidade e suas populações;
- VI - propor diálogo com organizações e instituições públicas ou privadas para elaboração de propostas de qualificação de políticas e programas de Governo para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário do Estado da Bahia;
- VII - propor ao Secretário do Planejamento os critérios de agrupamento de Municípios para a formação de Territórios de Identidade, a partir de estudos técnicos e indicadores, realizados pelos órgãos estaduais competentes;
- VIII - analisar demandas de criação e de modificação dos Territórios de Identidade, encaminhando parecer acerca das propostas aprovadas para apreciação do Secretário do Planejamento e posterior apreciação do Governador para inclusão no Plano Plurianual - PPA subsequente;

IX - criar procedimentos para homologação dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs e para elaboração dos seus respectivos regimentos internos nos quais constarão as atribuições e os deveres dos seus componentes, a organização e a forma do seu funcionamento;

X - homologar a criação dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs e seus respectivos regimentos;

XI - analisar e sistematizar as propostas dos CODETERs referentes ao aprimoramento das políticas públicas de interesse comum dos Territórios de Identidade;

XII - elaborar e aprovar o seu regimento interno que versará sobre o detalhamento das suas competências, das atribuições e os deveres dos seus componentes e a forma do seu funcionamento e de seus comitês.

Art. 9º O CEDETER terá a seguinte estrutura:

- I - Plenário;
- II - Presidente;
- III - Vice-Presidente;
- IV - Secretaria Executiva;
- V - Comitê de Acompanhamento do Plano Plurianual - CAPP;A;
- VI - Comitês Temáticos.

§ 1º O Plenário, composto pela totalidade de seus membros, é a instância máxima de deliberação do CEDETER acerca das competências de que trata o art. 8º desta Lei.

§ 2º O Presidente será responsável pela representação institucional do CEDETER e coordenará as reuniões do Plenário.

§ 3º O Vice-Presidente substituirá o Presidente nos casos de ausências ou impedimentos.

§ 4º A Secretaria Executiva será exercida pela Secretaria do Planejamento, à qual caberá o suporte técnico, administrativo e financeiro necessário para subsidiar o funcionamento do CEDETER, bem como coordenar o processo de homologação dos CODETERs de que trata o art. 14 desta Lei.

§ 5º O apoio financeiro de que trata o parágrafo anterior limitar-se-á às despesas indispensáveis para viabilizar o funcionamento do CEDETER, incluindo local, material impresso, equipamentos, deslocamento, alimentação e acomodação dos seus membros.

Art. 10. O Comitê de Acompanhamento do Plano Plurianual - CAPP;A terá a finalidade de acompanhar a execução do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, e será composto por Conselheiros do CEDETER representantes da sociedade civil.

Art. 11. Os Comitês Temáticos serão instituídos por Resolução do CEDETER, quando necessário, para auxiliá-lo na execução das competências de que trata o art. 8º desta Lei, e serão compostos por 01 (um) coordenador conselheiro do CEDETER e por convidados dos

setores públicos ou da sociedade civil ou de ambos os setores, observadas as especificidades técnicas dos assuntos tratados por cada Comitê.

Art. 12. O CAPP e os Comitês Temáticos, no desempenho das suas atividades de assessoramento do CEDETER, elaborarão relatórios periódicos para subsidiar as reuniões do Plenário.

Art. 13. O CEDETER será composto de forma paritária por:

I - 11 (onze) representantes da Administração Pública, sendo:

- a) 01 (um) representante da Secretaria do Planejamento, que exercerá a Presidência;
- b) 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, que exercerá a Vice-Presidência;
- c) 01 (um) representante da Secretaria da Saúde;
- d) 01 (um) representante da Secretaria da Educação;
- e) 01 (um) representante da Secretaria de Cultura;
- f) 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano;
- g) 01 (um) representante da Secretaria do Meio Ambiente;
- h) 01 (um) representante da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura;
- i) 01 (um) representante da Secretaria da Segurança Pública;
- j) 01 (um) representante da Secretaria de Relações Institucionais;
- k) 01 (um) representante da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento.

II - 11 (onze) representantes da sociedade civil, no âmbito dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs.

§ 1º Os membros de que trata o inciso I deste artigo comporão de forma permanente o CEDETER e, a qualquer tempo, ato do Governador poderá acrescentar representações de outros órgãos e de entidades da Administração Estadual, ajustando neste caso, o quantitativo de representantes dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs de que trata o inciso II deste artigo para garantir a paridade das representações.

§ 2º Cada membro do CEDETER contará com 01 (um) suplente para substituí-lo em suas ausências ou impedimentos, devendo cada um dos membros de que trata o inciso II deste artigo pertencer a Territórios de Identidade diversos.

§ 3º Os membros do CEDETER indicados no inciso I deste artigo e seus suplentes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e entidades e nomeados por ato do Governador do Estado, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 4º Os representantes dos CODETERs no CEDETER serão escolhidos entre os membros do setor produtivo e da sociedade civil nos CODETERs de diferentes Territórios de Identidade, pelo voto direto dos presentes em Conferência Estadual dos CODETERs convocada por ato do Governador do Estado, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 5º O CEDETER enviará ao Governador proposta dos seus procedimentos operacionais e de realização da Conferência de que trata o § 4º deste artigo, para publicação dos atos administrativos pertinentes.

§ 6º Após a escolha de que trata o § 4º deste artigo, o Presidente do CEDETER expedirá comunicação ao Governador solicitando a nomeação dos representantes dos CODETERs no CEDETER.

Art. 14. Ficam instituídos os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs, fóruns de discussão e de participação social, constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil presentes nos Territórios de Identidade, com a finalidade de promover a discussão local das ações e projetos de desenvolvimento territorial sustentável e solidário, auxiliando o CEDETER no cumprimento das competências previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no caput deste artigo, os CODETERs podem propor diálogo com organizações e instituições públicas ou privadas presentes nos Territórios de Identidade para elaboração de propostas de qualificação de políticas e programas de Governo visando ao desenvolvimento territorial sustentável e solidário do Estado da Bahia.

Art. 15. Caberá aos CODETERs elaborar e aprovar, em plenária especialmente convocada para este fim, através do voto da maioria simples de seus membros constitutivos, as propostas dos seus regimentos internos a serem submetidas para homologação do CEDETER.

§ 1º O regimento interno dos CODETERs disporá sobre as regras de sua composição, a sua coordenação, o mandato e a forma de eleição dos seus membros, bem como sobre os procedimentos para o convite e a participação das representações dos Municípios componentes do Território de Identidade.

§ 2º Para fins de cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º desta Lei, a composição dos CODETERs considerará a diversidade dos segmentos organizados, respeitando a representação do poder público, da sociedade civil presente em cada Território de Identidade.

Art. 16. À Secretaria do Planejamento, sem prejuízo de contribuições de outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, compete promover o suporte técnico, administrativo e financeiro necessário para subsidiar as reuniões dos CODETERs.

Art. 17. Os membros do CEDETER e dos CODETERs poderão sugerir, respectivamente, a seu Presidente e aos seus Coordenadores que, conforme a pauta das suas reuniões, convide representantes de outros órgãos e de entidades governamentais federais, municipais, estaduais, não-governamentais, representações de Prefeitos e pessoas de notório saber para participarem das reuniões, sem direito a voto.

Art. 18. As atividades exercidas pelos membros do CEDETER e dos CODETERs são consideradas de interesse público relevante e não ensejam qualquer tipo de remuneração por parte do Estado.

Art. 19. Fica mantida a composição dos membros do CEDETER e dos CODETERs existentes na data de publicação desta Lei até o final dos respectivos mandatos.

Art. 20. O CEDETER expedirá, no prazo de 90 (noventa) dias, Resolução dispondo acerca dos procedimentos para elaboração dos regimentos internos dos CODETERs em face do disposto no inciso IX do art. 8º desta Lei.

Art. 21. Os CODETERs existentes, na data de publicação desta Lei, deverão encaminhar ao CEDETER as suas propostas de regimento interno elaboradas em consonância com a Resolução de que trata o art. 20 desta Lei.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de dezembro de 2014.

JAQUES WAGNER

Governador

Carlos Mello

Secretário da Casa Civil em exercício

Jairo Alfredo Oliveira Carneiro

Secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura

Washington Luís Silva Couto

Secretário da Saúde

Antônio Albino Canelas Rubim

Secretário de Cultura

Cícero de Carvalho Monteiro

Secretário de Relações Institucionais

José Sérgio Gabrielli de Azevedo

Secretário do Planejamento

Oswaldo Barreto Filho

Secretário da Educação

Manuel Ribeiro Filho

Secretário de Desenvolvimento Urbano

Eugênio Spengler

Secretário do Meio Ambiente

Maurício Teles Barbosa

Secretário da Segurança Pública

8.4 Anexo IV: DECRETO Nº 17.523 DE 23 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 17.523 DE 23 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso V do art. 105 da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 1º, nos incisos I e IV do art. 3º e o caput do art. 5º, todos da Constituição Federal,

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único - Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - nome social: designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida;

II - identidade de gênero: dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Art. 2º - Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto.

Parágrafo único - É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.

Art. 3º - Os registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter o campo "nome social" em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos.

Art. 4º - Constará nos documentos oficiais o nome social da pessoa travesti ou transexual, se requerido expressamente pelo interessado, acompanhado do nome civil.

Art. 5º - O órgão ou a entidade da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional poderá empregar o nome civil da pessoa travesti ou transexual, acompanhado do nome social, apenas quando estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros.

Art. 6º - A pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional.

§ 1º - Nos casos de menores de dezoito anos não emancipados, a inclusão do nome social deverá ser requerida mediante a apresentação de autorização, por escrito, dos pais ou responsáveis legais.

§ 2º - A solicitação de inclusão do nome social deverá ser atendida de forma imediata.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 23 de março de 2017.

...

RUI COSTA***Governador***

Bruno Dauster

Secretário da Casa Civil

Edelvino da Silva Góes Filho

Secretário da Administração

Carlos Martins Marques de Santana

Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social

8.5 Anexo V: Lista de presença da reunião do CODETER do Sudoeste Baiano para criação das Câmaras Temáticas

REUNIÃO DO COLEGIADO TERRITORIAL
TERRITÓRIO SUDOESTE BAIANO
NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL- NEDET
LISTA DE PRESEÇA - 02-09-2015

Nº	NOME	ORÇÃO INST.	MUNICÍPIO	CONTATO	E-MAIL
1	Edson José Nascimento	Sec. Agricultura	Coaraci	983237628	edsonj@terra.com.br
2	Anderson Alves Pereira	Associação Roraima Baiana	Barra	(67) 988296062	anderson@roraimabaiana.com.br
3	Luiz Carlos da Silva Pereira	SEMI/Agro	Vila da Comunidade	33 3106295	luizcarlosda@terra.com.br
4	Marcelo Alves Ribeiro	Emprego e Juvenis Empreendedores	V/C	87198246-0912	marcelo@desafios.com.br
5	Diane de Paula Santos	STTA	Benedito Sales	33 388684030	diane@desafios.com.br
6	Milaine Rodrigues de Aguiar	UESB	UCA	(67) 3882-3153	milaine@desafios.com.br
7	Marcelo Alves da Silva	CDR	UDC	(11) 98122-4199	marceloalves@igmail.com
8	Luciano Alves da Silva	CDR	C. Sales	33198884482	luciano@desafios.com.br
9	Yvelina Alves de Almeida	Sec. Agricultura	Belo Campo	33 99938-9696	yvelina@desafios.com.br
10	Carla R. de Almeida	CAEASB	V. Comunitária	33 98836-3647	carla@desafios.com.br
11	Evandro Alves Pereira	Coordenador Técnico	V. Comunitária	33 9883-7256	evandro@desafios.com.br
12	Francisco Evangelista	CMDS/PRODEB	YBAGE5	6711187-1541	francisco@desafios.com.br
13	Vanessa Amorim	PM Roraima	Yocora	(67) 98910-2677	vanessa@desafios.com.br
14	Daniel Rocha Moura	Sec. Agricultura	Tratado	(33) 98497-5723	daniel@desafios.com.br
15	Allysson da Silva	Associação Roraima Baiana	Ulcina de Almeida	(33) 9889-2212	allysson@desafios.com.br
16	Matheus de Santana	UESB	UCA	33 9883-8435	matheus@desafios.com.br
17	Beatriz de Souza	UESB	Vila Comunitária	33 9842-5666	beatriz@desafios.com.br
18	Alexandre de Aguiar	Sec. Agricultura	R. Rocha	33 9842-5666	alexandre@desafios.com.br
19	Vanessa Amorim	NEDET/UESB	V. da Comunidade	(33) 99196353	vanessa@desafios.com.br
20	Francisco Evangelista	MST	V. da Comunidade	(33) 98835350	francisco@desafios.com.br
21	Francisco Evangelista	MST	V. da Comunidade	(33) 9883-2923	francisco@desafios.com.br
22	Francisco Evangelista	MST	V/C	(33) 9884-0122	francisco@desafios.com.br
23	Francisco Evangelista	MST	V/C	33 9813-1516	francisco@desafios.com.br
24	Francisco Evangelista	MST	V/C	33 9813-1516	francisco@desafios.com.br
25	Francisco Evangelista	MST	V/C	33 9813-1516	francisco@desafios.com.br
26	Francisco Evangelista	MST	V/C	33 9813-1516	francisco@desafios.com.br
27	Francisco Evangelista	MST	V/C	33 9813-1516	francisco@desafios.com.br
28	Francisco Evangelista	MST	V/C	33 9813-1516	francisco@desafios.com.br

Nº	NOME	ORÇÃO INST.	MUNICÍPIO	CONTATO	E-MAIL
30	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
31	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
32	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
33	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
34	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
35	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
36	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
37	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
38	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
39	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
40	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
41	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
42	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
43	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
44	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
45	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
46	Francisco Evangelista	UESB/NEDET	V. da Comunidade	98804-6262	francisco@desafios.com.br
47					
48					
49					
50					
51					
52					
53					
54					
55					
56					
57					
58					
59					
60					
61					

FONTE: Acervo do NEDET, 2015.

8.7 Anexo VII: Lista de composição da Câmara de Cultura do TSB

LISTA DE PRESENÇA				
Nome do Evento: <i>Reunião do Colegiado Territorial - Formação da Câmara temática de Cultura</i>			Local: Hotel Faixa – Vila da Conquista	Data: 02.09.2015
Nome	Orgão	Município	Telefone	E-mail
Lucas Aguiar Tomaz Ferreira	NEDET	Poções	(77) 91611410	lucasaguiar04@hotmail.com
Kétia Prado Damasceno	Cia Oporakata	Vitória da Conquista	(77) 91409041	ketiaprado@gmail.com
Fabiana Carneiro Rebouças	INEMA	Vitória da Conquista	(77) 91260400	fabianacreboucas@hotmail.com
Marcelo Andrade Bonfim	Movimento de luta pela terra-MLT RTE/ SECULT	Barra do Choça	(77) 81626063	evetosevenciosmc@gmail.com
Maritiza Ribeiro		Vitória da Conquista	(77) 91968568	maritizad@gmail.com
Vanessa Costa dos Santos	NEDET	Vitória da Conquista	(77) 88666135	Vanessacosta792@gmail.com

FONTE: Acervo do NEDET, 2015

8.8 Anexo VIII: Lista de composição da Câmara de Juventude do TSB

Lista de Presença

Nome do Evento:		Data:		E-Mail	
Juvenios do Colégio Terrestre - Terrestre da Câmara Terrestre de Juventude		02.09.2015			
Local:		Município		Telefone	
Hotel Faria - Vit. da Conquista		Vit. da Conquista		77-3513-0627	
Nome		Município		E-Mail	
Edmundo S. de Freitas	NEDET/UESB	Vit. da Conquista	77-3513-0627	mondeimpique@gobon.com.br	
Zenonir de Santos Lima	MTD	Vit. da Conquista	77-35238418	Zenonir107@uol.com.br	
Vanessa Costa dos Santos	NEDET/UESB	Vit. da Conquista	77-8866-6135	VanessaCosta192@gmail.com	
Thaís de A. R. F. F.	PROZETO SEIF	Bomina ou CUB	77-81626067	HAISL	
Wilton Lima	AECOFABA	Aracá	77-99190038	Wiltonlima2011@yahoo.com.br	
Ednede O. Cavalcante	Associação Agrícola	B. Jesus ou Sece	77-88425445	edu.te.agropecuaria@hotmail.com	
Flávia Ingrid Reis	Ratão da Juventude	Vit. da Conquista	77-18826-1216	flavinigrid@hotmail.com	
Walden Góes	PS	UC	97188396691	Walden.CARVALHO@ig.uchil.com	
Marcelo Góes	RNE/SECULT	Vit. da Conquista	77-9166568	MAR1HZAD@GMAIL.COM	
M. de S. Oliveira	CPMS - Sindicato	Vit. da Conquista	77-9987-4426	concarcaoarauad@hotmaif.com	
Paulo Roberto	NEDET/UESB	Vit. da Conquista	77-94161196	Pj-fredal@hotmail.com	
Thaís F. Soares	CMD5	POCÕES	77-91877544	Thais1soares@hotmail.com	

FONTE: Acervo do NEDET, 2015.

8.9 Anexo IX: Lei Municipal de Criação do Conselho LGBT de Poções – BA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

DECRETO Nº 569/2021

DE 14 DE OUTUBRO DE 2021

Ementa: Estabelece o Regimento Interno do Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero, criado pela Lei Municipal nº 1313 de 01 de julho de 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POÇÕES – ESTADO DA BAHIA, com fundamento no Artigo 10º, "caput" da Lei Municipal nº1313 de 01 de julho de 2021, **PUBLICA** o Regimento Interno do Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero.

TÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

CAPÍTULO I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º - O Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero, órgão colegiado, consultivo e deliberativo, com a finalidade de formular, propor diretrizes, acompanhar e formular elementos de participação política e ações em todas as áreas do município para o desenvolvimento das políticas públicas de combate à discriminação e à promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuadas, Assexuadas e a toda a diversidade sexual e de gênero (LGBTQIA+), na busca por garantir equidade de gênero.

CAPÍTULO II

Das Competências

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero:

- I - Assessorar na formulação, estruturação, organização e financiamentos de políticas públicas de promoção da cidadania e dos direitos da população LGBTQIA+;
- II - Elaborar e encaminhar proposições com o objetivo de aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero;
- III - Indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito à Política Municipal dos Direitos das Lésbicas. Gavs.



ESTADO DA BAHIA

IV - Zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes à população LGBTQIA+, denunciando às autoridades competentes o seu descumprimento;

V - Monitorar as ações governamentais dos órgãos da esfera municipal, estadual e federal visando buscar aprovação de recursos e defender os direitos da população de LGBTQIA+;

VI - Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e formação dos servidores públicos e sociedade civil no combate as violências e preconceitos, além de programas e pesquisas voltados para a promoção, proteção e defesa dos direitos da população de LGBTQIA+;

VII - Propor e estimular o engajamento na construção das políticas sociais e na construção da cidade a partir de uma inclusão de todas as pessoas, fortalecendo as ações voltadas às políticas públicas para a população LGBTQIA+;

VIII - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, bem como suas alterações;

IX - Propor e estimular políticas transversais de inserção educacional e cultural, com o objetivo de preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural produzido pela população LGBTQIA+;

X - Apoiar a Secretaria de Assistência Social na articulação e integração de suas ações com outros órgãos públicos, com vistas à promoção dos direitos da população de LGBTQIA+;

XI- Apoiar e buscar apoio da rede de enfrentamento a violência contra as mulheres na articulação e integração de suas ações com vistas à promoção dos direitos da população de LGBTQIA+, defender as singularidades e a universalização das mulheres;

XII- Propor e defender a necessidade de fomentar políticas de geração de formação, emprego e renda no município, com vistas ao respeito à dignidade e atuando na consciência e combate à exclusão;

XIII - Supervisionar o cumprimento da legislação em vigor no que for pertinente aos direitos assegurados à população de LGBTQIA+;

XIV - Propor ao Município a convocação, quando necessário, da Conferência Municipal de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual e de Gênero;

XV - Promover a ampla divulgação de todas as decisões do Conselho visando a permanente conscientização de todos os segmentos da sociedade quanto à sua importância para as políticas de cidadania da população LGBTQIA+, especialmente, e o desenvolvimento das ações dos Programas e Planos Estaduais de Promoção do Combate à Homofobia;

XVI - Avaliar as condições de acesso da população LGBTQIA+ às políticas e serviços públicos do Município, propondo as medidas que se façam necessárias para a correção de exclusões ou limitações constatadas;

XVII - Manter intercâmbio e cooperação com entidades e organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, voltados para a população de LGBTQIA+;

XVIII- Manter canais permanentes de diálogo e articulação com o movimento LGBTQIA+ em suas várias expressões, apoiando suas atividades nos moldes a serem definidos por seu Regimento Interno e preservando a autonomia do movimento;



ESTADO DA BAHIA

XIX - atuar na promoção e proteção dos direitos da população LGBTQIA+ e no fortalecimento dos coletivos e organizações;

XX - Articular-se com outros órgãos colegiados para o estabelecimento de estratégias comuns de atuação relacionadas à proteção dos direitos da população LGBTQIA+.

CAPÍTULO III

Da Composição do Conselho

Art. 3º - O Conselho Municipal de Diversidade Sexual será composto de forma paritária por 11 (onze) membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes, representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada, na seguinte forma:

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

- a) um (a) representante da Secretaria de Administração;
- b) um (a) representante da Secretaria de Educação;
- c) um (a) representante da Secretaria de Saúde;
- d) um (a) representante da Secretaria de Assistência Social.

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) uma representante Lésbica;
- b) um representante Gay;
- c) um (a) representante Bissexual (o/a suplente necessariamente será do gênero oposto);
- d) uma pessoa Transexual ou Travesti (o/a suplente necessariamente será do gênero oposto);
- e) um (a) representante Queer, Intersexo, Assexuado ou de outras orientações sexuais ou identidades de gênero não contempladas nos incisos anteriores;
- f) um (a) representante de Estudantes de Graduação e Pós-Graduação, com notório trabalho em sexualidade, diversidade sexual e de gênero;
- g) uma (a) representante de rede, coletivo, fórum ou organizações sociais sem fins lucrativos, de âmbito municipal, que atue junto à população de LGBTQIA+;

§ 1º - Em caso de ausência de representantes previstos nas alíneas de a) até e), será indicado um representante de rede, fórum ou organizações sociais sem fins lucrativos, de âmbito municipal, que atue junto à população LGBTQIA+;

§ 2º - Os membros do Conselho Municipal de Diversidade Sexual e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Executivo Municipal.

§ 3º - Os membros do Conselho não farão jus a qualquer remuneração, sendo suas funções consideradas de relevante interesse público.

Seção I

Da indicação dos membros representantes do Poder Público

Art. 4º - Os representantes titulares e suplentes do Poder Público Municipal indicados pelo Titular da respectiva Pasta, podendo ocorrer substituições, a qualquer tempo, mediante prévia indicação do representado.

Seção II

Dos Membros representantes da sociedade civil organizada

Art. 5º - Os representantes, titulares e suplentes, da sociedade civil organizada serão eleitos em Conferência Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero ou, em sua ausência, na forma do Regimento Interno do Conselho.

Seção III

Das Atribuições dos Conselheiros

Art. 6º - Aos conselheiros incumbe:

- I - comparecer às reuniões;
- II - debater e votar a matéria em discussão;
- III - requerer informações, providências e esclarecimentos ao relator, às Câmaras Temáticas, à Presidência, ou à Secretaria Executiva;
- IV - solicitar reexame de Resolução quando necessário;
- V - apresentar relatório e pareceres dentro dos prazos fixados;
- VI - participar, com direito a voto, das Câmaras Temáticas e de Grupos de Trabalho;
- VII - executar atividades que lhes forem atribuídas pelo Plenário;
- VIII - proferir declarações de voto e mencioná-lo em ata, incluindo posições contrárias às matérias aprovadas, quando o desejar;
- IX - observar em suas manifestações as regras básicas da convivência e do decoro;
- X - propor resoluções, moções, temas e assuntos à deliberação do Plenário;
- XI - propor temas e assuntos para inclusão na pauta das reuniões plenárias;
- XII - propor ao Plenário a convocação de audiências com autoridades;
- XIII - apresentar questão de ordem nas assembleias e nas reuniões das Câmaras Temáticas e dos Grupos de Trabalho dos quais faça parte;
- XIV - representar, quando delegado, o Conselho em eventos públicos, devendo informar posteriormente ao Plenário do Conselho, por escrito, os detalhes desta representação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES
ESTADO DA BAHIA

XV - estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, matérias que lhes forem distribuídas, podendo valer-se de assessoramento técnico e administrativo;

XVI - requerer votação de matéria em regime de urgência;

XVII - pedir vistas em assuntos submetidos à análise do Conselho, quando julgar necessário.

Seção IV

Da substituição dos membros representantes do Conselho

Art. 7º - Os membros do Conselho serão substituídos, em suas ausências e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

Art. 8º - As entidades governamentais e da sociedade civil poderão solicitar a substituição de seus respectivos representantes, a qualquer tempo, junto à Secretaria Executiva do Conselho.

§ 1º - O pedido de substituição de membro representante do Conselho deverá ser realizado por meio de ofício encaminhado à Presidência do Conselho.

§ 2º - No caso de substituição ocorrer no prazo inferior a 15 (quinze) dias da reunião Plenária do Conselho, a nova indicação apenas terá validade a partir da seguinte reunião Plenária do Conselho.

Art. 9º - Serão substituídos os conselheiros que:

I – renunciarem;

II – cometerem reconhecida falta grave;

III – deixarem de comparecer, injustificadamente, a mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou a mais de 6 (seis) intercaladas, sem comparecimento do respectivo suplente, no período de 1 (um) ano;

IV – for condenado (a), por sentença transitada em julgado, pela prática de quaisquer dos crimes previstos no Código Penal ou na Legislação Penal Extravagante;

§ 1º - No caso do inciso II, a perda do mandato será decidida pelo plenário, em sessão extraordinária e pública, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos/as conselheiros/as, assegurada ao conselheiro(a) faltoso(a) a ampla defesa, devendo ser comunicados por ofício ao órgão público ou entidade representada, os motivos que levaram o Conselho a tomar tais decisões;

§ 2º - Serão consideradas faltas graves os atos ou pronunciamentos públicos não condizentes com a política de integração, direitos e garantias da população LGBTQIA+, com o decoro público e coma probidade administrativa;

§ 3º - No caso do inciso III, o Órgão ou Entidade representada pelo/a conselheiro/a dispensado/a deverá ser comunicado/a da decisão através de documento emitido pela Presidência do Conselho imediatamente após a decisão, devendo o documento solicitar a indicação de outro representante para a nomeação;

§ 4º - A substituição de conselheiro, pelas razões de que trata o inciso IV deste artigo, se dará mediante Processo Administrativo Disciplinar, aplicadas, no que couber, resguardado o exercício da ampla defesa e do contraditório;



PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES
ESTADO DA BAHIA

§ 5º - O conselheiro substituído não poderá ser reconduzido pelo Poder Público ou pela entidade que representa, devendo ser indicado substituto no prazo máximo de quinze dias.

CAPÍTULO IV

Da Organização

Art. 10 - O Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero é integrado por:

- I - Plenário;
- II - Presidência;
- III - Vice-Presidência;
- IV - Secretaria Executiva;
- V - Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS E DOS MEMBROS DO CONSELHO

CAPÍTULO I

Do Plenário

Seção I

Da Composição

Art. 11 - O Plenário do Conselho é um fórum de consulta e deliberação plena e conclusiva, configurado por reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com os requisitos de funcionamento estabelecidos neste regimento interno, composto por conselheiros, convidados e observadores.

Seção II

Da Competência

Art. 12 - Ao Plenário compete:

- I - analisar assuntos encaminhados à sua apreciação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

II- eleger um(a) Presidente(a) e Vice-Presidente(a), dentre os seus membros, de forma paritária entre poder público e sociedade civil, em votação nominal e secreta, por maioria simples ou por aclamação, com mandato de um ano, intercalando o exercício da presidência entre as representações da sociedade civil e as representações do Poder Público, conforme disposto no Art. 4º da Lei Municipal 1313, de 01 de julho de 2021;

III - propor estratégias de ação visando à avaliação e ao monitoramento de Políticas Públicas LGBT;

IV - aprovar, por meio de proposta apresentada por qualquer dos membros ou órgãos do Conselho, a criação de Câmaras Temáticas e de Grupos de Trabalho, definindo suas competências, composição, procedimentos e prazo de duração, assim como sua extinção;

V - apreciar e aprovar o relatório anual do Conselho e as deliberações das Câmaras Temáticas;

VI - solicitar aos órgãos da administração pública, às entidades privadas e aos Conselhos Setoriais, estudos ou pareceres sobre assuntos de interesse da população LGBTQIA+;

VII- solicitar, às autoridades competentes, a apuração de responsabilidades em decorrência de violações a interesses e direitos da população LGBTQIA+, quando for o caso;

VIII – elaborar, aprovar, zelar pelo cumprimento e promover as alterações necessárias do Regimento Interno do Conselho;

IX- Decidir acerca de substituição de conselheiros(as) de acordo com o art. 7º deste Regimento Interno;

X – Avaliar e opinar sobre o quadro de servidores do Conselho, quando houver;

XI - Organizar e aprovar os critérios de realização da Conferência Municipal LGBTQIA+.

Parágrafo único. Os assuntos e os requerimentos urgentes, não apreciados pelas Câmaras Temáticas ou Grupos de Trabalho, serão examinados pelo Plenário.

Seção III

Do Funcionamento

Art. 13 - O Conselho reunir-se-á em sessão pública, com a presença de 50% mais um dos seus integrantes, e deliberará por maioria simples da sessão.

§ 1º - Participarão das sessões do Plenário:

I - conselheiros titulares, com direito a voz e voto;

II - conselheiros suplentes, com direito a voz e voto quando no exercício da titularidade;

III - instituições e pessoas convidadas, que terão direito a voz somente quando autorizadas pelo Plenário.

§ 2º - O processo deliberativo da sessão só deverá ocorrer após a abertura da sessão com quorum mínimo de 50% mais um dos integrantes do Conselho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

§ 3º - Cada Conselheiro titular terá direito a um voto.

§ 4º - Em caso de empate nas decisões, o/a Presidente do Conselho ou o/a Vice-Presidente em exercício da presidência, exercerá o direito ao voto de qualidade.

§ 5º - A substituição de um/a conselheiro/a titular, em Plenário, somente poderá ser feita por um/a suplente formalmente indicado/a junto ao Conselho.

Art. 14 - As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas conforme calendário aprovado pelo Pleno do Conselho e pactuado com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 1º - As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, por convocação do/a Presidente ou de 1/3 (um terço) dos/as Conselheiros/as.

§ 2º - Em caso de alteração da data da reunião ordinária, a mesma deverá ser notificada com antecedência mínima de 72 horas.

Art. 15 - A convocação das reuniões ordinárias, de acordo com o calendário aprovado no início de cada ano, será confirmada por correspondência ou meio virtual, e conterá a pauta de deliberação do plenário do Conselho.

§ 1º - No expediente de convocação, deverão constar obrigatoriamente:

I - pauta da sessão com indicação dos assuntos a serem objeto de deliberação;

II - ata da sessão anterior;

III - cópia das resoluções aprovadas na sessão anterior;

IV - minutas das resoluções a serem aprovadas;

V - relação de instituições e / ou pessoas eventualmente convidadas e o assunto a ser tratado.

Art. 16 - As reuniões extraordinárias serão comunicadas por correspondência ou por meio virtual ao Plenário, com antecedência mínima de 48 horas.

§ 1º - As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente das matérias objeto de sua convocação.

Art. 17 - As reuniões poderão ser gravadas, se necessário, e as atas deverão ser redigidas, de forma a retratar as discussões relevantes e todas as decisões tomadas.

§ 1º - As gravações das reuniões serão mantidas até a aprovação da respectiva ata.

§ 2º - As atas das reuniões serão aprovadas pelo Plenário e assinadas pelo/a Presidente e/ou seu/sua respectivo/a representante por ele/a formalmente autorizado.

Art. 18 - As reuniões ordinárias e extraordinárias terão pautas preparadas pela Secretaria Executiva do Conselho e aprovadas pelo/a Presidente, delas constando necessariamente:

I - abertura de sessão, discussão e votação da ata da sessão anterior;

II - leitura do expediente, das comunicações e da Ordem do Dia;

III - matérias para deliberação;

IV - outros assuntos;

V - encerramento;

§ 1º - A pauta da reunião ordinária deve ser enviada com antecedência mínima de 48 horas antes do início da sessão.

§ 2º - As matérias a serem incluídas na pauta deverão ser apresentadas e encaminhadas à Secretaria do Conselho até 72 horas antes do início da sessão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES
ESTADO DA BAHIA

Art. 19 - A Ordem do Dia observará, sucessivamente:

- I - requerimentos de urgência;
- II - propostas de resolução objeto de anterior pedido de vista ou de retirada de pauta pelo proponente, com o respectivo parecer ou justificativa;
- III - resoluções aprovadas e não publicadas por decisão do Presidente, com a respectiva emenda e justificativa;
- IV - propostas de resoluções;
- V - propostas de moções;
- VI - propostas de nota pública; e
- VII - demais assuntos pertinentes ao Conselho.

Parágrafo único. Nas sessões, as matérias de natureza deliberativa terão precedência sobre as matérias de outra natureza, ressalvada decisão do Plenário em contrário.

Art. 20 - Considera-se questão de ordem toda dúvida sobre a interpretação, aplicação ou inobservância do Regimento Interno do Conselho ou outro dispositivo legal.

§ 1º - As questões de ordem serão formuladas com clareza, brevidade e com indicação precisadas disposições que se pretende elucidar ou cuja inobservância é patente.

§ 2º - Só podem ser formuladas questões de ordem referentes à matéria que esteja sendo discutida ou votada.

§ 3º - Caberá ao presidente do Conselho resolver as questões de ordem.

§ 4º - O tempo de apresentação da questão de ordem será de, no máximo, 3 (três) minutos.

Art. 21 - O Conselho manifestar-se-á por meio de:

- I - **Resolução** - ato geral, de caráter normativo, quando se tratar de deliberação vinculada à sua competência específica;
- II - **Moção** - quando se tratar de manifestação, dirigida ao Poder Público, à sociedade em geral, a autoridades e/ou pessoas físicas em caráter de alerta, aplauso, pesar, desagravo ou repúdio; e
- III - **Nota Pública** - quando se tratar de comunicação dirigida à sociedade em geral.

Parágrafo Único - As Resoluções, Moções e Notas Públicas serão datadas e numeradas em ordem distinta.

Art. 22 - As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho deverão ser encaminhadas à Secretária Executiva, que proporá à Presidência sua inclusão na pauta da próxima sessão, observada a ordem de precedência.

Art. 23 - A deliberação das matérias em Plenário deverá obedecer à seguinte sequência:

- I - O Presidente apresentará o item incluído na Ordem do Dia e dará a palavra ao relator da matéria;
- II - Terminada a exposição, a matéria será colocada em discussão, podendo qualquer conselheiro manifestar-se a respeito; e
- III - Encerrada a discussão, o Plenário deliberará sobre a matéria.

Art. 24 - O Plenário poderá apreciar matéria não constante da pauta ou da Ordem do Dia, mediante justificativa e requerimento de regime de urgência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

§ 1º - Excepcionalmente, o Plenário poderá dispensar o prazo estabelecido no parágrafo anterior desde que o requerimento de urgência seja subscrito por, no mínimo, metade mais um dos Conselheiros.

§ 2º - O requerimento de urgência poderá ser acolhido, a critério do Plenário, por maioria simples.

§ 3º - A matéria, cujo regime de urgência tenha sido aprovado, deverá ser incluída, obrigatoriamente, na pauta da sessão subsequente, seja ordinária ou extraordinária, observados os prazos regimentais.

Art. 25 - As Resoluções, Moções e Notas Públicas aprovadas pelo Plenário, assinadas pelo/a Presidente, poderão ser publicadas em Diário Oficial do Município no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, podendo ser divulgadas por intermédio do boletim interno da Secretaria Municipal de Assistência Social e nas redes sociais da Secretaria.

Parágrafo único. O/A Presidente poderá adiar, em caráter excepcional, a publicação de qualquer matéria aprovada, desde que constatados equívocos, infração a normas jurídicas ou impropriedade em sua redação, devendo ser a matéria obrigatoriamente incluída na sessão subsequente, acompanhada de proposta de emendas devidamente justificada.

CAPÍTULO II

Da Presidência

Seção I

Da Composição

Art. 26 - A Presidência e a Vice-Presidência do Conselho serão eleitas, dentre os/as representantes mencionados/as no art. 3º da Lei 1313/2021, respeitando os critérios da paridade e alternância de poder entre a sociedade civil e o poder público.

Art. 27 - A Presidência do Conselho e das assembleias do Plenário será exercida pelo/a presidente do Conselho, e em sua ausência, ou impedimento temporário, pelo/a vice-presidente.

§ 1º - Ocorrendo ausência ou impedimento do/a presidente e do/a vice-presidente, assumirá a presidência da assembleia um conselheiro escolhido pelo Plenário.

Seção II

Das Atribuições dos Membros da Presidência

Subseção I



PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES
ESTADO DA BAHIA

Do/a Presidente

Art. 28– Ao/À Presidente incumbe:

- I - representar o Conselho, quando se fizer necessário;
- II - convocar e presidir as reuniões do Plenário;
- III - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário, intervindo na ordem dos trabalhos, ou suspendendo-os sempre que necessário;
- IV - assinar as deliberações do Conselho e atos relativos ao seu cumprimento;
- V - submeter à apreciação do Plenário o relatório anual do Conselho;
- VI - delegar competência;
- VII - ordenar o uso da palavra durante as sessões do Conselho;
- VIII - decidir as questões de ordem, levantadas nas assembléias;
- IX - cumprir e fazer cumprir as resoluções emanadas do Conselho;
- X - solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamentos sobre temas de relevante interesse público;
- XI - distribuir matérias às Câmaras Temáticas;
- XII - assinar os expedientes do Conselho;
- XIII - designar e dar posse aos integrantes do Conselho;
- XIV - assinar as atas aprovadas nas reuniões;
- XV - assinar os termos de posse dos integrantes do Conselho; e
- XVI - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento, adotando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias.

Subseção II

Do/a Vice-Presidente

Art. 29– Ao/À Vice-Presidente incumbe:

- I – substituir e representar o/a presidente em seus impedimentos ou ausências;
- II - auxiliar o/a presidente no cumprimento de suas atribuições;
- III - exercer as atribuições que lhes sejam conferidas pelo Plenário;
- IV - acompanhar as Câmaras Temáticas e/ou Grupos de Trabalho em suas atividades; V
- assinar na ausência do/a presidente, todos os atos do Conselho.

CAPÍTULO III

Da Secretaria Executiva

Seção I

Da Composição

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES****ESTADO DA BAHIA**

Art. 30 - A Secretaria Executiva é órgão constituído por servidores designados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e, no seu impedimento, por algum(a) conselheiro(a) escolhido(a) em plenário;

Seção II**Da Competência**

Art. 31 - Compete à Secretaria Executiva do Conselho:

I - prestar apoio administrativo, técnico e logístico ao Plenário, Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho, tomando as providências necessárias para o pleno funcionamento do Conselho;

II - convocar, por determinação da Presidência, os conselheiros ou seus suplentes, para as reuniões ordinárias e as extraordinárias, encaminhando a pauta para apreciação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

III - elaborar a pauta das reuniões plenárias, conforme decisão da Presidência, do Plenário, ou das Câmaras Temáticas;

IV - preparar e encaminhar para publicação as atas de reuniões, Resoluções e outros atos do Conselho, após aprovação do Plenário;

V - acompanhar o encaminhamento dado a Resoluções, Moções e quaisquer atos do Conselho, informando os procedimentos e resultados aos conselheiros;

VI - elaborar informações, notas técnicas, relatórios sobre assuntos da competência, interesse ou deliberação do Plenário ou Presidência;

VII - encaminhar documentos e prestar informações relacionadas ao Conselho;

VIII - manter cadastro atualizado dos Conselhos e Comitês Técnicos de direitos voltados à população LGBTQIA+ do Estado, dos Municípios e Organizações da Sociedade Civil;

IX - operacionalizar contatos com os demais Conselhos Setoriais e Comitês Técnicos quando designado pelo Plenário, Presidência ou Secretaria Municipal de Assistência Social;

X - encaminhar, aos órgãos públicos da administração direta e indireta, estudos, pareceres ou decisões do Conselho;

XI - manter em arquivo as publicações e os documentos do Conselho;

XII - elaborar a proposta Orçamentária Anual do Conselho, em consonância com os recursos da Secretaria Municipal de Assistência Social, encaminhando-a para apreciação do Plenário;

XIII - criar um banco de informações sobre leis, decretos e propostas legislativas referentes aos direitos de LGBTQIA+, levando essas informações aos conselheiros por meio de relatórios periódicos;

XIV - cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno e as decisões do Conselho;

XV - planejar, organizar e executar a Conferência Municipal LGBTQIA+;



PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

XVI - monitorar e contribuir para a execução plena do Plano Municipal de Políticas Públicas LGBTQIA+;

XVII - executar outras atribuições correlatas determinadas pela Presidência do Conselho e/ou Secretaria Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO IV

Das Câmaras Temáticas

Art. 32 - O Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero, de forma a instruir e fundamentar suas deliberações ou ainda de promover estudos sobre matérias de seu interesse e competência, instituirá 04 (quatro) Câmaras Temáticas Permanentes.

§ 1º - As Câmaras Temáticas Permanentes são as seguintes:

I - Câmara Temática de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Elaboração, Articulação, Monitoramento e Fiscalização do Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBTQIA+;

II - Câmara Temática de Direito, Justiça, Legislação, Normas e Acompanhamento das Proposições Legislativas;

III - Câmara Temática de Comunicação, Informação e Pesquisa;

IV - Câmara Temática de Monitoramento, Prevenção e Combate à violência contra a população LGBTQIA+.

§ 2º - A proposta de criação de Câmaras Temáticas Especiais de caráter temporário será analisada pelo Plenário do Conselho, que examinará a pertinência de sua criação e, se for o caso, suas atribuições.

Seção I

Da Composição

Art. 33 - As Câmaras Temáticas serão constituídas por pelos menos 3 (três) integrantes, conselheiros titulares do Conselho com mandato de um ano, admitida a recondução.

§ 1º - A substituição nas Câmaras Temáticas ocorrerá de acordo com as mesmas normas das substituições nas sessões do Plenário.

Seção II

Da Competência

Praça da Bandeira, nº 02, Bairro Centro, Poções - Bahia, CEP 45.260-000.





PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

- Art. 34** - Competem às Câmaras Temáticas, observadas suas respectivas finalidades:
- I - elaborar e encaminhar ao Plenário, por meio da Secretaria Executiva do Conselho, propostas de normas, observada a legislação em vigor;
 - II - manifestar-se sobre consulta que lhe for encaminhada;
 - III - relatar e submeter à aprovação do Plenário assuntos a elas pertinentes;
 - IV - examinar os recursos interpostos junto ao Conselho, apresentando relatório ao Plenário;
 - V - convidar especialistas ou solicitar à Secretaria Executiva do Conselho sua contratação, para assessorá-las em assuntos de sua competência;
 - VI - criar Grupos de Trabalho para tratar de temas específicos;
 - VII - propor a realização de reuniões conjuntas com outras Câmaras Temáticas do Conselho;
 - VIII - cumprir demandas e solicitações determinadas pelo Plenário.

CAPÍTULO V

Dos Grupos de Trabalhos

Art. 35 – O Pleno do Conselho e/ou as Câmaras Temáticas poderão criar Grupos de Trabalho para analisar, estudar e apresentar propostas sobre matérias de sua competência e fornecer subsídios de ordem política, técnica, administrativa, econômico-financeira e jurídica, sem, todavia, integrar a composição do Conselho.

§ 1º - Os Grupos de Trabalho terão seus componentes, coordenador, cronograma e data de encerramento dos seus trabalhos estabelecidos pelo Plenário ou Câmara Temática, quando for o caso, no ato de sua criação.

§ 2º - O prazo para conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado, a critério do Plenário ou das Câmaras Temáticas, quando for o caso, mediante justificativa de seu coordenador.

Seção I

Da Composição

Art. 36 - Os componentes dos Grupos de Trabalho poderão ser escolhidos entre os integrantes do Conselho, especialistas, pessoas e entidades relacionadas à matéria em discussão.

§ 1º - O grupo de trabalho poderá ser formado por, no máximo, 4 (quatro) pessoas.

§ 2º - A coordenação do Grupo de Trabalho será escolhida entre seus componentes.

TÍTULO III

Praça da Bandeira, nº 02, Bairro Centro, Poções – Bahia, CEP 45.260-000.





PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

Das Disposições Finais

Art. 37 – O Conselho terá sede e foro na Cidade de Poções, Estado da Bahia.

Art. 38 – A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao cumprimento da finalidade do Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero.

Art. 39 – As despesas decorrentes da aplicação deste Regimento correrão à conta dos recursos constantes do orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 40 – Os(As) Conselheiros(as) que forem designados(as) para representar o Conselho em atividades fora do seu município de origem terão direito à cobertura e provimento de despesas com diárias e transporte.

§ 1º - A cobertura e o provimento de despesas com o transporte e diárias não serão consideradas como remuneração.

Art. 41 – Nenhum membro do Conselho poderá agir em nome deste sem prévia delegação.

Art. 42 - Os casos omissos no presente Regimento Interno serão dirimidos pelo Plenário do Conselho.

Art. 43 – Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES

Prefeita Municipal

ORLEIDE PACHÊCO GOMES RAMOS

Secretária Municipal de Assistência Social

DANILLO BITTENCOURT SANTOS

Presidente do Conselho Municipal da Diversidade Sexual e de Gênero